



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO**

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GOVERNANÇA EM SEGURANÇA PÚBLICA:  
UMA AVALIAÇÃO DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO NO TERRITÓRIO  
DO VICENTE PINZÓN**

**FORTALEZA**

**2019**

CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GOVERNANÇA EM SEGURANÇA PÚBLICA: UMA  
AVALIAÇÃO DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO NO TERRITÓRIO DO VICENTE  
PINZÓN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Mudanças Sociais

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- F44d Ferreira Filho, Cristovam Colombo Cirqueira.  
Desafios e perspectivas da governança em segurança pública : uma avaliação do pacto por um Ceará pacífico no território do Vicente Pinzón / Cristovam Colombo Cirqueira Ferreira Filho. – 2019.  
188 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa.
1. Avaliação. 2. Políticas Públicas. 3. Segurança Pública. 4. Governança. I. Título.

CDD 320.6

---

CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GOVERNANÇA EM SEGURANÇA PÚBLICA: UMA  
AVALIAÇÃO DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO NO TERRITÓRIO DO VICENTE  
PINZÓN

Dissertação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas apresentada no curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas – PPGAPP, da Universidade Federal do Ceará. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: 30/01/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Profa. Dra. Danielle Maia Cruz  
Universidade de Fortaleza – UNIFOR

---

Prof. Geovani Jacó de Freitas  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as oportunidades e bênçãos as quais tenho conseguido aproveitar.

Ao meu grande amigo Marcelo Bezerra Castro, o maior incentivador dessa etapa da minha vida acadêmica, que insistiu para que eu tentasse o processo seletivo do Mestrado Acadêmico em Avaliação em Políticas Públicas da UFC, sem essa recomendação esse sonho não se tornaria realidade.

A minha mãe que por diversas vezes, acreditando no crescimento pessoal proporcionado pelos estudos, me ajudou e subsidiou minha vida acadêmica acreditando que só através do estudo podemos elevar nossa riqueza cultural.

A minha irmã Aládia Cirqueira que sempre me incentivou e pelos momentos que passamos juntos, por acreditar que eu poderia me tornar mestre.

Aos meus amigos, que compartilharam as reflexões e inquietações ao longo desse texto que muito me ajudaram nessa caminhada.

Aos meus colegas de Mestrado, pela parceria e discussões, em especial a Thaynah Barros de Araújo por dividir as dúvidas, vitórias, inquietudes e aflições, que fizeram parte dos nossos dias nesta jornada de dois anos, às vezes conjunta, outras, solitária.

Ao Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa, meu orientador desta dissertação, pelo essencial apoio à elaboração da mesma, que, ao longo de dois anos, partilhou de todo o processo de construção e realização desta pesquisa, pelas portas teóricas abertas, e, sobretudo, pelo privilégio da convivência, pela sensibilidade em reconhecer minhas potencialidades e pela acolhida e carinho de sempre.

Aos demais professores componentes da banca examinadora de qualificação e defesa dessa dissertação; Professora Doutora Danielle Maia Cruz do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas – PPGAPP e Professor Doutor Geovani Jacó de Freitas pela simplicidade, pela generosidade, pela disposição de leitura atenta do texto, pelas valiosas contribuições e pelo compartilhamento de reflexões.

E, finalmente, aos professores com quem tive aulas durante o Mestrado, Carlos Américo, Alba Carvalho, Alcides Gussi, Celecina Veras, Gil Célio, Júlio Romero e Roselane Gomes pelas reflexões despertadas e pelos ensinamentos enriquecedores.

À FUNCAP pelo incentivo financeiro, por meio do qual pude me dedicar exclusivamente ao Mestrado.

“O governo apresenta suas armas  
Discurso reticente, novidade inconsistente  
E a liberdade cai por terra  
Aos pés de um filme de Godard”  
(Selvagens – Os Paralamas do Sucesso).

## RESUMO

A presente pesquisa se concentrou nas ações do “Pacto por um Ceará Pacífico”, uma proposta inovadora de intervenção de política pública de segurança no estado do Ceará, cuja intersetorialidade visa à diminuição da violência e criminalidade, tomando como recorte a proposta inicial do projeto, os limites das diretrizes da governança e o que isso significou para o êxito e metas do Programa. Foi avaliado em que medida as ações da governança desenvolvidas a partir da Unidade Integrada de Segurança (UNISEG), estrutura modelo proposto pela política pública de segurança localizada no Território do Vicente Pinzón, na cidade de Fortaleza/CE estavam sendo executadas de modo a descrever e compreender as estratégias de governança sob a perspectiva da prevenção e redução dos Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI entre os anos de 2016 e 2017. Metodologicamente, foi adotada uma Avaliação Densa de Impacto com análises qualitativas e quantitativas. O Ceará Pacífico adotou uma linha de atuação plurissetorial com os órgãos e entidades públicas no âmbito local, regional e nacional em parceria com a sociedade civil. Diante da presente conjuntura de políticas afirmativas de segurança pública, houve o questionamento: quais são as características estruturais que o governo propôs para a prevenção e redução percentual dos CVLI? Duas hipóteses foram levantadas. A primeira é que presumisse que houve uma relação positiva com o modelo da política que estava sendo implantada e sua capacidade de mudar os índices da violência no Território do Vicente Pinzón. A segunda é que existiu uma relação negativa em se gerenciar uma crise na segurança pública de modo integrado e multissetorizado sob a perspectiva de uma cultura interinstitucional cooperada/integrada no Ceará Pacífico. Partiu-se do pressuposto de que a segurança pública deveria ser tratada como uma questão social onde seria fundamental a reconstrução do papel das Polícias Civil e Militar na atualidade, dentro de um novo modo de ponderar e de cumprir o seu papel constitucional, possibilitando a otimização dos quadros policiais e realização de novas estratégias e métodos de fomentação da paz social e da ordem pública fundamentada nos direitos humanos e cidadania, uma vez que, a criminalidade é algo que divide a sociedade e se ela divide, então acentua as desigualdades sociais. Sugere-se que a política de segurança pública não olhe para o Território do Vicente Pinzón como um espaço singularizado apenas pela violência.

**Palavras-chave:** Avaliação. Políticas Públicas. Segurança Pública. Governança.

## ABSTRACT

The present research focused on the actions of the "Pact for a Ceará Pacífico", an innovative proposal of intervention of public security policy in the state of Ceará, whose intersectoriality aims at reducing violence and crime, taking as a cut the initial proposal of the project, the limits of governance guidelines, and what this meant for the success and goals of the Program. It was evaluated to what extent the governance actions developed from the Integrated Security Unit (UNISEG), a model structure proposed by the public security policy located in the Territory of Vicente Pinzón, in the city of Fortaleza/CE, were being executed in order to describe and understand the strategies of governance from the perspective of the prevention and reduction of Violent Lethal and Intentional Crimes - CVLI between 2016 and 2017. Methodologically, a Dense Impact Assessment was adopted with qualitative and quantitative analyzes. Ceará Pacífico has adopted a multi-sectoral line of action with public bodies and entities at the local, regional and national levels in partnership with civil society. Faced with the present conjuncture of affirmative public security policies, the question was: what are the structural characteristics that the government has proposed for the prevention and reduction of percentages of CVLI? Two hypotheses have been raised. The first is to assume that there was a positive relationship with the policy model being implemented and its ability to change the rates of violence in the Vicente Pinzón Territory. The second is that there was a negative relationship in managing a crisis in public security in an integrated and multi-sectorized way from the perspective of an interinstitutional culture cooperated / integrated in Ceará Pacific. It was based on the assumption that public security should be treated as a social issue where it would be fundamental to reconstruct the role of Civil and Military Police in the present, within a new way of pondering and fulfilling its constitutional role, making possible the optimization of police cadres and the implementation of new strategies and methods for fostering social peace and public order based on human rights and citizenship, since crime is something that divides society and if it divides, it accentuates social inequalities. It is suggested that public security policy does not look to the Territory of Vicente Pinzón as a space singled out only by violence.

**Keywords:** Evaluation. Public policy. Public security. Governance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Logomarca do Pacto por um Ceará Pacífico.....	19
Figura 2	– Desenho da Governança do Pacto por um Ceará Pacífico.....	23
Figura 3	– 9º Distrito Policial.....	24
Figura 4	– Fachada da UNISEG I.....	25
Figura 5	– Mapa de Abrangência da UNISEG I.....	26
Figura 6	– Pichações com anúncios das facções.....	34
Figura 7	– Marcas da aliança do CV com a FDN.....	35
Figura 8	– Grafite exaltando a facção Guardiões do Estado.....	35
Figura 9	– Território dominado pelo PCC.....	36
Figura 10	– Mapa das áreas integradas de segurança da capital.....	76
Figura 11	– Área Integrada de Segurança 1.....	77
Figura 12	– Infográfico de CVLI – Ceará.....	132

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4	– Prisões em flagrante por CVLI – Cais do Porto.....	133
Gráfico 5	– Prisões em flagrante por CVLI – Mucuripe.....	133
Gráfico 6	– Prisões em flagrante por CVLI – Vicente Pinzón.....	134
Gráfico 7	– UNISEG I – Prisões em flagrante.....	134
Gráfico 8	– Distribuição das vítimas e dos presos em flagrante, segundo o sexo – 2016/2017, UNISEG I.....	139
Gráfico 9	– Vítimas – Cais do Porto.....	145
Gráfico 10	– Vítimas totais – Cais do Porto.....	146
Gráfico 11	– Vítimas – Mucuripe.....	146
Gráfico 12	– Vítimas totais – Mucuripe.....	147
Gráfico 13	– Vítimas – Vicente Pinzón.....	147
Gráfico 14	– Vítimas Totais – Vicente Pinzón.....	148
Gráfico 15	– Grupo de Tratamento – Vítimas UNISEG I.....	148
Gráfico 16	– Grupo de Tratamento – Frequência da Evolução das Vítimas UNISEG I...	149
Gráfico 17	– Grupo de Tratamento – vítimas totais UNISEG I.....	149
Gráfico 18	– Vítimas – Barra do Ceará.....	150
Gráfico 19	– Gráfico 19: Vítimas total – Barra do Ceará.....	151
Gráfico 20	– Vítimas – Bom Jardim.....	151
Gráfico 21	– Vítimas totais – Bom Jardim.....	152
Gráfico 22	– Vítimas – Conjunto Palmeiras.....	152
Gráfico 23	– Vítimas totais – Conjunto Palmeiras.....	153

Gráfico 24 – Vítimas Grupo de Controle – Grupo Misto.....	153
Gráfico 25 – Grupo de Controle – Frequência da Evolução das Vítimas Grupo Misto.....	154
Gráfico 26 – Vítimas totais Grupo de Controle – Grupo Misto.....	154
Gráfico 27 – Variação percentual por bairros em comparação ao ano de 2014.....	157
Gráfico 28 – Variação percentual UNISEG I x GRUPO MISTO em comparação ao ano de 2014.....	158

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Vítimas de CVLI por sexo e idade – Cais do Porto.....	135
Tabela 2	– Vítimas de CVLI por sexo e idade – Mucuripe.....	136
Tabela 3	– Vítimas de CVLI por sexo e idade – Vicente Pinzón.....	136
Tabela 4	– Total – Vítimas de CVLI por sexo e idade – UNISEG I.....	137
Tabela 5	– Vítimas de CVLI por variáveis – Cais do Porto.....	140
Tabela 6	– Vítimas de CVLI por variáveis – Bairro Mucuripe.....	141
Tabela 7	– Vítimas por variáveis –Vicente Pinzón.....	142
Tabela 8	– Vítimas por variáveis totais – UNISEG I.....	143
Tabela 9	– Taxa de CVLI por 100 mil habitantes, de 2014 a 2017 no Grupo de Tratamento UNISEG I.....	155
Tabela 10	– Taxa de CVLI por 100 mil habitantes, de 2014 a 2017, no Grupo de Controle Grupo Misto.....	155

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Competências das Categorias. ....	23
Quadro 2	– Indicadores socioeconômicos – Cais do Porto. ....	77
Quadro 3	– Alfabetização e renda – Cais do Porto.....	78
Quadro 4	– Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Cais do Porto.....	78
Quadro 5	– Indicadores socioeconômicos – Mucuripe. ....	79
Quadro 6	– Alfabetização e renda – Mucuripe.....	79
Quadro 7	– Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Mucuripe. ....	79
Quadro 8	– Indicadores Socioeconômico – Vicente Pinzón. ....	80
Quadro 9	– Alfabetização e renda – Vicente Pinzón.....	80
Quadro 10	– Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Vicente Pinzón.....	80
Quadro 11	– Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Grupo de Controle.....	81
Quadro 12	– Formulação – Conteúdo e Bases Conceituais.....	103
Quadro 13	– Coerência Interna – Situações Relevantes do Ceará Pacífico. ....	104
Quadro 14	– Momento Político e as Condições Socioeconômicas. ....	108
Quadro 15	– Desenvolvimento Urbano e Qualidade de Vida. ....	119
Quadro 16	– Prevenção Social e Oportunidades para Juventude. ....	121
Quadro 17	– Segurança Cidadã e Justiça.....	126
Quadro 18	– Atividades no NAPAZ.....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAESC	Assessoria de Análise Estatística e Criminal
ADA	Amigos do Amigos
AESP	Academia Estadual de Segurança Pública
AIS	Área Integrada de Segurança
AMC	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
BPRAIO	Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CCBJ	Centro Cultural Bom Jardim
CCDS	Conselhos Comunitários de Defesa Social
CCPHA	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
CF	Constituição Federal
CIOPS	Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
CISPE	Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e Egresso
CITS	Centro de Inclusão Tecnológica e Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS-MS	Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde
CODES	Coordenadoria de Defesa Social
COIN	Coordenadoria de Inteligência
CRAVV	Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
CVRL	Comando Vermelho Rogério Lemgruber
DEPEN	Departamento Penitenciário
DOE	Diário Oficial do Estado
EBEP	Educação Básica com Educação Profissional
ECOFOR	Ambiental - Limpeza Urbana de Fortaleza
EEFM	Escola de Ensino Fundamental e Médio

FDN	Família do Norte
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GDE	Guardiões do Estado
GSC	Grupo de Segurança Comunitária
IACC	Instituto de Arte e Cultura do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IEP	Instituto Educacional Portal
IMEI	<i>International Mobile Equipment Identity</i>
INDESA	O Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPF	Instituto Penal Feminino
IRSO	Indenização de Reforço ao Serviço Operacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MJ	Ministério da Justiça
MPCE	Ministério Público do Ceará
NAPAZ	Núcleo de Ação Pela Paz
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC	Polícia Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEFOCE	Perícia Forense do Estado do Ceará
PIB	Produto Interno Bruto;
PM	Polícia Militar
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza

PP	Política Pública
PPA	Planos Plurianuais
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência
PROGERAR	Trabalho e Cidadania
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
RIDS	Relatório de Demanda Social e encaminhamentos
SCSP	Secretaria Conservação e Serviços Públicos
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SESI	Serviço Social da Indústria
SEJUS	Secretaria da Justiça e Cidadania
SESPORT	Secretaria do Esporte do Ceará
SEUMA	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
SIP	Sistema de Informações Policiais
SME	Secretaria de Educação de Fortaleza
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza
SPD	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas;
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública de Defesa Social
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TJCE	Tribunal de Justiça do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNISEG	Unidade Integrada de Segurança
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1</b>	<b>Questões de Pesquisa .....</b>	<b>27</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos da Pesquisa .....</b>	<b>38</b>
<b>2</b>	<b>GOVERNAMENTALIDADE DO ESTADO MODERNO: IMPACTOS E AFETAÇÕES, CONTRADIÇÕES E EMBATES.....</b>	<b>40</b>
<b>2.1</b>	<b>Aspectos Introdutórios da Formação do Estado.....</b>	<b>41</b>
<b>2.2</b>	<b>Concepção Política, epistemológica e Teórica da Avaliação .....</b>	<b>50</b>
<b>2.3</b>	<b>Democracia, Violência e Segurança Pública .....</b>	<b>57</b>
<b>3</b>	<b>O PERCURSO DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DENSA DE IMPACTO: DISCUSSÕES E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....</b>	<b>59</b>
<b>3.1</b>	<b>Paradigmas da Avaliação Densa de Impacto .....</b>	<b>62</b>
<b>3.2</b>	<b>Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>71</b>
<b>3.3</b>	<b>Caracterização da Amostra .....</b>	<b>75</b>
<b>4</b>	<b>O ESTADO DA ARTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO CEARÁ PACÍFICO .....</b>	<b>83</b>
<b>4.1</b>	<b>Análises das entrevistas .....</b>	<b>83</b>
<b>4.2</b>	<b>Percepções Locais – Impactos Subjetivos e Representações Correntes .....</b>	<b>93</b>
<b>4.3</b>	<b>Eixos Avaliativos - Análise em Profundidade .....</b>	<b>102</b>
<b>4.3.1</b>	<b><i>Eixo 1 - Conteúdo da Política do Ceará Pacífico .....</i></b>	<b><i>103</i></b>
<b>4.3.2</b>	<b><i>Eixo 2 - Contextualização e Formulação da Política .....</i></b>	<b><i>108</i></b>
<b>4.3.3</b>	<b><i>Eixo 3 - Trajetória Institucional .....</i></b>	<b><i>117</i></b>
<b>4.4</b>	<b>Aspectos Objetivos - Análise dos Indicadores e Impactos .....</b>	<b>131</b>

<i>4.4.1 Prisões em Flagrante por CVLI nos Bairros da UNISEG I</i>	<i>132</i>
<i>4.4.2 Vítimas de CVLI por Sexo e Idade nos Bairros da UNISEG I</i>	<i>135</i>
<i>4.4.3 Vítimas de CVLI por Dias da Semana, Intervalo de Hora e Tipo de Local</i>	<i>140</i>
<i>4.4.4 Número de Vítimas de CVLI no Território do Vicente Pinzón - Grupo de Tratamento</i>	<i>145</i>
<i>4.4.5 Número de Vítimas de CVLI no Território do Grupo de Controle</i>	<i>150</i>
<b>4.5 Análise das Taxas de CVLI por 100 mil habitantes, de 2014 a 2017, nos grupos de Tratamento e Controle de 2014 a 2017</b>	<b>155</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>166</b>
<b>APENDICE A – CRONOGRAMA</b>	<b>182</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICE C – QUESTÕES PARA O ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DO CEARÁ PACÍFICO</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE D – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DAS SECRETARIAS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA POLÍTICA CEARÁ PACÍFICO</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: CRITÉRIOS DA ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS</b>	<b>188</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a campanha eleitoral de 2014 para o governo do Estado do Ceará, a coligação “Para o Ceará Seguir Mudando”<sup>1</sup>, com o objetivo de atender à Legislação Eleitoral e de expressar os compromissos fundamentados na Constituição, apresentou seu Plano de Governo, para o período de gestão governamental 2015/2018.

Com a vitória nestas eleições, a plataforma a qual fez parte da elaboração do Plano de Governo originou o Programa de Governo denominado “Os Sete Ceará’s”, que possuía sete linhas de orientação para a atuação direta do governo, sendo eles: o Ceará Sustentável, de Oportunidades, o Democrático, o Acolhedor, o do Conhecimento, o Saudável e o chamado Pacto por um Ceará Pacífico, no qual esta pesquisa se deteve.

Figura 1 – Logomarca do Pacto por um Ceará Pacífico.



Fonte: Arquivo pessoal, Cirqueira 2016.

As reflexões que me orientaram na elaboração deste projeto originaram-se com a soma de dois fatores importantes. O primeiro foi o momento ao qual me encontrava desenvolvendo a monografia da graduação a respeito das práticas de lazer/consumo, sociabilidades, juventude, identidade e classe social baixa. O segundo, mas não menos importante, foi o trabalho desenvolvido nas periferias da capital cearense na articulação intersetorial<sup>2</sup> de políticas públicas da Secretaria de Juventude da Prefeitura Municipal de

<sup>1</sup> Coligação “PARA O CEARÁ SEGUIR MUDANDO” - PRB / PP / PDT / PT / PTB / PSL / PRTB / PHS / PMN / PTC / PV / PEN / PPL / PSD / PC do B / PT do B / SD / PROS, onde Camilo Santana, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi candidato ao Governo do Estado do Ceará juntamente com Izolda Cela, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), como Vice-Governadora.

<sup>2</sup> Trabalhei como Articulador Intersetorial da Secretaria Municipal de Juventude de Fortaleza do ano de 2008 a 2013. O trabalho consistia em construir um diálogo e uma articulação interinstitucional com as demais Secretarias Municipais (Secretaria de Educação, Segurança Cidadã, Meio Ambiente, Saúde e Autarquia

Fortaleza, no qual tive a oportunidade de aprender e experimentar as vicissitudes apresentadas dentre os pensamentos nativos e analíticos de jovens pobres da periferia de Fortaleza, que muitas vezes foram expostos à violência policial, e outros possíveis indicadores de vulnerabilidade social.

Esses experimentos nativos e analíticos foram motivadores para o crescimento e estímulo da minha curiosidade e interesse com a problemática da segurança pública, o que acabou por despertar fortemente minha atenção. Assim, a dedicação com os estudos tornou-se crescente com uma maior relevância aos assuntos relacionados à política pública de segurança, tentando compreender como se dava seu desenho, suas ações e sua intersectorialidade para um melhor desenvolvimento da política pública, procurando sempre me atualizar sobre as intervenções que o governo do estado do Ceará se propôs a fazer nessa área.

Observando o campo de interação das políticas de segurança pública, somadas à conjuntura política brasileira, e seu envolvimento com os Direitos Humanos, percebi esse tema como um mecanismo político que diferia das inúmeras singularidades inseridas na sociedade como um autoritarismo sócio-político, que se alimentava, dentre outros métodos, da banalização das desigualdades sociais ou, ainda, pelo desprezo às multiplicidades socioculturais em detrimento ao reconhecimento para todos de direitos a igualdade, abrindo portas para a produção de uma consciência de que a segurança pública “não é um direito do cidadão e um dever do Estado, mas sim um bem de consumo – um bem de consumo diferenciado” (COHN<sup>3</sup>, 2016), colocando-se assim, como primeira e única opção no combate ao crime e a violência organizada, deixando de lado uma política de articulação interinstitucional, educacional e humanizada.

A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multisetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009, p. 107).

Compreendo que a criação do Estado moderno combinou com uma onda de violência dominante cuja transição se dava exclusivamente em substituição a segurança do

---

Municipal de Trânsito e Cidadania) para que juntos pudéssemos trabalhar somando ações e projetos com o intuito de que as políticas públicas voltadas à juventude tivessem um maior campo de atuação e efetividade.

<sup>3</sup> Amélia Cohn, cientista política, escreveu um artigo intitulado – O jogo de varetas e a desconstrução da cidadania – onde faz crítica à política e à economia do País comparando com um jogo de pega varetas ao contrário: não se trata de conseguir tirar uma vareta sem afetar o conjunto, mas de tirar aquelas que mais afetam, e desconstruem o conjunto, aparentemente sem alterar o todo.

indivíduo. Em harmonia a Hobbes (1988), inquieto em solucionar as novas divergências no estado de natureza – que ele criou como estado de confronto de todos contra todos - previne sobre o egoísmo dos homens, argumentando que pela circunstância de não serem somente providos de razão, mas do mesmo modo de paixão precisam entrar em confronto entre eles mesmos, em proteção de suas opiniões ou em amparo aos seus direitos. Logo, embora semelhantes conforme a sua própria natureza e liberdade, os homens encontram-se numa incessante competição pelo poder, produzindo um estado de confronto, onde é habitual o uso da violência para a sua salvaguarda (HOBBS, 2000).

Segundo Weber "um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido". Contudo, na conjuntura política por qual se passa esta pesquisa "o direito ao emprego da coação física pode ser assumido por outras instituições à medida que o Estado permita", apesar de, o Estado ser a "fonte única do direito de recorrer à força" (WEBER, 2003, p.9). Todavia

Justifica o autor que, apesar de que a força não se equivalha exclusiva do Estado, integra-se em componente próprio deste. Para Weber, o Estado moderno é uma organização política definida pela "relação de homens que dominam seus iguais", por meio da "violência legítima (isto é, considerada legítima)". Contudo, com o intuito de que esta instituição dominadora exista, vem a ser imprescindível que tenha aprovação por parte dos dominados com "a suposta autoridade dos poderes (estatais) dominantes" (WEBER, 2003, p. 10).

Os modelos de dominação apresentam-se na organização do Estado de maneira relacionada, porém ele acredita que uma das particularidades relevantes do Estado moderno é basear-se no controle legal. Isto é, o controle no Estado moderno tem como essência primária a organização jurídica, sustentada na centralização do poder nas mãos dos governantes, cuja interferência vai se dar por meio da burocracia estatal (WEBER, 2003, p. 19).

Compreendo a importância da fomentação e realização de políticas públicas de segurança mesmo quando o Estado brasileiro se encontrar em crise, pois quando o mesmo não atende aos interesses da maioria da população, não há execução, nem democracia. O que há é uma ordem não democrática nos marcos da democracia burguesa sob a égide da ideologia neoliberal, o que é bastante visível na atual conjuntura nacional, se materializando “em aparelhos coercitivos e repressivos: o exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais da força do poder estatal” (COUTINHO, 1994. p. 31).

A política pública de segurança foco principal desta pesquisa, apoia-se no controle legal da qual a intervenção neoliberal se concretiza, o Programa Pacto pelo Ceará Pacífico, institucionalmente, tem uma linha de atuação plurissetorial com os órgãos e entidades públicas

no âmbito local, regional e nacional em parceria com a sociedade civil. O Programa ocorre mediante realização de atividades interdisciplinares, articulando as áreas de Segurança Pública e Defesa Social, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Política sobre Drogas, Cultura, Esporte, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e Juventude.

A construção de uma cultura de paz por todo o território cearense é a concepção primordial do Programa Ceará Pacífico, que tem como objetivo o planejamento da segurança pública do Estado do Ceará com base na integração de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social. Sua meta é a melhoria do contexto urbano, por meio de ações que possibilitem o monitoramento e a avaliação contínua da sociedade, criando as condições de acolhimento das populações mais vulneráveis e o enfrentamento da violência.

Para a organização e implementação do Pacto por um Ceará Pacífico, foram criadas as bases normativas de orientação para o padrão de governança através do Decreto<sup>4</sup> nº 31.787/2015:

I - 01 (um) Comitê de Governança – Instância maior do Pacto, será presidido pelo Governador do Estado, com o auxílio do Vice-Governador;

II - 01 (uma) Secretaria Executiva - Será presidida pelo Vice-Governador do Estado e terá a competência executiva de mobilização e articulação entre os órgãos e instituições, públicos e privados, responsáveis pelos programas, projetos e atividades com eles relacionados, e a competência do respectivo monitoramento, cabendo-lhe a gestão da comunicação das ações do Pacto;

III - Câmaras Técnicas - As Câmaras Técnicas serão responsáveis pela definição e acompanhamento das políticas setoriais que atendam às diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Comitê de Governança, e que objetivem a redução da violência, a melhoria do contexto urbano, a prevenção social, o acolhimento às populações mais vulneráveis e a melhoria do sistema prisional;

IV - 01 (uma) Câmara de Articulação dos Poderes e Órgãos Autônomos – Que irá acompanhar as ações conjuntas dos Poderes e Órgãos autônomos participantes, com o objetivo de contribuir para a eficiência, eficácia e efetividade de trabalhos compartilhados, em quaisquer das áreas participantes do programa;

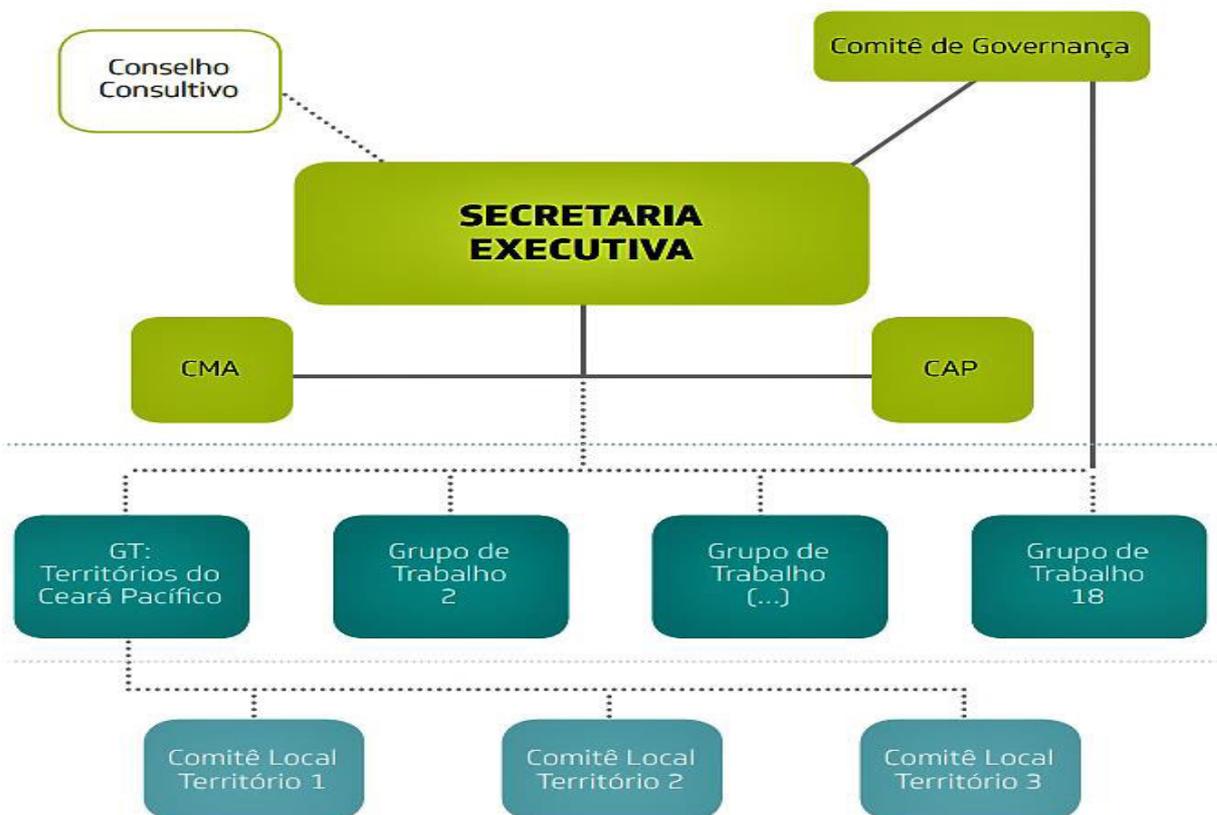
---

<sup>4</sup> Fonte: Site Legis Web contém toda a Lei que institui o Pacto por um Ceará Pacífico. A parte mencionada no texto faz referência a governança do projeto.

V - 01 (uma) Câmara de Monitoramento e Análise – Irá fazer a gestão permanente e integrada das informações, o monitoramento e a análise dos indicadores e metas de todos os programas, projetos e atividades.

Já o Decreto nº 31.840/2015, valida a condução do Comitê de Governança. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública participou diretamente da concepção do desenho da governança do projeto que estabelece três categorias, quais sejam – gerencial; operacional e estratégia. Tais categorias têm competências próprias, articulando-se entre si. Abaixo o desenho da governança com suas três categorias e o quadro com as competências:

Figura 2 – Desenho da Governança do Pacto por um Ceará Pacífico.



Fonte: Matriz de acompanhamento – Ceará Pacífico em Ação, 2017.

Quadro 1 – Competências das Categorias.

CATEGORIA		
Gerencial	Operacional	Estratégica
Discussão Especializada	Ênfase no Território	Monitoramento e Avaliação
Quadro Lógico	Controle Social	Decisão
Articulação entre Iniciativas	Participação Social	Normatização
Propósito de Implementação	Articulação Intersetorial	Articulação Intergovernamental
Avaliação dos Projetos do Pacto	Acompanhamento de Iniciativas	Comunicação e Divulgação

Fonte: Matriz de acompanhamento – Ceará Pacífico em Ação, 2017.

O nível estratégico é composto pelo Comitê de Governança, que conta com o apoio da Secretaria Executiva (SE). Esta, por sua vez, conta com duas Câmaras Técnicas que a subsidiam com instrumentos, procedimentos e informações necessários para a execução de suas atividades diante do Comitê de Governança. Além disso, ambas as Câmaras se articulam aos demais níveis, o que possibilita a articulação entre os três níveis de tomada de decisão propostos para o Pacto. O nível estratégico também conta com um Conselho Consultivo, composto por integrantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Ceará Pacífico em Ação, p. 15, 2017).

Em fevereiro de 2016, o Bairro Vicente Pinzón passou a abrigar a primeira UNISEG de Fortaleza. A ideia inicial foi que seu *modus operandi* construísse um novo polígono na organização de comandos, integrando Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, juntamente com a presença de uma delegacia 24 horas com reforços na segurança ostensiva e uma base móvel.

Figura 3 – 9º Distrito Policial.



Fonte: Arquivo pessoal, Cirqueira 2017.

Uma parte do policiamento militar foi designada para o “policiamento de aproximação” procurando exercer um modelo com enfoque na aproximação com a população, a exemplo dessa aproximação tem-se:

- Viatura para B.O. (boletim de ocorrência);
- Ronda Maria da Penha – que trata de crimes contra a mulher;
- Ronda Escolar – prevenção de escolas do bairro;
- Ronda Prevenção e Arte – trata de problemas junto a crianças e adolescentes.

Em seu desenho institucional, a UNISEG atua com projetos e capacitações na comunidade aliando e integrando a segurança nas suas ações de prevenção às drogas, melhorias urbanas e requalificação do ambiente.

Figura 4 – Fachada da UNISEG I.



Fonte: Arquivo pessoal, Cirqueira 2017.

O Vicente Pinzón já contava com os projetos "Crack, É Possível Vencer", que realiza monitoramentos por vídeo e com base fixa da PM na região e o "Ronda Maria da Penha", que faz o acompanhamento, enfrentamento e conscientização da violência contra a mulher. Entre outras ações governamentais, a Secretaria da Cultura (SECULT) promoveu o mapeamento cultural das potencialidades da região e implementou o projeto Agentes de Leitura; a Secretaria da Educação (SEDUC) preparou a reforma de três escolas e a reconstrução de outra na região; e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) reforma dois centros comunitários e um de formação profissional. Todas as ações serão detalhadas no decorrer da pesquisa.

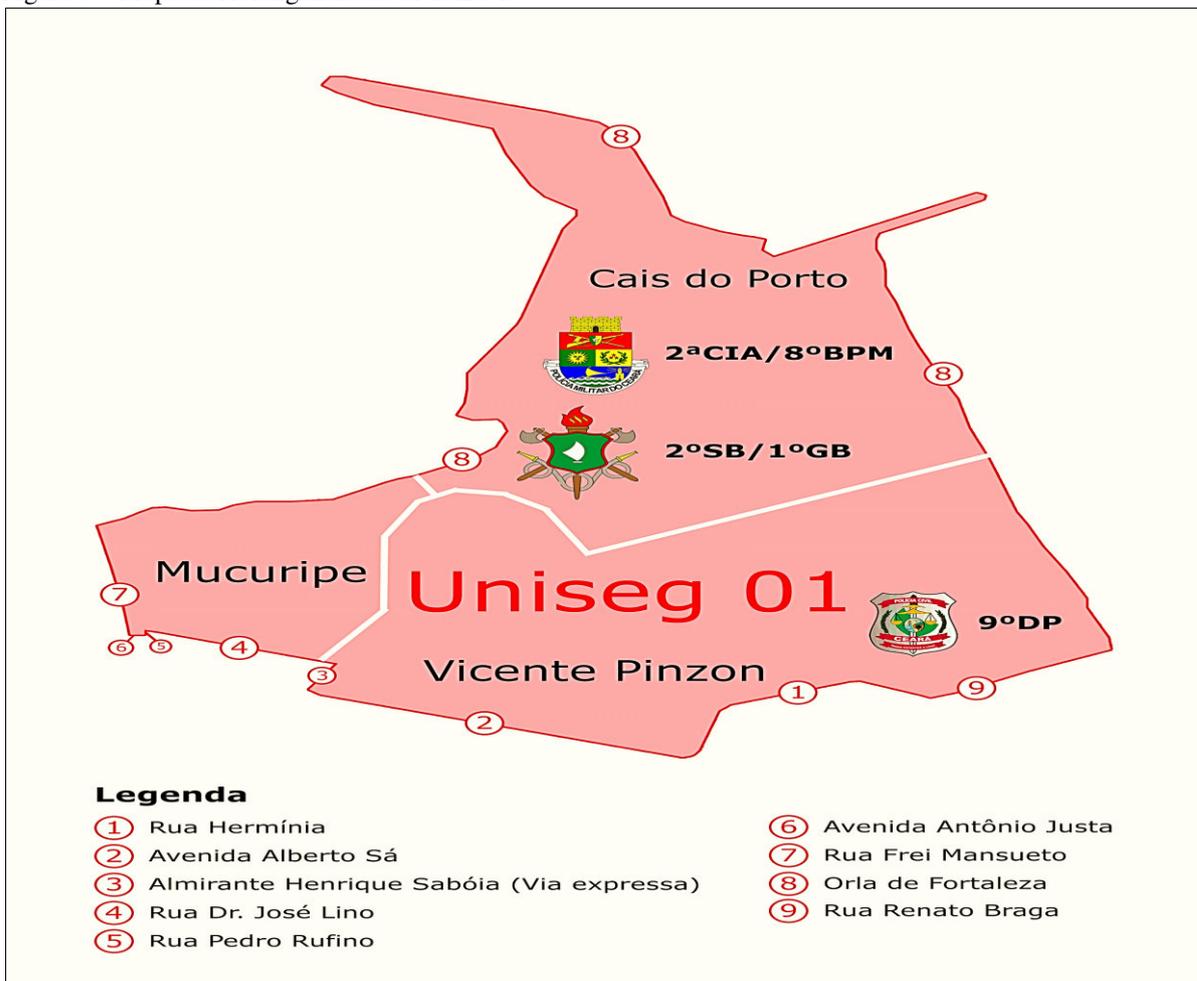
No discurso oficial o governo do Ceara explorou que, a partir de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública é que a Unidade Integrada de Segurança – UNISEG apareceria no contexto urbano por meio de ações que propunham o monitoramento e a avaliação contínua da sociedade, na perspectiva de criar condições de acolhimento das populações mais vulneráveis, prevenção e enfrentamento da violência.

O desenho institucionalmente do Programa tem seu objetivo proposto com a implantação da primeira UNISEG no território<sup>5</sup> do Vicente Pinzón é a reestruturação do sistema de segurança pública formando uma das linhas de atuação do Programa Pacto pelo Ceará

<sup>5</sup> Aqui me refiro aos Bairros Mucuripe, Cais do Porto e Vicente Pinzón, sendo este último, lócus da UNISEG que tem sua abrangência de atuação nesses três bairros da capital cearense.

Pacífico, o da Segurança Cidadã e Justiça, no qual envolveu ações de reforço do efetivo policial com ênfase na prática do policiamento de aproximação. Outras duas linhas são: Qualidade de Vida e Desenvolvimento Urbano e Prevenção Social e Oportunidades para a Juventude. Abaixo o território de abrangência da UNISEG I e as ruas que indicam o limite de cada bairro:

Figura 5 – Mapa de Abrangência da UNISEG I.



Fonte: SSPDS.

A concepção central do policiamento comunitário é a do policial se habituar com uma determinada área e conhecer as atividades e padrões de comportamento da comunidade, no sentido de ser um planejador, ajudando aos moradores a identificar seus problemas, solucionando-os e ajudando na implantação de estratégias que resolvam as dificuldades identificadas, assim como, serem agentes motivadores criando um elo de comunicação para trocas de informações entre a polícia e o público, sendo a recíproca. Pelo fato de a polícia cearense ainda ter uma ação muito tímida e pouca experiência com o policiamento comunitário, utilizar-se-á o conceito, segundo Mota Brasil (2015, p.81), de “policiamento de aproximação”, uma modalidade de policiamento por meio de ações ostensivas e preventivas, tendo como

diferencial sua proposta de proximidade com a população e a contribuição desta na prevenção da criminalidade.

### 1.1 Questões de Pesquisa

A compreensão inicial da conjuntura econômica que passa o País, cuja influência direta da economia acaba sendo um dos fatores que incide no planejamento e manutenção da atual política pública de segurança, se torna fundamental para o progresso e continuidade do Ceará Pacífico. Diante da atual crise que se instalou no País, o Brasil caiu de 7ª para 9ª posição na economia mundial em 2015. Fatores como a crise econômica versus crise política que o País vem enfrentando desde 2013 foram fundamentais para o fortalecimento desse contexto. Segundo Carvalho (2016b), fatores como a quebra do pacto de classes costurado pela era Lulista<sup>6</sup>, instrumentalizada pelo poderio estrangeiro e pela plutocracia, culminaram no golpe de 31 de agosto de 2016 no País que viabilizaram, sem embasamento jurídico consistente e sem crime de responsabilidade, o *impeachment* de uma Presidenta legitimamente eleita.

Numa contextualização recente da nossa economia<sup>7</sup>, em 2015, o País viu contrair o seu PIB em 3,8% em termos de PIB, seu pior desempenho anual desde 1981. O desemprego subiu para 9%, chegando ao quarto trimestre de 2016 a 12% e atingindo diretamente 12,3 milhões<sup>8</sup> de brasileiros. Nesse mesmo ano, o brasileiro viu pela segunda vez a economia retrair, não deixando com que o ano terminasse ser mais otimista, uma vez que a retração do PIB de 2016 fechou em 3,49%. Essas incertezas na economia, somadas a uma política de espoliação de direitos e intensificada por uma superexploração da força de trabalho, refletiram e continuam refletindo diretamente na segurança pública do País. Em tempos de radicalização conservadora, aceleração das políticas neoliberais, o ano de 2017, em razão da recessão que atinge o País desde 2015, culminou com uma inflação de 2,94%<sup>9</sup> a mais baixa desde 1998, abaixo do piso da meta do governo do presidente Michel Temer, que era de 3%. Uma vez que de acordo com o *Jornal online Nexo*, o crescimento do PIB nos anos FHC foi de, em média, 2,5% ao ano. Nos anos Lula, o País cresceu em média 4,1% ao ano.

---

<sup>6</sup> Aqui é feita uma referência aos anos de 2003 a 2010 onde o Brasil tinha como Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva onde há 16 anos Lula então candidato a presidência, lançava um manifesto, síntese proposta de um novo Brasil ressaltando a face moderada do candidato, bem como, acalmando o mercado financeiro, o documento foi chamado de “A carta ao povo brasileiro”;

<sup>7</sup> Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; padronizar citação.

<sup>8</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa Pnad Contínua.

<sup>9</sup> Fonte: Site G1/economia - Mercado financeiro mantém estáveis estimativas de inflação e PIB em 2017;

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/mercado-financeiro-mantem-estimativas-de-inflacao-e-pib-estaveis.ghtml>. Acessado em 15 nov. 2017;

Paralelamente, tem-se a soma do resultado de políticas descompromissadas que há tempos vem acontecendo no Brasil no campo da segurança pública. Entre os anos de 2009 e 2015<sup>10</sup>, o País registrou 113 % a mais de mortes de policiais em serviço, do que os Estados Unidos. Em 2016, foram 437 policiais civis e militares vítimas de homicídio, um crescimento de 17,5 % em relação a 2015<sup>11</sup>, contudo, houve uma redução de 4,9% no ano de 2017, sendo um total de 367 policiais mortos naquele ano.

Morreram mais policiais militares e civis no Ceará do que em outros estados da região Nordeste nos anos de 2016 e 2017, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o levantamento, nesse período, 51 agentes de segurança foram assassinados em todo o Estado. Dentre eles as principais vítimas são os policiais militares, que correspondem a 94% dos homicídios. Em nível nacional, Ceará ocupou o terceiro lugar, em 2016, e o quarto, em 2017, ficando atrás de cidades da região Sudeste e Norte do País.

Segundo a pesquisa do Fórum<sup>12</sup>, quase 80% dos agentes foram assassinados nos momentos de lazer, correspondendo a um número de 40 mortes. Os PMs foram as principais vítimas com 37 assassinatos, enquanto policiais civis somam em três casos, dentre outros fatores, um reflexo do porte de arma fora do serviço. Estudos mostram<sup>13</sup> que o porte de arma nem sempre pode ser interessante para quem o possua. Entre os anos de 1980 e 2012 (22 anos), o Brasil registrou mais de 880 mil mortes vítimas de armas de fogo, dentre as quais estão o homicídio, o suicídio e os acidentes.

Entendo que a crise na segurança pública e o aumento da violência foram decorrente da recessão/crise econômica brasileira desde 2014 até o momento ou, precisamente, decorrente das sucessivas ‘descontinuidades’ dos planos de segurança proposto no País principalmente associadas aos oportunismos eleitoreiros e personalistas dos governos que se sucederam a exemplo dos governos do estado do Ceará, teve-se propostas, como, os Distritos Modelos – Implementados durante o segundo governo Tasso Jereissati (1999-2002) com proposta de integração das forças de segurança; O Ronda do Quarteirão – Que foi implementado em 2007 pelo então governador Cid Gomes, a ideia era formar patrulhas com carros e motos que circulariam em cada perímetro de três quilômetros quadrados, fomentando um projeto de “Polícia Cidadã”, em que a população iria atuar como parceira da Segurança Pública, contudo o investimento em pedagogias mais humanísticas por parte das PMs não legitimou mudanças

---

<sup>10</sup> Fonte: 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016 – Reúne dados estatísticos sobre segurança pública e violência no Brasil;

<sup>11</sup> Fonte: 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 em números;

<sup>12</sup> Fonte: 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 em números;

<sup>13</sup> Fonte: Mapa da Violência - 2015;

nas práticas concretas ou o antigo *modus operandi* das ruas. Isso pode ser constatado, por exemplo, pela manutenção da violência cometida por PMs do policiamento comunitário (PINHEIRO, 2008) durante o “policiamento comunitário”.

Na primeira gestão do governador Camilo Santana, tem-se o Ceará Pacífico lançado em 2015, as propostas eram de ações intersetoriais e polícia comunitária, semelhante aos dois Programas supracitados. No final da primeira gestão o governador do Ceará lançou, a política das Torres de Observação – Célula de Proteção Comunitária – com o funcionamento 24h, com sistema de monitoramento, principalmente, por câmeras espalhadas pelo bairro no qual a Torre se encontra.

Outros fatores como o desmonte do Pronasci<sup>14</sup> - sem avaliação, retrocessos no controle social sobre o Ciclo Orçamentário e ausência de prestação de contas sobre metas definidas para a segurança pública, contribuem para potencializar a violência. Vale ressaltar que mudanças sociais realizadas nas últimas cinco décadas, pautadas em novos modelos de concentração de Capital, acumulações industriais e alterações nos processos produtivos, transformações das relações individuais e de indivíduos com o Estado, acabaram por modificar também os atos de violência, a criminalidade, bem como as compreensões sociais sobre a vivência e o respeito aos direitos humanos. (ADORNO, 2002, p. 101-102). Frente a esta realidade, o sistema de justiça criminal mostra-se incapaz de conter a criminalidade e a violência através de práticas condizentes com um Estado democrático de direito.

O crime cresceu e mudou de qualidade, porém o sistema de justiça permaneceu operando como o fazia há três ou quatro décadas atrás. Em outras palavras, aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade de o Estado impor lei e ordem. Os sintomas mais visíveis deste cenário são as dificuldades e desafios enfrentados pelo poder público em suas tarefas constitucionais de deter o monopólio estatal da violência, sintomas representados pela sucessão de rebeliões nas prisões, grande parte dessas ocorrências organizadas de dentro das prisões por dirigentes do crime organizado como o Comando Vermelho e Terceiro Comando, no Rio de Janeiro e o Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, responsável pelo motim simultâneo de vinte e nove grandes prisões, no Estado de São Paulo, em janeiro de 2001. (ADORNO, 2002, p, 102-103).

A soma das discontinuidades políticas e violência no Brasil resultou dos anos de 2016 e 2017 uma grande dificuldade para a manutenção das políticas sociais, especialmente para a área da segurança pública. Esses dois anos foram extremamente violentos no Ceará,

---

<sup>14</sup> É um programa que se destina à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios.

chegando a um total de 3.407 crimes letais e intencionais<sup>15</sup> em 2016 e 5.134 em 2017, 51% a mais, resultando no mais alto índice de violência dos últimos cinco anos.

Essas desestabilidades políticas cuja lógica do Estado é o controle da espécie somada a questão de reestruturação das organizações policiais onde prevalece a cultura institucional militarizada somada a lógica da guerra com a defesa nacional e combate ao inimigo, a Polícia Militar como força auxiliar do exército brasileiro assume um racismo de Estado no qual investir em segurança ostensiva fica muito mais lógico do ponto de vista do Estado do que da inteligência. Esse pensamento contribuiu para uma diminuição drástica da polícia Civil<sup>16</sup> no estado do Ceará, que atualmente possui um dos menores efetivos<sup>17</sup> do País, cujas funções, dentre outras, são o serviço de investigação criminal e a responsabilidade na condução de inquéritos<sup>18</sup>.

As estatísticas mostram<sup>19</sup> uma redução de 6,4 % nos inquéritos de crimes violentos letais e intencionais – CVLI<sup>20</sup> no Ceará, variando de 4.056 em 2014 para 3.794 em 2015, um fator determinante é o baixo efetivo da Polícia Civil, responsável por tal procedimento<sup>21</sup>. Deste modo, têm-se menos policiais civis na ativa no Estado em proporção ao número de habitantes, resultando em menos procedimentos investigativos e aberturas de inquéritos.

A falta de investimentos na Polícia Civil é o retrato da desarticulação interinstitucional e da má governança da segurança pública no Ceará. O que se percebe é um aumento no investimento de políticas ostensivas em detrimento as políticas preventivas. A gestão Camilo Santana em seu primeiro ano de governo, encontrou o quadro de efetivos da Polícia Militar com 16.118 policiais e o efetivo da Polícia Civil com 2.734 policiais. Contudo,

<sup>15</sup> Fonte: Site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, os crimes violentos letais e intencionais são: Homicídio Doloso, Latrocínio e Lesão corporal seguido de morte – CVLI. Disponível em: [http://www.sspds.ce.gov.br/file\\_bd?sql=FILE\\_DOWNLOAD\\_FIELD\\_ARQUIVO\\_DOWNLOAD&parametros=5034&extFile=pdf](http://www.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD&parametros=5034&extFile=pdf). Acessado em 10 de jan. de 2017;

<sup>16</sup> De acordo com o artigo 144, § 4º, da Constituição Federal, que especifica o papel das Polícias Civis, é funções institucionais destas, ressalvada a competência da União: apurar infrações penais, exceto as de cunho militar; o exercício das funções de polícia judiciária;

<sup>17</sup> A Polícia Civil do Ceará tem hoje o menor efetivo proporcional ao número de habitantes no Brasil. Com 3.408 habitantes para cada policial civil no Estado, a instituição tem efetivo de 2.576 agentes, no Brasil, a proporção é de 1.709 pessoas para cada policial. Fonte: O Povo, *online*. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/08/27/noticiasjornalcotidiano,3494957/ceara-tem-o-menor-efetivo-proporcional-de-policiais-civis.shtml>. Acessado em: 06 de jan. 2017;

<sup>18</sup> O inquérito policial é conduzido de forma independente pelas polícias civis e Polícia Federal, que o remetem ao juízo criminal competente após a sua conclusão;

<sup>19</sup> Fonte: 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016;

<sup>20</sup> Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que incluem as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte;

<sup>21</sup> Dentre os deveres da polícia civil tem-se a formação do inquérito policial, iniciando com as investigações até o relatório final do inquérito policial, tudo em conformidade com o ordenamento legal;

durante o seu atual mandato, o governador do Ceará, Camilo Santana realizou concursos público, aumentando em 4.200 o efetivo da Polícia Militar, passando para 20.318 policiais, e o da Polícia Civil em 1.433 policiais, totalizando 4.167<sup>22</sup>, quase 1/5 do quantitativo militar.

Os fatores que contribuem para essa desproporção vem da prioridade de investimento na Polícia Militar, que faz o policiamento nas ruas, em detrimento da Polícia Civil, que cuida das investigações, assim como da falta de investimentos em condições técnicas e científicas para realizar uma investigação que possa desvendar o crime e, péssimas condições de trabalho, percebe-se ainda uma concepção orientadora de segurança pública arraigada no *modus operandi* do Estado brasileiro, especificamente no Ceará, que é a do Estado da Arte – onde a crise aqui é histórica e o que vem mudando é a escala e a geografia dela.

A Polícia Civil investigando os crimes com inteligência policial contra as facções criminosas, que a cada dia crescem no Ceará e, principalmente, em Fortaleza, é uma condição *sine qua non* para a complementação da política de segurança pública a ser também, considerado pelos governantes, pois a disputa das facções<sup>23</sup> criminosas em Fortaleza é um dos componentes principais dos dados da violência em 2017, sendo um fator de estabilidade em 2016 devido a incapacidade do Estado, naquele ano, de enfraquecer o crime.

A partir desses paradigmas do Estado da Arte, durante o mês de novembro de 2015 o jornal O Povo, do dia 13/11/2015, abriu sua coluna policial *online* intitulada de "Um verdadeiro horror no nosso bairro", apresentando a fala de um morador sobre a chacina na região da Grande Messejana, uma série de homicídios que foi considerada a maior chacina da história de Fortaleza, ocorridos na madrugada do dia 11 a 12 de novembro de 2015, em um período de tempo inferior a seis horas. No total, onze pessoas foram assassinadas e sete ficaram feridas. Segundo o jornal Tribuna do Ceará, dos onze homens mortos na chacina, sete eram adolescentes, com idades entre 16 e 17 anos. Todas as vítimas assassinadas eram do sexo masculino. Somente nove meses após a chacina, em agosto de 2016, a Justiça decretou a prisão preventiva de 44 Policiais Militares – (PM) envolvidos direta e indiretamente na chacina. Ao todo, 38 policiais foram indiciados, sendo 33 por homicídio qualificado e tentativa de homicídio e cinco pela prática de prevaricação<sup>24</sup>.

Em setembro do mesmo ano, entre os dias 16 e 17, a severidade do Grupo de Operações Especiais (GOE), que funciona como grupo tático da Guarda Municipal, e a PM,

---

<sup>22</sup> Aqui se encontra Delegados, Inspetores e escrivães, todos com funções diferenciadas dentro da instituição da polícia civil, uma vez que, o aumento quantitativo de militares foi para a mesma função, a de Cabo;

<sup>23</sup> Atualmente quatro facções criminosas disputam território no Ceará: Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), Família do Norte (FDN) e Guardiões do Estado (GDE).

<sup>24</sup> Prevaricação é o crime cometido por funcionário público contra a administração.

agiram com repressões em festas ocorridas nas praças públicas de Fortaleza. A primeira foi na Praça dos Leões, no Centro da Cidade. A segunda violência praticada por parte dos policiais ocorreu na Praça da Cruz Grande, no Bairro Serrinha, e uma terceira na Praça da Gentilândia, no Bairro Benfica<sup>25</sup>.

Para os casos de violência policial em Fortaleza, os meios de comunicação, dentre eles o jornal O Povo, noticiaram relatos de bombas de efeito moral e balas de borracha disparadas contra o público dos eventos nas praças. Essa violência policial em nada se assemelha à bela carta de intenções do Pacto por um Ceará Pacífico, em que a Cultura de Paz, pregada pelo Programa, deveria ser exercida pelos mesmos policiais que outrora agiam de forma severa, cruel e ostensiva pela Cidade.

A chacina da grande Messejana e os casos de repressão em praças públicas não se tornam um fato social isolado de insegurança noturna. Durante minhas incursões à região do centro de Fortaleza para a realização da pesquisa de campo para a monografia de graduação (CIRQUEIRA, 2010), percebi o sucateamento das políticas públicas e que a deficiência de uma segurança pública de qualidade interfere no ordenamento da ocupação dos espaços noturnos, produzindo distinções e apartações espaciais somado a esse contexto, ideal nacional que fideliza toda sua dedicação a subordinação de um desenho neoliberal, colocando-se distante de um Estado de direito garantido na Constituição, retrocedendo em relação ao progresso da democracia do entendimento de um projeto de Estado na defesa de um Estado Mínimo, mercantilizado, trazem mais fatos sociais que vão de encontro a uma política de diminuição e enfrentamento da violência.

As pessoas ficam reféns do medo e das facções criminosas, muitas vezes à mercê do desrespeito a direitos básicos e da cidadania diante de um sistema jurídico que viola a razoabilidade e os direitos de um povo a ter serviços públicos de justiça que sejam condizentes com suas finanças, também na pequena política dos conchavos e frente a uma cleptocracia<sup>26</sup> escrachada, onde práticas corruptas são admitidas e consagradas.

---

<sup>25</sup> No dia 17 de setembro de 2016, A Praça dos Leões ficou marcada pelo medo da violência. O fato ganhou as redes sociais: duas pessoas detidas no local e relatos de agressão por parte de policiais militares e guardas municipais, já na Praça da Cruz Grande no mesmo período, ocorria uma festa que foi interrompido por policiais militares (PMs). A ação acabou envolvendo balas de borracha e bombas de efeito moral disparadas contra o público. O episódio culminou na detenção de duas pessoas. Na Praça da Gentilândia duas pessoas foram detidas após apontar a truculência na prisão de um homem que teria furtado um celular. Mais tarde, uma festa que ocorria na praça foi encerrada, bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar o grupo, pela Guarda Municipal.

<sup>26</sup> Fonte: *Le Monde Diplomatique* Brasil - NAS TRINCHEIRAS DA RESISTÊNCIA – Os limites da democracia brasileira, por Cândido Grzybowski. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/os-limites-da-democracia-brasileira/>. Acessado em 21 de ag. De 2017.

A demanda da segurança pública tem perpassado e influenciado as representações sociais do dia-a-dia. Por motivo das elevadas taxas criminais e da baixa importância dada aos direitos básicos e à cidadania, que são frequentemente divulgadas pela mídia, entre outros motivos, percebo que os resultados dessas propagações sensacionalistas, terrorismos midiáticos desses ilegalismos cotidianos, assim como o empoderamento territorial das facções criminosas, colocam milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade psicológica e social, dado que a problemática da violência atual está diretamente ligada à atual conjuntura social. Segundo Jodelet:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma defensiva (2001, p. 17).

Atualmente, quatro organizações criminosas estão comandando o crime no Estado. O Comando Vermelho (CV) que surgiu no estado do Rio de Janeiro. A Família do Norte (FDN) que surgiu no estado do Amazonas e que atualmente encontra-se com uma menor presença por questões de divergências internas, passando a ser integrada ao CV; Os Guardiões do Estado (GDE) uma facção cearense, que teve sua origem no bairro Conjunto Palmeiras, e a organização paulista Primeiro Comando da Capital (PCC).

É relevante salientar que os faccionados ligados ao CV e ao PCC são de outros estados, mas também, são criminosos cearenses que passaram a ser compromissados com essas facções. Tais grupos se organizam como manifestações sociais aptos a praticar condutas perturbantes como constantes ataques. No passado, cada comunidade, bairro, periferia, tinha suas próprias divergências, não existia facção, contudo, atualmente, a conjuntura de confronto com tais grupos perpassa os muros da sua localidade e ocorre de forma ampliada em toda a Cidade.

A figura abaixo mostra um dos muros do território do Vicente Pinzón que anuncia quem supostamente “manda” naquele lugar. Para circular na área, a orientação vem da “pichação”, onde é preciso abaixar os vidros do carro e retirar o capacete, sob o risco de ser confundido com um membro de uma facção rival ou com um policial.

Figura 6 – Pichações com anúncios das facções.



Fonte: Google imagens, 2017.

O Ceará ainda não possui um mapeamento detalhado sobre a atuação das facções criminosas em todo o território da Capital divulgado para a população, mas, por meio de conversas com alguns profissionais das forças de segurança do Ceará e através da comunidade, fiquei sabendo um pouco mais sobre as facções criminosas que ocupam espaços e os demarcam com pichações.

Que o Comando Vermelho é a mais antiga das 4 facções criminosas que atuam no Ceará. O nome – Comando Vermelho Rogério Lemgruber – CVRL foi uma homenagem a um dos Fundadores da facção, hoje já falecido, mais conhecido como Comando Vermelho (CV), foi criado em 1979, na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. A instalação da organização criminosa no Ceará aconteceu de forma desordenada na década de 1980, quando protagonizou grandes assaltos, voltados principalmente para instituições bancárias.

Outra é a Família do Norte – FDN uma facção criminosa transnacional. Segundo o depoimento de alguns policiais que atuam em Fortaleza, essa facção é especializada em tráfico internacional de drogas e é considerada a terceira maior do Brasil. Foi criada em 2006, no Amazonas.

Figura 7 – Marcas da aliança do CV com a FDN.



Fonte: Google imagens, 2017.

Por conta da localização de origem, próximo aos Países produtores de drogas, controladora de rotas, a FDN atua de maneira ordenada há pelo menos cinco anos. Apesar de ser considerada violenta, tem características empresariais, com estrutura hierarquizada e divisão funcional de atividades, com núcleo jurídico e estatuto próprio. No território cearense e também em outros estados, se aliou e abastece com drogas parte do CV.

A facção Guardiões do Estado – GDE é considerada a facção mais numerosa do Ceará. Foi criada no bairro conjunto palmeiras, em Fortaleza. Teria surgido de uma dissidência do PCC, em 2015. Seus fundadores estariam insatisfeitos com as diretrizes da facção paulista. A cisão deu à GDE autonomia. Apesar de ter um estatuto próprio, tem regras pouco estabelecidas, liderança pulverizada e pouca hierarquia. É bastante agressiva também pelo perfil de seus membros: muito jovens, com média de 17 anos, que buscam visibilidade.

Figura 8 – Grafite exaltando a facção Guardiões do Estado.



Fonte: Google imagens, 2017.

Como marca, a GDE adota o algarismo “745”. Os números são a posição das letras no alfabeto: G=7, D=4, E=5. O PCC, por exemplo, adota o numeral 1533. Com o 745, muito

comum em pichações de muros e fachadas, a GDE se autopromove entre os criminosos e demarca suas zonas de atuação.

Já o Primeiro Comando Capital – PCC é considerado o maior e mais organizado grupo criminoso do País. É a única facção a qual se atribui *status* de "cartel", por conta de sua atuação no tráfico internacional. Foi criada por 8 pessoas, em 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, em São Paulo. Tem perfil empresarial, com rigorosa cadeia hierárquica. Relatos de policiais apresentam que a facção dispõe de departamento jurídico, conselho fiscal, diretoria financeira, presidência, auditoria, dentre outros setores. O grupo se estabeleceu no Ceará no início dos anos 2000.

Figura 9 – Território dominado pelo PCC.



Fonte: Google imagens, 2017.

Relatos dos profissionais de segurança falam que outras duas estão surgindo no cenário da violência armada: a facção “Amigos dos Amigos” (ADA); e a Mentos Criminosas. A primeira oriunda do Rio de Janeiro, a exemplo do CV; e a segunda originada no Ceará, como aconteceu com a GDE. Em uma perspectiva para além do dano causado, seja ele intencional ou não, está a concepção de violência que remete a um excesso, a um abuso, a uma desmesura e que, portanto, faz referência a uma norma (TAVARES DOS SANTOS, 1999, 2004). Norma essa estabelecida pelas facções a cada dia.

O impacto por disputa de territórios em Fortaleza por essas facções, é sentido por toda a sociedade Alencarina. As facções disputam pontos de tráfico de drogas no Estado, principalmente na periferia de Fortaleza, algumas áreas da Capital estão demarcadas como pertencentes a determinada facção, outras estão em franco território de guerra, constantemente em disputa.

Nessas áreas é que se encontra os altos índices de homicídios, as chacinas e a expulsão de famílias de suas residências, principalmente de conjuntos habitacionais, e assim,

implantam o clima de terror com confrontos diários – tiroteios – com as outras facções na disputa pelo domínio de território. Essa relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são atingidos pelo agente da violência (TAVARES DOS SANTOS et al., 1998, citado por Zaluar & Leal, 2001, p. 148).

Essa relação de poder, frequentemente se utiliza de métodos que transgridam os direitos dos cidadãos e da sua individualidade surgindo como vestígios autoritários do regime militar da década de 1960, ativos ainda hoje, um contexto da cultura brasileira bastante explorado nos períodos eleitorais.

Assim, as funções de defesa da cidadania dessas instituições acabam sendo danificadas, gerando prejuízos significativos para a sua legitimação no contexto social. Conforme lembra Cademartori (2007, p. 86), “o vínculo entre direitos civis e políticos e democracia decorre da segunda ser o meio através do qual a cidadania se concretiza”.

É importante ressaltar que em meados de 1980, o regime de redemocratização do País admitiu a promulgação de uma nova ordem institucional, formada com a concepção da Constituição Federal (CF) de 1988. O código constitucional, marco legal elaborado para além de iniciar a um reordenamento institucional democrático no Brasil, após um longo período de golpe militar e ditatorial, também estabeleceu importante desenvolvimento na conceituação dos direitos humanos<sup>27</sup>. Segundo Sposati (2002, p. 01), “este modelo de regulação social se afasta da universalização dos direitos trabalhistas e se aproxima da conquista de direitos humanos ainda que de modo incipiente”.

Uma enquete virtual lançada pelo jornal O Povo<sup>28</sup> no seu portal digital de notícias em 2016, teve a seguinte pergunta – “Você concorda com a frase ‘bandido bom é bandido morto’?”, em que 71,4% dos participantes responderam “sim” e 28,96% responderam “não”. É nesse contexto de “justiça a qualquer custo” que a problemática da segurança vem ganhando espaço por causa do desenho político que vem se constituindo da governança em segurança pública cearense.

Diante de uma conjuntura de intensificação das políticas neoliberais e do desmonte e sucateamento das políticas públicas, surge o questionamento: como o governo do Ceará vem

---

<sup>27</sup> “Movimento que se expandiu através da França (Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão - 1789) e dos Estados Unidos (Declaração de Independência Norte Americana – 1776, e, *Bill of Rights* – 1791) para toda a humanidade”. (Sturza, 2015, p. 257);

<sup>28</sup> Fonte: Jornal O Povo. Online. Jornal do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/11/voce-concorda-com-a-frase-bandido-bom-e-bandido-morto.html>. Acessado em 10 de jul. de 2017.

propondo a política de Segurança Pública sob a perspectiva das potencialidades e limites da Governança para a prevenção e redução percentual dos Crimes Violentos Letais e Intencionais para além dos desmontes e retrocessos no grande Vicente Pinzón? Duas hipóteses são levantadas.

A primeira é que presumisse que houve uma relação positiva com o modelo de política que estava sendo implantada e sua capacidade de mudar os índices da violência no Bairro Vicente Pinzón, em que a política de segurança pública estaria reduzindo as taxas de CVLI com a política executada pelo Pacto por um Ceará Pacífico.

A segunda é que existiu uma relação negativa em se gerenciar uma crise na segurança pública de modo integrado e multissetorizado sob a perspectiva de uma cultura interinstitucional cooperada/integrada no Ceará Pacífico.

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

Apresento aqui os objetivos geral e específicos que pautam a realização da pesquisa.

### ***Objetivo Geral***

Avaliou-se os resultados das estratégias de execução do Programa Pacto por um Ceará Pacífico sobre a incidência dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) de 2016 e 2017, onde foi considerado como estudo de caso o território do Vicente Pinzón.

### ***Objetivos Específicos***

- Analisou-se a concepção e o contexto de formulação dos princípios, estratégias e orientações que norteavam o Pacto por um Ceará Pacífico, tomando como referência o território do Vicente Pinzón;
- Realizou-se um mapeamento das taxas de CVLI, compreendendo a coerência e a dispersão das ações do Pacto por um Ceará Pacífico;
- Analisou-se as estratégias de execução que viabilizavam a regulação e a instrumentalização do Estado, sob a perspectiva da prevenção e redução percentual de crimes.
- Verificou-se outros condicionantes que atuavam na questão da criminalidade na área em estudo relacionando-os com o referido Programa.

Direcionei a presente pesquisa para uma avaliação dos resultados das estratégias de execução do Programa em Segurança Pública que aconteceu no território do Vicente Pinzón em Fortaleza, projeto piloto inicial do Pacto, situando-se no arcabouço geral do pacto, lócus do 9º Distrito Policial, delegacia policial da área de estudo, bem como, a Unidade Integrada de Segurança I (UNISEG), pontos de referência dessa pesquisa.

Foi importante que, no transcurso da avaliação da governança policial, fosse pensada uma arquitetura interinstitucional de enquadramento geral, no qual estivessem previstos mecanismos transparentes de atribuições e de responsabilidades, seja das esferas políticas, administrativas e operacionais.

Dei atenção à análise sobre as configurações atribuídas ao Estado e à sua governança, correlacionando à atual conjuntura da segurança pública, seus desafios e perspectivas, as explicações aos confrontos com as questões sociais e econômicas e observei como os métodos de criação e elaboração das políticas públicas de segurança na sociedade foram se constituindo.

Também observei os conceitos de direitos humanos e cidadania no aspecto da atividade policial, principalmente no que tange ao reconhecimento de sujeitos de direitos e deveres, ordem pública, governança e do policial como sujeito desses direitos.

A respeito dos direitos humanos e cidadania no contexto da segurança pública, também tive o propósito de mostrar a importância dos ajustamentos ao cenário cearense do Programa estadual de segurança Pacto por um Ceará Pacífico e sua governança institucional em políticas de segurança pública, a fim de que fossem reprimidos os métodos autoritários na administração da violência, das facções criminosas e das ferramentas e instrumentos de triagem que se inclina a incriminar principalmente a juventude pobre, negra e sem escolaridade das periferias urbanas. De fato, segundo Sposati (2002, p. 07), “o alcance das políticas sociais em contexto de desigualdade e exclusão deve alargar-se para dar conta das condições efetivas de vida de seus usuários. O campo das necessidades se amplia”.

Em síntese, concentrei a atenção no Pacto por um Ceará Pacífico, onde avaliei sua proposta inovadora com intenções de implantação de uma nova intervenção de política de segurança pública do Estado do Ceará, que na sua intersectorialidade visava à diminuição da criminalidade e redução da violência.

Assim, dei uma atenção primordial ao recorte da proposta inicial do projeto, às tomadas de decisões dos gestores da segurança pública e o que isso significou para o possível alcance dos êxitos do Programa, em termos de objetivos e metas, tendo como campo empírico da investigação o território do Vicente Pinzón em Fortaleza/Ceará.

## **2 GOVERNAMENTALIDADE DO ESTADO MODERNO: IMPACTOS E AFETAÇÕES, CONTRADIÇÕES E EMBATES.**

A cidade de Fortaleza segundo Melo (2014) chegou a ser a capital brasileira com maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). Para cada grupo de 1.000 adolescentes que chegam aos 12 anos, 9,92 foram mortos por homicídio antes de completar 19 anos, índice muito acima da média nacional que chegou a ser de 3,32 no mesmo período. O índice é elevado mesmo se comparado com o Nordeste, região cuja média foi a maior do País, no valor de 5,97. Ao descrever sobre a territorialidade do Vicente Pinzón, lócus desta pesquisa, percebi que as sociabilidades locais eram por demais violentas. Em harmonia com Sá,

Com um cotidiano marcado por brigas, espancamento de mulheres e crianças, esfaqueamentos, garrafadas, furto e roubos por menores assassinos, agressões físicas e assassinatos contra visitantes e turistas, e também de espancamentos de presos, de populares bêbados e de menores promovidos por policiais truculentos, e também com relatos de tortura seguido de morte nas dependências das delegacias, assassinatos por encomenda, pistoleiros e outras formas de ameaça de uso de violência física e violência letal. (2010, p.195)

Num contexto geral, as políticas públicas de controle da criminalidade persistem em tratar apenas dos problemas imediatos que lhe são expostos. “As instituições policiais, não obstante, carregam ainda, como diria Marx, ‘a tradição dos mortos como um pesadelo a oprimir o cérebro dos vivos’” (ROLIM 2006, p. 46).

Elaborar métodos de monitoramento e avaliação de projetos pode parecer algo impossível quando a quantidade e a qualidade das equipes técnicas dos órgãos que executam as políticas de segurança pública são, muitas vezes, em número reduzido, o que explicaria, em parte, a inoperância de algumas equipes na execução em sua totalidade dos recursos financeiros atribuídos para investimento. Segundo Lima (2011, p.126), “Sem uma pauta de trabalho e instrumentos de governança, a tendência é que dirigentes políticos demandem ações pontuais e descontínuas deixando para a polícia a tarefa de atingir metas desejadas”.

A criação de um novo modelo de pensar e fazer com que o exercício legal da profissão policial, na perspectiva de aproximação do cidadão e da comunidade para a solução de problemas, seja mais identificado com práticas mais proativas do que repressivas e reativas é uma inspiração para os nossos governantes da segurança pública. Sherman, citado por Bayley (2001, p.36), afirma que:

A ação policial é proativa quando é iniciada e direcionada pela própria polícia ou pelos próprios policiais, independentemente da demanda dos cidadãos e até mesmo em conflito com a demanda dos cidadãos. A ação policial é reativa quando é iniciada e direcionada por uma solicitação dos cidadãos.

Segundo Lima (2000, p. 127), “discutir segurança pública significa discutirmos a qualidade da nossa democracia e a forma de gestão das instituições policiais e de justiça”. O que se pretende, então, com relação à criminalidade, é reduzi-la ao máximo. Portanto, é extremamente necessário que a relação das políticas de segurança pública seja elaborada por intermédio de uma intersetorialidade institucional no qual estejam bem definidas as ações de participação da sociedade, e a transparência de deveres e responsabilidades. São essas iniciativas que irão construir as relações democráticas, plurissetoriais e multiculturais de interação com as esferas responsáveis por uma efetiva política pública de segurança pública. Pois, de acordo com Saporì (2007, p.85), “a crônica divergência entre políticas repressivas e políticas preventivas de controle da criminalidade constitui um óbice à eficácia e à eficiência das ações governamentais nessa área”.

## 2.1 Aspectos Introdutórios da Formação do Estado

O Estado brasileiro tem grande importância na relação dos processos políticos e econômicos mundiais, tanto pela sua localização geográfica e tamanho continental do seu território, quanto por seus recursos naturais.

Hoje, esse mesmo Estado encontra-se definido como uma ferramenta política monitorada pelas classes dominantes que primordialmente se utilizam da punição como meio de preservação do *status quo* brasileiro onde, em concordância com Coutinho, percebo que “o Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma ditadura sem hegemonia, ou para usarmos a terminologia de Florestan Fernandes, uma autocracia burguesa”. (2008, p. 111)

Sendo assim, para além da sociedade de classes, compreendo a importância inicial da teorização característica de como se transformou o Estado capitalista fundamentado na evolução do proletariado mundial, sua força de produção e seus feitos econômicos e políticos para a segurança pública. A seguir me detive em uma breve reflexão de quatro aspectos que entendi serem fundamentais para compreender o porquê da conjuntura do biênio de 2016 e 2017, no qual o país se encontrava. São eles: o Estado Coerção, Ajustador e Estado Ampliado.

No **Estado Coerção**, compreendo que a classe dominante tem para si a posse exclusiva da violência sobre as classes menos favorecidas, uma supremacia ocidental. É através

da classe política que o domínio de outras classes é operado por meio de coação, imposição e tirania. Os Estados cujo domínio político se dá prioritariamente pela violência são categorizados como sociedades orientais<sup>29</sup> “na qual o Estado é tudo e a **sociedade civil** é primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2008, pag. 107).

No âmbito da “sociedade civil”, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da “sociedade política” — que Gramsci também chama, de modo mais preciso, de ‘Estado em sentido estrito’ ou de “Estado-coerção” —, ao contrário, exerce-se sempre uma “ditadura”, ou, mais precisamente, uma dominação fundada na coerção. (COUTINHO, 1994, p. 54).

Percebo que a é uma verdadeira arena de uma disputa de classes. Para que ela exista, é importante e fundamental haver uma intermediação entre duas partes – o Estado opressor e a base econômica. Sua estrutura se dá por um agrupamento encarregado pela criação e disseminação de princípios e valores da sociedade civil pelo consenso. Todavia, tanto a sociedade civil quanto a sociedade política possuem os mesmos propósitos: o de conservar o poder e o de domínio de classe ou de mudar, uma contra hegemonia.

Está difundida entre nós uma leitura liberal do conceito de sociedade civil (rebatizada frequentemente como ‘terceiro setor’), segundo a qual tudo o que vem da sociedade civil é bom, enquanto tudo o que vem do Estado é ruim. Trata-se de uma visão equivocada, que nada tem a ver com o conceito gramsciano de sociedade civil. Por um lado, pode haver uma sociedade civil hegemônica pela direita; e, por outro, não é possível promover transformações sociais significativas sem a ação de um Estado controlado pelas forças populares. (COUTINHO, 2008, p. 145).

Quando a Sociedade Civil e o Estado Coercitivo se encontram em harmonia, sem que este, se submeta ao domínio daquela, tem-se o **Estado Ampliado**. Percebo que um dos princípios basilares dessa concepção é de que não existe uma relação dicotômica entre sociedade política (repressão) e sociedade civil (consenso), não há ampliação do Estado, mas uma concepção de Estado ampliado como modelo para se compreender o conceito de hegemonia/contra hegemonia das classes.

---

<sup>29</sup> Coutinho em seu artigo *Contra a Corrente* nos diz que no oriente, o Estado era forte e a sociedade civil débil; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação. Portanto, não é que o Estado ‘ocidental’ seja fraco, débil; no Ocidente, o Estado também é forte, pode ser até mais forte do que numa situação oriental, mas o que caracteriza a condição ‘ocidental’ é que tem-se nela também uma sociedade civil forte e articulada, equilibrada e no controle da ação do Estado e sociedade civil”. (2008, p. 134)

Então, a modificação do capitalismo de Estado é definida ao passo que há uma alteração em sua essência, e não somente no seu aspecto exterior. Compreendo que o Estado ampliado, deixa de ser uma simples comissão administrativa dos *bourgeois*<sup>30</sup>, passando a ser um ambiente favorável a manifestações e disputas dos mais variados desenhos de sociedade, independentemente da hegemonia de qualquer das partes. Em conformidade com Coutinho:

Quando o país apresenta uma sociedade civil rica e pluralista (ou seja, quando é de tipo “ocidental”), a obtenção de uma ampla hegemonia deve preceder tomada do poder. A classe que se propõe uma transformação revolucionária da sociedade já deve ser dirigente (ou hegemônica) antes de ser dominante: Um grupo social [...] pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (essa é uma das condições principais para a própria tomada do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, tona-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. (1994, p. 59).

Com respeito ao Estado Ajustador, o esforço de demarcar distinções e inflexões na viabilização do modelo brasileiro de ajustes, Carvalho & Guerra (2015) fazem uma análise sobre a inserção do país no capitalismo financeirizado, o que seria exatamente a vivência brasileira de ajustes a partir de 1990. Elas enumeram cinco ciclos caracterizados como “neoextrativistas”, que se dão pela via do capital com a acumulação por espoliação. São eles: o “1º ciclo de estabilização da economia”; “2º ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno do consumo de massa”; o “3º ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo”; o 4º ciclo seria o “ajuste a direita” e o 5º ciclo o do “golpe de Estado jurídico, parlamentar e midiático”.

Trago a importância da criação de mais um ciclo em face da presente conjuntura da política brasileira. Parafraseando Carvalho (2016a), seria o 6º ciclo “o ciclo da ponte para o fascismo”, cujas palavras do então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, do governo Michel Temer, refletem a exigência do fascismo e traduzem o significado desse ciclo, cujo mesmo coloca que “nenhum direito é absoluto e o país precisa funcionar”. Esse ciclo acirra o neoliberalismo com uma combinação letal de uma política de austeridade com o capitalismo financeirizado do Estado, radicalizando o processo de ajuste do Estado, ajustando-o a lógica da expansão do capital ao mesmo tempo em que restringe as potencialidades da democracia ficando submetidas à lógica do mercado.

---

<sup>30</sup> Do inglês – burguês – Conceito utilizado por Coutinho (1994) para designar o indivíduo concreto que luta pelos seus interesses meramente particulares.

No neoliberalismo o que predomina é uma política de privatizações das indústrias e como resultado tem-se um retrocesso de décadas, *quicá* de séculos com o atual *modus operandi* do governo Temer somado a atual eleição de um candidato de extrema direita para a presidência da república. Vigilante, Gonçalves<sup>31</sup> coloca que:

A possibilidade de o Estado capitalista ampliar-se por outras vias, para além das forças de pressão da ‘Grande Política’ no dizer gramsciano. Os percursos da história recente, na América Latina e, particularmente no Brasil, apontam como possíveis vias de ampliação do Estado: as políticas públicas, como modo de “gestão da pobreza”. (CARVALHO & GUERRA, 2015, p. 4).

Com a velha política direcionando o destino da economia e das políticas públicas, a sociedade civil não pode apenas ficar observando. É preciso reorganizar-se, ir as ruas, criar forças políticas para voltar a se legitimar, fazendo-se necessário, gradualmente, criar uma sociedade socialista, onde cada ação tomada em direção ao socialismo seja cautelosamente analisada, “um esforço analítico no sentido de fazer do Estado Brasileiro contemporâneo um concreto pensado”. (CARVALHO & GUERRA, 2015, p. 2)

O **Estado Ajustador** aparece a partir de 1990, no governo do então presidente da república Fernando Collor de Melo, em que de forma atabalhoada começou a ser idealizada a reforma do Estado brasileiro iniciando com a lei das privatizações e dando seguimento a um processo de segregação com o Estado intervencionista. Sobre o Estado Ajustador Carvalho e Guerra diz que foi uma

[...] experiência tardia, intensiva e dependente de ajuste ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, submetendo o Estado aos ditames de expansão do capital, na configuração de um Estado Ajustador - Estado que ajusta e ajusta-se às imposições dos padrões de acumulação capitalista - a limitar, de diferentes formas, a força da Política, a restringir o domínio da Democracia, desenvolvendo Políticas Públicas Macro Econômicas de Ajuste, a privilegiar superávit primário, equilíbrio da balança comercial, no sentido da rentabilidade do capital financeiro e produzindo, ao mesmo tempo, uma precarização das Políticas Públicas, direcionadas para o atendimento da população brasileira. (2017, p. 272).

De todo modo, o presidente Collor, apesar de ter começado as privatizações, não conseguiu diminuir a inflação. Foram executados os procedimentos iniciais para a materialização do Estado mínimo com a fundamentação na redução dos gastos públicos e no

---

<sup>31</sup> GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC Editora. 2013.

combate a ineficácia das promessas de bons serviços para a população em áreas fundamentais, tais como políticas de segurança pública, educação e saúde.

Assim, impõe-se a reflexão acerca do padrão das políticas públicas, no âmbito do Estado Ajustador, na condição de configuração estatal dominante, [...] neste sentido, cabe incidir um olhar específico sobre as políticas sociais, em face do acirramento das desigualdades e das reconfigurações da pobreza que se amplia e se agravam. Neste olhar, delineia-se uma questão fundante: a concepção e a perspectiva de enfrentamento da pobreza encarnadas em tais políticas. (CARVALHO, 2010 p. 195).

A relevância que se dava para essa reforma do Estado era crescente e fundamentava-se na grande instabilidade em que vivia o Estado intervencionista. Foi então, no ano de 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que esta discussão se desenvolveu com mais robustez. Através do seu governo, deu-se início a um verdadeiro movimento propiciando a implantação da reforma do aparelho do Estado, intensificando as privatizações e os desmontes das políticas públicas, como a exemplo da seguridade social. Com o Plano Real, o Brasil entra definitivamente na agenda de Washington<sup>32</sup>, o Presidente Fernando Henrique Cardoso elegeu essa reforma como sendo o princípio de uma administração pública gerencial.

Há dois conjuntos de questões que balizam a trajetória futura do país, primeiro refere-se aos graves problemas estruturais observados no início do século XXI que tendem a reduzir a capacidade futura de desenvolvimento econômico, social, político e institucional do país. O segundo refere-se aos problemas decorrentes do uso de recursos externos para financiar investimentos, consumo e fuga de capitais, o que em última instância, implica maior vulnerabilidade frente aos fatores externos. (GONÇALVES, 2013, p. 5).

A reforma do Estado teve como mote principal aperfeiçoar os conhecimentos de gestão e controle público do Estado. Essa inovação administrativa foi exibida como alternativa para a falta de governança que pairava na administração pública, sobrepondo-se ao modelo burguês, outrora orientador da administração pública. Dessa forma, compreendo que “a periodização é importante para se destacar e analisar o diferencial de desempenho e as mudanças estruturais ao longo do tempo”. (GONÇALVES, 2013, p. 9)

---

<sup>32</sup> O Consenso de Washington ficou conhecido popularmente pelo encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizaram-se várias recomendações aspirando o desenvolvimento e a expansão do neoliberalismo nos países da América Latina.

Portanto, na busca por mais eficiência e modernização do aparelho do Estado, essa reforma se fazia urgente, dado que esse aparelho estatal se encontrava decadente e carente de recursos, especialmente no campo social. Conseqüentemente, era extremamente fundamental direcionar e reorientar o papel do Estado. Seria necessário colocar o mercado no comando da economia. Dessa forma, fundamentariam as privatizações das empresas estatais, causando uma longa e preocupante jornada de desequilíbrio vivido pelo Estado. Conforme Foucault:

A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história. Eis, portanto o que significa governar e ser governado. (1979, p. 282).

A relevância de uma reforma do aparelho do Estado estaria na sua flexibilidade e eficiência do trato com a administração pública, assim como na redução de custo, numa maior qualidade dos serviços ofertados e na valorização dos agentes por parte da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que o servidor é valorizado pelo seu trabalho, ele executá-lo-á com mais motivação. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p.8)

Bresser Pereira<sup>33</sup> (1995) apresentou quatro componentes como princípios básicos para essa reforma do Estado: “(a) delimitação de seu papel através dos processos de privatização, publicização e terceirização; (b) a desregulação; (c) o aumento da governança e (d) o aumento da governabilidade”. Dos componentes citados, o que criou uma maior controvérsia, acarretando em várias discussões, foi o da “publicização”. Com a chamada publicização haveria a transferência da gestão e prestação de serviços antes ofertado pelo Estado, como os serviços sociais – a educação e saúde, dentre outros – para o setor dito “público não estatal”, ou terceiro setor, composto por entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos.

O Estado deixaria então de ser quem executa de forma direta as políticas sociais, fazendo com que tais políticas deixem de ser serviços unicamente exclusivos do Estado, passando a desempenhar a atribuição de regulador das políticas. Nota-se que o Estado abriu mão da sua responsabilidade direta sobre as ações desenvolvidas, que pela lei seriam de sua responsabilidade.

---

<sup>33</sup> Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira é economista, cientista político, cientista social brasileiro, administrador de empresas, e formado em direito. É professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo e foi Ministro da Fazenda do Brasil no governo do Presidente José Sarney; Ministro da Administração e Reforma do Estado e Ministro da Ciência e Tecnologia, ambos, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quando o Presidente Fernando Henrique propôs a reforma do Estado brasileiro, foi bastante impulsionado a realizá-la, principalmente por entidades internacionais. Não diferente dos dias atuais, que também teve grande apoio da imprensa, posto que sua reforma fosse na verdade um esgotamento do aparelho político do Estado. De acordo com Coutinho:

A primeira manifestação deste “privatismo” reside no fato de que tal Estado sempre apresentou (para usar o conceito de weber) fortes características patrimonialistas, sendo tratado na prática, pelos seus ocupantes, como propriedade pessoal, o que levou aos muitos fenômenos de nepotismo, clientelismo, corrupção etc., que todos conhecemos e que prosseguem de certo modo até hoje. (2008, p. 125).

Com ideologia formulada através do *Consenso de Washington*, o neoliberalismo iniciou uma confluência perversa com a anuência de vários governos pelo mundo, gerando seus efeitos até hoje, mais de 20 anos depois. Com a agressiva crise econômica que assolou o mundo desde 2008, países entraram em declínio financeiro. Não obstante, tal crise fez uma desordem econômica bem maior nos países da América Latina. Segundo Sousa:

No que se refere ao Brasil, é peculiar seu processo de avanço neoliberal, pois na segunda metade dos anos de 1980, quando praticamente todos os países já se encontravam em maior e menor medida sob a égide dos preceitos neoliberais, este país passava, ao contrário, pela reafirmação do Estado como protagonista das transformações na sociedade brasileira. A forte ingerência do regime militar conseguiu a façanha de promover grandes mudanças na estrutura produtiva a partir de um aparente paradoxo de reforço do papel do Estado, ao mesmo tempo que agencia uma modernização capitaneada pelo grande capital internacional, lócus, por excelência, de pressão sobre os recursos do estado e de luta ideológica contra a própria intromissão deste último no processo de produção social. (p.45, 2010).

Vale salientar que a evolução do setor econômico brasileiro se deu através de sua política monetária, cujos grupos compostos por especialistas abasteciam o Estado de conhecimentos necessários a uma orientação mais eficiente e eficaz da sua política fiscal e econômica, para então, preparar-se para pôr em prática os programas e projetos de Governo. Projetos esses que perderam espaço no governo Temer e sem saber como irão ficar no governo do candidato eleito nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro, tais como as políticas sociais. Pois, a conjuntura política encontra-se associada ao avanço das políticas econômicas qualificadas por serem fundamentalistas, conservadoras e dominadoras das questões orçamentárias à conveniência do “liberalismo brasileiro”.

Essa qualificação fundamentalista e conservadora vem acompanhada dos pressupostos convencionais patrimonialistas assegurando o equilíbrio e o desenvolvimento dos

mercados por meio da flexibilização de privilégios e incentivos para a iniciativa privada em todos os níveis sociais.

A permanência do patrimonialismo herdado do período colonial é o melhor exemplo do atraso. Na República Velha, o patrimonialismo estava condensado na "política de governadores", que tinha como elemento pétreo o "é dando que se recebe". Desde a Proclamação da República, a percepção predominante talvez fosse que a expressão "é dando que se recebe", como símbolo mais representativo da realidade brasileira, poderia substituir a divisa positivista "ordem e progresso". (GONÇALVES, 2013, p. 30).

O conjunto das ideias neoliberais afirma que as despesas com a área social são onerosas demais para o Estado. Assim, passa a rejeitar uma ligação mais direta com as políticas sociais, mudando o norte da execução dessas políticas para a sociedade e organizações não governamentais. Com esse pensamento, o neoliberalismo se caracteriza pela involução dos direitos sociais, uma vez que propõe o esgotamento do Estado na aplicação das políticas públicas. Políticas essas que recebem orientações e passam a ser subordinadas ao capital especulativo. É dispensável realizar ponderações complementares para não acolher o ponto de vista de que o fardo da carga tributária no Brasil é responsabilidade do custeio público de direitos sociais.

Os investimentos na área dos direitos sociais têm perdido significativos espaços no campo das despesas públicas, pois, ao mesmo tempo em que os gastos fazendários vêm lucrando cada vez mais com as arrecadações do governo, o avanço tributário consegue fazer com que tais investimentos sejam vistos como exageros. De acordo com Paulani (2013, p. 98), "a economia brasileira hoje se insere no cenário mundial como emergente plataforma de valorização financeira, garantindo ganhos inigualáveis". Nessa perspectiva, a classe política aburguesada do Brasil, querendo usufruir desse cenário econômico, vem ganhando forças para demandar um custo tributário gigantesco para a sociedade. Para isso, criam novas leis e propõem emendas à constituição, como a aprovação da PEC 55<sup>34</sup>, do teto dos gastos públicos, que congela por vinte anos os gastos sociais para então se apropriar de uma parte significativa dos recursos públicos e direcioná-los aos interesses particulares do pequeno e seletivo nicho das elites oligárquicas brasileira.

---

<sup>34</sup> Ficou conhecida por parte da imprensa que não foi favorável ao golpe de 2016 como PEC da morte, segundo eles traria grandes prejuízos à população, representa não apenas a morte do Estado Social brasileiro, mas, também da maior expressão deste: a Constituição de 1988. Foi aprovada pelo Congresso.

Os órgãos e as instituições do executivo, judicial e legislativo são espaços de controle e dominação de elites oligárquicas, e para que eles sirvam de veículos a outras políticas e outros interesses precisa-se de uma grande transformação destes órgãos, e nem sempre a sociedade está consciente da necessidade e da urgência desta transformação (COSTILLA 2010, p.69).

São crescentes o entendimento e a disseminação da noção, por parte da elite oligárquica-política-golpista brasileira, de que o Estado não é uma entidade apta a proporcionar avanços e contribuições para a diminuição dos dilemas sociais. A “proposta liberal-corporativa, representativa dos interesses da burguesia, consiste em desmantelar o pouco que há de público neste Estado em crise e, como consequência, confiar ao mercado a regulação das relações sociais e econômicas” (COUTINHO, 2008, p.146).

A noção de que a esfera pública é incompetente e ineficaz, tem sido uma das principais motivações para que um Estado mínimo passe a assegurar a atuação do mercado, protegendo o equilíbrio e a flexibilidade do sistema financeiro. A conjuntura atual é o efeito de uma economia despolitizada e de uma política desnacionalizada.

Naturalmente, a experiência de liberalismo "real" no Brasil pré-1930 é de liberalismo imperfeito. As violações do *laissez-faire* ocorreram na maior parte do tempo em resposta a necessidades específicas. [...], além das disputas políticas entre as frações dos setores dominantes, determinados imperativos econômicos induziram a intervenção estatal. Dentre esses imperativos, cabe destacar: controle das finanças públicas (arrecadação tributária via taxação de exportações e importações); ajuste das contas externas (política cambial); acumulação de capital (intervenção estatal em selares como ferrovias e finanças); e estabilidade econômica (política, monetária expansionista e valorização do café) (GONÇALVES, 2013, p. 36).

A administração da dívida do País não pode ser tratada apenas como uma questão meramente técnica. É preciso ser tratada *ipsis litteris* como uma disputa política com influências diretas e indiretas na sociedade e nos seus interesses. A dívida pública brasileira encerrou o ano de 2015 num patamar de 66,2% do PIB<sup>35</sup>. Em 2016, fechou o ano com 71% do PIB brasileiro e para o ano de 2017, o orçamento está cotado em grande parte para o pagamento da dívida pública. Segundo Paulani:

Internamente, essa situação permite a expansão dos lucros financeiros, sem a concomitante acumulação produtiva, e o aumento de ganhos dos setores estritamente financeiros, como o bancário, o que gera enorme pressão para a manutenção da política. (2013, p.98).

---

<sup>35</sup> Fonte: Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acessado em: 6 de dez de 2016;

Segundo o Jornal O Povo<sup>36</sup> (*online*), o Banco Central projeta que a dívida bruta encerrará 2017 com 76,6% do PIB; 2018, com 78,1%; e 2019, com 78,7%, aproximando-se de 80%, zona considerada como extremamente perigosa para países com a economia semelhante à do Brasil. Logo, refere-se a uma concepção substancial das circunstâncias econômicas do País. O discurso do crescimento da dívida relacionado à máxima de que o governo gasta mais do que arrecada é uma falácia, pois esse crescimento é a combinação de juros elevados com a atividade econômica que o governo vem aderindo frequentemente. Trata-se, então, de um produto da política de juros alto. Paulani (2012) argumenta que “para que haja uma boa alternativa de mudança da política econômica atual, a primeira coisa a ser feita é acabar com os desapegos da política econômica voltada principalmente aos interesses privados”.

Para que isso aconteça, é fundamental diminuir a taxa de juros, que implicaria no aumento da aplicação de capitais e liberação das contas públicas concomitantemente. Uma solução seria alterar as condições da tributação e voltar o olhar para a distribuição de renda, bem como determinar limitações à atividade do mercado financeiro e melhorar serviços importantes como saúde, educação e segurança pública.

Esses breves conceitos foram para mostrar as vicissitudes do Estado vis a vis o capital, entrando sempre como uma relação dialética, porém, imprescindível para o ajuste do capital, regulando como a sociedade civil conduz seus projetos políticos, sinalizando a dificuldade brasileira de resolver a problemática da criminalidade contemporânea.

## **2.2 Concepção Política, Epistemológica e Teórica da Avaliação**

A concepção política aqui trabalhada tem relação com a ideia da biopolítica empregado por Giorgio Agamben (2007). Um deles é o do *homo sacer*. O *sacer* é uma vida inteiramente matável, instrumento de hostilidade que alcança com tamanha intensidade a esfera do sacrifício como a do contexto sócio-político. O *sacer* é um ser colocado para fora da esfera humana. O *homo sacer* encontra-se de um lado entre o matável e do outro aquele que não é sacrificado, fora do campo divino e do direito humano.

Procuro comparar o personagem principal da criação de Agamben, que é o *homo sacer*, aos personagens do cotidiano do território do Vicente Pinzón, pessoas comuns do povo com sua vida nua, matável, insacrificável, coberta da atividade política, que requer a integração

---

<sup>36</sup> Fonte: Jornal O Povo. *Online. Dívida deve chegar a 78,7% do PIB em 2019*. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/economia/2016/07/divida-deve-chegar-a-78-7-do-pib-em-2019.html>. Acessado em: 6 de dez de 2016;

na estrutura social, ainda que pela completa matabilidade. Para Agamben (2007), no atual sistema político, é indiscutível o fato de que:

lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político. Assim, exclusão e inclusão, externo e interno, bíos e zoé, direito e fato, entram em uma zona de irredutível indistinção.

Um sistema político, todavia, pode não estar obrigatoriamente tomado por uma compreensão de Estado, mas todo Estado é um sistema político em atuação. Contudo, novamente constata-se o sistema político como um território em lutas e forças, em que atores burocráticos visam a aprovação de princípios, ainda que por meio da força física. Nessa perspectiva, a propriedade da força física se torna um capital concentrado na construção dos Estados e a polícia é parte desse processo. Em harmonia com Bourdieu (1993):

Es la concentración del capital de la fuerza física que há sido privilegiada en la mayoría de los modelos de las génesis del Estado, desde los marxistas, inclinados a considerar al Estado como un simple órgano de coerción, hasta Max Weber y su definición clásica, o de Norbert Elias a Charles Tilly. Decir que las fuerzas de coerción (ejército y policía) se concentran es decir que las instituciones que tienen el mandato de garantizar el orden se separan progresivamente del mundo social ordinario; que la violencia física no puede ya ser aplicada sino por una agrupación especializada, encomendada especialmente a ese fin, claramente identificada en el seno de la sociedad, centralizada y disciplinada (BOURDIEU, 1993).

Dentro do atual sistema político existem os cidadãos tutelados que esquadrinham o corpo e a espécie – tudo é um constructo social, moldado pelo controle da espécie onde quem morre são as vidas matáveis. Para tanto, concordo com Locke (1994) quando ele coloca que os homens, em sua condição natural, são dotados de absoluta liberdade e igualdade, na qual ninguém tem ou pode mais que os outros. Assim, a condição natural dos homens é:

[...] um estado em que eles sejam absolutamente livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir a autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade [...] um estado, também, de igualdade, onde a reciprocidade determina todo o poder e toda a competência, ninguém tendo mais que os outros [...]. (LOCKE, 1994, p. 83).

Entendo que apesar desta condição de independência e de liberdade, por vezes existentes no seio da comunidade, a condição de natureza não condiz a uma situação de tolerância, que permite qualquer coisa. É dado que nenhuma pessoa pode prejudicar o outro em

três aspectos que julgo importantes: na sua liberdade, na sua vida ou sua saúde. O arquétipo de conduta que Agamben chama de auto conservação se torna dominante, na acepção de que cada um é determinado a se preservar, bem como, cuidar para a conservação do resto da sociedade.

Já numa perspectiva epistemológica, utilizo o termo empregado por Foucault: o biopoder. Esse termo é capaz de manter a centralidade no estabelecimento do poder nos dias atuais, naquilo que Foucault diz ser a "gestão calculista da vida" e da "administração dos corpos". Portanto, trabalho com a ideia de que as mudanças da vida, sendo instrumento do poder soberano, acarreta em sua limitação ao estado de uma simples vida biológica, vida essa que já se encontraria concluída para ser regida pelos mandatários do *status quo* ou, ainda, limitada àquilo que Agamben chama de "vida nua".

Nesta perspectiva, a colaboração mais significativa de Agamben para esta discussão sobre os arranjos do biopoder constitui-se em revelar como a vida nua vai aos poucos conjugando na sua plenitude com o espaço político, no entendimento de ela ser colocada como a representação predominante da vida que pode surgir no núcleo do espaço político. Isto acarreta como consequência entender qual a estrutura própria a um poder que estabelece limites à vida humana ao estado de uma simples vida biológica. É neste contexto que se articulam as ideias de "*Homo Sacer*" e "Estado de Exceção" os quais foram abordados em todo o desenvolvimento desta pesquisa.

Perseguindo esse referencial no trabalho investigativo que foi desenvolvido nesta pesquisa avaliativa, procurei identificar e problematizar os principais efeitos do Ceará Pacífico a partir da comunicação dos diferentes discursos que o instituem e sua implantação no cotidiano da comunidade do território do Vicente Pinzón. Para tanto, busquei na inspiração foucaultiana os conceitos de discurso, regime de verdade e governamentalidade como centrais na análise que foi desenvolvida.

Foucault (1979) compreende por governamentalidade, conceito ocidental, como uma configuração do exercício de poder intitulado governo, governo dos outros, da norma de uns sobre os outros. Concordando com o autor, compreendo que existiu uma orientação que conduziu o surgimento do Estado governamental e a urgência de hábitos de governamentalidade aspirando ao governo da população.

Sendo assim, o advento do Estado Moderno Liberal dá início a uma natureza governamental em que a gestão das ações das pessoas é apropriada pelo Estado, passando a ser de seu cuidado. Dar-se início ao estabelecimento de um novo formato entre os hábitos de governo do Estado e a cultura e a organização das pessoas. O comportamento do governo passa a ser de observar as rotinas pertencentes aos indivíduos e às coisas, muito mais do que em

relação ao território. Um controle da espécie e não apenas das individualidades na segregação da vida em vidas dignas e vidas matáveis um racismo do Estado, presente nos limites políticos e racionais de uma política pública – fazer viver/deixar morrer – uma crise anunciada, cultura institucional refratária.

Desse modo, entendo que existe um revés do Estado na problemática da organização social. Acredito que o surgimento de uma nova ordem de governo definida sobre o governo dos homens somada a uma estratégia de governo que determina estimativas ao modo de governar, seja o mais viável e, também, o mais prudente sobre esse novo modo de governar.

Em concordância com Foucault (1979), compreendo que o Estado estabelece três aparatos de segurança: a polícia, as novas estratégias diplomático-militares e o exercício de poder pastoral. Este tripé possibilita a governamentalidade do Estado. A governamentalidade “tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p.291). Esses três aparatos engrandecem o governo e são percebidos como a configuração apropriada para organizar as coisas e direcioná-las a uma meta estabelecida que mude conforme com o que se planeje governar. Acredito que a grande demanda do Estado está no vínculo que se retoma entre o governo, a segurança e a população.

Nesta pesquisa, a compreensão de governar foi referente ao exercício de poder pelo Estado, de forma que fossem regras que se propunham racionalidades que possibilitassem a governança apoiados em princípios que fizessem o Estado prosperar e se tornar forte. Foi incentivado a arte de governar que envolve o estudo de racionalidades que permitam ao Estado governar o melhor possível dispondo sobre as ações necessárias e as que são dispensáveis. Compreendendo o planejamento das ações do Estado de modo que este possa ser limitado em sua atuação “no que é interno à prática governamental nos objetivos do governo” (FOUCAULT, 2008, p.16).

A concepção de avaliação de políticas de segurança pública aqui utilizada segue os pressupostos de Cano (2012), em que a gestão das práticas policiais é inevitável para assegurar um policiamento competente e comprometido com o trabalho e para distanciar-se dos desvios de função. Como a função policial exige uma discricionariedade inerente à profissão, a gerência do agente no seu ambiente de trabalho diário consiste em uma problemática para os governantes de segurança pública.

No Ceará, verifiquei que a definição de gestão do exercício policial habitualmente vinha sendo percebida como o talento de coibir excessos realizados pela polícia, seja por meio da repressão ou da prevenção desses desvios. Esse trabalho é realizado pela Controladoria Geral

de Disciplina (CGD), criada desde 2011, que atua na avaliação da conduta dos servidores subordinados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS). Contudo, defendo que a concepção de controle não deve ser restrita à correção das falhas dos policiais, mas, sobretudo abranger, entre outros pontos, a familiaridade e a comunicação por parte da sociedade do trabalho das polícias e a vocação de apresentar novas ideias e de motivar as decisões tomadas pelos grupos policiais.

Abordar a temática da segurança pública numa conjuntura democrática é cogitar que, ao sugerir projetos e políticas neste campo, elas têm a necessidade de ter um princípio que vá de encontro a uma ideia de uma cultura institucional refratária ao controle social por todas as áreas da sociedade civil. A partir do seguimento de idealização democrática da coletividade civil brasileira, aparecem atuais e velhas necessidades da sociedade e da esfera pública, para orientar e debater temas significativos para transformar a administração pública mais competente e colaborar para o crescimento democrático.

No contexto da política de segurança pública existem vários problemas e objeções a serem desafiadas para transformar, estritamente, as instituições policiais com traços mais coletivos e acessíveis aos debates e interesses de diversos atores sociais aptos a possibilitar e prestigiar a esfera pública, ao compreendê-la como espaço político que:

(...) resulta diretamente da ação em conjunto, da coparticipação de palavras e atos. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se os muros da polis e os limites da lei fossem erguidos em torno de um espaço público preexistente, mas que, sem essa proteção estabilizadora, não duraria, não sobreviveria ao próprio instante da ação e do discurso (ARENDETT, 2001, p. 210).

As conjunturas socioeconômicas e políticas da década de 1980 foram favoráveis ao crescimento da violência como fenômeno social gradativo na sociedade brasileira oriundo de múltiplos acontecimentos, entre os quais a própria agitação social e os modelos de resistência expostas pelo esgotamento e insatisfação com a ditadura por parte da sociedade brasileira combinadas ao enfrentamento político pelo desenvolvimento da popularização democrática do país e à restauração de liberdades democráticas e civis.

Além disso, juntam-se também as dúvidas geradas pela inflação crescente da década dos anos 1980, que teve como resultado a expansão do desemprego e da desigualdade social, assim como o surgimento e o crescimento do crime organizado e a progressiva prática do tráfico de drogas. Como salienta Zaluar (2004, p. 210), ao longo do processo de redemocratização, ocorreu a transformação na “organização transnacional do crime, que afetou

principalmente as regiões metropolitanas e, nelas, os bairros populares e as favelas”. Essas são conjunturas nas quais, para Wieviorka, a violência tem o signo de uma subjetividade recusada, falida, deformada, deprimida, fracassada. Deste ângulo, a violência é passível de revelar-se na relação ou no embate de subjetividades destruídas e recusadas, como se percebe em certos conflitos, onde o sentimento, por parte dos conflitados, de não serem reconhecidos expõe os policiais à certeza simétrica de serem ofendidos ou desvalorizados por aqueles que ele deve reprimir (WIEVIORKA, 1997.).

A baixa presença do Estado provedor (presença em exceção) impede o cumprimento dos direitos civis, estabelecendo um campo fértil para o desenvolvimento do que Vera Telles chama de “sociabilidade negada”, que, de acordo a autora, é o espaço “em que talvez se tenha uma chave para compreender as relações (em negativo) entre violência e cidadania” (TELLES, 1996, p. 108). A construção de um espaço público com graus crescentes de autonomia e de institucionalização poderá criar o espaço para consolidação de ações mais globais frente a preferências particularistas, espaço de participação da comunidade. Nas definições propostas por Wieviorka, de cujas pensamentos os tomo em defesa à minha exposição: se a violência, mesmo não política, refere-se ao cerne onde se dispõe a política, isso quer dizer que ela se manifesta e se fortaleça por meio das angústias e das fronteiras do jogo político, e que ela pode do mesmo modo, se as circunstâncias políticas se encontrarem reunidas, retroceder ou sumir em relação a um procedimento institucional das ações que ela vem explicar (WIEVIORKA, 1997.).

Já Dagnino (2002) diz que, nos últimos vinte anos, se criaram áreas públicas de desenvolvimento e popularização da administração estatal no Brasil, com destaque para temas como a cidadania e da importância da atuação da sociedade na direção de atividades de utilidade pública e coletiva. Há de se concordar que isso mostrou um avanço em nossa sociedade democrática, cujas apostas seriam nas possibilidades de parcerias e de práticas em conjunto a partir dos “encontros” entre Estado e Sociedade. Dagnino (2002) afirma que muitas das demandas que foram levantadas nas décadas de 1980 e 1990 foram conhecidas por reivindicações sociais e vitórias, tendo como ponto central a visão “do direito a ter direitos”, como lembra Telles (2002), sendo a ideia de cidadania conhecida como exitosa e demandando a mobilização de esferas da sociedade na consumação desses direitos.

Entretanto, na atual conjuntura, reitero o pensamento de Paulani (2012), quando afirma que o Estado brasileiro sempre teve um papel definido.

O Estado sempre funcionou no Brasil como a locomotiva do processo de acumulação. No momento final da etapa desenvolvimentista, conduzido pelos militares, essa

função do Estado brasileiro tinha tomado a forma de um vigoroso e bem estruturado setor produtivo estatal (SPE). Quando o Estado sai dessa cena, por força dos imperativos neoliberais, a acumulação produtiva estanca e depois regride. Ela só é retomada em meados dos anos 2000 com os investimentos estatais (PAULANI, 2012, p.98).

Vivencia-se a desestruturação das políticas públicas e, por conseguinte, o tensionamento da seguridade social no Brasil, que ora atende aos interesses sociais, ora segue as determinações do capital. Nesse cenário permeado pelo ideário neoliberal, o Estado mínimo pode viabilizar o Estado máximo para o Capital.

Na primeira gestão de Camilo Santana, percebo que o Estado vem reduzindo ações e investimentos no âmbito da proteção social, mas, mantém-se atuante na busca de seus interesses.

A intervenção estatal na sociedade brasileira sempre teve um papel fundamental, de modo que, nos dias atuais, presencia-se o paradoxo do “regresso sem partida”, na defesa de retorno da intervenção do Estado no centro da cena pública, sendo que está sempre permaneceu regulando as relações. (CARVALHO, 2010).

A violência é imagem negativa da urbanidade e quebra com as regras sociais, ou, como nos fala Adorno (1995), transgrida os direitos constituídos, pois tanto a violência como o crime ofendem os direitos civis (direito à vida, à integridade física, à segurança, à liberdade, à justiça e à propriedade). Nesse mesmo sentido, O’Donnell (1999) reitera que no Brasil os direitos civis, que são apontados como as bases de apoio dos direitos sociais, estão numa enorme falta de legitimação, circunstância que admite a emergência de violências.

A violência qualifica-se por uma ofensa natural aos direitos civis e à própria justiça. Com base na perspectiva processual, à justiça importa essencialmente a igualdade entre as pessoas na posição de indivíduos sujeitos à lei e envoltos em redes de responsabilidade. A ligação entre a cidadania política e a cidadania civil é adotada por Habermas (1997, p. 302), que alega sobre a “dependência mútua entre as liberdades de ação do sujeito de direito privado e a autonomia pública do cidadão”. O distanciamento e a privação de legitimação dos direitos civis, políticos e sociais estimulam traços de violência, dado que criam restrições e privações sociais que contradizem a condição humana.

A condição humana, de acordo com Arendt (2010), é esquecida quando a pessoa passa a ser violentado socialmente por não ter acesso aos direitos sociais e civis, tais como educação, moradia, emprego, saúde e lazer. O não atendimento de direitos atua como fomentador da tentativa de atitudes violentas. Por meio dessas atitudes, a violência

instrumental, seguida pela interpessoal, se evidencia cada vez mais. São provocadas, na maioria das oportunidades, pela ausência de meios para obtenção de renda. São constatadas no campo das convivências entre os indivíduos com a diminuição do outro, quando matar e morrer se banaliza, e a vida pouco a pouco perde seu valor. Como exemplo tem-se o que vem ocorrendo na cidade de Fortaleza, onde o ano de 2017 culminou com 5.134 CVLI.

### **2.3 Democracia, Violência e Segurança pública**

Abordar a insegurança como matéria específica de segurança pública desafia o entendimento do funcionalismo político e econômico da violência, do extermínio recente e do encarceramento de elementos significativos da parcela de jovens negros moradores de periferias. A limitação do entendimento da violência ao tema da segurança enfraquece, sobretudo, o conhecimento das formas pelas quais o comportamento criminal manifesta-se na emergência das facções contemporâneas e se torna gradativamente politizável, indo de encontro a todas as perspectivas públicas.

O ingresso de jovens na criminalidade é consequência da ausência de políticas públicas de proteção juvenil. Não acho correto responsabilizar os jovens como personagens principais da criminalidade, especialmente porque muitas vezes a própria polícia ignora os principais fatores sociais que causam a violência. Misse (2006) faz lembrar as ameaças contidas nos materiais e nas estatísticas oficiais a respeito da criminalidade no Brasil. Para ele, o obstáculo da desigualdade entre a criminalização legal e a criminalização de fato é universal, da mesma maneira que os instrumentos de seleção e de alteração dos dados. Porém, esses atributos não anulam o cálculo oficial, porque se acredita que a criminalidade registrada é a mesma que é mais perseguida, e aquela que causa maior reação social, o medo da violência.

É necessária uma atuação conjunta de setores dos governos federal, estaduais e municipais que contribuam para uma política social da segurança pública. Contudo, é importante a abertura para o diálogo trabalhando o ponto de vista apenas militarista da segurança. Em concordância com Freitas:

A transferência de responsabilidade não é justa, porque a Polícia atua num vazio de políticas de segurança efetivas”, acrescentou. Duas ações, de acordo com Geovani, devem ser fundamentais quanto à violência e os jovens que a compõem: combate ao narcotráfico e a garantia de assistência social a crianças e adolescentes em situação de drogadição. “Os órgãos de segurança devem essa resposta à sociedade, mostrando quem são os grandes narcotraficantes e punindo-os. E a assistência social deve garantir os direitos àqueles que se tornam vulneráveis. O jovem em drogadição precisa

de reabilitação e não apenas ser marginalizado. Eles ainda não são autores da criminalidade e a única instituição que os vê é a da repressão, a Polícia (FREITAS, G. J. de O ESTADO, Jornal. 28 de fevereiro de 2013).

A experiência de Fortaleza articula uma problemática cujo eixo principal é o crime violento, cujos atores típicos são os traficantes de drogas ilícitas, cujo principal ambiente são os chamados territórios de pobreza, no caso, as favelas e comunidades periféricas, e cujos atores secundários são seus jovens moradores.

Em concordância com Feltran (2011), confiro que a problemática da segurança pública tem suas características locais muito significativas para serem ignoradas. Entendo essas características a partir da conexão de dispositivos sociais transversais aos diferentes universos empíricos observados a sua volta.

Compactuo com Freitas (2017), quando coloca que o Ceará Pacífico traz novos ares visando à construção de um modelo de Segurança Pública por meio de um novo jeito de gerenciar a crise de Segurança hoje no Ceará. Falta, entretanto, autocrítica das organizações diretamente envolvidas que possibilite romper suas próprias fronteiras e culturas corporativas enraizadas. Segundo ele:

O que ouvimos nos discursos institucionais e o que vemos e escutamos sobre as experiências cotidianas da população com a Polícia e suas formas de policiamento nas periferias, com seus territórios ocupados por facções criminosas, atesta, na verdade, pirotécnicas discursivas e nebulosidades institucionais que mais contribuem para borrar as fronteiras entre segurança e insegurança do que soluções efetivas e duradouras para a população. (FREITAS, G. J. de O POVO, Jornal. 08 de outubro de 2017).

É necessário um intenso remodelamento do atual modelo de segurança pública do Ceará, transformando a visão da formação, da política de carreira profissional, do sistema de clareza das intervenções e da não militarização, com ações mais abrangentes e deixando de agir apenas com ações pontuais, muitas vezes embaladas pelas conjunturas política-eleitorais, que se valem da política do terrorismo com a população para conseguir aquilo que a sociedade apavorada demanda e quer de modo célere, que é a redução da violência.

No esforço de expor aqui um debate sobre a temática da política pública de segurança, tive como propósito caracterizar alguns dos princípios que tornaram essa discussão impermeável às alterações determinadas por uma sociedade democrática juntamente com políticas públicas que procurasse anular ou, pelo menos, aliviar os problemas que uma má gestão possa causar.

### **3 O PERCURSO DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DENSA DE IMPACTO: DISCUSSÕES E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Sobre os aspectos éticos da pesquisa, afirmo que os procedimentos utilizados aqui obedeceram aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos como a Resolução 466/12 – CNS-MS – Ministério da Saúde, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; e a Resolução 510/16, que trata das normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvem utilização de dados diretamente obtidos com os participantes.

Nos últimos anos, a avaliação de políticas públicas no Brasil vem alcançando grande evidência como um mecanismo obrigatório no método de organização das intervenções dos órgãos administrativos, com competências efetivas sobre a execução das políticas. A importância crescente da avaliação é parte de um *upgrade* que vem acontecendo nos governos, consequência de uma progressiva reivindicação da sociedade por melhor atuação nas deliberações governamentais, pela qual se movimenta o arquétipo governamental da gestão da segurança pública.

Sob a regência da filosofia liberal, desde meados da década de 1980 o exercício de avaliação de políticas públicas passou a declinar com atitudes bastante rígidas, como a primordialidade na diminuição considerável da participação pública no exercício da economia, principalmente pela contração das despesas do governo, uma vez que a diminuição da carga tributária proporcionou uma ampla redução do protagonismo estatal no papel da atividade econômica no setor da concepção e gerência das políticas sociais.

Vale salientar que, na década de 1990, foi restabelecida a importância da avaliação de políticas públicas, uma resposta à indiferença que se tornou o pensamento liberal, atraindo, assim, um dever maior de valorização da influência política na concepção da avaliação. Com base nesse entendimento, busco trabalhar com dimensões metodológicas avaliativas, introduzindo métodos quantitativos e qualitativos na elaboração da avaliação, com ênfase na dimensão político-técnica (SILVA et al., 2008).

A respeito do Brasil, a avaliação de políticas públicas é uma atividade bastante atual, fazendo parte dos governos na construção dos Planos Plurianuais (PPA), implementados pela Constituição de 1988, em que se coloca a avaliação dos objetivos determinados e realizados nos Programas governamentais. Na interpretação de Holanda (2006), a prática de

avaliação de políticas públicas no Brasil se restringia principalmente ao regime de elaboração e organização de políticas.

Segundo Holanda (2006), o termo “avaliar” quer dizer, de forma genérica, imputar uma importância ou qualidade a alguma pessoa ou alguma coisa; com um propósito específico, faz com que a avaliação não somente meça um valor, mas igualmente examine de forma crítica a importância de uma política social, apontando sua função e relevância para o contexto social. Nessa perspectiva, o procedimento de avaliação envolve-se numa aparência mecanicista ou neutra, desprezando, contudo, os fatores subjetivos de justiça ou valores incumbidos pela análise e avaliação das políticas públicas e sociais.

Em conformidade com Arretche (1999, p. 29), considerando que ao conceder uma importância, uma competência a determinada política governamental, o pesquisador o exercerá em concordância com seus princípios e valores, investigando-a, logo, “[...] a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita)”. Tratando-se de algo próprio, tais competências e valores induzem consideravelmente, na observação analítica do pesquisador, prevenindo que a avaliação seja neutra ou meramente tecnicista. Segundo esta visão entendo que a avaliação conquista uma proporção política, submissa às inclinações contrárias dos diversos atores sociais, dedicados ou não na continuação ou término de uma política pública.

Mas, finalmente e de modo algum menos importante, as avaliações de eficiência, embora bastante negligenciadas, impõem-se porque a eficiência é um objetivo democrático. Na verdade, ao dispor de recursos públicos e ao implementar políticas públicas, o governo está gastando um dinheiro que não é seu; ao fazê-lo, o governo está gastando o dinheiro do contribuinte. Ora, a probidade, competência e eficiência no uso dos recursos publicamente apropriados constituem, em regimes democráticos, uma das condições para a confiança pública (*public. confident*) no Estado e nas instituições democráticas. (ARRETCHÉ, 1999, p. 35-36).

No intuito de caracterizar os aspectos da efetividade no sentido de entender como a política pública realiza sua tarefa, atinge suas metas e se adapta a inovações e frequentes transformações sociais, “nossa avaliação da efetividade estaria centrada, portanto, na quantificação do efeito atingido sobre o problema público a partir da intervenção nas suas causas”, consoante a Durante e Borges (2011). Já no fator eficiência é preciso

avaliar se os órgãos de segurança pública estão executando as ações obedecendo aos requisitos básicos necessários para alcançar os melhores resultados. [...] para avaliar as instituições de segurança pública é importante entender quais as suas atividades e o que representa segurança pública [...] a criação de um sistema de indicadores de desempenho de segurança pública torna-se fundamental no exercício da gestão pública e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade. (DURANTE E BORGES, 2011, p. 9-10).

Sendo assim, desenvolvi alguns procedimentos técnicos tais como – Pesquisa de campo com participação observante e observação direta; abordagens macrosociológicas dos problemas, por meio de métodos quantitativos; estudos em nível microsociológico, para que, em conjunto com o macro, pude compreender mais densamente os problemas e contribuir mais efetivamente com as políticas na área da prevenção; busquei as relações de causa e efeito entre fenômenos relevantes do processo de transformação social, que como objetivo, trouxe dados, indicadores e tendências observáveis como o levantamento estatístico e bibliográfico de criminalidade, violência urbana, assim como, documentos oficiais, legislação penal, processual penal e seus resultados e efeitos esperados, da mesma maneira que estatutos e leis da cidade de Fortaleza e do governo do estado do Ceará. Foram abordados dados de associações, sindicatos e da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP/CE) que reuniam conteúdo da política pública de segurança aqui focalizado. Frequentei conferências, reuniões, seminários e a própria UNISEG do território do Vicente Pinzón e os bairros de sua abrangência. Portanto, foi de fundamental importância para o êxito de uma política pública ter considerado as diferentes etapas que a compõem desde a sua formulação, implantação e resultados, estando a avaliação presente em cada uma dessas fases (HOLANDA, 2006).

Para compreender a dinâmica de políticas implementadas em diferentes momentos históricos, concebidos a partir de modelos político-econômico-sociais específicos, faz toda a diferença perceber como são acionados elementos de ordem simbólica – elementos étnicos e identitários: valores morais, cívicos e éticos; ideias [sic] e símbolos articulados a ideologias do progresso e da modernização, dentre outros. (RODRIGUES, 2014, p. 59).

Por conseguinte, ganhar a disputa do jogo político-institucional implicando no acordo entre medidas modernas centradas na educação, na administração e no *upgrade* tecnológico do governo, bem como a execução de compromissos sociais e de reformas estruturais, que não se encontrem somente no campo da natureza legal.

Se houve uma conclusão a que esta pesquisa pudesse chegar, com certeza disse respeito à necessidade de reconhecimento de que os temas aqui analisados foram, na prática, referenciais empíricos de como os conflitos sociais são operados na atualidade e na contemporaneidade.

### 3.1 Paradigmas da Avaliação Densa de Impacto

Trabalhei com o entendimento de Nilson Holanda (2006), em que a avaliação de políticas públicas é um procedimento disciplinado e ordenado na busca de aferir os impactos e resultados das políticas públicas mediante a formulação de um juízo objetivo sobre a relevância, o valor, a utilidade, o mérito, a eficiência, a eficácia e a efetividade dessas intervenções.

Essa avaliação abraçou as mais diversificadas questões da política pública de segurança, que se estende da ideia inicial até a sua elaboração, desenvolvimento e execução, além da comparação dos seus efeitos e resultados de médio e longo prazo. A avaliação é um instrumento para maximizar a eficácia (em termos de fins alcançados) e a eficiência (do ponto de vista da economicidade dos meios) das políticas governamentais, numa condição de recursos cada vez mais insuficientes.

Declara Holanda (2006) que o obstáculo brasileiro não é em tal grau o de elevar as despesas sociais, mas de aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade de sua execução. Para esse fim, entendo que é essencial a institucionalização de métodos de avaliação de políticas públicas que possibilitem a concentração de recursos com um risco menor e com maior efetividade, aumentando o impacto da política governamental acerca dos parâmetros sociais, retornando o gasto social de forma mais eficiente, eficaz e abrangente.

Ainda nesse mesmo sentido, Holanda (2006, p. 40) discrimina a política pública em Programas e estes, em projetos, o que constitui um processo sem o qual o poder público não teria como intervir na realidade:

Para que se transformem em realidade as políticas públicas precisam ser detalhadas em Programas e projetos. Na ótica do ciclo do planejamento, os Programas são conjuntos de projetos interligados por relações de complementaridade ou por objetivos comuns.

Percebo que o sistema de avaliação pode ser elaborado em múltiplas esferas perante inúmeros aspectos, mas sempre pode-se imaginar o esclarecimento de um arquétipo de avaliação, isto é, de um panorama de padrões que procura desempenhar a coerência interna ou o princípio que está implícito à interferência da política, o que é intuito da avaliação.

Silva (2008) nos apresenta o conceito de “abordagem participativa” na avaliação de políticas públicas se utilizou na pesquisa de campo. Ela defende que toda política pública deve ser percebida na relação dialética entre duas dimensões: 1) Técnica; 2) Política. E que esses procedimentos se estruturam, se organizam e se concretizam a partir de interesses sociais

organizados, buscando articular diferentes sujeitos e grupos com expectativas diversas dentro de um jogo de interesses.

[...] destaco a avaliação como um possível instrumento que pode ser utilizado por segmentos sociais organizados para o fortalecimento da pressão social sobre o Estado no sentido da conquista de direitos sociais, haja vista as informações que a avaliação pode gerar e publicizar sobre políticas e Programas sociais. (SILVA et al., 2008, p. 111).

Neste jogo, junto com a autora, defendo uma ciência “comprometida” com a intencionalidade, ultrapassando a noção de neutralidade da ciência positivista, onde a pesquisa como geradora de conhecimento deve contribuir na formação de uma consciência de classe, instrumentalizando o controle social popular a partir das informações produzidas numa aliança entre pesquisadores e as classes populares na perspectiva da transformação social.

[A ordem política da avaliação] se refere à verificação dos propósitos da política ou Programa em relação aos princípios de justiça minimamente aceitos, bem como à possibilidade de as avaliações contribuírem para o controle social dos Programas sociais e servirem de instrumento de pressão social sobre o Estado. (SILVA et al., 2008, p. 116).

Reforço que no caso da avaliação da política de segurança pública do Ceará, essa abordagem participativa significa a superação de um processo histórico que marca o desenvolvimento das políticas sociais e das dinâmicas do Estado, quais sejam: o paternalismo, o assistencialismo e o clientelismo, que empatam o processo criticista formativo das classes subalternas sobre as políticas do estado, fortalecendo um ciclo de dominação.

Para Cano (2012), em algumas situações as avaliações de políticas de segurança pública se restringem apenas a relacionar, por exemplo, o antes e o depois da incidência criminal. Isso acaba sendo pouco para estimar o impacto, uma vez que o progresso negativo ou positivo do acontecimento do crime pode refutar a alguns outros princípios. Na presente investigação, se existe uma inclinação à redução dos homicídios em Fortaleza, por exemplo, um resultado positivo no território do Vicente Pinzón deve apontar uma retração deste fenômeno nessas comunidades, melhor que a obtida para o restante da Capital.

Se a redução no território do Vicente Pinzón ocorreu no mesmo grau do que na totalidade da Capital, entendo como uma variável importante, buscando por outras vias para verificar a carência de impacto do Programa. Assim, a avaliação do impacto do Programa no grande Vicente Pinzón deve ponderar, impreterivelmente, o progresso no território como um

todo. No geral, entendo que o impacto deve ser ponderado por meio de múltiplos confrontos no decorrer do processo avaliativo, tais como:

a) Comparações dos parâmetros nos territórios-alvo da ação nos períodos anteriores e posteriores a ela, ou seja, construção de série histórica sobre as regularidades estatísticas do Território;

b) Comparações dos indicadores conseguintes à intervenção com a projeção considerada com base dos valores anteriores, observando a sua inclinação. Ou seja, se existia uma disposição ao crescimento anteriormente à política pública de segurança. Por exemplo, a conclusão posterior deve ser contrastada com o valor estimado para esse mesmo instante a começar da tendência preexistente;

c) Comparações de fatores anteriores e posteriores com os de outros territórios onde a política pública de segurança não foi executada.

Especialmente no campo da segurança pública, os obstáculos confrontados pela avaliação de impacto são ainda maiores (CANO, 2005), pertinentes às suas especificidades. Entre elas, destaco três pontos a seguir:

a) Presença de resultados em períodos médios e longos;

b) As deficiências das fontes, especialmente dos documentos oficiais por razão de sub-registro, dentre outros;

c) A mudança da ação criminal da área da intervenção para outras regiões.

Este último tópico requer atenção especial porque trata-se das migrações do crime.

Assim, compreendo que:

É importante frisar, contudo, que o deslocamento ou a migração criminal não são completos. Isto é, na medida em que as condições para os delinquentes operarem no novo local ou na nova modalidade não são tão propícias como no caso anterior (supõe-se que é por isso que eles agiam tradicionalmente daquela forma e naquele local), a quantidade de crime que é deslocada deveria ser, necessariamente, inferior à cometida originalmente. (CANO, 2012, P.15).

De certo modo, esta diáspora<sup>37</sup> foi vista em toda esta pesquisa de avaliação densa de impacto, pois, caso contrário, uma intervenção poderia acabar reduzindo apenas uma

---

<sup>37</sup> Na perspectiva de Stuart Hall, dentro dos estudos culturais o conceito de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença: por um lado está fundado em uma ideia que depende da construção de “outro”, e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Por outro lado, sabendo que o significado é crucial à cultura, tem-se a noção moderna pós-saussuriana que insiste que o significado não pode ser fixado definitivamente, pois está sempre em movimento. Hall afirma que a distinção de nossa cultura é manifestamente o resultado do maior

pequena parte da criminalidade e deslocando o resto, o que poderia ser ineficaz tendo em vista uma avaliação de custo-benefício.

Institucionalmente, o Programa Pacto por um Ceará Pacífico se coloca como uma política de segurança pública, assim como um Programa de articulação intersetorial, coordenando as parcerias com diversos órgãos e Secretarias com o intuito da diminuição da criminalidade, da violência e contribuindo para o aumento da sensação de paz da sociedade civil. Neste entendimento, a proposta de Avaliação em Profundidade que também realizei aqui com o conceito “hermenêutica compreensiva”, mergulhou densamente no local da pesquisa de forma ampla, profunda, minuciosa, e de múltiplas dimensões, com o intuito de construir uma interpretação de primeira mão, concordando com Geertz (1989, p. 26) que nos diz que “os textos antropológicos são interpretações de “segunda e terceira mão”, pois apenas um nativo pode fazer interpretações em primeira mão”.

Sendo assim, o entendimento aqui referido foi o de compreender a um só instante as multidimensionalidades entregues em diferentes perspectivas, como no sentido longitudinal – extensão no comprimento – como latitudinal – extensão na largura, amplitude (RODRIGUES, 2011), buscando sempre uma interpretação no horizonte semântico do significado e não do sentido de ação da política de segurança pública do Ceará.

Embasado nessas teorias, percebo que foi necessário criar analiticamente outra perspectiva de avaliação. Sendo assim, com o consenso de definir a metodologia mais adequada, optei por uma avaliação de impacto, buscando compreender o processo de transformação social e redução da violência do Território do Vicente Pinzón, onde foram feitos os investimentos na Segurança pública. A análise qualitativa compreendeu numa proposta de avaliação em profundidade, no qual desenvolvi uma combinação no procedimento hermenêutico analítico e reflexivo dos processos e impactos da política, para além da eficiência da política. A este arcabouço propus uma Avaliação Densa de Impacto.

Qualquer Programa social está fundamentado em uma teoria – a teoria do Programa, um conjunto de hipóteses logicamente articuladas que explicam como e por que podemos esperar que a intervenção do governo irá resolver um determinado problema social. Ela define também a estratégia e a tática que serão utilizadas para atingir os objetivos e metas do Programa (HOLANDA, 2006, p. 109).

Assim, formulei algumas propostas compreendendo alguns grupos analíticos, os quais foram eleitos nesta pesquisa. Por intermédio deles, objetivei, num primeiro olhar, ampliar o conceito de política, entendendo com mais clareza o desempenho da política e sua associação com o enquadramento da eficiência da governança e redução da violência, em um contexto de desempenho das políticas públicas e, em segundo, disponibilizei subsídios significativos às futuras propostas e desenhos de pesquisas voltados à temática. O caráter qualitativo desta pesquisa foi de grande importância para se atingir uma avaliação em profundidade.

O esforço para desenvolver uma avaliação em profundidade das políticas públicas deve ser empreendido a partir de diferentes tipos de dados e informações: [...] observações de campo; análise de conteúdo do material institucional com atenção ao suporte conceitual e às formas discursivas nele expressas; abordagem cultural, com compreensão dos sentidos formulados, em diferentes contextos, sobre um mesmo Programa; etc. (RODRIGUES, 2008).

Nesta proposta de investigação e análise, tomo como eixos analíticos os seguintes: Estado, violência, política de segurança pública, governança (Governamentalidade), inovações no policiamento e Avaliação. Como Lejano (2012), adotei uma abordagem experimental, na qual os interessados compartilharam informações para se afirmar, ou não, as hipóteses levantadas sobre os benefícios do Programa, como também, alertar para questões não previstas anteriormente. Dividi a avaliação em profundidade em três eixos que facilitaram o trabalho, os desafios e perspectivas da política em questão no sentido da sua efetivação.

### **EIXO 1 – Conteúdo da Política**

- Formulação: objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação;
- Bases conceituais: paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam essa política;
- Coerência interna: não contradição entre as bases conceituais que informam o Programa, a formulação de sua implantação e os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação.

De acordo com Rodrigues (2011), foi preciso ter atenção a três pontos relevantes voltados para o eixo supradito.

Observando-se a diversidade do processo, visto que um único eixo da proposta de Avaliação em Profundidade se desdobra consideravelmente em três grandes variáveis. Essas

três variáveis dizem respeito a um levantamento do marco regulatório da política (leis, modificações na lei, regulamentação), a partir do qual, entendo a definição da política com destaque nas finalidades expostas em especificações apresentadas na implantação, assim como documentos institucionais, monitoramento e avaliação.

## **EIXO 2 – Estudo da Contextualização de Formulação da Política**

De acordo com Rodrigues (2011), realizei um levantamento dos dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política avaliada nas diferentes esferas (local, estadual e nacional) em que essas circunstâncias se organizavam. Ainda segundo Rodrigues (2008), para efetuar este estudo, o investigador precisou ter um olhar amplo da conjuntura política, com levantamento de consensos, embates e conflitos em evidência que cercavam a formulação e reformulação da política, identificando se houveram mudanças e em que contexto, entendendo a política pública avaliada como parte de um todo que trouxe consequências sobre a população atingida.

A perspectiva é de cautela e mesmo ceticismo quanto aos modelos de análise que buscam avaliar políticas públicas tomando como questões centrais, que orientam os instrumentos de coleta de dados, aquelas que dizem respeito única e exclusivamente ao que foi o fio condutor da formulação dessas políticas (RODRIGUES, 2008, p. 10).

A intenção da pesquisa se identificou com o arquétipo de exploração avaliativa apontado por Lejano (2012), que admitiu ser significativo no estudo de certa política ponderar a conjuntura situacional em que essa se inclui. Lejano percebeu que esse moderno arquétipo exigia do investigador um aprendizado mais profundo da conjuntura política, compreendendo múltiplos conhecimentos em relação a ela de modo harmonioso. É imprescindível, como investigador, produzir algumas possibilidades de explorar cada vez mais a política por meio de reuniões, debates com a sociedade e outras entidades ligadas à política. Pois em concordância com Lejano (2012), é preciso minimamente se utilizar de algumas etapas, a fim de que sejam empregadas na investigação das políticas públicas, tais como procurar diversas questões, pontos de vista diferenciados do assunto em questão, contextualizar e articular, descrevendo a problemática e sendo propositivo fomentando recomendações.

Nas ciências sociais, porém, lidamos com fenômenos como confiança, esperança, ganância, imaginação e outras coisas que são naturalmente imensuráveis. Essas realidades não são apenas observadas, mas experimentadas e interpretadas. Neste caso, o positivismo insiste em encontrar dimensões de medição que podem traduzir estes fenômenos em coisas fisicamente observáveis e mensuráveis (LEJANO, 2011, p. 196).

### **EIXO 3 – Trajetória Institucional da Política:**

Foi realizado um levantamento das instituições envolvidas na execução da política, o que Rodrigues (2011) acredita ser um dos pontos significativos para o entendimento do que acontece de fato na metodologia de caracterização e execução de uma política pública, bem como, elencar as atribuições de cada um desses atores institucionais no processo da política. Por fim, também foi destacado a articulação, existente, entre esses atores. Nesses três eixos, havendo uma variação de contextos, segundo Rodrigues (2011, p. 59), tem-se que:

A importância da apreensão do modelo político/econômico vigente no País, do lugar que ocupa o social neste modelo e em que medidas à política ou ao Programa se articulam com outras políticas e/ou Programas. Ou seja, ver a política ou Programa como parte de um conjunto de ações que expressa, de uma forma mais abrangente, um modo de conceber a política, em seu sentido amplo, contemplando o econômico e o social e a definição dos caminhos para o País (RODRIGUES, 2011, p. 59).

Foi elaborado um quadro para melhor mostrar as ações realizadas por outros órgãos e secretarias consoantes com o Ceará Pacífico no território do Vicente Pinzón. O quadro compreende em cinco colunas onde estarão em sequência: Ação; Secretarias envolvidas; Descrição da atividade realizada; público atingido diretamente pela ação e status da ação (se ainda está em andamento, encaminhada ou concluída).

Análogo a esse contexto, considero primordial para a pesquisa que propus, observando que os propósitos desta não se limitam a apreender as perspectivas dos indivíduos envolvidos no contexto da violência e segurança pública, mas indistintamente confrontei tais perspectivas com um significado numa esfera mais completa e matizada, assentado nos campos econômico, social e político.

A partir desses eixos, foi atingido um estágio mais evoluído de estruturação dos dados já colhidos que se encontravam abertos ao manuseio de várias ferramentas metodológico-analíticas que foi detalhado no decorrer da escrita, que proporcionou conseguir um grau máximo de abstração, criatividade e síntese. Existiu a ideia por formular esquemas, desenvolver quadros, gráficos, experimentar matrizes estatísticas diversificadas, aliadas a procedimentos qualitativos de análise. Foi o caso, por exemplo, de aliar o mapeamento da distribuição espacial da população atendida pela política pública de segurança – de acordo com o recorte empírico formulado –, aos índices socioeconômicos e às redes de interesses e relações de poder detectadas na pesquisa de campo.

Aconteceram observações *in loco*, interpretativas, que viabilizaram conhecer a experiência da política em algumas instâncias e atores institucionais a que tive acesso onde foi construído um mapa das ações institucionais do Território do Vicente Pinzón.

O que escrevemos é um *noema* ("pensamento", "conteúdo", "substância") do falar. (...) a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente do Significado e o mapeamento da sua paisagem corpórea. (GEERTZ, 1989, p.14).

Finalmente, mas não menos importante, tratar do Ceará Pacífico e os Programas a ele associados implicou considerar que sua avaliação só fará jus ao termo se operar a abrangência analítica para além da política em si, seu marco legal, seu conteúdo, e para além do recorte empírico, de forma que se pudesse realizar inferências mais gerais a partir de resultados localizados. Para tal, foi priorizado as noções de contexto, processo, interação, trajetória, multidimensionalidade e pluralidade.

Sobre as questões técnico-normativas, buscou-se trabalhar com a significação, com os limites e potencialidades dos indicadores sociais de segurança pública que poderiam ter ampla utilidade para os múltiplos agentes e órgãos envolvidos na definição das prioridades sociais e na atribuição de recursos do orçamento público. Através desse estudo compreensivo/analítico, entendeu-se que, se bem aproveitados, os indicadores sociais podem melhorar a interpretação empírica da prática social e guiar de forma mais eficiente a investigação, definição e execução de políticas sociais. No acordo das prioridades sociais, os indicadores sociais colaboraram na indicação das deficiências e atender os múltiplos campos de intervenção.

O modelo de avaliação de políticas e Programas sociais que se volta sobretudo a aferir a eficácia de um Programa. Ou seja: em que medida o Programa está sendo implementado conforme as diretrizes preestabelecidas e quais as relações entre produto gerado e as metas previstas ou desejadas. (...) pode ainda se preocupar com a relação custo/ benefício, procurando aferir o grau de otimização dos recursos disponíveis, tanto econômicos como políticos (eficiência). Assim, a questão central da avaliação de processo se refere ao funcionamento do Programa e aos serviços prestados (SILVA, 2008, p. 152).

Jannuzzi (2001), com um olhar voltado para a qualidade dos indicadores, identificou-se algumas propriedades desejáveis de indicadores os quais foram utilizá-los para melhor distinguir e interpretar os avanços e retrocessos da política de segurança pública, que se

deram no composto da apreciação dos agentes receptores a que se destinou a política a qual avalei, segundo Lejano (2012, p. 261), “precisamos desenvolver mecanismos de análise que não sejam rigidamente formais e que possam nos permitir ser fiéis ao caráter múltiplo e não formal da ação política”, tais indicadores que foram considerados são:

- Relevância social – pertinência de sua produção e uso;
- Confiabilidade – propriedade relacionada com a qualidade do levantamento dos dados;
- Cobertura – capacidade representativa da realidade empírica em análise;
- Sensibilidade – capacidade de refletir as mudanças significativas que afetam a dimensão social;
- Especificidade – propriedade do indicador em refletir alterações estritamente ligadas à dimensão social de interesse;
- Periodicidade – disponibilidade para levantamentos regulares;
- Desagregabilidade – capacidade de se referir, tanto quanto possível, aos grupos sociais da população alvo dos Programas;
- Historicidade – propriedade de se dispor de séries históricas extensas e comparáveis.

Tendo em vista a preocupação com a qualidade dos indicadores, segui Jannuzzi (2001) trazendo indicadores segundo o assunto proposto na sua objetividade, com um olhar voltado para os pontos descritivos e normativos, encontrando os elementos pertinentes para a investigação e os parâmetros de avaliação.

Aconteceu uma investigação minuciosa do Pacto por um Ceará Pacífico não somente com o olhar voltado ao *feedback* das ações dos transgressores, mas igualmente dirigidas com dados estatísticos das vítimas (efetivas) e as modificações dos métodos de gestão da segurança pública.

Quando me refiro à segurança pública como atividade pública, evidencia-se que todas as condições e possibilidades de gestão, inerentes aos demais modelos de iguais características ofertadas pelo Estado são inerentes a esta atividade estatal. Desta forma, buscou-se classificar e contribuir para a realização de um pensamento da segurança pública que, nas condições que foram propostas, incluíssem o princípio de harmonia e observância com os direitos fundamentais.

Segundo Lejano (2012, p. 262), “queremos construir uma cultura de “ética” nesta pesquisa avaliativa e não apenas reiterar que os contextos das políticas públicas de segurança sejam interpretados em um campo de investigação descomplicado ou superficial”. Por

topológico se quer dizer, simplesmente, conjuntos ilimitados que podem abranger várias dimensões e sobrepor-se uns aos outros em uma série complexa. É através dessa dimensão ética que se buscou a interação necessária para alcançar resultados mais abrangentes.

Entendo que baseado em um conceito topológico, ao falar de racionalidade, aspirou-se, exclusivamente, expressar que há diversos, possivelmente inúmeros, desenhos de racionalidade distintos, pois “um indivíduo é o integrante de várias racionalidades e, ainda, a soma total da extensão da pessoa em todo um sistema de relações.” (LEJANO, p. 266).

Assim, idealizei a política de segurança pública em definições de estruturas de cuidados que ajudaram a compreender mais densamente o que faz tais políticas exercerem suas competências e como elas operam. Separei três aspectos topológicos para auxiliar qualitativamente a analisar o Pacto por um Ceará Pacífico e a extensão da política no território do Vicente Pinzón:

1. Pensar nas instituições parceiras do Pacto por um Ceará Pacífico como formando uma teia complexa de relacionamentos entre membros de uma comunidade;
2. Não se importar com a estrutura ou racionalidade individual, mas com o trabalho e o retrabalho ativo dos relacionamentos construídos antes, durante e depois da pesquisa entre os indivíduos da comunidade avaliada e entre tais indivíduos e o pesquisador;
3. Trabalhar as ligações entre os atores políticos entendendo que não são apenas formais e jurídicas, mas transacionais.

Assim, trabalhei com as estatísticas criminais<sup>38</sup> como um dos pontos principais que compõe o sistema de informações criminais (estatísticas policiais e judiciárias), dando prioridade a estatística dos crimes, tais como o homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte e a análise de procedimentos judiciais.

### **3.2 Procedimentos Metodológicos**

Quanto às estratégias metodológicas, optei por adotar procedimentos quantitativos e qualitativos. Entendo por estratégia metodológica um conjunto de concepções e práticas que descrevem um percurso a ser construído na realização de pesquisas sociais e avaliativas. Na

---

<sup>38</sup> Principais fontes virão da Secretaria de Segurança Pública e Defesa social do Ceará; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Comitê Cearense pela Prevenção de homicídios na adolescência; Laboratório Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE); Laboratório Estudos da Violência (LEV/UFC).

explanação do percurso metodológico desta pesquisa, foi direcionado pelas concepções de pesquisa em profundidade de Rodrigues (2008) e de avaliação das políticas públicas como um processo de natureza sociopolítica de Carvalho e Gussi (2011).

Para o desenvolvimento deste estudo avaliativo, optei pelo método não experimental ou quase experimental, em que os grupos pesquisados não foram escolhidos aleatoriamente sendo preciso aplicar esse método para estimar o impacto do Programa. O objetivo do método aqui utilizado foi consertar a direção produzida pela falta da aleatorização, ou seja, aproximar-se ao máximo de uma situação experimental, como salienta Ramos:

O ideal seria ter na pesquisa o sujeito atingido e seu clone exato. Como isso não é possível, um dos pontos mais delicados do desenho de avaliação diz respeito à tentativa de encontrarmos o grupo comparativo ou, como se chama na literatura sobre avaliação, o contrafactual. (RAMOS, 2009, p. 5).

Para entender as particularidades de um grupo atendido pela política em questão e outro grupo que não foi contemplado, carece-se de dados de crimes violentos letais e intencionais de antes e de depois do da política pública – (PP) para os dois grupos. Que aqui chamei de grupo de controle – o que não sofreu o impacto do evento e o grupo de tratamento – os atingidos pela política pública. Assim, esta amostra foi dividida em quatro grupos: o grupo de controle antes da PP, o grupo de controle depois da PP, o grupo tratamento antes da PP e o grupo tratamento depois da PP.

No método não experimental, precisou coletar/utilizar outras informações sobre os participantes e não participantes a fim de garantir grupos comparáveis e, assim, uma estimação com o menor viés possível. Para estimar o impacto considere-se as diferenças dos percentuais do antes e depois do grupo de controle e tratamento.

Neste procedimento o avaliador compara o resultado a ser avaliado no grupo de tratamento (que recebeu o Programa) e no de controle antes (primeira diferença) e depois do Programa ter ocorrido (segunda diferença) controlando-se por características (variáveis de controle) que possam se diferenciar entre os grupos. (RAMOS, 2009, p. 19).

Segundo Ramos:

Sobre a necessidade do grupo de controle. Se analisarmos somente o grupo de tratamento (no nosso caso os atingidos pela política/Programa social), antes e depois teremos muita dificuldade de separar o impacto daquele Programa/ política do efeito de outros aspectos que interferem no resultado que está sendo investigado. (RAMOS, 2009, p.5).

Contudo, o emprego deste método foi de encontro a alguns contratempos práticos, políticos e operacionais, em que se buscou atingir um resultado plausível. Não me limitei em comparar apenas incidências criminais antes e depois da política pública implantada, pois seria insuficiente para calcular o impacto.

Compus os grupos onde o de tratamento foi composto com os bairros Vicente Pinzón, Cais do Porto e Mucuripe. Juntos, esses bairros formam o território do Vicente Pinzón, área de atuação da primeira Unidade Integrada de Segurança os quais identifiquei como UNISEG I. Já o grupo de controle foi composto pelos bairros Barra do Ceará, Bom Jardim e Conjunto Palmeiras. Os Bairros de controle<sup>39</sup> foram escolhidos por terem alto índice de criminalidade, como também baixo perfil socioeconômico os quais são comparados aos de tratamento, aqui, sua união foi identificada como Grupo Misto.

Compreendo que apenas comparar a incidência criminal antes e depois do Programa implantado seria manifestamente insuficiente para mensurar a densidade de impacto que gostaria, já que a evolução do impacto, de forma geral, deve ser estimada através de vários tipos de comparações e fatores antes e depois da implantação da política pública, fatores esses que influenciaram, de forma contundente, a configuração da ciência moderna, os quais levei em consideração:

a) hipótese que está sendo investigada; b) qual a teoria que está por detrás dessa hipótese e que fornece uma explicação para ela; c) que tipo de informações os dados que tenho em mãos podem me oferecer; d) de que forma eles foram coletados (e.g. amostragem representativa ou não, estratificada ou não, questionários anônimos ou não, quem foram os aplicadores, contexto da aplicação etc.); e) as distribuições de cada variável; f) as distribuições conjuntas dos pares de variáveis e as distribuições da variável dependente com as demais; g) que mecanismos a teoria introduz para relacionar os “controles” ou variáveis independentes que escolho colocar no modelo com a variável dependente. (COLLARES, 2013, p. 128).

Foi realizada a aplicação de um questionário semiestruturado por meio de uma entrevista, com os gestores e profissionais institucionais operadores da política pública. A entrevista foi gravada pelo investigador com autorização dos entrevistados e logo após foi transcrita para ser analisada. Os profissionais foram devidamente escolhidos pelos cargos que ocupam à frente da política pública, a entrevista (em anexo) possuía oito perguntas divididas em três blocos, os quais eram:

#### 1. Governança em Segurança Pública;

---

<sup>39</sup> Os dados coletados desses bairros foram quando os mesmos ainda não tinham UNISEG, pelo fato desta pesquisa se basear nos anos de 2016 e 2017.

2. Segurança Pública e Policiamento;
3. Segurança Pública e Perspectivas.

Verifiquei se o instrumento questionário era bom, mediante a realização de um pré-teste que me possibilitou detectar possíveis falhas que poderiam passar despercebidas, assim como, para estimar o tempo decorrido para a sua aplicação. Busquei a articulação com os objetivos da pesquisa e sua problematização teórica, procurando revelar padrões, conexões e contradições da política em questão. Tive a oportunidade de certificar se o que o questionado iria revelar as dimensões práticas da política pública avaliada mediante contato direto sob a perspectiva da compreensão dos sujeitos e grupos sociais.

O registro das entrevistas, com duração média de 30 minutos, se deu em áudio no ambiente de trabalho do gestor/operador, onde, de acordo com as respostas, guiei a conversa com os entrevistados com breves rascunhos e, posteriormente, registro em diário de campo, com a intenção de não causar desconforto ao entrevistado. A interpretação foi balizada pelos dados da entrevista.

Os dados quantitativos foram cruzados através do Software SPSS, tendo como princípio norteador Silva e Silva (2008, p. 89), que nos fala que “[...] a avaliação de políticas e Programas sociais deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política”.

O trabalho de campo foi realizado com observação direta, detalhando as conexões de sentido das áreas dos agentes e as dinâmicas espaciais no qual se efetivava o projeto, dinâmica em que usei ao contexto, segundo Magnani (2002), particularizado, minucioso e atento para cada detalhe dos achados da pesquisa, mostrando a importância de contextualizar com seriedade o espaço e as condições de produção da investigação com uma proposta de construir um olhar. O mesmo olhar que o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira discorre em seu livro *O Trabalho do Antropólogo* (1998), em que descreve que o olhar é como uma ação cognitiva, mas que se recobre de um caráter exclusivo enquanto constitutivo do conhecimento sociológico e antropológico. O autor lembra que o olhar é disciplinado pela teoria e possui uma intencionalidade, isto é, é dirigido pela nossa formação e, portanto, é seletivo.

Busquei, através de conversas, examinar os sentidos do segmento populacional que opera a política pública no território e que estão diretamente apoiados no contexto da política pública, com o objetivo de descrevê-lo a partir do problema.

A amostragem foi pequena e não aleatória e não probabilística devido ao curto prazo de tempo despendido e por se aproximar mais do objeto de pesquisa, uma vez que foram

escolhidos intencionalmente de forma objetiva gestores e operadores públicos que atuavam de forma direta e indireta no território do Vicente Pinzón e de forma subjetiva, através de conversas informais com os moradores locais, onde a política acontecia. Já as variáveis que foram utilizadas para a análise foram – os dias da semana, intervalos de hora, tipos de local do crime, sexo do preso, sexo da vítima, faixa etária da vítima, quantitativos de CVLI por mês no biênio de 2016-2017.

Para analisar essas variáveis, optou-se por trabalhar com a construção de tabelas e gráficos dos dados obtidos acompanhados de estatísticas descritivas, pois corroboro com Jannuzzi (2001), quando diz que a estatística é a matéria prima para a construção de indicadores. A qualidade de um indicador é outro fator importante em sua construção e utilização, que busquei tratar de forma responsável. Essa qualidade depende das propriedades dos componentes utilizados em sua formulação, tais como a frequência de casos, o tamanho da população etc. e da precisão dos sistemas de informação empregados como o registro, a coleta e a transmissão dos dados.

Trabalhei com redes de pessoas, tais como, moradores, ONGs e entidades aliadas ao Pacto por um Ceará Pacífico no território do Vicente Pinzón; gestores governamentais da política pública de segurança; atores institucionais – municipal e estadual – com atuação direta ou indireta no Pacto por um Ceará Pacífico; bombeiros, policiais civis e militares que trabalharam no Pacto por um Ceará Pacífico.

### **3.3 Caracterização da Amostra**

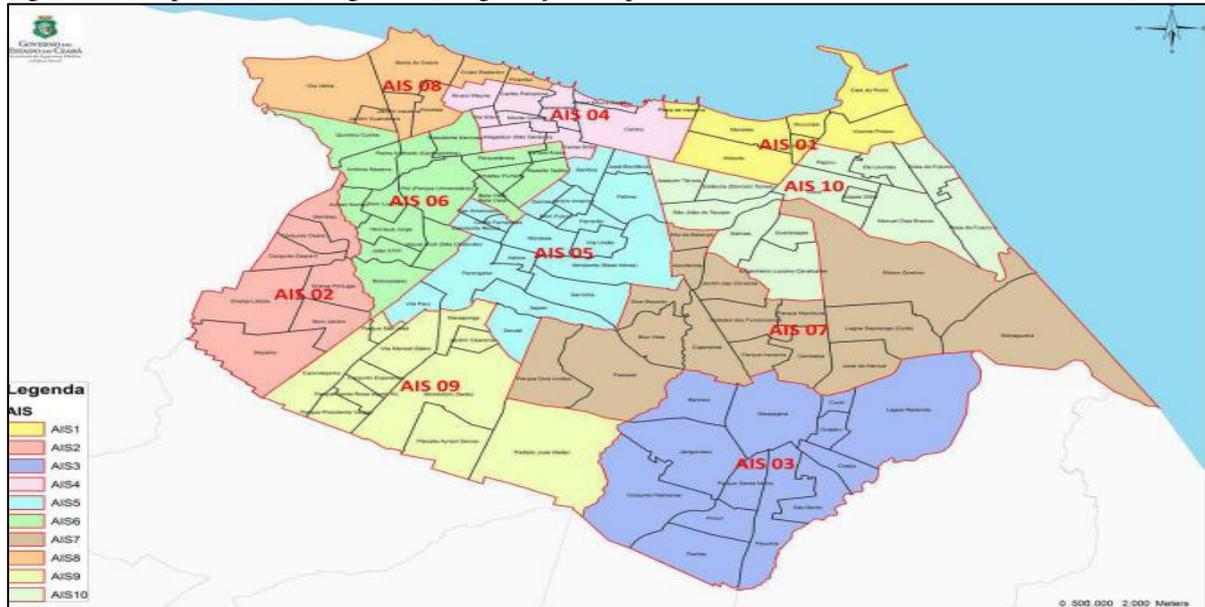
A pesquisa de campo me levou a números que mostram a realidade pela qual passa o Ceará e a cidade de Fortaleza. Os dados aqui expostos foram contabilizados desde 2014, passando pelos anos de 2015, 2016 e 2017. O biênio 2016-2017, são o recorte temporal desta pesquisa, que foram selecionados com o intuito de mostrar como se encontrava o a criminalidade local antes do Ceará Pacífico e as mudanças que ocorreram com a instalação da política pública.

Buscou-se utilizar o ano de 2014 como parâmetro, do antes da política pública, uma vez que, nesse um ano não existia o Ceará Pacífico na Cidade de Fortaleza, então, ele foi adotado como referência a ser utilizado em gráficos, quadros e tabelas para que dessa forma seja comparada as taxas percentuais de crimes violentos letais intencionais do biênio foco da pesquisa, posto que a implantação da primeira UNISEG só ocorreu em 2016. O ano de 2015, o

Ceará Pacífico havia sido lançado, mas ainda estava começando as primeiras ações, assim como, a implantação da UNISEG, o que ocorreu em 2016.

Em 2014, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) adotou como estratégia contra a criminalidade colocando em prática a delimitação do território cearense, denominando-as de Áreas Integradas de Segurança (AIS).

Figura 10 – Mapa das áreas integradas de segurança da capital.



Fonte: AAESC/SSPDS

Novas demarcações foram feitas ao longo dos anos para um melhor aproveitamento pelo combate ao crime organizado, onde tiveram seus territórios reduzidos. Conseqüentemente, a quantidade de AIS aumentou. No intuito de atender as atuais demandas da segurança pública, o número de Áreas Integradas de Segurança subiu de 18 para 22, com uma mudança no território de Fortaleza que subiu de 6 para 10, cada uma atendendo a vários bairros da capital.

A AIS 1 é composta pelos bairros Aldeota, Cais do Porto, Meireles, Mucuripe, Praia de Iracema, Varjota e Vicente Pinzón. Contudo, apenas três Bairros são atendidos pela UNISEG I: Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón, que fazem parte do campo de estudo, representando o Grupo de Tratamento.

Figura 11 – Área Integrada de Segurança 1.



Fonte: AAESC/SSPDS

Já o Grupo de Controle foi composto pelos bairros Barra do Ceará, Bom Jardim e Conjunto Palmeiras das AIS 8, 2 e 3 respectivamente. Buscou-se pegar pontos diversos da cidade para não centralizar em uma única região, pois entendo que o problema da criminalidade não é apenas geográfico, mas também ocasionado pelo alto índice de criminalidade, baixo perfil socioeconômicos e problemas com saneamento básico, acessibilidade, saúde precária, baixo rendimento escolar, etc.

### Perfil Socioeconômico do Bairro Cais do Porto

Segundo o censo de 2010, o Cais do Porto possui uma população estimada em 22.382 habitantes. A População masculina representa 10.867 habitantes e a feminina 11.515 habitantes, sendo 51,45% de mulheres e 48,55% de homens. Em relação aos indicadores socioeconômicos tem-se:

Quadro 2 – Indicadores socioeconômicos – Cais do Porto.

VARIÁVEIS	QUANTIDADE
<b>TOTAL DE DOMICÍLIOS</b>	6.321
<b>Com abastecimento de água</b>	6.074
<b>Sem abastecimento de água</b>	247
<b>Com coleta de lixo</b>	6.289
<b>Sem coleta de lixo</b>	32
<b>Com acesso à energia elétrica</b>	6.286
<b>Sem acesso à energia elétrica</b>	35
<b>Com esgotamento sanitário</b>	4.640
<b>Sem esgotamento sanitário</b>	1.649

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

Quadro 3 – Alfabetização e renda – Cais do Porto.

<b>SITUAÇÃO</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
<b>Alfabetizados</b>	8.550	9.154
<b>Não alfabetizados</b>	2.317	2.361
<b>TOTAL</b>	<b>10.867</b>	<b>11.515</b>
<b>Renda Média (R\$)</b>	<b>327,68</b>	

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

No total de domicílios apenas 35 não tem acesso à energia elétrica, já a quantidade que não possuem esgoto sanitário é de 1.649. O Cais do Porto se mostrou um bairro carente. Dos três bairros que constituem a UNISEG I, ele é o mais pobre. Lê-se o total de 4.678 moradores não alfabetizados com uma renda de quase 1/3 do atual salário mínimo que é de R\$ 954,00 ficando com um saldo médio de R\$ 327,68 – uma população sofrida, refém do grande capital. A seguir o índice de desenvolvimento humano do bairro:

Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Cais do Porto.

<b>VARIÁVEL</b>	<b>IDH</b>
<b>Educação</b>	0,8927
<b>Longevidade</b>	0,2784
<b>Renda</b>	0,045
<b>TOTAL</b>	0,2236
<b>Classificação geral</b>	<b>MUITO BAIXO</b>

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

O Cais do Porto possui ainda dois equipamentos de saúde (postos de saúde), uma escola estadual e sete municipais para atender à população. Conta ainda com seis praças para o lazer social. Contudo, o baixo IDH é uma forma de afetação do território que acaba por trazer uma forte implicação no nível de criminalidade local. Sem oportunidade e sem perspectivas futuras o caminho para a criminalidade fica mais fácil, puxando em sua maioria jovens para dentro das organizações criminosas.

### **Perfil Socioeconômico do Bairro Mucuripe**

Já o bairro Mucuripe, dos três que formam o território em análise, é o que possui o melhor IDH. Com sua população estimada em 13.747 habitantes<sup>40</sup>, a menor se comparada com o Cais do Porto e Vicente Pinzón.

A População masculina representa 6.239 habitantes e a feminina 7.580 habitantes. Sendo a população composta de 54,62% de mulheres e 45,38% de homens. A seguir os indicadores socioeconômicos do bairro:

<sup>40</sup> Fonte: IBGE – Censo 2010.

Quadro 5 – Indicadores socioeconômicos – Mucuripe.

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>TOTAL DE DOMICÍLIO</b>	4.447
<b>Com abastecimento de água</b>	4.049
<b>Sem abastecimento de água</b>	398
<b>Com coleta de lixo</b>	4.407
<b>Sem coleta de lixo</b>	40
<b>Com acesso à energia elétrica</b>	4.435
<b>Sem acesso à energia elétrica</b>	12
<b>Com esgotamento sanitário</b>	3.962
<b>Sem esgotamento sanitário</b>	465

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

Quadro 6 – Alfabetização e renda – Mucuripe.

<b>SITUAÇÃO</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
<b>Alfabetizados</b>	5.671	6.881
<b>Não alfabetizados</b>	568	627
<b>TOTAL</b>	<b>6.239</b>	<b>7.508</b>
<b>Renda Média (R\$)</b>	<b>2.464,97</b>	

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

O Mucuripe apareceu como um bairro que tem suas necessidades, onde 398 casas se apresentam sem abastecimento de água, 40 sem coleta de lixo e 465 sem esgotamento sanitário. Contudo, dos três que constituem a UNISEG I, é o mais desenvolvido. Lê-se o total de 1.195 moradores não alfabetizados com uma renda de R\$ 2,464,97, mais de duas vezes o atual salário mínimo. Contudo, esse valor é apenas uma média, pois muitas pessoas carentes vivem naquela região. O próximo quadro mostra o índice de desenvolvimento humano do bairro:

Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Mucuripe.

<b>VARIÁVEL</b>	<b>IDH</b>
<b>Educação</b>	0,9828
<b>Longevidade</b>	0,6936
<b>Renda</b>	0,7318
<b>TOTAL</b>	0,7931
<b>Classificação geral</b>	ALTO

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

O Bairro Mucuripe dispõe de apenas um posto de saúde para atender a população, duas escolas estaduais e duas municipais, conta também com seis praças para o lazer dos que lá moram. Faz fronteira com bairros considerados de alto padrão tais como o Meireles, maior IDH em Fortaleza, e a Varjota. Mesmo seu IDH sendo considerado alto, a onda de criminalidade também faz parte desse bairro, que também tem como fronteira o Cais do Porto e Vicente Pinzón.

## Perfil Socioeconômico do Bairro Vicente Pinzón

Por sua vez, o Vicente Pinzón é o bairro sede da Unidade Integrada de Segurança e da Delegacia da Polícia Civil - 9º distrito policial, onde juntos formam o Pacto por um Ceará Pacífico naquela região.

Sua população é estimada em 45.518 habitantes<sup>41</sup>, a maior do território em estudo. Sua população masculina é de 21.766 habitantes, e a feminina de 23.752 habitantes. Aqui também há mais mulheres do que homens. Abaixo os indicadores socioeconômicos dessa população:

Quadro 8 – Indicadores Socioeconômico – Vicente Pinzón.

VARIÁVEIS	QUANTIDADE
<b>TOTAL DE DOMICÍLIOS</b>	12.712
<b>Com abastecimento de água</b>	11.768
<b>Sem abastecimento de água</b>	944
<b>Com coleta de lixo</b>	12.691
<b>Sem coleta de lixo</b>	21
<b>Com acesso à energia elétrica</b>	12.673
<b>Sem acesso à energia elétrica</b>	39
<b>Com esgotamento sanitário</b>	9.086
<b>Sem esgotamento sanitário</b>	3.547

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

Quadro 9 – Alfabetização e renda – Vicente Pinzón.

SITUAÇÃO	HOMENS	MULHERES
<b>Alfabetizados</b>	17.952	19.639
<b>Não alfabetizados</b>	3.814	4.113
<b>TOTAL</b>	<b>21.766</b>	<b>23.752</b>
<b>Renda Média (R\$)</b>	<b>578,32</b>	

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

O Vicente Pinzón, bairro mais populoso do território, mostrou-se com suas dificuldades onde 944 domicílios aparecem sem abastecimento de água, 39 sem acesso à energia e 3.547 se esgotamento sanitário. Apresentou-se com o maior índice de não alfabetizados, com 7.927 moradores nessa situação, e possui uma renda média de R\$ 578,32.

Quadro 10 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Vicente Pinzón.

VARIÁVEIS	QUANTIDADE
<b>Educação</b>	0.9261
<b>Longevidade</b>	0.3023
<b>Renda</b>	0.1301
<b>TOTAL</b>	0.3315
<b>Classificação geral</b>	MUITO BAIXO

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

<sup>41</sup> Fonte: IBGE – Censo 2010.

O Vicente Pinzón dispõe de quatro equipamentos de saúde para atender sua população, quatro escolas estaduais e dez municipais, existem no bairro 13 praças para lazer e uma areninha<sup>42</sup>. Faz fronteira com os bairros Cais do Porto, Mucuripe e Praia do Futuro I, assim como bairros considerados nobres como De Lourdes e Papicu. Sem grandes oportunidades no campo da educação em tempo integral e atividades laborais ou esportivas como forma de lazer para a juventude, levam a juventude desse território a uma vida de limitações materiais e de ausência de regras e leis social, que culminam por incentivar a criminalidade e o aumento da violência.

Entendendo que o fato dos bairros se mostrarem mais perigosos e violentos são os quais apontam altas taxas de densidade demográfica relacionadas grandes níveis de subdesenvolvimento, baixos percentuais de alfabetização e reduzidas médias de renda domiciliar per capita e assim, consequentemente, se tornam mais suscetíveis a constância da criminalidade.

### Perfil Socioeconômico do Grupo de Controle

Grupo de Controle constituído pelos bairros Barra do Ceará, Bom Jardim e Conjunto Palmeiras possuem dados os consolidam como de alta periculosidade. No período das pesquisas de campo e do desenvolvimento da pesquisa, tais bairros não faziam parte de nenhuma UNISEG. Busquei analisá-los baseado no período estipulado pelos demais, entre os anos de 2014 a 2017 e a partir daí formular um quadro explicativo do índice de desenvolvimento humano de cada um dos três bairros para melhor compreendê-los, segue o quadro abaixo:

Quadro 11 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Grupo de Controle.

<b>BARRA DO CEARÁ</b>	
<b>Educação</b>	0,9242
<b>Longevidade</b>	0,2331
<b>Renda</b>	0,0466
<b>TOTAL</b>	0,2157
<b>Classificação geral</b>	MUITO BAIXO
<b>BOM JARDIM</b>	
<b>Educação</b>	0,9119
<b>Longevidade</b>	0,2512
<b>Renda</b>	0,0323
<b>TOTAL</b>	0,1949
<b>Classificação geral</b>	MUITO BAIXO
<b>CONJUNTO PALMEIRAS</b>	

<sup>42</sup> As Areninhas são campos de futebol urbanizados e requalificados pela Prefeitura de Fortaleza localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O projeto possui o objetivo de oferecer para a população equipamentos esportivos de qualidade, onde a comunidade possa, além de praticar atividade física, ter um espaço seguro de convivência, lazer e formação cidadã.

<b>Educação</b>	0,915
<b>Longevidade</b>	0,131
<b>Renda</b>	0,0101
<b>TOTAL</b>	0,1067
<b>Classificação geral</b>	MUITO BAIXO

Fonte: Elaboração própria, adaptados do IBGE – Censo 2010.

Os bairros acima mostram um *status* muito baixo do seu IDH, sofrendo assim com a desigualdade social e a dimensão cultural da resolução de conflitos sociais com o uso da violência. O grupo de Controle apareceu com um perfil típico das vítimas fatais do Grupo de Tratamento: a sua maioria homens, jovens, negros e com baixa escolaridade. Contudo, chama a atenção a circunstância de que, nos últimos anos, a direção da criminalidade contra jovens e negros tenha se expandido cada vez mais.

Realizei a coleta e registro de dados qualitativos, inicialmente através da coleta de dados primários, dentre os quais, se deram a partir do registro em diário de campo de quadros sinóticos, recolhido os dados através de gravações em áudio, e conversas informais (com consentimento). Assim como analisei as variáveis, com uma revisão documental (portaria, mapas, relatórios técnicos, editais de financiamento, atos jurídicos, listagens etc.) de todo o Programa, bem como uma revisão bibliográfica e de publicações. O registro de dados quantitativos se deu por meio de mapas, tabelas e gráficos.

Organizado e analisei os dados por meio de três aspectos que entendi serem primordiais para manter a seriedade da pesquisa a iniciar pela seleção (exame dos dados, excesso/falta de informação), codificação (categorização dos dados) e tabulação (disposição dos dados em tabelas). Deste modo, a análise se deu pela interpretação e sua relação entre variáveis com a compreensão de um significado mais amplo, maneira clara e acessível abarcando formas sintéticas e dimensionais.

Abordei também dados administrativos da segurança e policiamento do Estado do Ceará, exposição à violência policial, e outros indicadores de vulnerabilidade social, pois quis aqui desconstruir a ideia de Lima (2011, p.10) de fazer uma investigação de gabinete, sem a noção do que se passa nas ruas. Sempre levando em consideração a seriedade no trato com a ética no desenvolvimento e na manipulação dos dados da presente pesquisa.

## **4 O ESTADO DA ARTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO CEARÁ PACÍFICO**

Aqui busquei analisar e registrar os feitos, suas causas e consequências no campo da segurança pública do Ceará. Este capítulo é essencial para expor os acréscimos da pesquisa, tais como entrevistas, dados estatísticos e quadros explicativos, fundamentado na avaliação em profundidade, ao estado de conhecimento atual e considerando a ideia de que a sociedade contemporânea se caracteriza pela insegurança, muitas vezes qualificada pelo medo do presente e a dúvida sobre o futuro.

Entendo que não se pode ceder a um discurso de populismo arbitrário das forças de segurança do Estado moderno, uma vez que a violência é um processo e não um acontecimento que envolve raízes já conhecida desse Estado, pois, sem a prevenção e promoção social frequente, continuará o crescimento desordenado da criminalidade, visto que, por mais que existam boas iniciativas por parte da gestão, sem uma perspectiva transformadora da organização normativa das forças de segurança do Ceará e do sistema judiciário penal, o campo da insegurança atual poderá alcançar escalas desproporcionais.

### **4.1 Análises das entrevistas**

#### **Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Prosseguindo com o percurso avaliativo da pesquisa, procurei realizar as entrevistas com dois diferentes públicos de dentro da política pública: gestores e policiais, o quais se dividem em – um gestor da segurança pública, um gestor da UNISEG I, quatro Policiais Militares e quatro Policiais Civis que trabalham no território do Vicente Pinzón. Entre os policiais envolvidos, quatro são do sexo masculino e dois do sexo feminino, já os dois gestores, ambo são do sexo masculino.

Todos os entrevistados possuem nível superior e estão no território desde o início do programa Ceará Pacífico, naquela área. Buscou-se que a entrevista fluísse livremente, procurei deixar os entrevistados à vontade, onde todos se mostraram interessados em poder dar sua contribuição.

A estrutura analítica das entrevistas aqui realizadas foi a de apreciar as respostas dadas às perguntas elaboradas previamente, ressaltando que, apesar do questionário ser seguido,

os entrevistados também relataram casos que eles acharam interessantes serem expostos na pesquisa, o que por parte do pesquisador não houve nenhuma objeção.

Reitero que para resguardar o sigilo dos partícipes da pesquisa, nomearei os policiais da seguinte maneira: PM1, PM2, PM3 e PM4 (atribuindo aos Policiais Militares); PC1, PC2, PC3 e PC4 (atribuindo aos Policiais Civis); GSP (atribuindo ao gestor da Secretaria de Segurança Pública) e GU (atribuindo ao gestor da UNISEG I). A opção por esta identificação, segue a recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa.

### **Análise das Perspectivas**

Inicialmente a conversa com os sujeitos da pesquisa se deu indagando que já estava chegando ao final da gestão do Governo do Estado e ainda não se tinha um plano de segurança concreto e efetivo para o Ceará. A pergunta foi para saber quais as principais estratégias de Governo (no sentido de governamentalidade) para a obtenção de impactos positivos no Pacto por um Ceará Pacífico em Fortaleza?

[...] em relação ao Ceará Pacífico sempre houve esse planejamento de entrar com as ações de prevenção social, essas ações alinhadas com a pasta da Segurança Pública, exatamente o quê? Agindo com esses orçamentos mais especificamente nas áreas onde havia maior índice de violência naquele momento identificado início do plano, então para que houvesse esse foco, onde [...] vou entrar com ações ligadas à educação, ao esporte, à cultura, ao lazer então não entrar em qualquer área mas entrar especialmente né, ou prioritariamente naquelas áreas onde segundo os dados da Segurança Pública são as áreas com maior índice de violência. (GSP).

Bem na verdade, o que realmente é feito, se tem um programa, uma diretriz se tem algum *modus* atuante padronizado o algo dessa forma que tem um procedimento padronizado que vem de cima para baixo, isso não existe com relação à investigação Estado do Ceará isso aí não existe. (PC1).

[...] Nós, a polícia civil, ela é composta de alguns abnegados que se dedicam a isso e não tem investimento do governo nós não temos efetivo e nós não temos um *modus* de trabalhar nós não temos cursos para isso então o que acontece aqui na minha realidade no 9º distrito policial é que tem alguns policiais que realmente se dedicam a combater o crime investigar os homicídios. Então isso é mais oriundo mais da nossa... Uma coisa pessoal Nossa. (PC3).

Trabalhamos da forma que conseguimos aprender a trabalhar porque o Estado nunca ofereceu nenhum curso para a gente, para a gente saber como trabalhar como desvendar, a realidade é essa. (PC4).

[...] estamos a um passo muito à frente quando pensamos por exemplo o Ceará Pacífico, que tem um olhar voltado pra compreender segurança pública como uma política intersetorial, portanto não se resolvendo apenas com polícia. Eu acho que a revitalização dos espaços públicos, isso é fundamental que as pessoas tenham praças para brincarem, para namorar, para a criança andar de *skate*, brincarem de bicicletas, depois eu posso até te mostrar uma foto que eu postei no meu *facebook* na praça São Pedro, essa praça era um local de abandono, lixo, desordem, mortes, era conhecida

como a praça da morte, da guerra né, e houve um investimento do governo, revitalizaram a praça e quem chegar agora ta lá, não tem uma pichação, mais de um ano, depois que foi reinaugurada a praça, não tem nenhuma pichação e ta lá as crianças brincando, o pipoqueiro vendendo a pipoca dele, pessoas vendendo churrasquinho, a mãe olhando o filho brincar de skate, o adolescente andando de bicicleta no entorno da praça, o jovem namorando, então a gente ver as pessoas de bem ocupando os espaços públicos, então isso afasta qualquer tipo de comportamento delituoso. (GU).

No papel é tudo muito bonito, uma verdadeira carta de intenções, mas na realidade as coisas mudam um pouco, eles dizem que vão fazer as mudanças, mas já faz um ano e a gente ainda não vê grandes coisas como eles dizem, mas também a gente não pode sair falando neh? As coisas a vão acontecer, mas dura muito para que isso venha de fato acontecer. Não vejo estratégia não, vejo o que já tinha só que mudou de canto. (PM2).

Percebo por parte dos gestores da política a ideia de mostrar os “bons propósitos” do Programa. Suas aceitações, seus investimentos, passando uma mensagem de que estão priorizando de forma geral a abrangência total do território, contudo o descontentamento por parte dos operadores do Programa, tais como, os Policiais Civis e Militares, mostra que nem tudo é tão novo assim. As dificuldades encontradas por esses profissionais, somada à falta de capacitação é perceptível em suas falas, o descontentamento com a governança do Projeto mostra o caminho que o Programa se envereda, um deles é a falta de credibilidade por parte dos próprios operadores que trabalham no dia a dia, ouvindo, agindo e vivendo o Programa, são esses operadores que se mostram descontentes com o ambiente de trabalho, muitas vezes por não participarem da tomada de decisões, então é necessário que as dificuldades sejam sanadas para que esses obstáculos não perpassse os muros da gestão, atingindo diretamente à população que é a mais necessitada em questão.

O olhar otimista hegemônico dos gestores da política do Ceará Pacífico sobre o território onde trabalham e dos seus operadores pode indicar que tais gestores não apresentam uma compreensão da relevância desses aspectos/atores, para que a política pública venha a ter bons resultados, sobretudo, também das suas condutas nesse processo. É provável, entretanto, que essas declarações mostrem um olhar muito otimista sobre a política de segurança, talvez na tentativa de resguardar a imagem do Ceará Pacífico e das suas como gestores, o que não absolutamente seria divulgado pelas ideias de todos os operadores daquela política. A exemplo disso é que, não é toda vez que o comportamento e direcionamentos sobre a forma de atuação dos gestores é apoiada como se percebe nas falas do PC4 e PM2. Em todo caso, percebo que o direcionamento do grupo de operadores é o da competência que eles desejam sempre colocar em pauta como deixa claro PC3, ora no aspecto de se ter aceitabilidade, ora como resposta de um olhar de reconhecimento pela política pública no geral. É imprescindível que a governança

tenha um contínuo posicionamento dos seus objetivos com a política e com o propósito de incentivar o surgimento de mais ações eficientes.

Assim sendo, cada vez mais surgiria episódios que mostrariam os governantes se preocupando com o que verdadeiramente acontece na comunidade, ou voltando suas atenções aos operadores da política pública, buscando saber se estão satisfeitos ou não em desempenhar seus trabalhos. Desta forma, daria uma maior efetividade se fossem ouvidos e atendidos em temas como – capacitação e melhorias nas condições de trabalho – o que aumentaria a credibilidade do programa e dos governantes, no sentido da governamentalidade, e no gerenciamento da coisa pública.

Dando continuidade a esta análise, perguntei aos interlocutores sobre a temática – “Cultura de Paz”, tão propagada na mídia ao se falar em Ceará Pacífico, e quais são os principais resultados da 1º UNISEG no território do Vicente Pinzón até o momento?

Esse projeto Ceará Pacífico ao meu entender só tá ali na parede, ali na entrada delegacia, porque nunca veio uma fiscalização sobre isso aqui, nunca veio ninguém falar sobre o assunto com os policiais e ninguém nunca veio mostrar estatísticas para a gente no sentido de fazer que a gente melhore, que a gente Produza, ou seja, o Ceará Pacífico tá bonito na propaganda para mim. (PC1).

Eu acho que a cultura de paz é muito de uma geração de uma concepção né, por exemplo, a gente sabe que o conflito é algo natural pra pessoas, mas pra quem não é instruído a resolver conflito conversando, acha que o conflito é aquele que tem que resolver no braço, então o que é uma cultura de paz? É você levar essa sensibilização para a sociedade e nós temos trabalhos muito objetivos pra isso através da Polícia Militar, primeiro que, todas as escolas de nove a doze anos públicas sendo do município ou do Estado, do território, todas as crianças que estudam em colégio público elas fazem um curso de tema transversal chamado Programa Educacional de Resistência a Droga e a Violência, e essa criança passa um semestre letivo tendo aula sobre esses bons modos de viver em sociedade, como resolver um conflito, como resolver uma tensão, como dizer um não para aquilo que não lhe traz felicidade, como dizer não para as drogas, como conseguir ser feliz sem ter que recorrer a artificialidade de uma substancia entorpecente, como sonhar em ser um profissional de segurança pública, de ser um professor, de ser um médico, é possível fazer isso, tudo isso o policial tá lá, usando digamos assim, a pedagogia diferenciada, por ser um policial fardado, as vezes a criança fantasia, assim, nunca viu um polícia de perto, ela nunca pegou, e de repente esse policial tá lá, abraçando, recebendo todo dia ali e passando essas orientações que tem muito mais impacto na vida dessas crianças, então isso é uma cultura de paz [...]. (GU).

[...] E como eu digo sempre, acho que hoje de mediato o fim é a segurança pública, onde você vai botar uma escola, uma creche, um projeto cultural tem que ser nas áreas que a segurança pública indica que são as mais violentas. No momento que a gente conseguir reduzir a violência aí eu acho que fica mais, digamos assim, aí já esses outros projetos já podem andar sem segurança pública, mas até lá, é que segurança não é o desejo das pessoas, é necessidades que as pessoas tem, a gente precisasse sentir seguro e precisa ter segurança também, então, enquanto isso é necessário e não se tem, Acho que essas políticas sociais têm que ser guiadas tendo como fim a segurança das pessoas a paz. (GSP).

A paz acontece quando passamos com a viatura, esses vagabundos não querem nada de bom não, nem estudar eles querem, o que importa é o crime, a gente passa eles se escondem, a gente sai e tudo volta, as pessoas também não falam nada, ficam com medo de morrerem neh não, outro dia passamos e uns cinco correram, quando a gente pergunta pras pessoas elas não dizem nada, dizem que nem viram ao invés de dizerem para terem essa paz, não, apenas se calam. (PM4).

Ao se referir ao Ceará Pacífico o governo traz consigo a cultura política daquela segurança pública que pode até não resolver, mas traz a sensação de tranquilidade. Para os gestores do Programa a cultura de paz se mostra como um desejo platônico, uma abstração da idealização de uma segurança pública perfeita como relatou o GSP. Na leitura dos policiais, PC1 e PM4, não se mostra a curto prazo, ela vem junto como uma tensão de quem parece andar em cima do muro, de um lado a lei de outro o caos, uma vez que a violência muda de lugar ou desaparece apenas quando a polícia passa, quando essa vai embora, tudo volta como é de fato.

Quando se estuda as falas dos policiais e dos gestores, percebo uma confusão no comportamento da Gestão, no sentido de querer controlar e cooptar a comunidade. Mostram uma falta de direcionamento, uma contradição no desenvolvimento da gerência do programa, do que se fala com o que acontece. Nas entrevistas, os gestores apresentam um entendimento claro do seu ofício como dirigentes do espaço intrínseco da equipe. Eles colocam que essa é uma condição *sine qua non* para o funcionamento e a essência da atividade e, portanto, para os efeitos obtidos.

Percebo que existe uma vontade, por parte dos policiais que trabalham junto com a comunidade, em mostrar outros caminhos, a partir de suas percepções do dia a dia. Contudo, sem o aval dos gestores, suas ações vão continuar cada vez mais desconectados entre si.

Dando sequência à discussão acerca do trabalho integrado das polícias Judiciária e Ostensiva, como funciona a rotina das ações dentro do Pacto por um Ceará Pacífico? Seria: mais RAIO e menos investigação (polícia civil)?

[...] hoje tem muito também assim, concurseiro, digamos assim né, então o pessoal passa e depois buscar outra carreira e sai e isso acaba sendo mais com outra na Polícia Civil, a exemplo, eu mesmo fui policial civil e passei aí depois para delegado da PF né, então, as pessoas tem procurada, é natural, procurar cargos melhores, talvez melhor olhando a questão salarial especificamente [...] que o governador já anunciou e deve esse ano chamar um cadastro reserva pra poder ter exatamente aquele acréscimo que se esperava quando foi planejado os concurso né, e acaba não tendo crédito desejado e dentro da Polícia Militar houve a questão do RAIO, viu-se que havia, digamos assim, principalmente Fortaleza, uma cidade com um trânsito maior a uma efetividade muito grande do policiamento do RAIO pela mobilidade, a facilidade da mobilidade deles né, as motocicletas, embora tenha desvantagens também que é um policiamento que ele não funciona 24 horas por dia diferente das viaturas que funcionam 24 horas, existe um risco na madrugada, Cara em moto, todo preto né. então corre o risco de um acidente mais grave policial a noite eles operam até uma

determinada hora da madrugada então houve esse mal dimensionamento do RAIO, que é policiamento especializado dentro da Polícia Militar e acabou que teve um acréscimo grande do efetivo do RAIO e o da Polícia Civil teve um acréscimo mas acabou que ele foi em parte reduzido, por essas consequências, por essas razões aliás, aposentadorias e também pedidos de exoneração, pessoas pedindo pra sair para outros cargos que foram mais atrativa digamos assim. Mas a gente sempre buscar equilíbrio não adianta se reforçar só o policiamento ostensivo mas há também a necessidade isso tenho sempre reforçar até porque eu venho dá uma Polícia judiciário né, tem 17 anos trabalho para o judiciário então há uma necessidade também de se investir na Investigação Criminal, se investir na inteligência policial, que são papéis primordiais da Polícia Civil, a gente tá buscando melhorar esse equilíbrio, investir mais na Polícia investigativa e claro mais importante também, buscando uma integração maior que a ideia da UNISEG né? (GSP).

Com certeza, com certeza, eu e os colegas da Polícia Militar que trabalha aqui na nossa região, nós temos um bom relacionamento com eles mas se essa troca de informações formal não existe, é mais no relacionamento que nós temos que nós nos conhecemos então nos integramos de forma espontânea, não é uma coisa assim – um projeto de Integração – eu não vejo dessa forma, eu vejo mais de interesse de um policial trocar informação com outro independente ele foi um policial civil ou militar. (PC1).

O trabalho em conjunto das Polícias Cíveis e Militares devem ser o foco principal na gestão das políticas de segurança pública fundamentado no próprio conceito de “segurança pública” de não fazer qualquer sentido para além da ideia de “manutenção da paz” (ROLIM, 2006: 24), e assim, promover a integração das polícias. Prevenir, investigar e punir criminosos por seus atos, são ações necessárias para assegurar o mínimo de direitos da sociedade para que as pessoas possam desempenhar outros direitos de cidadania, tais como ir a uma praça na sua comunidade, ir ao seu trabalho e ou ao posto de saúde.

No processo de organização da segurança pública, é importante investir cada vez mais na inteligência da polícia para elevar as taxas de resolução de CVLI, produzir conhecimentos para auxiliar as ações da polícia judiciária e ostensiva, tanto na prevenção quanto na repressão do crime organizados. O que se vê atualmente, na governança da segurança pública do território do Vicente Pinzón, é uma inquietação “entre um passado perverso que não foi ainda rejeitado e uma possibilidade mais generosa de futuro sobre a qual ainda não se pode ter qualquer certeza” (ROLIM, 2006: 49), O trabalho em conjunto sem o detrimento de nenhuma instituição policial, se bem planejado, é um dos caminhos no combate à criminalidade violenta.

Foi questionado ainda aos partícipes da pesquisa, sobre a atuação do Pacto por um Ceará Pacífico, em relação ao combate da presença do crime organizado na Capital, procurando saber quais são as soluções a curto, médio e longo prazo para resolver essa situação? Como vencer essa guerra? No qual obtive as seguintes colocações:

A curto o prazo não tem solução porque a solução ela é de médio a longo prazo que é o que é investigação, investigação dos verdadeiros policiais nós investigador. na Polícia Civil, não ficar desvirtuando para chamar uma força-tarefa da Polícia Federal que não conhece a região não ficar colocando policial militar em Serviço de Inteligência lotando a COIN, a coordenadoria de inteligência de policiais militares, que isso é usurpação da função da Polícia Civil. A COIN era para ser da Polícia Civil, mas em razão da falta de investir, de investimento do Estado aí nós não temos nem efetivo para fazer o nosso serviço de investigação. (PC1).

Sempre pode ser feito algo a mais, como aumentar as práticas sociais dentro da polícia trabalhando com as pessoas daqui, por exemplo, temos o Ronda Maria da Penha, mas são pouquíssimas pessoas que trabalham diretamente com isso e olhe lá viu, porque os outros ficam é achando ruim porque deixa de ter mais gente na rua, é o que eles dizem. Tem o grupo que vai nas escolas, mas são apenas umas três pessoas e elas só são elas outros aqui fazem é mangar deles, tem que conscientizar, entro e saiu aqui, eu mesma não falo muito, não é legal as vezes dar intimidade. (PM1).

Colega, o que posso te dizer é que teria que pegar esses meninos tudim e dar escolas a eles p tempo todo, daqui a uns dez anos isso aqui seria outra realidade. Bora pra tu ver uma escola em cada esquina ao invés de um armazém desses aí, colega isso aqui ta assim porque não se investe em educação, eu mesmo passei foi uns três anos para fazer faculdade depois que entrei para a polícia militar, e ano que vem é o ano dos concurso, vou fazer porque quero mais para mim. Quando vejo esses meninos aí, eu falo pra eles – vão estudar – porque eu sei que sem isso, daqui a dez anos estaremos do mesmo jeito. A curto prazo é polícia mesmo, tem jeito não. (PM2).

Sim eu posso falar pela minha unidade e pelos locais que tem as UNISEGS, então é notório uma queda muito grande nos números de homicídios, mas não só de homicídios, roubos também que é um crime que mais amedronta a comunidade né, até mesmo mais que o homicídio, que atinge só um grupo pequeno de pessoas, porque se a gente for ver de perto, as pessoas que morrem vítimas de homicídios, são pessoas geralmente envolvidas com o crime, então, infelizmente a gente identifica nas próprias famílias aquela expectativa de que aquilo iria acontecer, então as vezes a família não se choca mais com a morte de um filho, porque ela sabe que aquele filho já caiu várias vezes, tinha vários inimigos, já sofreu vários atentados, então a coisa que eu observo aqui no nosso território é isso, todo homicídio que acontece aqui no meu território, eu faço questão de comparecer, de conversar com a família, nós temos um grupo especializado só para isso, o Grupo de Apoio as Vítimas da Violência – GAVV, que visita todas as famílias vítimas de violência pra conversar, pra se mostrar solidário, pra dizer que a família é importante pro Estado, para dizer que aquela ali não é mais uma morte, que a gente tem interesse em responsabilizar quem matou, e isso a gente tem identificado nas nossas observações que a família nem se choca mais tanto com a morte daquela pessoa, sendo uma coisa esperada por conta da conduta predominantemente reprovada das pessoas que morrem lá o roubo não, o roubo é o cidadão, que passou o mês trabalhando, que comprou o celular com dificuldade, que comprou uma bicicletinha pro filho, que comprou a moto, então, isso ofende muito mais a comunidade e nós ficamos muito feliz porque uma das maiores conquistas do Ceará Pacífico por conta das Unidades Integradas de Segurança que são as UNISEGs, portanto um braço do Ceará Pacífico, porque ele é bem maior do que isso, é a redução muito pesada também de roubos, então todas as áreas que implantamos as UNISEGs, há uma redução drástica do número de roubos e isso consequentemente redundando na qualidade de vida das pessoas. (GU).

A curto prazo é questão de prevenção terciária mesmo né, a curto prazo a gente precisa agir com, aumentar a ostensividade nas ruas né, buscar mais presença da polícia militar nas ruas, melhorar a sensação de segurança das pessoas nas ruas e tentar ocupar as áreas para buscar evitar que se pratica em crimes inclusive e principalmente a preocupação maior sempre com CVLI, agora já na terça a gente vai ta só em Fortaleza

colocando 1.150 novos policiais, 200 vão de mediato para Sobral e Juazeiro outros vão depois, mas assim, a gente vai ficar com cerca de 1.500 policiais a mais na capital, então a curto prazo é identificar os locais que há uma maior necessidade tanto de CVLI como de CVLP também, os crimes contra o patrimônio, nos assaltos também que incomodam demais a sociedade, a gente vai concentrar esse policiamento além de buscar cada vez melhorar a questão da investigação da Polícia Civil que é o que eu sempre digo, melhora a questão é sensação de impunidade a gente acredita eu creio muito assim, que muitas pessoas matam porque elas são convencidas que não vão ter punição por que o policiamento ostensivo ele ajuda a evitar e ele leva muitas de prisões como mostrei agora pouco, até esse volume de prisões desse ano já é de 18% a mais que do ano passado e como falei parte das prisões também por homicídios, então, ajuda muito, mas assim acho que vai muito na cabeça da pessoa, ela vê a viatura passar, e de novo e diz: vou esperar passar e agora vou fazer algo, assim que a viatura passar eu vou fazer algo, matar alguém. Agora se essa pessoa tiver a convicção na sua mente de que ela vai ser presa vai ser levado a julgamento, vai ser condenado, vai cumprir uma pena em um estabelecimento e realmente vai ter um tempo ali preso, separado do mundo externo, então ela estaria convencida de que não é não é o que os benefícios que não compensa as custo-benefício para tirar a vida de alguém, então a gente precisa também, de curto prazo é, investir na parte de investigação com poder judiciário e o Ministério Público, para que a gente conseguiu sistema prisional para que a gente consiga convencer as pessoas através dessas medidas repressivas também de que não compensa, por exemplo, praticar homicídio. Agora tudo isso, assim, essa conta nunca vai bater, se a gente colocar mais polícia, mais juiz, mais promotor, se a gente criar uma megaestrutura, penitenciárias, mais presídios, gera essa megaestrutura, mas essa conta nunca vai bater porquê? Porque se não investir nas ações sociais, do outro lado, o lado da criminalidade vai aumentar muito mais, vai aumentar exponencialmente por que a gente vê quem vai pro presídio, em regra, não se ressocializa, e a reincidência é altíssimo, o incidência, ele sabe o presente vai continuar sua vida no crime e cada vez mais jovens que entram no crime. (GSP).

Muitas ideias, muitas teorias e muitas diretrizes para a segurança pública, porém na prática, as realizações são bem mais pontuais e pouco abrangentes. A política pública precisa gerar eficiência, bem como ser administrada numa instância estadual de colaboração entre os profissionais quais sejam policiais, assistentes sociais, professores, dentre outros que viessem a somar a nível estadual e municipal. Percebo algumas ações pontuais nas falas dos Gestores, ações que passeiam no campo do abstrato, ficando o concreto no campo do desejo daqueles operadores da política, que sentem de perto como realmente é a comunidade e os problemas enfrentado para sair do campo da violência diária.

Para o operador da política pública, é pertinente com base na perspectiva de crescimento profissional na sua formação, bem como, no sentimento de segurança pessoal que lhe é propagado, considerando que comumente os órgãos públicos que buscam capacitar seus servidores, procuram proporcionar um vínculo de longo prazo com eles, compreender que o gestor deva empregar o que apresenta-se de estado da arte para motivar e dar qualidade na política pública na qual opera.

É importante investir programaticamente a curto, médio e longo prazo em educação em tempo integral utilizando-se de métodos de prevenção da evasão escolar, assim como na

recuperação da juventude que sai das suas escolas, criando projetos de assistência de jovens muitas vezes não compreendidos e dos egressos do sistema socioeducativo, e também, capacitação de professores para lidar com conciliação, juntamente com os profissionais de segurança pública, esses com noções de policiamento de aproximação, e maiores investimentos em tecnologia para investigações e elucidações de CVLI. Por fim, foi indagado quais outras fontes de informação (além da polícia) poderiam ser consideradas para avaliar o Pacto por um Ceará Pacífico?

Olha, a principal fonte de avaliação tem que ser as pessoas inicialmente, acho que seria importante pesquisas, as pessoas nos territórios né, por exemplo, lá no Vicente Pinzón ouvir as pessoas, a gente percebe ainda além de fazer é importante também que se divulgue, então talvez ainda ta falta divulgação, as pessoas em geral não sabem o que é o Ceará Pacífico as pessoas geral ainda não sabe o que é UNISEG, então como tinha por exemplo o RONDA, então tinha aquela marca RONDA e aquilo ali é muito difundido pelo Governo do Estado e a gente precisa difundir mais essa nova marca, digamos assim, parece que é algo totalmente diferente mas é mais um modelo também de polícia comunitária não é não é que haja uma descontinuidade, há tinha o RONDA agora é outra coisa, não, falei assim, só repaginada, outro nome, mas apesar de que o RONDA ele era muito focado só na Polícia comunitária realmente, que é mais ou menos o problema que a gente viu no Rio de Janeiro que teve uma oportunidade de ouro que quando invadiu os morros, entrou instalou UPPs, conseguiu realmente colocar para correr, digamos assim, a bandidagem pelo menos a cabeça, as cabeças da bandidagem, tinham a oportunidade de ouro de entrar naquele momento, o Rio de Janeiro, de entrar nessas comunidades todas ações sociais nessas áreas primárias e secundárias, perdeu-se o *time* disso, não se planejou isso e acabou resultando no que a gente vive hoje, o RONDA era focado muito no policiamento comunitário a gente hoje pelas UNISEGs resgata isso, na realidade o RONDA já alguns anos já estava extinto, eu fui a pessoa que externou, que abriu a boca para falar a verdade, olha na realidade não existe mais o RONDA, o RONDA desde quando começou o Defesa da Vida 2014, desde aquela época já não havia mais o RONDA do quartirão né, era aquele policiamento ficava ali nas áreas pequenas e na hora que você precisa combater os homicídios entra o policiamento nas áreas de mancha de criminalidade, então se tira do quartirão, digamos assim, e joga em algumas áreas da cidade. Então já não existia mais o RONDA, eu fui a pessoa que tive a coragem de dizer que não existe mais e a gente volta no resgate desse trabalho de policiamento comunitário. É importante o conhecimento das pessoas desse trabalho que é feito, mas eu acho que principalmente isso, a principal fonte não deve ser nem os policiais em si eu acho que pessoalmente, é pra quem nós trabalhamos, nós trabalhamos para as comunidades, para as pessoas nas ruas acho que elas aqui tem que fazer avaliação desse nosso trabalho e talvez um mecanismo muito bom seria realmente pesquisas né, realmente pesquisa de campo, questionário e a gente se coloca à disposição com interesse em poder ajudar também na formatação, se poder discutir e questionar, é importante fazer essa avaliação. (GSP).

Eu avalio o Ceara Pacifico como um projeto midiático... que tanto é que ele praticamente ele já está em oculto no sentido de que ele já está vazio, pois já estão chamando Polícia Federal, já estão fazendo curso de inteligência para PM, não fazem curso de inteligência nem de investigação com a Polícia Civil, então ela passe para mim que está natimorto, quando ele começou ele já tá morto, tanto é que aqui a UNISEG I aqui era para ser o Projeto, projeto-piloto do Ceará Pacífico, se você ver a estrutura aqui da delegacia, você vê que é uma casa uma casa sem estrutura nenhuma nem para atender as pessoas nem para fazer investigação a sala dos inspetores a inspetoria é uma sala só, como é que nós vai fazer investigação? Tem que ter vários computadores aqui, a gente tinha que ter dados, só que a gente tem um computador só, para todos os inspetores usarem. (PC1).

Esses dois depoimentos mostraram duas realidades do Programa. A primeira é a de sensação de paz, uma vez que o Ronda do Quarteirão, programa de governo da segurança pública do Ceará que durou dez anos, foi ao longo do tempo perdendo seu objetivo, o que na prática foi deixando de existir. O *modus operandi* de polícia comunitária foi diminuindo aos poucos com o passar dos anos e se voltando para o lado mais ostensivo. O problema foi esquecer o lado social do projeto, pelo fato de não conseguir reduzir as taxas de CVLI, uma vez que a médio e longo prazo, a cultura local sendo incentivada e a educação proporcionada aos jovens, muitos dos problemas da criminalidade violenta poderiam ser solucionados, contudo, a pressa em trazer a “sensação de paz” para a população, fez com que os rumos das políticas se voltassem para o ostensivo, pois com mais polícia nas ruas, mais o povo teria a sensação de paz.

Isso está ligado ao fato de frequentemente a estrutura hierárquica desempenhar um poder sobre os policiais, pois estes, na incerteza de futuras punições ou por outro lado, aspirarem ser vistos de um modo mais otimista por parte dos gestores, terminam por contribuir, sem muitas perguntas, na maioria das vezes, com os princípios sugeridos por seus superiores. Muitas das recomendações e ideias que sugerem, por vezes não são empregadas, ainda que fundamentadas e apresente uma elevada capacidade de integração de valor para a política pública. Além do mais, o grau de complexidade que os policiais muitas vezes têm para suggestionar os seus gestores a concordar com eles é elevado, pois aqueles se apresentam muito relutantes a hábitos novas.

Outra realidade é o que se fala e o que acontece de fato, uma das grandes críticas ao programa é a busca pela sensação de paz com a ostensividade em detrimento da investigação, tão necessária para solucionar os crimes. As propagandas midiáticas do Ceará Pacífico passam uma ideia diferente daquelas suscitadas por alguns dos operadores da política em seus relatos formais ou informais no percurso da pesquisa, no qual percebe-se que existe uma outra realidade – pouca estrutura para investigação e para se trabalhar uma abordagem mais comunitária.

[...] parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações (FREIRE, 2009, p. 105-106).

Por fim, relativo às exposições dos gestores e operadores do Ceará Pacífico, compreendi que a noção de ação conjunta das instituições encarregadas pela criação e execução de políticas setoriais na UNISEG I, é extremamente necessário, outra questão, é o aspecto de

comportamento das instituições e de seus operadores que, muitas vezes, aparecem fragmentados, dentro das várias esferas governamentais, com pouca agregação e harmonização entre si, bem como, a baixa compreensão das atribuições articuladas no campo da segurança pública. Tais características demandam um grande empenho e sensibilização por parte da gestão para articular democraticamente e participativamente tais atribuições na prática dos diversos setores do governo em busca de uma conjuntura de segurança cidadã ampla e participativa.

#### **4.2 Percepções Locais – Impactos Subjetivos e Representações Correntes**

Entendo que a política nem sempre é isenta numa sociedade de classes quando existem pensamentos contrários. Dessa maneira, um importante motivo para que ocorra uma alteração ou continuação das políticas econômicas, em particular das correlações de forças reais entre as classes e suas ambições tanto das elites como dos trabalhadores.

Trazendo para o contexto da segurança pública, em 2016, com a aprovação na Câmara dos Deputados do texto-base do Projeto de Lei 3.722/12 que revoga o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), o País passa a correr o risco de ter uma população fortemente armada, pois abre pressuposto para o porte de arma, uma vez que a sensação de insegurança é cada vez mais crescente no seio da sociedade.

O mapa da violência de 2015 mostrou que o estatuto do desarmamento beneficiou em torno de 160 mil vidas. Com uma maior quantidade de armas em circulação há uma probabilidade maior para que homicídios sejam cometidos por armas de fogo. Há forças capitalistas por trás da aprovação desse texto-base. O Instituto Sou da Paz realizou um levantamento em que, 10 dos 24 deputados da comissão que aprovou o texto-base que revoga o Estatuto, conhecidos como a “bancada da bala”, foram financiados pela indústria privada brasileira de armas e munições, monopolizada pela empresa de armas Taurus e pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). Se essa lei for aprovada, o aumento nas vendas de armas de fogo no País aquecerá o mercado financeiro e consequentemente aumentará os lucros dessas empresas favorecidas diretamente com essa “economia da bala” que está por vir.

O atraso político na área da segurança pública no Brasil é condizente com a velha política da segurança *versus* os direitos humanos, onde só quem sai perdendo é a população, em especial, o jovem negro e pobre da favela. Mantendo um olhar focado na sociedade, na abordagem pacífica, na não discriminação das minorias, em especial a desses jovens, a governança em segurança pública estará mudando o velho *modus operandi* que dá o norte na

conduta e na formação policial o que, por conseguinte, o desempenho dos policiais possa ser orientado por novas ações afirmativas.

As minorias devem ser reconhecidas como portadoras de direitos universais, assim como, devem afirmar sua identidade, este comportamento decorre de um espírito democrático, uma vez que estabelece além de um reconhecimento em si, um reconhecimento no outro, com suas diferenças e semelhanças, assim como preceituam os direitos universais do homem. (STURZA, 2015, p. 267).

O ano de 2016 terminou com novas propostas para a segurança pública. O então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, em reunião com especialistas da área de segurança pública, anunciou no final de dezembro desse ano um Plano Nacional de Segurança que tratava de três pontos fundamentais:

- Redução do número de homicídios dolosos (com intenção) e feminicídios (crime de ódio contra mulheres);
- Combate ao tráfico de drogas e armas a partir de convênios com o Paraguai;
- Modernização dos presídios.

[...] o plano de segurança do governo do Presidente Michel Temer (PMDB) tem 68 propostas focadas na redução dos homicídios, no combate ao crime organizado e em melhorias em presídios do país. Dessas propostas, ao menos 53 (ou seja, 78% do total) já constavam em planos ou programas contra a violência lançados por outros governos desde 1995. (UOL notícias, 2017, *online*).

As mortes no Brasil chegaram a números<sup>43</sup> surreais em 2015, tais como 58.467 pessoas mortas violentamente e intencionalmente, uma média de 160 mortes por dia, onde a cada 9 minutos uma pessoa foi morta violentamente no País. No período de 2011 a 2015, o Brasil registrou entre mortes violentas intencionais e assassinatos, mais do que se registrou, no mesmo período, na Guerra da Síria, chegando a um total de 256.124 mortes no País. As propostas do atual plano de segurança pública e sua desconexão com os números atuais de crimes violentos letais mostram uma problemática em alcançar resultados palpáveis. Segundo o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima (2017) “as propostas do atual plano de segurança não contêm cronograma, orçamento, matriz de responsabilidade, qual o percentual de cada meta está sendo atingido etc. O que foi apresentado tem como base dados de 2014”.

---

<sup>43</sup> Fonte: 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Após o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública, o Governo Federal anunciou que parte dos recursos que estariam reservados para construir e reformar as Unidades Prisionais do País iria ser retirados do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e transferidos pelo presidente Michel Temer, através de uma medida provisória, para a área da segurança pública. É preciso focar em outros fatores imprescindíveis e urgentes que precisam ser melhorados, como um plano interministerial e interestadual de metas focando na redução da criminalidade e preservação da vida.

Já no Ceará, em 2016, a Polícia Civil entrou em greve por duas vezes. A primeira vez foi no mês de setembro, onde policiais civis pararam suas atividades reivindicando melhorias salariais, aumento do efetivo e proibição dos desvios de funções. Todavia, a justiça determinou a ilegalidade da greve e que os mesmos deveriam voltar às atividades normais até 24 horas após serem notificados. A segunda paralisação da categoria foi em outubro do mesmo ano. Eles postulavam pelo reconhecimento de policial civil de nível superior e pelo fim das carceragens nas delegacias.

Estamos aqui na porta do Governo para negociar, para pôr fim a essa crise, está pronto a dialogar. Mas só queremos dialogar para resolver. Conversas sem solução a gente não aceita mais, pois causa um desgaste para o governo e para a categoria, mas tenham certeza que estamos nos esforçando há 3 anos para fortalecer uma instituição que tem um trabalho importante e relevante (Presidente do SINPOL Francisco Lucas, Jornal O POVO, online)

Ainda em 2016, os agentes penitenciários do estado do Ceará também entraram em greve reivindicando o aumento da gratificação de atividades especiais e de risco e a realização de concurso público. A categoria reivindicava também a inclusão de um plano de metas para redução da criminalidade, adição de armamentos, munições e treinamentos para os agentes que trabalham nas unidades. Porém, essa greve despertou outros problemas adormecidos para a segurança pública. Concomitantemente a essa paralisação dos agentes, ocorreram confrontos entre presos nas unidades do Centro de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) I, II, III, IV, e no presídio feminino Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa, todos localizados na Região Metropolitana de Fortaleza. Os confrontos tiveram início pelo fato de os presos não poderem receber visitas, resquícios da má gestão da segurança pública e da falta de diálogo com os grevistas por parte do governo, o que culminou em 26 detentos mortos nesses conflitos.

A inoperância da governança em segurança pública parece ter se disseminado também fora do Ceará. Em 1º de janeiro de 2017, a sociedade brasileira recebeu outra desagradável notícia vinda de unidades prisionais. Em Manaus, capital do estado do Amazonas,

aconteceu um dos maiores massacres em penitenciária do País, com 56 detentos mortos. Manaus ficou atrás apenas do estado de São Paulo, com o massacre do Carandiru, em 1992, quando 111 presos foram assassinados por tropas da polícia. Dessa vez, os detentos foram vítimas de brigas de facções criminosas. Os mortos em um único dia em Manaus ultrapassam em números, a quantidade de mortos em unidades prisionais no estado do Ceará em todo o ano de 2016.

O presidente da república Michel Temer, após uma demora de três dias para se pronunciar sobre o caso da segunda maior chacina do país, veio a público chamar a chacina de um “acidente pavoroso”. Dias depois, para caracterizar todos os problemas que a segurança pública vinha passando, o presidente denominou de “drama infernal”. Expressões enfáticas somadas a um discurso de incompetência caracterizam sua (in)Governança e mostram claramente que seus discursos eram cheios de falácias e se apresentavam na prática como ineficientes para resolver os graves problemas da segurança pública no país.

Menos de uma semana após o massacre ocorrido no estado do Amazonas, o governo do estado de Roraima informou que na madrugada do dia 6 de janeiro de 2017 foram registradas 33 mortes na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. O massacre no presídio da zona rural da capital Boa Vista aconteceu um dia após o anúncio feito pelo Ministro da Justiça, Alexandre Moraes, do novo Plano Nacional de Segurança.

Quase uma semana depois do massacre no estado de Roraima, outra rebelião aconteceu. Essa se deu no Nordeste do país, no estado do Rio Grande do Norte, e deixou 26 mortos na penitenciária de Alcaçuz, que fica na cidade de Nísia Floresta, região metropolitana de Natal. Alcaçuz é a maior unidade prisional do estado, possuindo uma capacidade para 620 detentos. Todavia, à época do massacre, abrigava aproximadamente 1.083 detentos em regime fechado. O Conselho Nacional do Ministério Público realizou um levantamento em 2015 que mostrou o Nordeste como a região com a maior taxa de ocupação em unidades prisionais do país. São quase dois homens presos para uma vaga.

Após essas chacinas ocorridas em presídios do Norte do país, o que reflete um grande problema das unidades prisionais em todo país, o Secretário de Juventude Nacional Bruno Júlio, filiado ao mesmo partido político do Presidente da República, o PMDB, fez uma declaração polêmica. Disse que “tinha que ter uma chacina por semana”. “Eu sou meio coxinha sobre isso. Sou filho de polícia, né? Tinha era que matar mais.” Ele foi exonerado do cargo logo após a propagação do seu discurso nas redes sociais. Corroborando com Carvalho sobre as configurações do Estado, ela traduz bem a cena contemporânea diante das atuais manifestações, onde coloca que “a rigor, a afirmação desta conflitualidade, manifesta no funcionamento do

Estado, é uma fecunda via analítica a abrir caminhos para refletir sobre políticas públicas, no sentido de perceber e demarcar suas tensões e contradições na dialética do presente” (2010, p. 191).

Os sistemas penitenciários cearense e brasileiro encontram-se claramente desordenados e desestruturados financeiramente, uma verdadeira bomba que não é de se espantar que tenha explodido já no início de 2017. Misturam-se presos condenados com quem sequer ainda foi julgado. No Ceará, por exemplo, existem cerca de 20 mil presos para 12 mil vagas.

No País, foram gastos com segurança pública, segundo o 10<sup>a</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 cerca de 76,3 bilhões de reais em todo o país, um crescimento de 62% entre 2002 e 2015. Ainda segundo o Anuário, as despesas com a área representam cerca de 1,38% do PIB do Brasil. O Ministério da Justiça compromete 81% do seu orçamento com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal e apenas 2% do seu orçamento é destinado ao Fundo Penitenciário Nacional. Esse é um dado relevante, uma vez que, desde a sua criação, em 2002, houve uma redução de 49% na última década. Outra redução de 48% foi a do Fundo Nacional de Segurança Pública. Atualmente o Ministério da Justiça destina apenas 3% do seu orçamento para esse fundo.

Em 2014, ainda segundo o 10<sup>a</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o cálculo de quanto custa o crime e a violência para o Brasil chegou a 3,78% do PIB, cerca de R\$ 258,3 bilhões. Os estados com os elevados indicadores de violência estão no Nordeste. Isso foi medido pela taxa de homicídios em cada 100 mil habitantes, ficando Alagoas com 62,42%, Ceará com 40% e Sergipe com 48,72%.

O Brasil possui um alto gasto com segurança privada, o que pode ser entendido como um indício do sentimento da população sobre o serviço de segurança pública prestada pelo governo. As despesas com segurança privada relacionadas a empresas e a sociedade no Brasil chegam a 48% da despesa total do crime, o que demonstra uma falta de confiança no desempenho do governo em segurança.

Os maiores gastos são verificados nas regiões Norte e Nordeste do país. Nas duas regiões, o dispêndio médio da violência corresponde a 4,2% do PIB. No Centro-Oeste, fica em 3,1% e no Sul em 3%. A região brasileira com o menor custo com criminalidade em relação ao PIB é o Sudeste, com 2,7%. Entre os Estados, o menor custo ocorre no Tocantins (2%) e o maior em Alagoas (6,2%).

Em contrapartida, há particularidades no tipo de gasto que prevalece em cada território. No Sudeste (49,5%), Sul (47,2%) e Centro-Oeste (43,2%), o gasto privado com

segurança supera o verificado no Nordeste (36%) e Norte (35,2%). Do ponto de vista dos gastos públicos, a predominância é no Norte (44,6%) e Nordeste (44,3%). Já o Sudeste fica com 33,3%, o Sul com 32,6% e o Centro-Oeste com 32%. No entanto, essas despesas ficam atrás dos gastos com segurança privada.

Ainda em 2014, o estado do Ceará investiu 652 mil reais em serviço de inteligência. Em 2015, teve um aumento nesse investimento de 511%, totalizando R\$ 3.988 milhões em informação e inteligência. Em policiamento, o investimento em 2015 foi de R\$ 296.776 milhões uma redução de 21,2% em relação ao ano anterior. Em relação às despesas com a defesa civil, o estado gastou 58 milhões, um aumento de 185,7% em comparação com o ano de 2014. Contudo, em comparação com o estado vizinho, Pernambuco, cujo orçamento pra área da Defesa Civil chegou a 220 milhões de reais, o Ceará deixa a desejar. Isso se dá porque o seu principal programa de governo voltado para a segurança pública, o “Pacto por um Ceará Pacífico”, foi pensando nos princípios do programa “Pacto pela Vida”, de segurança pública do estado de Pernambuco, que retirou o estado dos três primeiros lugares do ranking da violência no país. Os investimentos nessa área mostram a grande diferença na importância que se dá aos programas e gastos em cada estado. Apesar da crise econômica que envolve todos os setores do Estado, em 2015, o Ceará teve uma despesa com a função (segurança pública e taxas de homicídios) um orçamento estimado em 1,8 bilhões de reais, aumento de 6,6% se comparado ao ano anterior. Deixar de investir em segurança pública pode acarretar no aumento dos CVLI.

Um exemplo disso é a cidade de Fortaleza, no Ceará, com o maior montante de crimes violentos letais. Em 2014<sup>44</sup>, foram 77,3 crimes violentos letais intencionais (CVLI), aqueles decorridos por homicídio doloso, latrocínio ou lesão corporal seguida de morte a cada 100 mil habitantes. Fortaleza é seguida por Maceió (69,53) e São Luís (69,07). A média nacional é de 25,2, quase 1/3 do índice de Fortaleza. Já em 2015, Fortaleza cai para segunda colocada nesse ranking com 63,7 CVLI a cada 100 mil habitantes. A ONG do México "*Seguridad, Justicia y Paz*" que organiza e monitora os registros de homicídios em vários países, mostrou que em Fortaleza entre os anos de 2016 e 2017, a taxa de assassinatos em Fortaleza subiu de 44.98 para 83.48 CVLI no período, um aumento de 85%.

Nos últimos anos, os números da violência da cidade de Fortaleza têm aumentado. Em 2015, chegou-se a um total de 4.019 CVLI. Em 2016, esses números tiveram uma redução de 24,9%, chegando a dezembro com 3.087<sup>45</sup>. Um dos motivos basilares é a (in)governabilidade

---

<sup>44</sup> 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

<sup>45</sup> Dados Estatísticos divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado do Ceará;

na gestão da drogadição<sup>46</sup> e do tráfico de entorpecentes, que se alastram com mais rapidez e facilidade, se colocando como um elemento significativo de risco de violência na capital cearense. Segundo o 10º Anuário Nacional de Segurança Pública 2016 (*online*), o Brasil é hoje, em termos absolutos, o país que mais mata no mundo. Além disso, é a polícia que mais mata e também a que mais morre.

Em janeiro de 2017, o secretário de Segurança Pública do Ceará, delegado André Costa, praticando uma policialização das políticas públicas entre outros aspectos relativos à segurança pública, em acordo com a intolerância de grupos que preferem o bandido morto, proferiu que:

Para o bandido a gente oferece duas coisas: se ele quiser se entregar, a gente oferece a Justiça. Se ele quiser puxar uma arma, como foi feito ontem contra nosso policial, a gente tem o cemitério para oferecer a ele. (O POVO, online, 2017).

Ao indagar o Secretário de Segurança André Costa sobre se ele acha que a política “justiça ou cemitério” vem mesmo sendo efetiva na diminuição da violência no Estado, visto que o número de homicídios cresceu se comparado a 2016, ele relata que

Não é uma política isso aí que eu afirmei. Isso aí que eu afirmei é tão somente explicar o que é a legítima defesa que já existe há milhares de anos, não só no país como no mundo né um instituto penal que já existe há milhares de anos, então, o que é que a legítima defesa diz, ele disse que a pessoa pode reagir a uma agressão. Agressão essa atual ou iminente, então, o que é que a gente sempre defende, que o policial chegou um momento, e eu digo sempre que Direitos Humanos ninguém é contra a Direitos Humanos, até o policial ele é defensor dos Direitos Humanos, mas chegou-se um momento que, se há uma reação do policial a essas agressões, que ele sofre na rua, aí não, mas o policial ele já te parte do pressuposto que ele tem culpa por que ele fez quando que toda a administração pública, você tem o princípio da presunção de legitimidade do ato do agente público mas para todo e qualquer agente público vale a presunção de legitimidade quando vai para o policial não vale isso a presunção é de que ele agiu de forma e ilegítima e ilegal, então, o que eu defendi na afirmação, e que as afirmação não é uma política a política é o Ceará Pacífico, mas qual é a formação? Que a gente não pode permitir é o bandido tá solto nas ruas cometendo crimes e solto nas ruas, o que a gente precisa é que o policial tenha a firmeza de que é certeza que a gente defende que ele deve levar um bandido para cadeia, apresentar à justiça mas num contexto que eu falei foi quando um policial que foi morto primeiro policial na minha gestão esse ano acabou Arlindo e naquele momento eu afirmei, mas, o que o bandido tem que obedecer o comando da polícia nas ruas, agora, se ele não obedecer e se ele sacar de uma de fogo por exemplo para agir contra policial aí foi que entrou o contexto do cemitério, que a palavra sei que a palavra, choca, mas é porque eu acho que a gente tem que ser um pouco mais, digamos assim, mais realista, ser menos politicamente correto, as pessoas estão vivendo a realidade nas ruas e enquanto isso

---

<sup>46</sup> O termo é genérico que designa toda e qualquer modalidade de vício bioquímico por parte de um ser humano ou a alguma droga (substância química) ou à superveniente interação entre drogas (substâncias químicas), causada ou precipitada por complexo de fatores genéticos, biofarmacológicos e sociais, incluídos os econômico-políticos.

tem pessoas que só discutem o Politicamente correto eu não vou muito por ai não. (Secretário de Segurança Pública do Ceará – André Costa).

Com a fala do Secretário entendo que é importante não reproduzir discursos que perpassem o campo da governança política. Deduz-se que se o Estado se equiparasse àqueles que transgridam os bens juridicamente tutelados, não haveria discrepância alguma. O Estado, assim como seus governantes, deve administrar a política sempre pautando a cidadania e respeitando prioritariamente os direitos humanos duramente conquistados. “Em outras palavras, o projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor relativamente consolidado, embora evidentemente não hegemônico capaz de constituir um campo de disputa”. (DAGNINO, 2004, p. 99).

Hoje, com o modelo de Estado democrático vivenciado pelo ator-cidadão, torna-se imprescindível demonstrar o poder da democracia neste contexto evolutivo de sociedade e de Estado, a partir de uma relação direta com a promoção e proteção dos direitos humanos, através do esforço do próprio Estado, que se buscará efetivar os direitos dos cidadãos e conseqüentemente a concretização da cidadania, em um processo de democracia participativa, a qual, em primeira instância, garantirá também a eficácia dos direitos humanos. (STURZA, 2015, p. 256).

No início dos anos 2000, o Brasil organizou com a competência do Estado um desenho minucioso e fundamental sobre o campo da segurança pública que acabou por se tornar o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), o primeiro programa voltado a temática, abraçado por outros dois projetos: o Projeto de Segurança Pública para o Brasil, no ano de 2003, e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em 2007<sup>47</sup>.

Foi durante a segunda gestão de Lula (2007-2010) que nasceu o PRONASCI<sup>48</sup>. O programa destina-se à vigilância, controle e diminuição da criminalidade, agindo em suas origens socioculturais, além de organizar intervenções de políticas sociais com segurança pública mediante a interinstitucionalidade entre União, Estados e Municípios com ênfase no conceito de cidadania.

Dentre as principais linhas do PRONASCI, apontam-se: o reconhecimento e a formação dos profissionais em segurança pública, a reforma do sistema penitenciário, a luta contra a corrupção policial e a inclusão da sociedade no cuidado com a violência. Os pontos

---

<sup>47</sup> Para explorar mais o assunto sobre os programas voltados a segurança pública no Brasil, ver Tavares dos Santos (2009) e Adorno (2009);

<sup>48</sup> Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), ficou conhecido como o PAC da Segurança Pública por integrar o avanço político e o planejamento do governo para as áreas sociais com o Plano de Aceleração ao Crescimento (PAC) do Brasil.

primordiais do PRONASCI são: questões etárias com a juventude de 15 a 24 anos; enfoque social nas minorias como os jovens e adolescentes fora do sistema prisional ou em circunstâncias de moradores de rua; pontos territoriais nas regiões metropolitanas e conjuntos urbanos que possuem elevadas taxas de CVLI<sup>49</sup> e a luta contra o crime organizado.

Um dos eixos principais do PRONASCI que deu a direção no programa foi a consolidação da cidadania com concepções voltadas para o conhecimento dos deveres e direitos do cidadão e para uma maior integração social, a começar das diretrizes fundadas nos direitos humanos. Conforme falado por Hanna Arendt no entender da “cidadania como direito a ter direitos”. Indo ao encontro da ideia de dignidade humana:

A disseminação dessa concepção de cidadania foi expressiva, e ela orientou não só as práticas políticas de movimentos sociais de vários tipos, mas também mudanças institucionais, como as incluídas na Constituição de 1988, conhecida, como já mencionado, como a “Constituição Cidadã”. (DAGNINO, 2004, P. 105).

Em Fortaleza, o PORNASCI teve uma atuação forte nos Territórios da Paz<sup>50</sup> junto às comunidades que compõem o Grande Bom Jardim, onde moram cerca de 175 mil pessoas distribuídas pelos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Teve-se o intuito de reconhecer essa população da periferia de Fortaleza como pessoas independentes e adequadas a praticar sua cidadania e se ajustar à conjuntura territorial em que vivem.

É extremamente importante e cada vez mais se faz necessário enfatizar a significação e o respeito à dignidade essencial a todo indivíduo, a igualdade e seus direitos inalienáveis, sobretudo relacionados com a liberdade. Essa tese entra em oposição ao *modus operandi* policial, muitas vezes ocorrido a partir de políticas como o próprio PRONASCI ou no Pacto por um Ceará Pacífico, em que os transgressores são percebidos como uma hostilização social, da qual o extermínio é muitas vezes apontado como uma via bem-sucedida dos órgãos de segurança juntamente com a sociedade.

Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada. Ao serem confrontados com essa visão, reforçada pela escassez de recursos públicos destinados a essas políticas e pela gravidade e urgência da situação a ser enfrentada, setores da sociedade civil chamados a participar em nome da “construção da cidadania” com frequência subordinam sua visão universalista de direitos e se

<sup>49</sup> Crimes Violentos Letais e Intencionais;

<sup>50</sup> Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: <http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=1216&titulo=Reportagens&action=detail>. Acessado em 10 de jul. de 2017.

rendem à possibilidade concreta de atender um punhado de desvalidos. (DAGNINO, 2004, P. 108).

Na atual conjuntura a política de segurança pública está sendo desenvolvida e considerada para preservação da "ordem pública", sob a desculpa da proteção da "sensação de paz". Contudo, essa intenção, ao invés de promover a segurança, tem trabalhado como impulsionador de práticas políticas excludentes, onde, no que lhe diz respeito produzem o aumento da criminalidade e insegurança, terminando por construir uma dependência cíclica.

A política de segurança pública, seja o PRONASCI ou o Pacto por um Ceará Pacífico, é praticada com a intenção de distanciar a violência e o crime para conservar a cidadania. Entendo que é imprescindível que o trabalho da governança da polícia seja regulado na perspectiva da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, precisa-se ser considerado os direitos fundamentais, bem como a força legal dos policiais nas ocorrências que deve ser utilizada na medida certa, proporcional e equilibrada buscando a ajuda da comunidade e procurando trabalhar o policiamento comunitário sem trocas de benefícios politikeiros e/ou trocas de favores de má fé. Assim, o policiamento trabalhará mais com a cidadania e garantirá um melhor exercício da profissão junto ao princípio da legalidade e legitimação das suas ações proporcionais aos fatos.

#### **4.3 Eixos Avaliativos – Análise em Profundidade**

A Avaliação em Profundidade se mostra como uma proposta contemporânea aberta a várias probabilidades em que o investigador pode moldar o seu campo investigativo. Nesse sentido trabalho com três eixos em profundidade – Conteúdo da Política; Estudo da Contextualização de Formulação da Política e Trajetória Institucional da Política.

O primeiro Eixo, de Conteúdo da Política do Ceará Pacífico, dois quadros explicativos foram elaborados para uma melhor compreensão temporal da sua formulação e das suas bases conceituais, assim como as situações de maior relevância para se observar a diversidade do processo. Inserido na esfera dos estudos qualitativos das Ciências Sociais e Humanas e recorrendo ao levantamento do marco regulatório da política (leis, modificações na lei, regulamentação), pretendo mostrar precisamente as dimensões contempladas, os setores favorecidos ou não, as atribuições e os vários pontos da segurança pública que se foram promovendo na linha temporal dos anos de 2016 e 2017.

### 4.3.1 Eixo 1 – Conteúdo da Política do Ceará Pacífico

Aqui realizei uma divisão nos quadros abaixo, cujo o primeiro é sobre a formulação do Ceará Pacífico, seus conteúdos e bases conceituais onde foi realizado o levantamento do marco regulatório da política. Já no segundo quadro mostro as situações relevantes para o Ceará Pacífico, sua coerência interna, bem como, projetos e debates levantados sobre a política.

Quadro 12 – Formulação – Conteúdo e Bases Conceituais.

PERÍODO	MARCO REGULATÓRIO DA POLÍTICA
<b>Eleições de 2014 para Governo do Estado</b>	Lançamento das propostas de governo para a segurança pública 2015 a 2018 <sup>51</sup> – Ceará Pacífico, com os eixos: Segurança Pública; Justiça e Cidadania e Políticas sobre Drogas e Desenvolvimento Urbano.
<b>07 de agosto de 2015</b>	O Governo do Ceará lançou oficialmente o Pacto por um Ceará Pacífico. O Programa passou a contar com parceiros em ações intersetoriais. O lançamento teve a presença do ministro da Justiça e aborda 11 linhas de ações <sup>52</sup> intersetoriais em áreas como justiça, emprego e renda, saúde, entre outros. O decreto <sup>53</sup> que institui o Programa e os termos de adesão dos parceiros foram assinados durante o evento de lançamento.
<b>23 setembro 2015</b>	O governador sancionou o Decreto <sup>54</sup> nº 317/87 DE 21/09/2015, publicado no DOE <sup>55</sup> , que institui o pacto Por um Ceará Pacífico para a atuação articulada entre órgãos públicos estaduais, municipais e federais e instituições da sociedade civil, objetivando a construção de uma cultura de paz, com políticas interinstitucionais de prevenção social e de segurança pública, e dá outras providências.

Fonte: Elaboração Própria - Compilação de dados referenciados.

<sup>51</sup> Fonte: Proposta de Governo. Disponível em: < [http://ptceara.org.br/images/conteudo/file/1\\_PlanodeGovernoCE2014.pdf](http://ptceara.org.br/images/conteudo/file/1_PlanodeGovernoCE2014.pdf) >. Acessado em: 24 de abril de 2017;

<sup>52</sup> Fonte: Site G1, aqui encontram-se as 11 linhas de atuação. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/governo-do-ceara-lanca-o-pacto-por-um-ceara-pacifico.html> >. Acessado em: 24 de abril de 2017;

<sup>53</sup> O decreto tem efeitos regulamentar ou de execução - expedido com base no artigo 84, IV da CF, para fiel execução da lei, ou seja, o decreto detalha a lei. Não podendo ir contra a lei ou além dela.

<sup>54</sup> Fonte: Site normas Brasil. Disponível em < [http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-31787-2015-ce\\_303727.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-31787-2015-ce_303727.html) >. Acessado em 24 de abril de 2017;

<sup>55</sup> Diário Oficial do Estado.

Quadro 13 – Coerência Interna – Situações Relevantes do Ceará Pacífico.<sup>56</sup>

PERÍODO	PROJETOS E DEBATES
<b>21 de agosto de 2015</b>	<p>Foi implantada as audiências de custódia<sup>57</sup>, onde os acusados são acompanhados pela Central de Alternativas Penais. O acesso sem demora à justiça é uma das diretrizes do Pacto Por Um Ceará Pacífico a fim de amenizar o problema da violência e, mais especificamente, da superlotação dos presídios.</p> <p>Proposta de condução do preso em flagrante ao juiz em 24 horas, o que não foi possível nos primeiros dias. A previsão é que em até 15 dias a autoridade judicial possa fazer uma avaliação se há a necessidade de o autuado permanecer preso, poder responder em liberdade ou monitorado.</p>
<b>03 de setembro de 2015</b>	<p>Foi aprovada na Assembleia Legislativa a Lei Nº 15854 de 24/09/2015<sup>58</sup> que reserva vagas para egressos<sup>59</sup>. A lei reserva percentual de vagas de empregos nos contratos com o governo do Estado aos presos em regime semiaberto, aberto e livramento condicional e aos egressos do sistema penitenciário cearense. O projeto de lei foi elaborado na Secretaria da Justiça e Cidadania do estado.</p>
<b>23 de setembro de 2015</b>	<p>A Primeira-dama anuncia recursos para reforma e aparelhamento de equipamentos do sistema penitenciário ligados à infância<sup>60</sup>. O anúncio da liberação de recursos pelo governador Camilo Santana serviu para o aparelhamento de três unidades de referência para atendimento à saúde materno-infantil no sistema prisional estadual e a reforma da creche Irmã Marta, localizada no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), em Aquiraz. A responsabilidade ética do Estado que se insere na lógica do Pacto por um Ceará Pacífico.</p> <p>O governo liberou o valor de R\$ 19.415,06 como contrapartida de convênio realizado com o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), que repassou um total de R\$ 174.735,63 para o aparelhamento dos centros de referência.</p> <p>Os aparelhamentos dos três equipamentos levaram benefício a cerca de 820 internas do sistema penitenciário. Já para reforma da creche</p>

<sup>56</sup> Tais como: levantamento da existência de projetos de lei em tramitação, debate público na mídia e organismos da sociedade civil.

<sup>57</sup> Fonte: Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Disponível em:

<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/1993-audiencias-de-custodia-34-acusados-sao-acompanhados-pela-central-de-alternativas-penais>. Acessado em: 25 de abril de 2017;

<sup>58</sup> Fonte: Site *Legisweb*. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=303984>. Acessado em 25 de abril de 2017;

<sup>59</sup> Fonte: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/1995-lei-que-reserva-vagas-para-egressos-e-aprovada-na-assembleia-legislativa>. Acessado em 25 de abril de 2017

<sup>60</sup> Fonte: Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Disponível em:

<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2001-primeira-dama-anuncia-recursos-para-reforma-e-aparelhamento-de-equipamentos-do-sistema-penitenciario-ligados-a-infancia>. Acessado em: 24 de abril de 2017;

	do IPF foram destinados recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), em um total de R\$ 207.914,41, para solucionar problemas de instalações da unidade no intuito de zelar pela integridade física dos filhos das apenadas.
<b>04 de novembro de 2015</b>	O Pacto por um Ceará Pacífico lançou ações de inserção de egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho <sup>61</sup> . A ação fez parte de um conjunto de ações em defesa do estado do Ceará com o intuito de garantir uma sociedade com mais paz e mais tranquilidade. O governador regulamentou ação para inserir apenados em empresas de limpeza e conservação que tinham contrato com o governo do Estado.
<b>18 de dezembro de 2015</b>	Lançou-se do projeto Vivendo e Empreendendo. Os egressos receberam carrinhos de lanche na Regional VI <sup>62</sup> , a ação também foi lançada dentro do Pacto por um Ceará Pacífico. Os carrinhos de lanche são uma alternativa de emprego e renda permitindo àquela pessoa que passou pelo sistema penitenciário reconstruir sua vida, estando próximo de casa, de sua família, ou até mesmo envolvendo toda a família nesse trabalho.
<b>15 de janeiro de 2016</b>	<p>Fomentou-se a política de humanização com o lançamento do Selo Social, que reconhece instituições que contribuem com o sistema penitenciário e socioeducativo. O selo é uma das ações do Pacto por um Ceará Pacífico e é uma ação integrada entre as secretarias da Justiça e Cidadania, do Trabalho e Desenvolvimento Social e Especial de Políticas sobre Drogas. De acordo com a lei 15.964/16, que institui o Selo Social<sup>63</sup>, podem ser beneficiadas instituições que se caracterizam como:</p> <p>I – Entes públicos da administração indireta: fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;</p> <p>II – Organizações privadas com fins lucrativos: empresas de micro, pequeno, médio e grande porte e empreendedor individual;</p> <p>III – Organizações da Sociedade Civil: ONGs, OSCIPs, associações, institutos, associações de pais e professores, unidades de ensino particular, instituições religiosas e outros com domicílio no município;</p> <p>IV – Pessoa física: atletas, escritores, músicos, atores, professores e outros com domicílio no município.</p>

<sup>61</sup> Fonte: Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2020-ceara-pacifico-governo-do-estado-lanca-acoes-de-insercao-de-egressos-do-sistema-penitenciario-no-mercado-de-trabalho>. Acessado em: 24 de abril de 2017;

<sup>62</sup> Fonte: Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Disponível em <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2044-egressos-recebem-carrinhos-de-lanche-na-regional-vi>. Acessado em: 24 de abril de 2015;

<sup>63</sup> Fonte: Legislação e regulamentação do Selo Social. Disponível em: <http://selosocial.itajai.sc.gov.br/view/lei/>. Acessado em 25 de abril de 2017.

<b>10 de março de 2016</b>	A Assembleia Legislativa aprovou Projeto de Lei que determina bloqueio telefônico <sup>64</sup> em áreas do sistema prisional. Entende-se que qualquer comunicação, que não a institucional, no sistema penitenciário deve ser regulada e, se ilegal, punida <sup>65</sup> .
<b>06 de abril de 2016</b>	O governo enviou duas mensagens ao poder legislativo de n.º 7.974, que acompanha o projeto de lei n.º 30/16, institui a Gratificação de Reforço Operacional Extraordinária, em substituição à Gratificação de Serviço Extraordinário, prevista na Lei n.º 12.124, de 06 de julho de 1993. E a mensagem do executivo de n.º 7.975, que acompanha o projeto de lei n.º 31/16, altera o art. 217, da Lei n.º 13.729, de 11 de janeiro de 2006, instituindo a Indenização de Reforço ao Serviço Operacional (IRSO). O objetivo foi de aprimorar os serviços de segurança pública e defesa social no estado, permitindo ao militar trabalhar em dias de folga na atividade policial, recebendo retribuição pelo serviço prestado.
<b>20 de abril de 2016</b>	<p>A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou<sup>66</sup> os projetos de lei 30/2016 e 31/2016 que dizem respeito à remuneração de bombeiros e policiais civis e militares por atividade fora do horário de expediente. Em termos práticos, a medida oficializa o chamado “bico”, em que policiais exercem atividade profissional fora do horário de serviço, sendo um reforço a mais para as atividades em prol da segurança pública do Estado. Ficando assim:</p> <p>Gratificações para Policiais Civis e Militares por hora de participação:</p> <p>Delegados de Polícia Classe Especial e 3ª Classe – R\$35  Delegados de Polícia 1ª e 2ª Classe – R\$30  Inspetores de Polícia Classe Especial e 3ª Classe – R\$25  Inspetores de Polícia 1ª e 2ª Classe – R\$20  Escrivães de Polícia Classe Especial e 3ª Classe – R\$25  Escrivães de Polícia 1ª e 2ª Classe – R\$20  Coronel, Tenente Coronel e Major – R\$35  Capitão, 1º e 2º Tenentes e Aspirantes – R\$30  Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargento – R\$25  Cabo e Soldado – R\$20.</p>

<sup>64</sup> Fonte: Site do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/15927-al-aprova-projeto-de-lei-que-determina-bloqueio-telefonico-em-areas-do-sistema-prisional>. Acessado em 26 de abril de 2017;

<sup>65</sup> No dia anterior a sessão que aprovou a referida Lei, o deputado Odilon Aguiar (PMB) informou, em pronunciamento no segundo expediente da sessão plenária de quarta-feira (09/03/2016), sobre a Lei Estadual n.º 15.940, de sua autoria, aprovada na Assembleia Legislativa no final de 2015, que a legislação estabelece que, por meio do número de série do celular, o IMEI, o usuário poderá ir a uma delegacia e fazer o Boletim de Ocorrência, autorizando o cancelamento da linha e do aparelho.

No Ceará, a lei que proíbe sinal de celular em presídios não foi regulamentada – Entre as questões que precisam ser definidas, segundo o então secretário de Justiça na época da aprovação da lei na Assembleia Legislativa do Ceará, Hélio Leitão, é a cobrança das multas em caso de descumprimento da lei.

<sup>66</sup> Fonte: Jornal O Povo. Disponível em:

<http://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/04/20/noticiafortaleza,3606056/al-aprova-projetos-de-lei-que-instituem-gratificacoes-extra-a-policiai.shtml>. Acessado em 24 de abril de 2017.

<b>13 de janeiro de 2017</b>	O Governador sancionou a Lei Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará <sup>67</sup> , o Projeto de Lei 04/2016. A ação representou mudanças, já que garantiu o reconhecimento das autonomias funcional, financeira e administrativa do órgão, que está envolvido diretamente com o papel de apoio por melhorias na segurança do nosso Estado.
<b>10 de março de 2017</b>	O governo do Estado autorizou o atendimento de travestis em delegacias da mulher <sup>68</sup> . O governador também assinou decreto que permite travestis usarem nomes sociais. O anúncio ocorreu após casos de violência contra travestis. O decreto do governador Camilo Santana também obrigou a inclusão de representantes do movimento LGBT nos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).  Foram assinados ainda Termos de Cessão de Uso de Bens Móveis da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Corpo de Bombeiros e de Cooperação Técnica a ser firmada entre o gabinete da Vice-Governadora, Izolda Cela, a Vara de Penas Alternativas e a Secretaria da Educação, com a interveniência da Procuradoria Geral do Estado, para viabilizar o cumprimento das penas alternativas de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e de limitação de fim de semana.
<b>10 de março de 2017</b>	O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Desembargador Gladyson Pontes, assinou o termo de cooperação que amplia projeto de inclusão social de apenados <sup>69</sup> . O TJCE, como partícipe, ofereceu sua contribuição, que será a prestação jurisdicional.

Fonte: Elaboração Própria - Compilação de dados referenciados.

O conteúdo da política de segurança pública, quando colocado em execução, vira realidade. É importante que a governança da política tenha uma visão precisa de como acontecerá a efetivação das ações com a propriedade necessária para se antecipar de futuras dificuldades e as possibilidades de resolutividade.

Entendo nesse primeiro momento o programa Ceará Pacífico foi de ajustes e implementações da sua cultura política, se adaptando ao momento e conquistando espaços com a sua intersetorialidade, contudo compreendo que a política de segurança, colocada em prática, sem um plano estadual de segurança ou uma mínima deliberação de deveres com certo grau de

<sup>67</sup> Fonte: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/sancionada-lei-que-fortalece-e-reestrutura-defensoria-do-ceara/>. Acessado em: 24 de abril de 2017;

<sup>68</sup> Fonte: Site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/governo-do-ce-autoriza-atendimento-de-travestis-em-delegacias-da-mulher.html>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

<sup>69</sup> Fonte: Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.tjce.jus.br/noticias/presidente-do-tjce-assina-convenio-para-ressocializar-apanados-na-primeira-reuniao-do-ceara-pacifico/>. Acessado em 26 de abril de 2017.

independência e liberdade gera confusões e entraves que precisam ser resolvidas para que a política de fato aconteça.

Com relação ao segundo eixo, também foi elaborado um quadro explicativo para melhor entendimento da contextualização e formulação do processo de construção do Ceará Pacífico. Cada momento na conjuntura da política pública é importante para ser avaliada no contexto geral. Sua condição socioeconômica é um fator significativo para entender os direcionamentos que ela passou a tomar na dimensão temporal dos anos de 2016 e 2017, que para isso fiz um resgate também dos dois anos anteriores, 2014 e 2015, para um entendimento mais amplo do processo político.

Para a construção deste quadro, levei em consideração um extenso entendimento da política pública aqui estudada com a compreensão de que as políticas de segurança pública atualmente são as decisões de uma política de governo atuando na vida da sociedade. Ou seja, são as ações que o governo do Ceará realizou ou deixou de realizar e as consequências que tais intervenções provocaram ou não na sociedade da capital cearense que influenciaram diretamente nas taxas percentuais de crimes violentos letais intencionais.

#### 4.3.2 Eixo 2 - Contextualização e Formulação da Política

No quadro a seguir foi realizado uma compilação dos momentos políticos vivido pelo Ceará Pacífico como levantamentos de consensos e conflitos políticos.

Quadro 14 – Momento Político e as Condições Socioeconômicas.

PERÍODO	LEVANTAMENTO DE CONSENSOS, CONFLITOS E MOMENTOS POLÍTICOS
<b>26 de outubro de 2014</b>	Foi eleita Maria Izolda Cela de Arruda Coelho (PROS) a primeira mulher para o cargo de vice-governadora do estado do Ceará, pela coligação “Para o Ceará Seguir Mudando”, presidida por Camilo Santana (PT), eleito governador para o período 2015-2018. Atualmente, a vice-governadora preside a Secretaria Executiva <sup>70</sup> do Pacto por um Ceará Pacífico com a competência executiva de mobilização e articulação entre os órgãos e instituições públicos e privados responsáveis pelos programas, projetos e atividades com eles relacionados e a competência do respectivo monitoramento, cabendo-lhe a gestão da comunicação das ações do Pacto.
<b>23 de fevereiro de 2015</b>	Cresceram os desafios do projeto Ceará Pacífico <sup>71</sup> , onde por vezes a esfera policial vem funcionando como um anteparo repressivo

<sup>70</sup> Fonte: Site *Legisweb*. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=303984>. Acessado em 25 de abril de 2017.

<sup>71</sup> Fonte: Jornal O POVO. Disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/02/23/noticiasjornalopiniao,3396690/o-desafio-do-projeto-ceara-pacifico.shtml>. Acessado em: 06 de jul. de 2017;

	sem condições, no entanto, de oferecer respostas efetivas. O direcionamento proposto pelo Governo do Estado, todavia, reveste-se de um grande desafio. Infelizmente, ações do gênero não resultam em soluções quantitativas a curto ou médio prazo. A conjuntura que passa a se formar no Ceará Pacífico é a de integração de forças e de inteligências na construção da intersectorialidade do Projeto, visando o fortalecimento das ações do Programa e o aprofundamento do debate sobre o significado das políticas sociais de prevenção à violência no estado do Ceará.
<b>07 de agosto de 2015</b>	O SESI/CE tornou-se parceiro do Pacto por um Ceará Pacífico <sup>72</sup> . Sua atuação no primeiro momento se dá com a abertura de turmas do projeto Educação Básica com Educação Profissional (EBEP), oferecendo oportunidades a jovens e adultos de chegar ao mercado de trabalho.
<b>11 de agosto de 2015</b>	O Governador Camilo Santana lançou oficialmente o Pacto por um Ceará Pacífico. Entram em ação parceiros como o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; o Ministério Público; a Assembleia Legislativa, prefeitos e autoridades municipais, por meio da Aprece; sociedade civil organizada e iniciativa privada.
<b>15 de agosto de 2015</b>	A OAB/CE <sup>73</sup> passou a participar do Pacto por um Ceará Pacífico. Foi assinado o Termo de Cooperação entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Justiça e Cidadania, e o TJCE para a implantação da Audiência de Custódia em Fortaleza com a anuência da OAB. A medida visou reduzir a entrada de presos provisórios no sistema penitenciário. A iniciativa foi uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estando em funcionamento nos estados de São Paulo, Maranhão e Espírito Santo.
<b>08 de setembro de 2015</b>	A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) <sup>74</sup> lançou o edital dos Agentes de Leitura e Mapeamento Cultural no Vicente Pinzón, reafirmando o compromisso com o Pacto por um Ceará Pacífico. As ações Agentes de Leitura e o Mapeamento Cultural, usados durante o Programa Paz com Voz numa ocupação cultural no Vicente Pinzón. Em parceria com instituições governamentais e não governamentais, as propostas em curso contribuirão para integrar programas sociais, projetos e atividades integradas nas áreas de segurança pública e defesa social, justiça e cidadania, esporte, juventude, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

<sup>72</sup> Fonte: Sistema FIEC. Disponível em: <http://www1.sfipec.org.br/fiec-noticias/88870/sesice-torna-se-parceiro-do-pacto-por-um-ceara-pacifico>. Acessado em: 04 de jul. de 2017;

<sup>73</sup> Fonte: OAB Ceará. Disponível em: <http://oabce.org.br/2015/08/oab-ce-participa-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em 07 de jul. de 2017;

<sup>74</sup> Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/latest-news/44913-pacto-por-um-ceara-pacifico-secult-lanca-edital-dos-agentes-de-leitura-e-mapeamento-cultural-no-vicepinzon>. Acessado em: 02 de jul. de 2017.

<b>18 de setembro de 2015</b>	A Universidade Estadual do Ceará <sup>75</sup> (UECE) participou de uma reunião no gabinete da vice-governadora do estado, com o objetivo de reafirmar a adesão e apoio ao programa Ceará Pacífico e discutir as formas de participação da Universidade na formulação, articulação e gestão de projetos.
<b>13 de outubro de 2015</b>	O MPCE apresentou ao Poder Executivo o projeto “Tempo de Justiça”, que propunha uma ação integrada para combater os homicídios em Fortaleza. A proposta foi anunciada durante uma reunião do Pacto por um Ceará Pacífico, no Palácio da Abolição. Dentre os dados apresentados, chamou atenção o que diz que Fortaleza tem uma demanda de 150 homicídios/mês e apenas 5 juízes atuando no Júri. Recife (50 homicídios/mês – 8 juízes do Júri). SP Capital (90 homicídios/mês e 51 juízes do Júri).
<b>29 de outubro de 2015</b>	Práticas restaurativas e mediação de conflitos foram temas de curso para gestores <sup>76</sup> . O Curso de metodologias de Pacificação Social: Mediação de Conflitos e Círculos de Construção de Paz, teve com o objetivo o fortalecimento das práticas restaurativas e mediação de conflitos junto aos adolescentes, famílias e comunidade. O curso, que faz parte do Pacto por um Ceará Pacífico, contou com palestra de orientadores que apresentam alternativas para melhorar as condições de diálogo da população e foi uma parceria com a organização não governamental <i>Terre des Hommes</i> .
<b>09 de dezembro de 2015</b>	O Deputado estadual Ely Aguiar apontou furos no Pacto por um Ceará Pacífico <sup>77</sup> . Para ele, o projeto não passa de boa intenção. O deputado destacou que alguns pontos precisariam ser priorizados no Pacto, como a necessidade de se modernizar as delegacias, além da criação de delegacias nos municípios que não as possuem e aumento do efetivo de policiais civis do Estado. Segundo ele, “Como fazer um Ceará Pacífico com 2.400 policiais civis? Esse número não atenderia às demandas do Estado, sendo necessários pelo menos uns seis mil”, pontuou o parlamentar.
<b>01 de fevereiro de 2016</b>	A vice-governadora revelou os desafios do Ceará Pacífico <sup>78</sup> . O Pacto foi lançado em agosto de 2015 e, após seis meses, a vice-governadora em entrevista, sugeriu a união de forças dentro do governo e fora dele para diminuir os altos índices de violência.

<sup>75</sup> Fonte: Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <http://uece.br/uece/index.php/noticias/92659-2015-09-18-12-36-02>. Acessado em: 02 de jul. de 2017;

<sup>76</sup> Fonte: Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/14583-ceara-pacifico-praticas-restaurativas-e-mediacao-de-conflitos-sao-temas-de-curso-para-gestores>. Acessado em 05 de jul. de 2017;

<sup>77</sup> Fonte: Segunda Opinião: Disponível em: <http://segundaopinioao.jor.br/ely-aguiar-aponta-furos-no-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em: 04 de jul. de 2017;

<sup>78</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/vice-governadora-revela-os-desafios-do-ceara-pacifico-1.1484011>. Acessado em 06 de jul. de 2017;

<b>19 de fevereiro de 2016</b>	Em apenas um ano e dois meses do governo de Camilo Santana, 20 policiais cearenses foram mortos no Ceará <sup>79</sup> . Um recorde de ser o chefe do executivo com maior número de policiais assassinados no estado no menor intervalo de tempo. Foram 20 agentes da Segurança Pública executados sumariamente em exatos 50 dias.
<b>01 de março de 2016</b>	Os recursos estaduais não são suficientes para o Ceará Pacífico <sup>80</sup> . A coordenadora do Pacto por um Ceará Pacífico, a vice-governadora Izolda Cela, disse em entrevista ao jornal local Diário do Nordeste que a proposta necessita de muitos recursos para ser implementada com eficiência no Ceará. Segundo ela, para se ter resultados eficientes em todos os programas inseridos em tal instância, seria necessário que o Governo do Estado realizasse parcerias com a sociedade civil organizada, visto que apenas com recursos estaduais o projeto pode ficar inviável.
<b>07 de março de 2016</b>	O Pacto apresentou ações à comunidade do Vicente Pinzón <sup>81</sup> . Dentre as quais, aumento da presença da polícia, em parceria com a Guarda Municipal de Fortaleza; ampliação do monitoramento com equipamentos eletrônicos; instalação de novas bases móveis e fixas na região; urbanização da área, com nova iluminação e melhorarias na pavimentação das ruas, no sentido de prevenir a violência. Outra ação foi que o governador assinou contrato para ampliação do sistema de abastecimento de água e implantação da rede de esgoto <sup>82</sup> no bairro Vicente Pinzón. Houve também o lançamento da Copa Ceará Pacífico, envolvendo competições esportivas entre 12 escolas do território. A intenção era a de que sempre uma unidade educacional da região permaneça aberta com atividades culturais e esportivas aos fins de semana.
<b>09 de março de 2016</b>	A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Ceará sendo partícipe do Programa Ceará Pacífico, entregou a Casa do Turista e da Segurança Pública na Avenida Beira Mar <sup>83</sup> , em frente ao Náutico, onde se encontra em funcionamento com a integração na área de Segurança Pública: PM, Guarda Municipal e a AMC.
<b>12 de abril de 2016</b>	O Deputado Estadual Capitão Wagner declarou que a política de Segurança do Governador Camilo Santana é uma "conversa

<sup>79</sup> Fonte: BlogFR. Disponível em: <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/9-categorias/1658-ceara-pacifico-em-apenas-um-ano-e-dois-meses-do-governo-de-camilo-santana-20-policiais-foram-mortos-no-ceara>. Acessado em: 07 de jul. de 2017;

<sup>80</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/blog-politica/recursos-estaduais-nao-sao-suficientes-para-o-ceara-pacifico/>. Acessado em: 06 de jul. de 2017;

<sup>81</sup> Fonte: Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/200-noticias-2016/10253-ce-pacifico-pacto-apresenta-acoes-a-comunidade-do-vice-pinzon>. Acessado em 05 de jul. de 2017;

<sup>82</sup> Serão realizadas 300 ligações de água e 1.201 ligações de esgoto. A previsão de conclusão das obras, que teve o investimento de R\$ 2.140.452,75, é para o segundo semestre de 2016.

<sup>83</sup> Fonte: Site Baladain. Disponível em: <http://www.baladain.com.br/nota/20075/ABIH-CE-entrega-a-Casa-do-Turista-e-da-seguranAsecta-pAordmblica.html>. Acessado em 06 de jul. de 2017;

	fiada" <sup>84</sup> . O deputado alegou que o governador fez uma solenidade para a entrega de novas viaturas da PM, só que todas foram colocadas em serviço sem contar com rádios comunicadores. Não servindo para combater ao crime.
<b>25 de junho de 2016</b>	O PROGERAR capacitou mais de 500 jovens do Vicente Pinzón <sup>85</sup> . Trabalho e Cidadania, projeto da Secretaria do Trabalho e desenvolvimento Social (STDS) feito com a comunidade e para a comunidade. Durante três meses, 557 pessoas foram qualificadas profissionalmente, por meio de 15 cursos, distribuídos em 33 turmas.
<b>26 de junho de 2016</b>	O território do Grande Vicente Pinzón <sup>86</sup> recebeu mais uma ação do Pacto por um Ceará Pacífico. O Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza inauguraram a Praça da Conquista, no conjunto São Pedro. Equipamentos como a Praça da Conquista são fundamentais para o sucesso do Pacto por um Ceará Pacífico.
<b>29 de junho de 2016</b>	O Ceará ganhou a Superintendência do Sistema Socioeducativo <sup>87</sup> . A medida visou reordenar todo o sistema, criando um órgão específico para tratar o tema, que não terá mais subordinação administrativa à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). A Superintendência compreende também a criação de novos padrões de atendimento e rotinas operacionais, inclusive com o estabelecimento de um núcleo de atendimento integrado envolvendo o sistema de justiça e a rede de políticas públicas intersetoriais. Outra ação foi a elaboração do Plano Diretor Decenal do Sistema Socioeducativo, a ser construído em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas ações fazem parte também das ações do Pacto por um Ceará Pacífico.
<b>30 de junho de 2016</b>	PROERD formou 1.224 alunos de escolas do Vicente Pinzón <sup>88</sup> , instituído como o primeiro "território da paz" com a realização de programas, projetos e ações voltadas para a prevenção da violência e redução da criminalidade. O PROERD faz parte das diversas iniciativas inseridas no Pacto por um Ceará Pacífico, do Governo do Estado do Ceará. Foram formados alunos com faixa etária entre 9 e 14 anos, do 4º ao 9º ano do ensino fundamental.

<sup>84</sup> Fonte: BlogFR. Disponível em: <http://blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/9-categorias/1799-ceara-pacifico-capitao-wagner-diz-que-politica-de-seguranca-de-camilo-santana-e-uma-conversa-fiada>. Acessado em: 06 de jul. de 2017;

<sup>85</sup> Fonte: Ceará Pop Marketing. Disponível em: <https://cearapopmarketing.com/2016/06/25/ce-pacifico-progerar-capacita-mais-de-500-jovens-do-vicente-pinzon/>. Acessado em 04 de jul. de 2017;

<sup>86</sup> Fonte: Ceará Pop Marketing. Disponível em: <https://cearapopmarketing.com/2016/06/26/ce-pacifico-clima-de-sao-joao-marca-a-inauguracao-da-praca-da-conquista-no-vicente-pinzon/>. Acessado em 04 de jul. de 2017;

<sup>87</sup> Fonte: Instituto *Terre des Hommes*. Disponível em: <http://tdhbrasil.org/noticias/433-ceara-ganha-superintendencia-do-sistema-socioeducativo>. Acessado em: 05 de jul. de 2017;

<sup>88</sup> Fonte: Ceará247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/ceara247/241286/CE-Pac%C3%ADfico-Proerd-forma-1224-alunos-de-escolas-do-Vicente-Pinzon.htm>. Acessado em: 05 de jul. de 2017;

<b>06 de julho de 2016</b>	O mês de junho apresentou uma redução <sup>89</sup> de 11% nos CVLI no estado. Esse foi o melhor resultado desde fevereiro de 2012. Em números absolutos, o Estado reduziu de 282 casos, em 2015, para 251, em 2016. Foram salvas 31 vidas no período. Em Fortaleza, em junho de 2016, a diminuição foi ainda mais expressiva – 49,6%, passando de 123 vítimas para 62. Na capital, esse foi o melhor resultado desde novembro de 2008.
<b>12 de julho de 2016</b>	O Governo do Ceará <sup>90</sup> lançou o edital de abertura do concurso público para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar do Ceará. Foram 4.200 vagas, distribuídas em três turmas, a serem convocadas até o ano de 2018.
<b>26 de agosto de 2016</b>	O governador assinou a nomeação de novos policiais civis durante reunião do Pacto por um Ceará Pacífico. <sup>91</sup> A terceira reunião do Comitê de Governança do Pacto por um Ceará Pacífico foi marcada por reforço para a segurança pública cearense. O governador Camilo Santana assinou, durante o encontro no Palácio da Abolição, o Ato de Nomeação de 255 policiais civis que foram empossados. Do total de 703 policiais que concluíram o Curso de Formação da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP), os 255 que foram empossados passaram a reforçar imediatamente os quadros da Polícia Civil, sendo 65 delegados, 105 escrivães e 85 inspetores. Houve também a reunião do programa “Um Novo Tempo”, parceria da Organização Educacional Farias Brito e do poder público, representado pelo Governo do Ceará, através da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS); do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral de Justiça. Visa implementar atividades de educação a distância dentro das unidades prisionais com o objetivo de preparar os internos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de alfabetização. A ação inclui ainda a doação de livros e material didático para os internos.
<b>11 de outubro de 2016</b>	A Secretaria da Educação (SEDUC), em parceria com o Instituto <i>Terre des Hommes</i> <sup>92</sup> , a Defensoria Pública e o Ministério Público do Ceará (MPCE), criaram a Célula de Mediação Social e Cultura de Paz, que surge com o objetivo de fomentar ações de prevenção à violência dentro do espaço escolar. A Célula também fortalece as ações do Pacto por um Ceará Pacífico, que abrange programas,

<sup>89</sup> Fonte: Blog do Wilrismar. Disponível em: <http://www.blogdowilrismar.com/materia/ceara-pacifico-numero-de-homicidios-esta-diminuindo-ha-10-meses-no-estado>. Acessado em 06 de jul. de 2017;

<sup>90</sup> Fonte: Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/17273-governo-lanca-edital-de-concurso-para-4200-vagas-da-policia-militar>. Acessado em: 04 de jul. de 2017;

<sup>91</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/ceara/governador-assina-nomeacao-de-novos-policiais-civis-durante-reuniao-do-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em 04 jul. de 2017;

<sup>92</sup> Fonte: Terre des Hommes. Disponível em: <http://tdhbrasil.org/noticias/477-terre-des-hommes-participa-da-inauguracao-da-celula-de-mediacao-social-e-cultura-de-paz-nas-escolas-estaduais>. Acessado em: 05 de jul. de 2017;

	projetos e atividades voltadas para a prevenção da violência e redução da criminalidade.
<b>13 de outubro de 2016</b>	O Núcleo de Ação pela Paz <sup>93</sup> - NAPAZ passou a funcionar no território do Vicente Pinzón, ponto de encontro para o enfrentamento da violência e da construção de uma cultura de paz na comunidade. A comunidade pode usar o Núcleo para apresentar suas reivindicações ao Governo do Ceará.
<b>13 de março de 2017</b>	A Defensoria Pública participou da reunião do Ceará Pacífico e passa a integrar comitê do Tempo de Justiça <sup>94</sup> . A reunião aconteceu com representantes dos três poderes e de outras entidades signatárias como Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Prefeitura de Fortaleza, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil, além de secretários de Estado, integrantes da sociedade civil e de instituições de iniciativa privada.
<b>23 de março de 2017</b>	A preocupação do secretário de Segurança André Costa não é só de momento, já que a sequência de mortes violentas já comprometeu, antecipadamente, os resultados do combate aos CVLI <sup>95</sup> do mês de março e trouxe retrocessos e prejuízos para o programa Ceará Pacífico. O secretário cobrou explicações e operações de impacto nas áreas mais violentas da cidade para tentar frear a onda de assassinatos na cidade.
<b>12 de junho de 2017</b>	Houve um discurso sobre a queda das mortes violentas nos dois últimos anos <sup>96</sup> . Maio de 2017, com seus 471 assassinatos, foi o mês mais violento desde março de 2014, quando 469 homicídios foram registrados no Ceará. Diante desse cenário, é inevitável que o Pacto por um Ceará Pacífico, principal ação do governo Camilo Santana na área da Segurança Pública, fosse alvo de questionamentos sobre sua eficácia. Ainda na mesma data, o Ronda do Quarteirão chega ao fim após uma década. Até 2018, seria substituído pelo Raio em todo o Ceará <sup>97</sup> .
<b>27 de junho de 2017</b>	Sem efetivo nas delegacias, o governo recuou na implantação das Unidades de Segurança em Fortaleza <sup>98</sup> . A defasagem de pessoal

<sup>93</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Disponível em:

<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/tag/ceara-pacifico/>. Acessado em 02 de jul. de 2017;

<sup>94</sup> Fonte: Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. Disponível em:

<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoria-participa-de-reuniao-do-ceara-pacifico-e-integra-comite-do-tempo-de-justica/>. Acessado em 16 de ago. de 2017;

<sup>95</sup> Fonte: Ceará News. Disponível em: <http://cearanews7.com/matanca-em-fortaleza-leva-secretario-reuniao-de-emergencia-com-comandantes/>. Acessado em 04 de jul. de 2017;

<sup>96</sup> Fonte: Jornal O POVO. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/06/o-ceara-pacifico-em-xeque.html>. Acessado em 06 de jul. de 2017;

<sup>97</sup> Fonte: BlogFr. Disponível em:

<http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/component/content/article/81-categorias/violencia-urbana/3031-ronda-do-quarteirao-chega-ao-fim-apos-uma-decada-ate-2018-sera-substituido-pelo-raio-em-todo-o-ceara>. Acessado em 07 de jul. de 2017;

<sup>98</sup> Fonte: BlogFR. Disponível em:

<http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/component/content/article/81-categorias/violencia-urbana/3079-sem-efetivo-nas-delegacias-governo-recua-na-implantacao-das-unidades-de-seguranca-em-fortaleza>. Acessado em: 07 de jul. de 2017;

	na Polícia Civil foi o principal empecilho de um projeto que pode já ter nascido morto ou fadado ao fracasso, assim como aconteceu com o programa de Polícia Cidadã/Comunitária Ronda do Quarteirão, do então governador Cid Gomes. Por falta de delegados, escrivães e inspetores, o Projeto Ceará Pacífico tinha maiores dificuldades, já que previa o funcionamento de delegacias de Polícia Civil durante 24 horas <sup>99</sup> .
<b>07 de julho de 2017</b>	Governo e conselhos comunitários passaram a fortalecer ações do Pacto por um Ceará Pacífico <sup>100</sup> . Promoveu-se uma maior aproximação da comunidade com os órgãos da Segurança Pública. Esse tem sido o trabalho exercido por centenas de voluntários ao longo dos últimos anos. O fortalecimento dos conselhos é fundamental para o combate à criminalidade.
<b>07 de julho de 2017</b>	Os crimes violentos aumentam 31,9% no Ceará durante primeiro semestre de 2017 <sup>101</sup> . Nos primeiros seis meses do ano, foram mortas 2.299 pessoas no Estado <sup>102</sup> . No mês de junho, foram contabilizados 474 crimes violentos. Fortaleza registrou o maior número de mortes com 191 casos, seguida pela Região Metropolitana (RMF) que teve 121 vítimas. As regiões do Interior Norte e Sul tiveram 156 mortes. Em junho do ano passado, o Ceará anotou 248 CVLI.
<b>20 de setembro de 2017</b>	O Governo do Ceará <sup>103</sup> , lançou o edital para a 1ª Seleção Pública – Juventude de Paz, objetivando a concessão de apoio financeiro a projetos de iniciativa juvenil, com a premiação de 15 projetos sociais, sendo 10 a serem executados no território do Vicente Pinzón (Cais do Porto, Vicente Pinzón e Mucuripe), e cinco para os demais bairros de Fortaleza. A iniciativa <sup>104</sup> estava inserida nas ações do Pacto por um Ceará Pacífico, com atuação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude.
<b>23 de setembro de 2017</b>	Aconteceu a Feira NAPAZ <sup>105</sup> , uma ação do Pacto por um Ceará Pacífico organizada pelo Gabinete da Vice-Governadora em

<sup>99</sup> Das 25 delegacias distritais que existem em Fortaleza/Capital, apenas nove estão abertas em plantão permanente (incluindo sábados, domingos e feriados, além dos plantões noturnos nos dias úteis). As demais atuam apenas no horário comercial.

<sup>100</sup> Fonte: NBN Brasil. Disponível em: <http://nbnbrasil.com.br/2016/08/07/governo-do-ceara-e-representantes-dos-conselhos-comunitarios-fortalecem-acoes-do-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em 07 de jul. de 2017;

<sup>101</sup> Fonte: Jornal O POVO. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/07/crimes-violentos-aumentam-31-9-no-ceara-durante-primeiro-semester-de.html>. Acessado em: 07 de jul. de 2017;

<sup>102</sup> Dados são da Secretaria da Segurança. Nos primeiros seis meses do ano, foram mortas 2.299 pessoas no Estado. Fortaleza registrou o maior número de crimes violentos, com 896 casos, seguida pela Região Metropolitana (RMF), com 546, pelo Interior Sul, com 478, e Interior Norte 379. No mesmo período do ano passado, foram 1.743 vítimas de CVLI;

<sup>103</sup> Fonte: Gabinete do Governador. *Online*. Disponível em: <https://www.gabgov.ce.gov.br/2017/09/20/26289/>. Acessado em 21 de out. de 2017.

<sup>104</sup> A premiação para cada Projeto Social será na ordem de R\$ 10.000,00, conforme orçamento do projeto aprovado. As propostas precisam ser inscritas, obrigatoriamente, em um dos Eixos Temáticos: Geração de Trabalho, Emprego e Renda / Empreendedorismo Criativo; Esporte e Lazer; Cultura e Arte; e Mobilização Social e Cidadania.

<sup>105</sup> Fonte: Gabinete do Governador. *Online*. Disponível em: <https://www.gabvice.ce.gov.br/2017/09/23/ceara-pacifico-feira-napaz-movimenta-o-vice-pinzon/>. Acessado em 21 de out. de 2017;

	parceria <sup>106</sup> com a Secretaria Executiva Regional II da Prefeitura de Fortaleza e a Casa Civil do Governo do Estado. A proposta da Feira foi incentivar o protagonismo da comunidade na promoção de ações de prevenção social e de fortalecimento da sociabilidade e cultura de paz no território.
<b>01 de dezembro de 2017</b>	O governador <sup>107</sup> Camilo Santana apresentou, em evento com autoridades integrantes do Comitê de Governança do Pacto por um Ceará Pacífico, os estudos <sup>108</sup> do Ceará Pacífico em Ação.

Fonte: Elaboração Própria - Compilação de dados referenciados.

O quadro acima mostra uma arquitetura do programa Ceará Pacífico no campo de direcionamento político da segurança pública cearense, em que, a partir desse curso, e da política de governança, é que se pode, de fato, ser executado no Estado a segurança cidadã. Neste caminho, a UNISEG I procurou agregar as reivindicações da comunidade do território do Vicente Pinzón no tocante à segurança cidadã como uma atribuição do Estado. A partir dessas reivindicações, buscando a estabilidade política, o Estado procurou trabalhar no campo dos direitos sociais garantindo o acesso a projetos e iniciativas sob seu compromisso.

Um elemento significativo neste desenho é a compreensão, por parte de órgãos ligados à segurança pública, de primar pela legitimação do Programa pela sociedade, muito embora alguns estudiosos afirmarem que essa legitimação não ocorra porque o programa “não avança”, conforme analisa o sociólogo César Barreira em entrevista a um jornal local:

As estratégias (da atual gestão de Segurança Pública) podem ter um reflexo (na estagnação do Ceará Pacífico). A política atual é uma política de confronto, e está sendo muito negativo. Os dados estão aí pra provar isso: o confronto não está dando resultado. Sou muito a favor da necessidade de termos polícia ostensiva, mas não se pode ter só isso. (BARREIRA, CÉSAR. O POVO, Jornal. 19 de julho de 2017).

<sup>106</sup> A atividade que é realizada em diferentes espaços públicos do território do Grande Vicente Pinzón levou os moradores da comunidade Lagoa do Coração para a rua Manuel Rodrigues Monteiro e desfrutaram de atividades de esporte, lazer e gastronomia, juntamente com apresentações culturais locais, organizada por grupo de moradores do Vicente Pinzón em parceria com NPAZ.

<sup>107</sup> Fonte Governo do Estado. Online. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/01/governador-apresenta-diagnostico-do-ceara-pacifico-em-acao-e-reforca-compromisso-com-seguranca/>. Acessado em 5 de dez. de 2017.

<sup>108</sup> No encontro, ocorrido no Centro de Eventos do Ceará, foram detalhados os avanços alcançados no combate à criminalidade, além de diagnósticos acerca dos desafios que os participantes da iniciativa terão nos próximos anos para mudar os indicadores de violência, definindo objetivos e metas por meio de políticas públicas. Também foram apresentados os livros do Ceará Pacífico, “Experiências Exitosas de Enfrentamento à Violência e à Criminalidade”, “O Cenário da Violência e da Criminalidade no Brasil e no Ceará” e “Ceará Pacífico em Ação”, envolvendo de pesquisas e deliberações do Pacto – desenvolvidos com a consultoria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O progresso para a legitimação almejada pelo governo passa pelo campo do policiamento e igualmente por uma transformação no entendimento de se propor uma política de segurança pública nova e de qualidade para a comunidade, que abraça obrigatoriamente uma formação dos operadores da política voltada ao campo dos direitos humanos e cidadania.

Assim, encontra-se dentro da contextualização e formulação da política do Ceará Pacífico uma busca por um padrão de estabilidade política por parte da sua governança que procura articular os sujeitos com interesse na superação das dificuldades que provocou a origem da política pública em questão.

Tal padrão de estabilidade implica na percepção por parte dos articuladores da política de questões que se apresentam como características de honestidade, seriedade e o emprego correto dos meios que viabilizam a regulação e a instrumentalização do Estado, sob a perspectiva da prevenção e redução percentual de CVLI, associados à sociedade local. Estabelecendo, assim, as competências necessárias dos envolvidos na execução e análise do programa pesquisado.

#### **4.3.3 Eixo 3 – Trajetória Institucional**

No terceiro eixo investigativo, busquei analisar as instituições envolvidas na execução da política pública implementada com foco no território do Vicente Pinzón. Esta dimensão analítica pretendeu dar a percepção do grau de coerência/dispersão do Programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais.

O desenho inicial do Programa Ceará Pacífico foi dividido em três linhas de atuação para melhor organizar e sintetizar as demandas e os trabalhos realizados *in loco*. As linhas são:

- a) Desenvolvimento Urbano e Qualidade de Vida;
- b) Prevenção Social e Oportunidades para a Juventude;
- c) Segurança Cidadã e Justiça.

O quadro a seguir foi dividido conforme as instituições parceiras segundo as três linhas de atuação, em cinco categorias na qual estão na sequência: Ação; Secretarias envolvidas; Descrição da atividade realizada; Público alvo atingido diretamente pela ação e *status* da ação (mostrei a época, se em andamento, encaminhada ou concluída).

Também foram realizadas algumas atividades no Núcleo de Ação pela Paz (NAPAZ) no território do Vicente Pinzón as quais são apresentadas também em formato de quadro.

Seguem abaixo as Instituições que realizam ou realizaram suas ações em Desenvolvimento Urbano Qualidade de Vida:

- Vice-governadoria;
- Prefeitura de Fortaleza (Secretaria de Infraestrutura);
- Regional II;
- Equipe Ceará Pacífico (NAPAZ);
- Comitê Verde;
- *Terre des Hommes* (ONG);
- Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Secretária Municipal de Saúde Fortaleza – Cirandas da Vida;
- Secretaria Conservação e Serviços Públicos (SCSP);
- Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA);
- Secretaria das Cidades;
- Secretaria de Educação de Fortaleza (SME);
- Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC);
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento social (STDS);
- Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS);
- Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE);
- ECOFOR.

Quadro 15 – Desenvolvimento Urbano e Qualidade de Vida.

<b>AÇÃO</b>	<b>SECRETARIAS ENVOLVIDAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>STATUS</b>
<b>Ampliação da poligonal do Ceará Pacífico</b>	Vice Governadoria	Poligonal do Ceará Pacífico no território Vicente Pinzón coincide com a área de abrangência da UNISEG I.	População do território do Vicente Pinzón	Concluída
<b>Projeto Saneamento Básico Joana D'Arc</b>	Secretaria das Cidades	Obra iniciada <sup>109</sup> em 15/03/2016 e previsão de término final de 2016. No entanto, ainda não foi finalizada.	População do território do Vicente Pinzón	Em andamento
	CAGECE			
<b>Implantação do ECOPONTO</b>	Secretaria de Conservação e Serviços Públicos	O ECOPONTO é um serviço da PMF que tem como objetivo qualificar a coleta de resíduos sólidos no território e sensibilizar comunidade para essa questão	População do território do Vicente Pinzón	Concluída
<b>Criação do Comitê Verde</b>	Equipe Ceará Pacífico	Comitê <sup>110</sup> formado por moradores e agentes do poder público para monitorar a Matriz de Prioridades.	População do Território do Vicente Pinzón	Em andamento
<b>Projeto Educação Ambiental</b>	Equipe Ceará Pacífico	Oficinas socioambientais realizadas na Escola Matias Beck.	População do território do Vicente Pinzón	Em andamento
	Comitê Verde	Rodas de Conversa com moradores e agentes comunitários de Saúde.		
	ECOFOR			
<b>Curso Farmácia Viva</b>	Equipe Ceará Pacífico	Curso ofertado a membros do Comitê Verde para implantação de farmácias vivas em	População do território do Vicente Pinzón	Concluído
	UFC			
	Secretária Municipal de Saúde de			

<sup>109</sup> Ao longo da obra foram realizadas diversas reuniões com a comunidade para esclarecimento. Quinzenalmente, um engenheiro e uma agente social da Secretaria das Cidades foram no NAPAZ para dar esclarecimentos sobre a obra.

<sup>110</sup> Reunião mensal como membros para planejamento e acompanhamento das ações.

	Fortaleza - Cirandas da Vida	hortas comunitárias no território <sup>111</sup> .		
<b>Reformas de Praças e demais espaços de convivência no território</b>	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Praça Dom Helder Câmara.	População do Território do Vicente Pinzón	Em andamento
		Praça da Conquista.		
		Praça do Mirante.		
		Praça Albacora.		
		Praça Narcisa Borges.		
		Praça Cioba.		
		Praça Beijupirá.		
<b>Projeto Gestão Comunitária das Praças e outros espaços públicos</b>	<i>Terre des Hommes</i>	Reunião com moradores do território e poder público a fim de qualificar o cuidado, gestão e ocupação das praças do território.	População do território do Vicente Pinzón	Em andamento
	SEUMA			
	Regional II			
<b>Ampliação, construção e reformas de creches e escolas em tempo integral de ensino fundamental e médio</b>	SME	Creche Padre José Nilson.	População do território do Vicente Pinzón	Concluído
		EEEP Maria Ângela Borges.		Concluído
		Escola Mathias Beck (reformas).		Concluído
		Escola Murilo Borges.		Não concluída
		Escola de Ensino Médio Helenita Mota.		Não concluída
		EEFM deputado Manoel Rodrigues.		Em Construção
		CITS.		Concluído
	Centros Comunitários.	Em atraso		
	SEDUC STDS			
<b>Ampliação das equipes de profissionais de saúde em todos os equipamentos de saúde</b>	SMS	Posto de Saúde Aída Santos.	População do território do Vicente Pinzón	Concluída
		Posto de Saúde Odorico de Moraes.		Concluída
		Posto de Saúde Flávio Marcílio.		Concluída
		Construção do Posto de Saúde Sandra Nogueira.		Não executada

Fonte: Elaboração Própria (Informações repassadas pelo NAPA Z, Equipe Ceará Pacífico, Secretarias e Órgãos Estaduais e Municipais).

<sup>111</sup> Inicialmente serão implantadas três farmácias vivas (Escola Aída Santos, Farol Velho, Praça do Mirante).

Seguem abaixo as Instituições que realizam ou realizaram suas ações em Prevenção Social e Oportunidades para Juventude:

- Equipe Ceará Pacífico;
- Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ);
- Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC);
- Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT);
- Escola de Saúde Pública do Ceará;
- FIOCRUZ;
- Instituto de Educação Portal (IEP);
- Escola Porto Iracema das Artes;
- Coordenadoria de Juventude de Fortaleza;
- Coordenadoria de Políticas sobre Drogas de Fortaleza;
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD);
- Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS);
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento social (STDS);
- Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD);
- Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC);
- Secretaria de Educação de Fortaleza (SME);
- Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT);
- Secretaria do Esporte (SESPORT).

Quadro 16 – Prevenção Social e Oportunidades para Juventude.

<b>AÇÃO</b>	<b>SECRETARIAS ENVOLVIDAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>STATUS</b>
<b>Criação do Comitê Prevenção Social e Oportunidades para Juventude</b>	Equipe Ceará Pacífico	Comitê formado por moradores e agentes do poder público para acompanhar a Matriz.	População do território do Vicente Pinzón	Em andamento
		Reunião mensal como membros para planejamento e acompanhamento das ações.		

<b>Mapeamento e apoio às iniciativas de juventude através de editais simplificados, insumos ou cadastro</b>	Equipe Ceará Pacífico	O mapeamento é realizado pela equipe Ceará Pacífico e membros do comitê Prevenção Social e Oportunidades para Juventude, a partir de visitas semanais aos projetos. Foram cadastrados 38 projetos sociais e/ou iniciativas comunitárias.	Projetos sociais do território do Vicente Pinzón	Pendência Edital (aguardando liberação de recursos).
	Coordenadoria de Juventude			
<b>#OcupaNAPAZ</b>	Equipe Ceará Pacífico	Articulação com coletivos de juventude de vários territórios da cidade (Serviluz, Bom Jardim, Jangurussu, Barra do Ceará) na perspectiva de encaminhar medidas de ocupação pacífica dos espaços públicos. Atividades realizadas - Praça das Artes (SECULT-IACC-CCBJ).	Coletivos de Juventude	Em andamento
	Coordenadoria de Juventude	Formação em Redução de Danos (Escola Saúde Pública do Ceará).		
	SECULT	Oficinas Formativas em Arte direcionadas aos coletivos (Porto Iracema das Artes).		
	IACC			
	CCBJ			
	IDT			
	Escola de Saúde Pública			
<b>Integração e fortalecimento da rede esportiva (ONGs, município e estado);</b>	Equipe Ceará Pacífico	Reunião do secretário Estadual de Esporte com responsáveis por projetos, com atuação na área esportiva.	Projetos esportivos do território do Vicente Pinzón	Pendência quanto ao cadastro e levantamento o realizado
	SESPORT	Cadastro dos projetos e levantamento de		

		necessidade de recursos materiais.		
<b>Articulação Intersetorial</b>	Equipe Ceará Pacífico	Reuniões realizadas junto aos equipamentos de políticas públicas do território (UAPS, CAPS, CRAS, CREAS, Rede Aquarela, Conselho Tutelar, escolas, UNISEG I), a fim de promover a construção e fortalecimento de fluxos e a parcerias entre os serviços promovendo uma atenção mais integral a casos e situações complexas do território.	Serviços das políticas públicas do território	Em andamento
	Equipe Ceará Pacífico			
<b>Curso Saberes e Práticas Intersetoriais para Políticas sobre Drogas</b>	Escola de Saúde Pública do Ceará	Promover a integração entre as políticas públicas do território e a comunidade para uma atuação intersetorial no campo da Prevenção <sup>112</sup> .	83 pessoas das políticas públicas e lideranças da comunidade.	Concluído, com expansão em 2017.
<b>Fortalecimento dos programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas</b>	Equipe Ceará Pacífico	Foi executado o Programa Famílias Fortes no NAPA, com participação de nove famílias do território. O grupo foi facilitado por membros da própria comunidade. Sua execução foi acompanhada e avaliada pela SENAD.	Jovens e famílias do território	Concluído. Possibilidade de expansão.
	SENAD-FIOCRUZ			
	SPD			

<sup>112</sup> Com um caráter intersetorial e teórico prático, o curso propõe projetos de intervenção a serem executados no território. Em 2016, foram ofertadas 2 turmas com 83 profissionais (saúde, educação, assistência, direitos humanos e juventude), lideranças e pessoas de referência da comunidade.

	Coordenadoria de Políticas sobre Drogas PMF			
<b>Implantação da Sala de Mediação na Escola Matias Beck</b>	SEDUC	Uma sala de mediação escolar foi implementada em 2016 em parceria com <i>Terre Des Hommes</i> .	Escola do território	Possibilidade e de expansão para a escola Dragão do Mar.
	Equipe Ceará Pacífico			
	SEJUS			
<b>Realização de cursos profissionais para egressos do Sistema prisional no território</b>	STDS	Dois cursos foram realizados pela ONG INDESA/STDS para egressos do Sistema Prisional. Curso de Doces e salgados, com 12 concludentes. Curso de Pintura e Textura em Parede, com 7 concludentes.	Jovens egressos do sistema prisional do território	Concluído
<b>Projeto Piamarta</b>	STDS	Em parceria com Instituto Piamarta, conveniada pela STDS. Ofertada de matrículas para 100 jovens em vulnerabilidade de Fortaleza.	Oito jovens do território inseridos	Concluído
<b>Copa Ceará Pacífico</b>	Equipe Ceará Pacífico SME	Competição esportiva entre alunos das escolas municipais e estaduais. os alunos competiram com carimba, vôlei e futsal.	18 escolas do Grande Vicente Pinzón (10 escolas municipais; 8 escolas estaduais)	Concluído
	SESPORTE			
	SEDUC			
<b>Projeto Piloto de Qualificação Profissional e Inserção Laboral de Adolescentes em Mecânica Automotiva e Multimídia.</b>	STDS	Com o IEP foram ofertados dois cursos, nas áreas de Web Design e Mecânica Automotiva para 100 jovens em vulnerabilidade de Fortaleza. 20 vagas foram destinadas para	Total: 100 23 jovens do território	Concluído
	Instituto de Educação Portal (IEP)			

		jovens do Vicente Pinzón.		
<b>Oficinas de Arte em escolas e equipamentos sociais</b>	Equipe Ceará Pacífico	Articulação para realização de oficinas junto a equipamentos sociais (escolas, CRAS, CREAS, CITS, NAPAZ) nas diversas linguagens de arte. Foram realizadas 35 oficinas atingindo aproximadamente 300 jovens do território.	300 jovens do território	Concluído
	Escola Porto Iracema das Artes			
<b>Projeto Fortalecendo Minha Comunidade</b>	Equipe Ceará Pacífico	Apoio financeiro a cinco projetos do território da área do artesanato, a fim de fortalecer a rede de proteção do território.	800 moradores do território	Concluído
	SPD			
<b>Projeto Agentes de Leitura</b>	Equipe Ceará Pacífico	O programa Agentes de Leitura selecionou jovens do território para atuar acompanhando famílias do território. No território, cada agente de leitura acompanha 25 famílias em situação de vulnerabilidade, incentivando a prática da leitura e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.	2015/2016: Iniciou com 11 agentes de leitura e 2016/2017: Iniciou com 8 agentes de leitura.	Em andamento
	SECULT			
<b>PROGERAR</b>	Equipe Ceará Pacífico	Ações de qualificação em diversas áreas.	Atendeu a 400 moradores do território do Vicente Pinzón.	Concluído
	STDS			

Fonte: Elaboração Própria (Informações repassadas pelo NAPAZ, Equipe Ceará Pacífico, Secretarias e Órgãos Estaduais e Municipais).

Seguem abaixo as instituições que realizam ou já realizaram suas ações em Segurança Cidadã e Justiça:

- Equipe Ceará Pacífico;
- Núcleo de Ação pela Paz (NAPAZ);
- UNISEG 1 (Polícia Militar);
- *Terre des Hommes* – ONG;
- Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV);
- Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS);
- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS);
- Coordenadoria de Defesa Social (CODES);
- Defensoria Pública do Ceará.

Quadro 17 – Segurança Cidadã e Justiça.

<b>AÇÃO</b>	<b>SECRETARIAS ENVOLVIDAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>STATUS</b>
<b>Criação do Comitê Segurança e Justiça</b>	Equipe Ceará Pacífico	Comitê formado por moradores e agentes do poder público para acompanhar a Matriz; Reunião mensal com membros para planejamento e acompanhamento das ações.	Moradores	Em andamento
			Poder público	
	UNISEG I		UNISEG I	
<b>Formação em Mediação Comunitária para policiais da UNISEG I</b>	Equipe Ceará Pacífico	A ação consiste em aperfeiçoar a formação policial para atuar na mediação de conflitos no território.	Policiais da UNISEG I	Concluído
	UNISEG I			
<b>Apoio técnico à atuação do CRAVV e articulação junto à rede</b>	Equipe Ceará Pacífico	O apoio técnico à equipe GRAVV se dá a partir de visitas às pessoas vítimas de violência do território acompanhadas pelo GRAVV, especialmente mulheres vítimas <sup>113</sup>	80 mulheres vítimas de violência em medida protetiva e demais casos do território.	Em andamento
	CRAVV			
	SEJUS			
	UNISEG I			

<sup>113</sup> O CRVV-SEJUS tem dado suporte a atuação da equipe, a partir de discussões de encaminhamentos.

		de violência em medida protetiva.		
<b>Reuniões periódicas para discussão dos RIDS-Relatório de Demanda Social e encaminhamentos</b>	Equipe Ceará Pacífico	Mensalmente há discussões sobre as principais demandas sociais identificadas pelo Grupo de Segurança Comunitária- GSC da UNISEG I junto à comunidade, para que sejam dados os devidos encaminhamentos pelos órgãos responsáveis.	Comunidade do território do Vicente Pinzón	Em andamento
	UNISEG I			
<b>Mediação Juventude e Segurança Pública;</b>	NAPAZ	A ação <sup>114</sup> consiste em articular momentos de diálogo entre os jovens e destes com atores da segurança pública acerca das questões que envolvem a violência e a promoção da cultura de paz no território.	Jovens do território	Em andamento
	<i>Terre des Hommes</i>			
<b>Articulação com Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS)</b>	SSPDS	Conselhos Comunitários que atuam na discussão das questões relativas à melhoria da segurança dos moradores.	Comunidade em geral do território do Vicente Pinzón	Em andamento
	CODES			
	UNISEG 1			
<b>Implantação do Núcleo da Defensoria Pública</b>	Defensoria Pública do Ceará	O Núcleo da Defensoria Pública faz um atendimento mais direto aos moradores do território do Vicente Pinzón, na perspectiva da mediação e solução de conflitos.	Comunidade do território do Vicente Pinzón	Em andamento
	NAPAZ			

Fonte: Elaboração Própria (Informações repassadas pelo NAPAZ, Equipe Ceará Pacífico, Secretarias e Órgãos Estaduais e Municipais).

<sup>114</sup> Já foram realizados Círculos de Diálogos, Círculos de Construção de Paz e Debates Comunitário no território.

O NAPA Z é um ponto de referência para uma melhor articulação política, administrativa e estrutural do programa no bairro Vicente Pinzón, trabalhando a segurança pública e a cidadania.

Quadro 18 – Atividades no NAPA Z.

<b>ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>STATUS</b>
<b>Aula Flauta Doce</b>	Comunidade Ariel - Jovem do território voluntário	Aula promovida por um jovem da comunidade e ocorre duas vezes por semana, no NAPA Z.	Crianças, adolescentes e jovens do território.	Em andamento
<b>Aula Violão</b>	Rafael - Jovem do território voluntário	Aula promovida por um jovem da comunidade. Ocorre duas vezes por semana no NAPA Z.	Crianças, adolescentes e jovens do território.	Em andamento
<b>Aula Dança</b>	Comunidade Theo - Jovem do território voluntário	Aula promovida por um jovem da comunidade. Ocorre duas vezes por semana no NAPA Z.	Crianças, adolescentes e jovens do território.	Em andamento
<b>Aula Percussão</b>	Comunidade Júnior Brasil professor voluntário	Aula promovida por pessoa da comunidade. Ocorre três vezes por semana, no NAPA Z.	Crianças, adolescentes e jovens do território.	Em andamento
<b>Grupo de Gestante</b>	Equipe UAPS Aída Santos	Grupo promovido pela equipe de Saúde da Família do Centro de Saúde Aída Santos direcionado a jovens gestantes do território.	Jovens gestantes do território.	Em andamento
	Equipe NAPA Z	Ocorre quinzenalmente segunda pela manhã.		
	Equipe NAPA Z			

<b>Grupo de Protagonismo Juvenil</b>		Grupo promovido pela <i>Terre des Hommes</i> com jovens que promovem ações junto a outros jovens do território.	Jovens do território	Em andamento
	<i>Terre des Hommes</i>			
<b>Batalha de RAP</b>	Comunidade João Marcos - Jovem do território voluntário	Atividade promovida por jovem do território. Reúne jovens que participam de uma competição de RAP. Acontece na última sexta-feira do mês, em algum ponto do território.	Jovens do território	Em andamento
<b>SEXTA FEIRA NAPA Z: Feira de Empreendedores</b>	Comunidade	O evento reúne empreendedores do território que se organizam para a venda de produtos e para desfrutar momentos de convivência e lazer. Acontece na primeira sexta-feira de cada mês.	Comunidade em geral	Em andamento
	Casa Civil Governo do Estado			
	Secretaria Regional II			
	Equipe NAPA Z			

Fonte: Elaboração Própria (Informações repassadas pelo NAPA Z, Equipe Ceará Pacífico, Secretarias e Órgãos Estaduais e Municipais).

Esse coletivo de intenções provindas de projetos com o mesmo propósito dá existência ao Programa, que, no que lhe concerne, controla a realização dos projetos apontando as ordens das melhores intervenções, em que o controle da governamentalidade é a tentativa de diminuição das taxas percentuais de CVLI. Encontrando-se numa conjuntura mais abrangente e planejada no qual são determinados o conjunto de direitos e deveres que objetivam a desenhar e instruir um método arquitetado de ações ou omissões da governamentalidade sobre certas práticas.

O trabalho voltado a prática intersetorial na política pública requer uma conexão entre personagens de campos multidimensionais e, conseqüentemente experiências cotidianas na direção de dar respostas a questões mais profundas. Requer vontade por parte dos gestores que inicialmente se espera respeito às vicissitudes de todos os órgãos e participantes do Programa. Abrange o desenho dos princípios norteadores humanísticos que buscam concretizar os conceitos e as orientações iniciais procurando dar uma maior eficácia às ações na perspectiva de idealizar modelos de resistência e proteção da cidadania ou tão somente repetir modelos assistencialistas

Sendo assim, o trabalho na execução da política de segurança pública estadual focado no fator cidadania gera, por meio das atuações dos órgãos e secretarias Federais, Estaduais e Municipais, as políticas preventivas, através do NPAZ, empregando a própria intersetorialidade que se propõe o Programa. A governança do Ceará Pacífico buscou proporcionar meios para a realização da interinstitucionalidade no território, colocando requisitos para a qualificação e padronização dos trabalhos preventivos de segurança pública estabelecendo como enfoque a cidadania. Desta forma, o quadro acima mostra que com poucos recursos, e em um curto período, existe a possibilidade de se trabalhar culturalmente jovens e adultos que poderiam causar acontecimentos que se almeja conter ou até mesmo evitar.

Por vezes a punição e a proibição não são apropriadas, sendo mais útil se valer de métodos preventivos que podem ser mais eficientes e menos oneroso ao Estado, uma vez que, prevenções que não visam uma perspectiva transformadora na estrutura, são perfunctórias e não inibem a volta da adversidade que se pretende evitar. Com essa iniciativa, a partir do NPAZ e de outros órgãos e secretarias de prevenção da criminalidade violenta, constroem-se arquétipos comportamentais que ligam pensamentos coletivos, transformadores de sentimentos propício ao crime.

As ações dos quadros acima não têm um tempo definido de duração, não é colocado pelo Programa se terão outras turmas, se vai aumentar o número de alunos atendidos ou beneficiados por tais ações, assim, se esse agir for meramente superficial sobre as origens diretas da violência e, se não se estender a longo prazo com capacitação contínua, não terão resultados, visto que tais ações não alcançarão o cerne fundamental dos problemas.

Dessa forma, com a problemática dos CVLI e sua capacidade de atingir vários aspectos socioculturais, é indispensável um tratamento confiável no combate à criminalidade, levando a fomentação de políticas públicas apropriadas ao tamanho da complexidade do problema, ou seja, receptivo a multidimensionalidade. Quer dizer, aqui as políticas

intersetoriais são essenciais para abranger, de uma forma plural, os inúmeros aspectos que constituem a criminalidade violenta.

Sendo assim, o domínio da ideia de uma política de segurança pública efetivada na preservação e amparo de um conceito equivocado dos direitos básicos individuais, sociais, políticos e jurídicos à segurança é o obstáculo colocado ao Estado moderno, pois, somente após essa superação encontrar-se-á uma possibilidade real para que a materialização de uma política de segurança seja completamente voltada para uma cultura cidadã.

#### **4.4 Análise dos Indicadores, Resultados e Repercussões**

Os indicadores de impacto aqui presentes, tais como os números de prisões em flagrante, a quantidade de vítimas, sexo e faixa etária das vítimas, assim como os dias da semana, intervalo de hora e tipo de local e seus índices de violência, ajudaram a mensurar os resultados do Projeto na conquista dos objetivos finais.

Esses indicadores representam os efeitos e desdobramentos mais gerais que decorreram da implantação do Pacto por um Ceará Pacífico, como na redução das taxas de CVLI no território do Vicente Pinzón. A análise desses dados permitiu comunicar na pesquisa a realidade local mantendo o foco nos resultados.

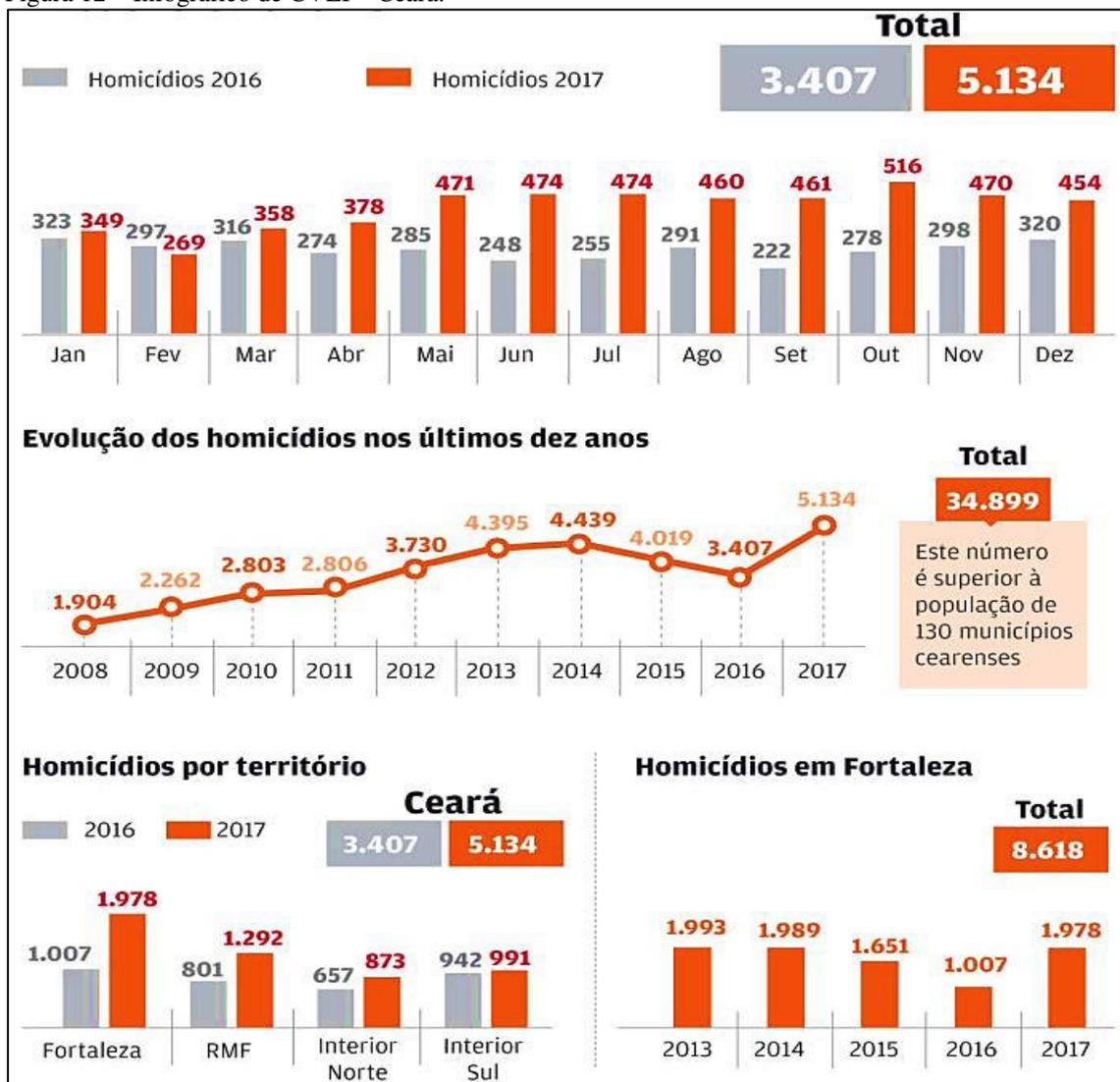
Tais indicadores foram reunidos durante toda a etapa de execução do projeto para mensurar o seu processo da organização e do seu ponto de vista operacional. As análises desses indicadores permitirão assumir resultados que otimizaram os fins dessa pesquisa.

Os números de CVLI no Ceará foram, em 2017, 50,71% superior aos 3.407 computados no ano anterior e 16% acima dos 4.439 registrados em 2014, que detinha o antigo recorde. A razão para tal possivelmente são as provocações e confrontos entre facções criminosas. Abaixo, o infográfico<sup>115</sup> com alguns dados que mostram como foram os anos de 2016 e 2017 segundo os CVLI, no contexto dos últimos dez anos.

---

<sup>115</sup> Um infográfico é uma apresentação de informações com preponderância de elementos gráfico-visuais.

Figura 12 – Infográfico de CVLI – Ceará.



Fonte: Jornal o Povo/SSPDS.

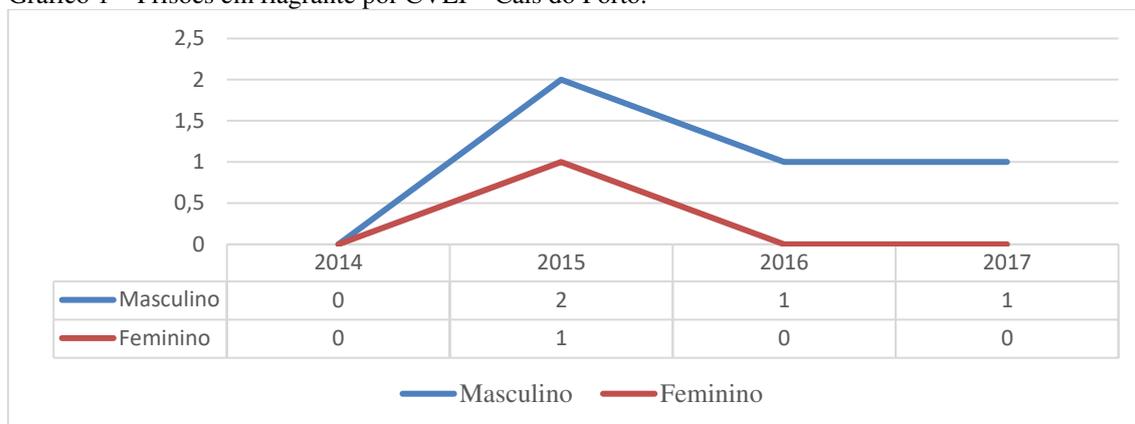
#### 4.4.1 Prisões em Flagrante por CVLI nos Bairros da UNISEG I

Na legislação brasileira existem três tipos de prisão provisória: em flagrante, temporária e preventiva. A prisão em flagrante é empregada aos que estão cometendo um delito ou logo em seguida ter realizado um crime, assim como às pessoas que foram perseguidas após o delito na conjuntura a qual leve a acreditar que sejam causadoras do delito ou se foram achados com armas ou algo que possa levar à conclusão de serem os autores de crime.

Trago o recorte temporal dos anos de 2014 a 2017 sobre as prisões em flagrante dos crimes violentos letais e intencionais (CVLI) ocorridos nos bairros que compõe a UNISEG I.

## BAIRRO CAIS DO PORTO

Gráfico 1 – Prisões em flagrante por CVLI – Cais do Porto.

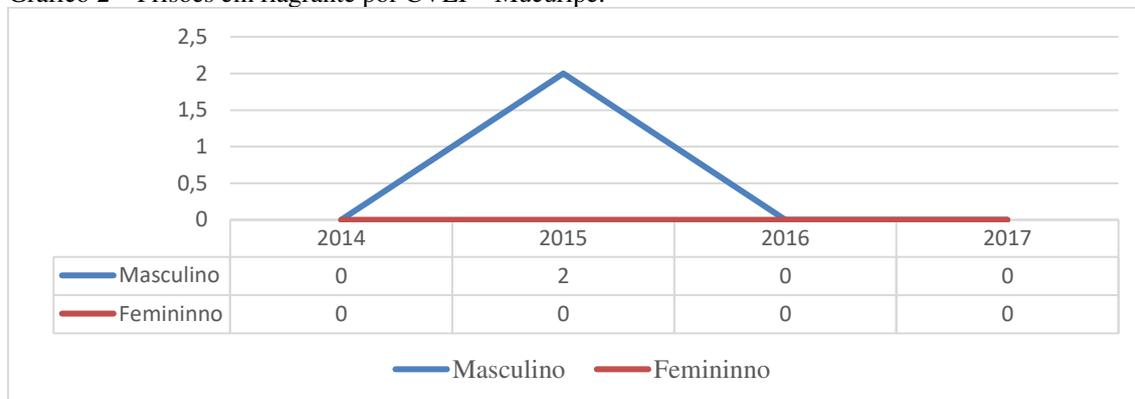


Fonte: SIP/AAESC/SSPDS.

Nota-se que no Cais do Porto o ano de 2015 foi o que teve o maior número de pessoas apreendidas em flagrante, três, sendo dois homens e uma mulher. Nos dois anos seguintes, prevaleceu o sexo masculino.

## BAIRRO MUCURIBE

Gráfico 2 – Prisões em flagrante por CVLI – Mucuripe.

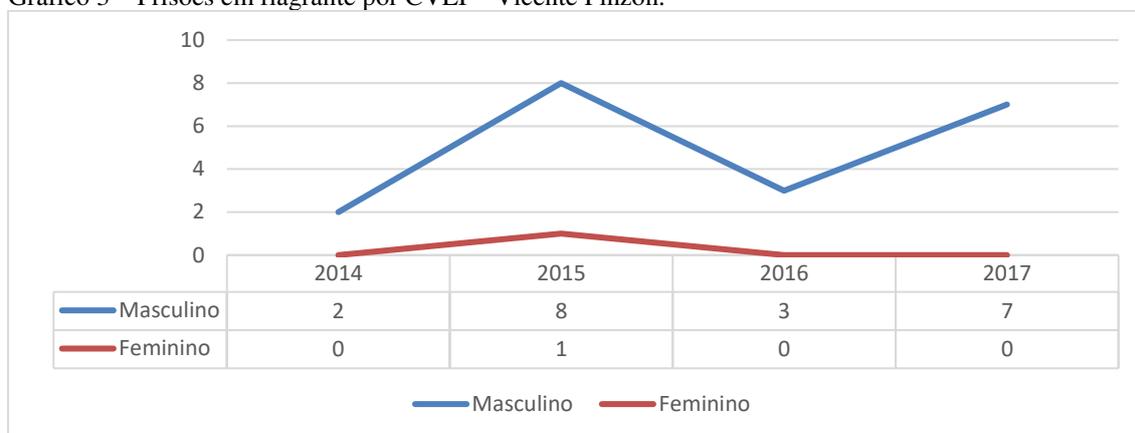


Fonte: SIP/AAESC/SSPDS.

Percebe-se que no Bairro Mucuripe a incidência criminal por parte do sexo masculino é a única apresentada: duas prisões em flagrante no ano de 2015. Nos dois anos seguintes não ocorreram flagrante.

## BAIRRO VICENTE PINZÓN

Gráfico 3 – Prisões em flagrante por CVLI – Vicente Pinzón.

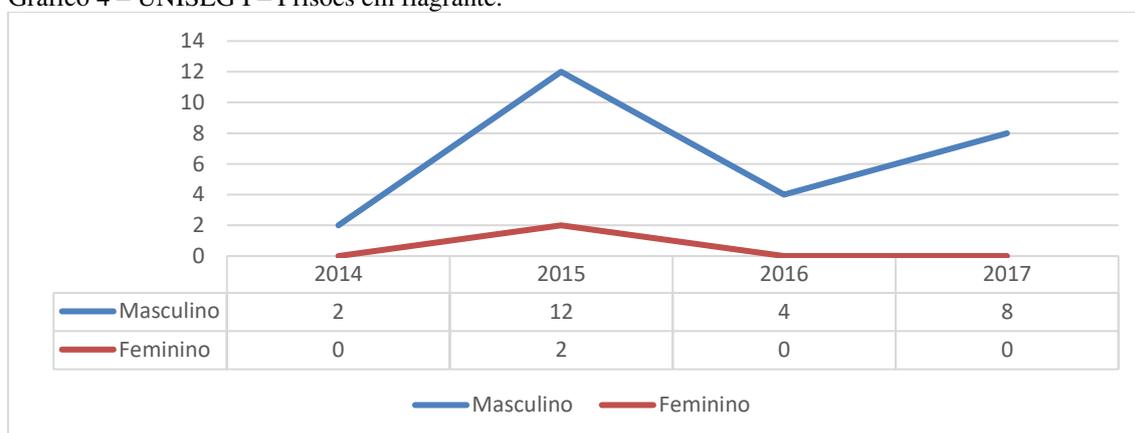


Fonte: SIP/AAESC/SSPDS.

O Vicente Pinzón é o que possui o maior número de prisões em flagrante, sendo em quatro anos 21 flagrantes. O ano de 2015 continua sendo o com as maiores prisões no total de nove. Os dois anos seguintes também mostraram resultado, em que 2016 terminou com três e 2017 com sete flagrantes.

## UNISEG I

Gráfico 4 – UNISEG I – Prisões em flagrante.



Fonte: SIP/AAESC/SSPDS.

Em 2016, a UNISEG I teve um total de 4 prisões em flagrante, uma redução de 71,4% se comparado com 2015, que se mostrou um ano exitoso no território, na qual as forças policiais foram responsáveis realizando 14 flagrantes. O número de homens presos em flagrante é absoluto. Durante os anos de 2016 e 2017, 12 homens e nenhuma mulher foi presa. Nota-se que o crime na UNISEG I tem uma representatividade muito maior no universo dos homens ao se tratar de CVLI.

#### 4.4.2 Vítimas de CVLI por Sexo e Idade nos Bairros da UNISEG I

Os dados apresentados a seguir (tabelas 1 a 4) foram divididos em sexo e faixa etária da vítima para de 2014 a 2017 por bairros do território em estudo, assim como para o conjunto da UNISEG I:

#### BAIRRO CAIS DO PORTO

Tabela 1 – Vítimas de CVLI por sexo e idade – Cais do Porto.

VARIÁVEL		BAIRRO CAIS DO PORTO			
		2014	2015	2016	2017
Sexo da Vítima	Masculino	20	23	5	31
	Feminino	1	0	3	1
	Não identificado	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>32</b>
Faixa Etária da Vítima	0 até 11 anos	0	0	0	0
	12 até 17 anos	2	1	0	3
	18 até 24 anos	11	9	5	16
	25 até 29 anos	1	5	1	6
	30 até 34 anos	1	2	0	0
	35 até 64 anos	3	6	1	5
	Acima de 65	1	0	1	0
	Não identificada	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>32</b>	

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Os homens são a maioria das vítimas com 79 no total de quatro anos. Já as mulheres aparecem com um número bem mais reduzido, um total de 5 vítimas, redução de 93,6%. O ano de 2017 foi o mais brutal com 32 vítimas de CVLI, sendo apenas uma do sexo feminino. A faixa etária que mais morre é preferencialmente a de 18 a 24 anos, com 41 vítimas no Cais do Porto.

## BAIRRO MUCURIBE

Tabela 2 – Vítimas de CVLI por sexo e idade – Mucuripe.

VARIÁVEL		BAIRRO MUCURIBE			
		2014	2015	2016	2017
Sexo da Vítima	Masculino	9	13	1	5
	Feminino	0	0	0	0
	Não identificado	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Faixa Etária da Vítima	0 até 11 anos	0	0	0	0
	12 até 17 anos	1	4	0	0
	18 até 24 anos	4	6	0	1
	25 até 29 anos	0	2	0	1
	30 até 34 anos	1	0	0	1
	35 até 64 anos	0	1	1	0
	Acima de 65	1	0	0	0
	Não identificada	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No Mucuripe tem-se o total de 28 vítimas em quatro anos, sendo todas do sexo masculino, onde a faixa etária de maior ocorrência vai de 18 a 24 anos. O ano de 2015 foi o que obteve o maior número de vítimas, seguido pelo ano anterior com 9, já os anos de 2016 e 2017 somam 6 vítimas.

## BAIRRO VICENTE PINZÓN

Tabela 3 – Vítimas de CVLI por sexo e idade – Vicente Pinzón.

VARIÁVEL		BAIRRO VICENTE PINZÓN			
		2014	2015	2016	2017
Sexo da Vítima	Masculino	46	38	13	29
	Feminino	3	2	1	2
	Não identificado	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>31</b>
	0 até 11 anos	0	0	0	0

<b>Faixa Etária da Vítima</b>	12 até 17 anos	7	4	2	2
	18 até 24 anos	17	14	5	13
	25 até 29 anos	11	3	5	3
	30 até 34 anos	6	6	0	5
	35 até 64 anos	6	7	2	5
	Acima de 65	0	0	0	1
	Não identificada	2	6	0	2
	<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>31</b>

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

## UNISEG I

Tabela 4 – Total – Vítimas de CVLI por sexo e idade – UNISEG I.

VARIÁVEL	UNISEG I				
	2014	2015	2016	2017	
<b>Sexo da Vítima</b>	Masculino	75	74	19	65
	Feminino	4	2	4	3
	Não identificado	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>68</b>
<b>Faixa Etária da Vítima</b>	0 até 11 anos	0	0	0	0
	12 até 17 anos	10	9	2	5
	18 até 24 anos	32	29	10	30
	25 até 29 anos	12	10	6	10
	30 até 34 anos	8	8	0	6
	35 até 64 anos	9	14	4	10
	Acima de 65	2	0	1	1
	Não identificada	6	6	0	6
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>68</b>	

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Antes da análise dos dados acima, vale registrar que o crescimento da criminalidade no Ceará teve um salto do ano de 2016 para 2017. A quantidade de jovens mortos subiu para 49,7%<sup>116</sup>. Foram 981 jovens e adolescentes, na faixa etária de 10 até 19 anos de idade, vítimas de CVLI só no ano de 2017. No ano anterior esse número era de 655 vítimas.

Esse aumento mostrado em 2017 ocorre depois de dois anos de quedas no índice, onde de 2015 para 2016, a diminuição resultou em 19,8%, reduzindo de 817 CVLI na adolescência para 655. De 2014 para 2015, foi de 18,7%, diminuindo de 1.005 mortes para 817. A preocupação com a violência juvenil nas sociedades modernas é, de qualquer modo, desproporcional à gravidade e à incidência dos atos infracionais praticados pelos adolescentes – o que é verdadeiro, principalmente, para países como o Brasil (Rolim, 2006, p. 162).

A criminalidade contra os jovens, ainda segundo o CCPHA, estagnou gradualmente com um pacto<sup>117</sup> entre as facções criminosas, chegando em 2016 com baixos níveis de CVLI. Contudo, quando terminou o pacto a violência se alastrou se tornando mais acentuada em diversas áreas de Fortaleza onde os bairros e comunidades foram divididos por facções. Assim, os que lá habitam passaram a fazer parte delas apenas pelo simples fato de residirem.

Um total de 42% das mortes ocorridas contra adolescentes, no ano de 2017, aconteceu na Capital, no total 414 CVLI. Esse dado retrata um aumento de 90,7% comparado ao ano anterior, que teve 217 crimes. Como aconteceu em todo território cearense, Fortaleza também já estava há dois anos com queda nas taxas criminais.

Na UNISEG I, o sexo masculino foi a maior vítima, chegando em 2016 e 2017 a 84 CVLI. Se comparados a 2015, houve uma redução de 74,3% em 2016 e apenas 12,1% em 2017. No mesmo período morreram 7 mulheres.

A faixa etária das vítimas de 18 até 24 anos foi a que mais morreu nos anos de 2014 a 2017. O número de mortos cresceu 200% em um ano, fechando 2017, dentro da faixa etária supracitada, em 30 vítimas, enquanto 2016 foram 10.

Em Fortaleza, o crescimento percentual é ainda mais alarmante no período. Na Capital, a variação foi de 416,6%, aumentando de seis crimes registrados em 2016 para 31 em 2017.

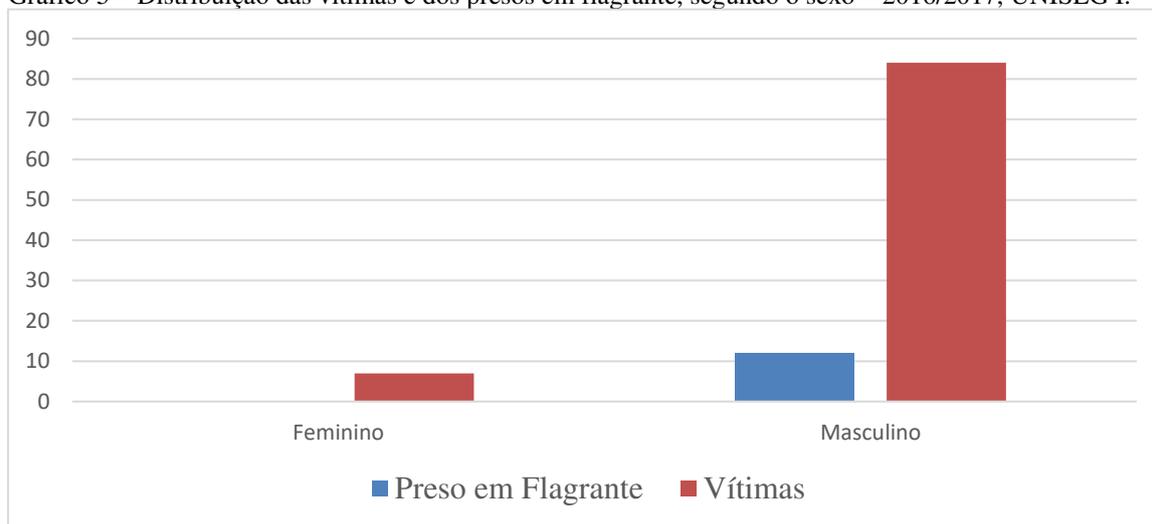
---

<sup>116</sup> De acordo com dados do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), que resultou no relatório “Cada Vida Importa”.

<sup>117</sup> No ano de 2016, as facções criminosas instaladas no Ceará realizaram um pacto de convivência harmoniosa em presídios e comunidades, influenciada pela conjuntura nacional para a aquisição de mais drogas e armas, bem como, o controle de rotas para o tráfico de drogas. Com isso, o ano de 2016 se mostrou um ano mais pacífico que os demais aqui estudados. Em 2017, com as rebeliões em presídios em todo o país e também no Ceará, o acordo entre as facções chegou ao fim, fazendo o ano de 2017 um dos mais violentos da década.

O gráfico a seguir evidencia-se o contraste entre prisões em flagrante e vítimas de CVLI entre dos anos de 2016 e 2017 na UNISEG I, percebendo-se o público masculino presente nas duas situações.

Gráfico 5 – Distribuição das vítimas e dos presos em flagrante, segundo o sexo – 2016/2017, UNISEG I.



Fonte: Elaboração própria, dados repassados do SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Ao gráfico acima associo uma reflexão com a música da banda O Rappa (1996), na letra *Hey Joe* em que diz: “Também morre quem atira” – sendo uma condição, para sair da situação de miséria que os homens pobres da favela encontram para sobreviver dentro do capitalismo selvagem. No diálogo que se segue, muito se fala da melhor ou da única condição para encarar a sobrevivência. Tal música reflete a realidade do gráfico acima, uma vez que mostra o sexo masculino na linha de frente da violência urbana, ora vítima ora criminoso.

*Hey joe/ Onde é que você vai/ Com essa arma aí na mão?! Hey joe/ Esse não é o atalho/ Pra você sair dessa condição!/ Dorme com tiro acorda ligado/ Tiro que tiro/ Trik-trak boom/ Para todo lado/ Meu irmão, é só desse jeito/ Consegui impor minha moral.../ Eu sei que sou caçado/ E visto sempre como um animal/ Sirene ligada os homi/ Chegando trik-trak/ Boom boom/ Mas eu vou me mandando/ Hey joe/ Assim você não curte o brilho/ Intenso da manhã/ Acorda com tiro dorme com tiro/ Hey joe/ O que o teu filho vai pensar/ Quando a fumaça baixar/ Fumaça de fumo/ Fogo de revólver/ E é assim que eu faço, eu faço a minha história/ Meu irmão, aqui estou por causa dele/ E eu vou te dizer/ Talvez eu não tenha vida/ Mas é assim que vai ser/ Armamento pesado/ O corpo é fechado/ Eu quero é mais ver/ Mais vai ser difícil me deter/ Hey joe/ Muitos castelos já caíram e você tá na mira/ Também morre quem atira... (Banda O RAPPa – *Hey Joe*, 1996).*

#### 4.4.3 Vítimas de CVLI por Dias da Semana, Intervalo de Hora e Tipo de Local

A seguir apresento a análise para o período de 2014 a 2017 visando a especificar as informações por dias da semana, intervalos de hora e tipos de local das vítimas de crimes violentos, por bairros da UNISEG I.

#### CAIS DO PORTO

Tabela 5 – Vítimas de CVLI por variáveis – Cais do Porto.

VARIÁVEL		BAIRRO CAIS DO PORTO			
		2014	2015	2016	2017
<b>Dias da Semana</b> <sup>118</sup>	Segunda	6	2	1	6
	Terça	1	9	0	5
	Quarta	2	2	1	4
	Quinta	1	3	0	4
	Sexta	2	2	0	2
	Sábado	6	3	4	7
	Domingo	3	2	2	4
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>32</b>
<b>Intervalo de Hora</b>	00:00 - 05:59	1	2	2	1
	06:00 - 11:59	3	2	0	3
	12:00 - 17:59	5	5	1	9
	18:00 - 23:59	12	14	5	19
	Valores faltantes	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>32</b>
<b>Tipo de Local</b>	BAR, RESTAURANTE, ETC	0	1	0	0
	CASA COMERCIAL	0	0	1	0
	HOSPITAL, CLINICA, ETC	0	0	0	1
	NAO INFORMADO	4	1	0	0
	PRACA	0	0	0	0
	PRAIA	0	1	0	0
	PREDIO EM OBRAS	0	0	0	0
	RESIDENCIA PARTICULAR	0	3	1	3
	RODOVIA	0	0	0	0

<sup>118</sup> Lê-se vítimas por dia daquele ano. Por exemplo, o somatório de vítimas de todas as segundas-feiras do ano de 2014, foram 6 pessoas; se somada todas as terças-feiras do ano de 2014, o total de ocorrências de vítimas, na tabela em destaque, é uma vítima e assim sucessivamente. Totalizando no ano de 2014, 21 vítimas. O entendimento serve para os demais anos e tabelas.

TERRENO BALDIO	1	0	0	0
VIA FERREA	0	0	0	1
VIA PUBLICA	16	17	6	27
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>32</b>

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Sobre a variável Dias da Semana do Cais do Porto, tem-se o ano de 2017 como o mais violento em quatro anos. Sábado foi o dia com maior número de crimes violentos, no total de 7 vítimas. Já o ano de 2016 apresenta o menor número de crimes violentos com apenas 8, uma diferença de 65,2% em relação ao ano anterior. Comparado com os anos de 2016 e 2017, houve um crescimento de 300%. Contrastando com o ano de 2014, que obteve 21 crimes violentos, em 2016 atingiu uma redução de 61,95% e em 2017 cresceu 52,3%.

Em 2017, o horário em que mais se matou foi das 18:00 as 23:59 com um total de 19 mortes. Esse horário foi o mais violento também nos anos anteriores, ficando 2016 com 5 mortes. O aumento de 2016 para 2017 foi de 280%.

A via pública foi o tipo de local em que mais se morreu no Cais do Porto nos anos de 2016 e 2017, com 33 mortes, um aumento de 350% em um ano. Residência particular e local não informado respectivamente foram os locais onde foram cometidos os crimes.

## MUCURIBE

Tabela 6 – Vítimas de CVLI por variáveis – Bairro Mucuripe.

VARIÁVEL		BAIRRO MUCURIBE			
		2014	2015	2016	2017
<b>Dias da Semana</b>	Segunda	2	2	0	0
	Terça	0	4	0	0
	Quarta	2	2	0	0
	Quinta	2	1	0	2
	Sexta	1	3	1	0
	Sábado	2	0	0	1
	Domingo	0	1	0	2
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
<b>Intervalo de Hora</b>	00:00 - 05:59	2	3	1	0
	06:00 - 11:59	2	3	0	1
	12:00 - 17:59	1	3	0	1
	18:00 - 23:59	4	4	0	3
	Valores faltantes	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>5</b>

<b>Tipo de Local</b>	BAR, RESTAURANTE, ETC	0	0	0	0
	CASA COMERCIAL	0	0	0	0
	HOSPITAL, CLINICA, ETC	0	0	0	0
	NAO INFORMADO	3	4	0	0
	PRACA	0	0	0	0
	PRAIA	0	0	0	0
	PREDIO EM OBRAS	0	2	0	0
	RESIDENCIA PARTICULAR	0	0	0	0
	RODOVIA	0	0	0	0
	TERRENO BALDIO	0	0	0	0
	VIA FERREA	0	0	0	1
	VIA PUBLICA	6	7	1	4
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>5</b>

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Sexta foi o dia mais violento de 2016, com uma morte durante todo o ano. Em 2017 foram cinco mortes, sendo quinta e domingo os dias mais violentos, contrastando com o ano de 2015, que terminou com 13 mortes. Houve uma redução nos crimes nos dois anos seguintes. Já o horário em que houveram mais mortes foi, também, das 18:00 as 23:59 com a via pública concentrando a maioria dessas mortes.

## VICENTE PINZÓN

Tabela 7 – Vítimas por variáveis –Vicente Pinzón.

	VARIÁVEL	BAIRRO VICENTE PINZÓN			
		2014	2015	2016	2017
<b>Dias da Semana</b>	Segunda	5	5	1	1
	Terça	6	7	2	6
	Quarta	8	4	3	9
	Quinta	9	6	3	5
	Sexta	7	5	2	6
	Sábado	8	9	2	3
	Domingo	6	4	1	1
	<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>31</b>
<b>Intervalo de Hora</b>	00:00 - 05:59	6	6	1	2
	06:00 - 11:59	8	5	1	5
	12:00 - 17:59	12	8	4	11

	18:00 - 23:59	23	21	8	13
	Valores faltantes	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>31</b>
<b>Tipo de Local</b>	BAR, RESTAURANTE, ETC	0	0	0	0
	CASA COMERCIAL	1	0	0	0
	HOSPITAL, CLINICA, ETC	1	1	0	1
	NAO INFORMADO	8	5	1	3
	PRACA	2	0	0	0
	PRAIA	0	0	0	0
	PREDIO EM OBRAS	0	0	0	0
	RESIDENCIA PARTICULAR	7	2	1	4
	RODOVIA	0	1	0	0
	TERRENO BALDIO	0	1	0	0
	VIA FERREA	0	0	0	0
	VIA PUBLICA	30	30	12	23
	<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>31</b>

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Em 2016, a quarta-feira e a quinta-feira foram os dias mais intensos, com 3 mortes cada. Já no ano de 2017, a quarta-feira foi o dia mais violento com 9 mortes, tendo um aumento de 200%. Continuando na mesma linha de horário mais inseguro, conta-se com o horário de 18:00 as 23:59 e o local via pública o de maior incidência de crimes violentos. Em 2016 e 2017 foram 35 mortes.

## UNISEG I

Tabela 8 – Vítimas por variáveis totais – UNISEG I.

	VARIÁVEL	TOTAL – UNISEG I			
		2014	2015	2016	2017
<b>Dias da Semana</b>	Segunda	13	9	2	7
	Terça	7	20	2	11
	Quarta	12	8	4	13
	Quinta	12	10	3	11
	Sexta	10	10	3	8
	Sábado	16	12	6	11
	Domingo	9	7	3	7
	<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>68</b>

<b>Intervalo de Hora</b>	00:00 - 05:59	9	11	4	3
	06:00 - 11:59	13	10	1	9
	12:00 - 17:59	18	16	5	21
	18:00 - 23:59	39	39	13	35
	Valores faltantes	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>68</b>
<b>Tipo de Local</b>	BAR, RESTAURANTE, ETC	0	1	0	0
	CASA COMERCIAL	1	0	1	0
	HOSPITAL, CLINICA, ETC	1	1	0	2
	NAO INFORMADO	15	10	1	3
	PRACA	2	0	0	0
	PRAIA	0	1	0	0
	PREDIO EM OBRAS	0	2	0	0
	RESIDENCIA PARTICULAR	7	5	2	7
	RODOVIA	0	1	0	0
	TERRENO BALDIO	1	1	0	0
	VIA FERREA	0	0	0	2
	VIA PUBLICA	52	54	19	54
	<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>68</b>

Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

A UNISEG I aparece como uma proposta do governo estadual de mudança no cenário das políticas públicas de segurança. Em 2016, sábado foi o dia mais violento, uma redução de 50% com relação ao ano anterior. Já no ano seguinte, houve um crescimento de 83,3%. Mesmo assim, quarta-feira foi o dia em que mais se matou em 2017. As estatísticas são coletadas nos bairros da UNISEG I como um todo.

No que diz respeito à dimensão temporal, computam-se valores mensais por entender que o fenômeno da criminalidade possui peculiaridades que demandam esse nível de desagregação das estatísticas. Portanto, o horário mais inseguro e no qual ocorreram mais mortes foi o de 18h00 as 23h59 em via pública. O compromisso aqui utilizado é de usar a data e horário de ocorrência do evento criminal e não a data de registro do boletim de ocorrência ou outro documento oficial de registro de eventos criminais.

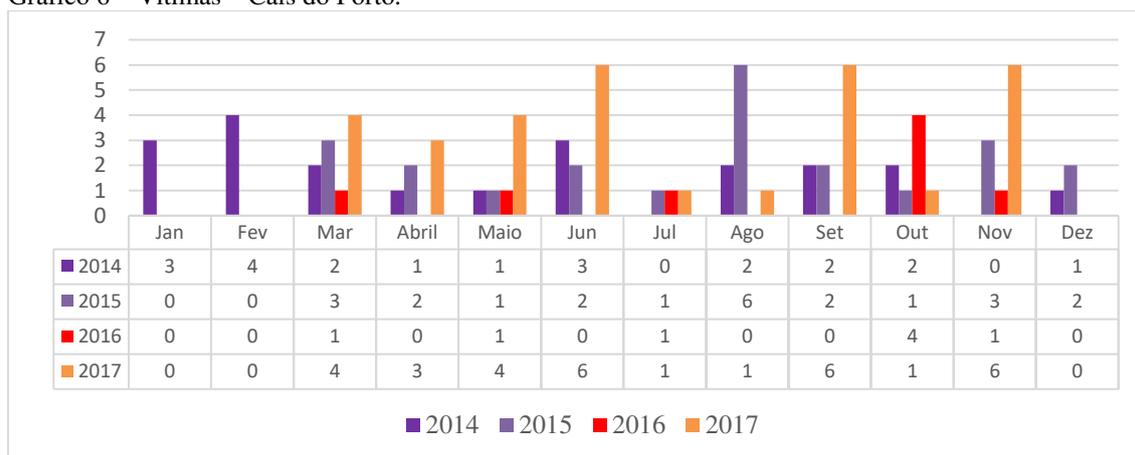
#### 4.4.4. Número de Vítimas de CVLI no Território do Vicente Pinzón – Grupo de Tratamento

Nos gráficos a seguir serão mostrados os números de vítimas de CVLI dos grupos de Tratamento e de Controle no intuito de realizar uma análise em profundidade a fim de entender as especificidades do território do Vicente Pinzón e ver os avanços e estimar o impacto da política do Ceará Pacífico.

No primeiro gráfico, aparecem as vítimas dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 divididos pelos meses de cada ano e a quantidade de CVLI desses meses de cada bairro para que no final se tenha uma amostra com o somatório dos bairros que formam a UNISEG I e o Grupo Misto. Já os gráficos “totais” é o somatório de todos os meses por ano, mostrando a diferenciação entre eles.

#### CAIS DO PORTO

Gráfico 6 – Vítimas – Cais do Porto.

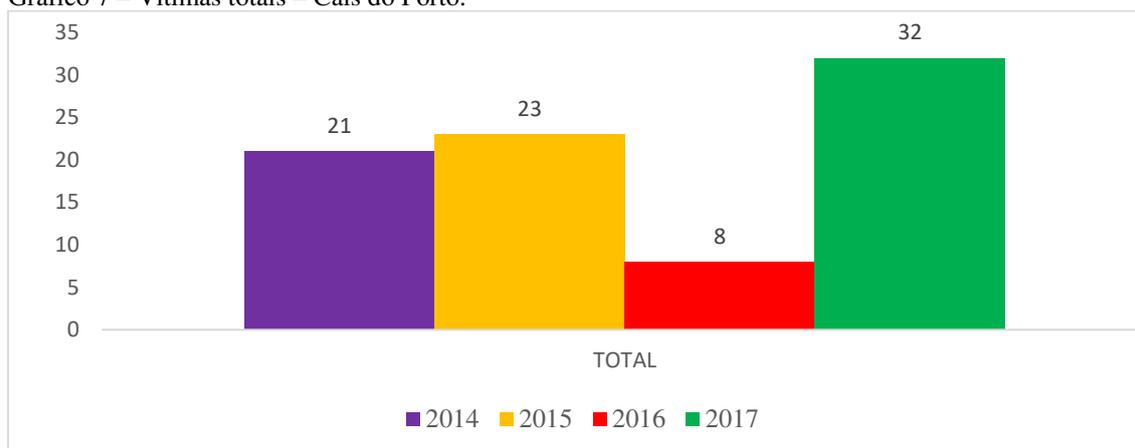


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Os meses de julho e novembro do ano de 2014 não mostraram a ocorrência de CVLI. O ano de 2015 deixou de apresentar incidência criminal nos meses de janeiro e fevereiro, juntamente com o ano de 2016 que soma a esses dois os meses de abril, junho, agosto, setembro e dezembro.

O ano de 2017 não apresentou CVLI nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro. Dos quatro anos em destaque, 2016 se mostrou o menos violento no Cais do Porto. Já 2015 e 2017 se mostraram os mais violentos, principalmente nos meses de junho, agosto, setembro e novembro.

Gráfico 7 – Vítimas totais – Cais do Porto.



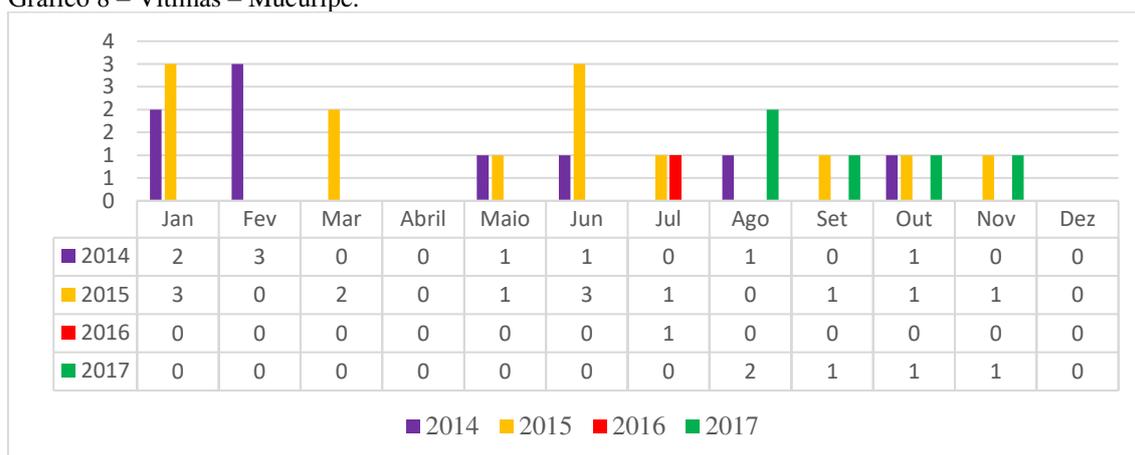
Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

O gráfico total do Cais do Porto traduz no geral a incidência de crime em cada ano, ficando 2017 o mais violento, com 32 CVLI, no qual a política já havia sido implantada. Em contraponto, o ano de 2016 se mostrou menos violento com apenas 8 CVLI, uma diferença de 300%.

## MUCURIBE

No gráfico abaixo o bairro Mucuripe mostra o número de vítimas de CVLI por mês dos anos de 2014 a 2017. Pode-se ver em números a quantidade de crimes nos 12 meses do ano.

Gráfico 8 – Vítimas – Mucuripe.

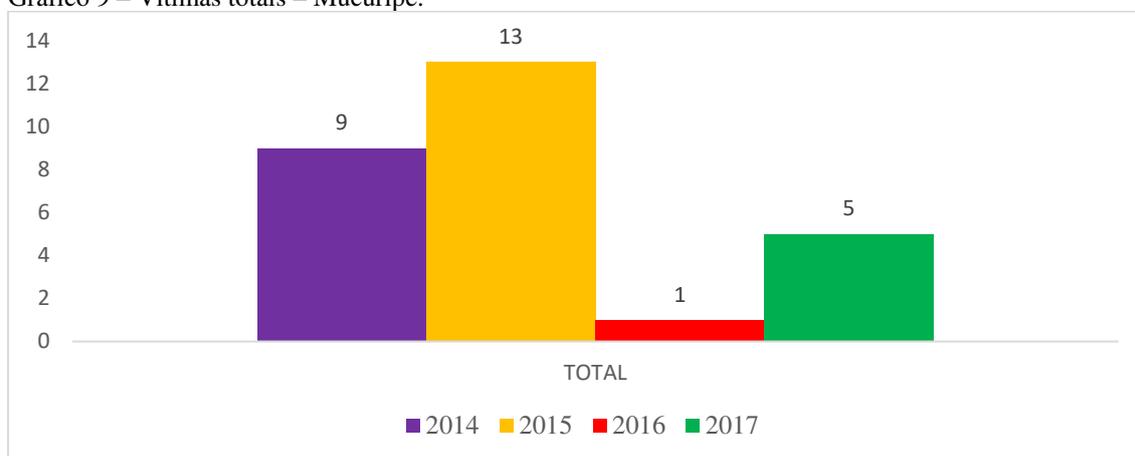


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No Mucuripe, tem-se os meses de março, abril, julho, setembro, novembro e dezembro sem ocorrências de CVLI em 2014, ficando esse fato com os meses de janeiro, fevereiro, maio, junho, agosto e outubro. Ou seja, o ano de 2014 teve seis meses sem e seis com CVLI. Já o ano de 2015 teve oito meses com a incidência de crimes. Dentre eles, janeiro e junho constam como os de maiores ocorrências. O ano de 2016 surge como o de menor CVLI dentro

dos anos aqui estudados. Apenas o mês de julho teve ocorrência. Por sua vez, o primeiro semestre de 2017 também não mostrou ocorrências, ficando com a existência de crimes para o segundo semestre nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro.

Gráfico 9 – Vítimas totais – Mucuripe.

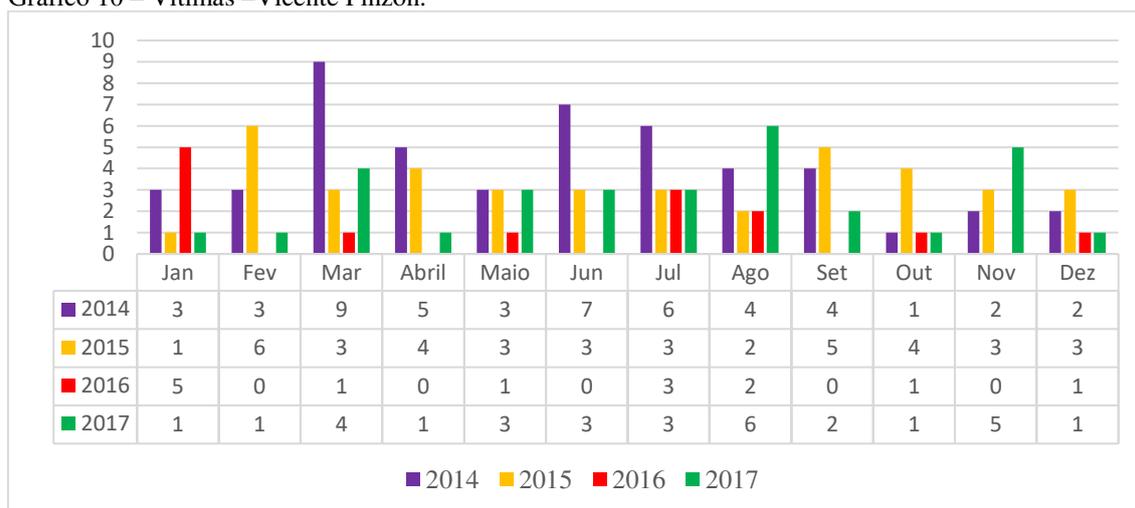


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No Mucuripe, o ano de 2015 se mostra o mais violento e 2016 o mais pacífico. O ano de 2017 terminou com 5 crimes cometidos no bairro e 2016 com apenas 1, uma diferença de 400%.

## VICENTE PINZÓN

Gráfico 10 – Vítimas –Vicente Pinzón.

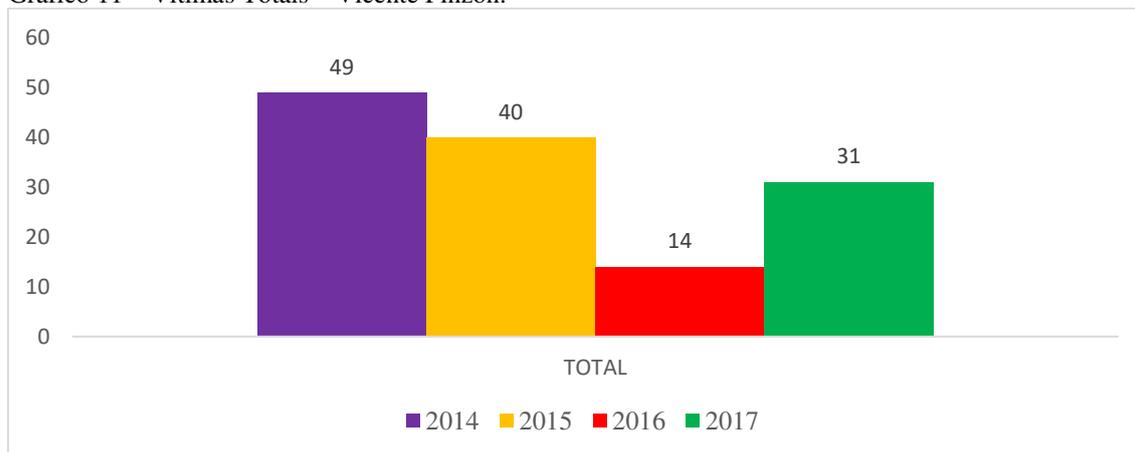


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

O Vicente Pinzón aparece como o mais violento da UNISEG I. Antes da política do Ceará Pacífico, 2014 surge como o mais violento, sendo os meses de março, junho e julho os mais transgressores. O ano de 2015 aparece como o segundo mais violento, com o fevereiro subindo de 1 para 5 o número de CVLI em comparação ao mês anterior, surgindo como o mês

mais preocupante desse ano. O ano de 2016 deixou de apresentar CVLI em cinco dos doze meses, quais são: fevereiro, abril, junho, setembro e novembro, três meses no primeiro semestre e dois no segundo. Já 2017 revela-se com um segundo semestre mais violento que o primeiro com uma diferença de 15,6%.

Gráfico 11 – Vítimas Totais – Vicente Pinzón.

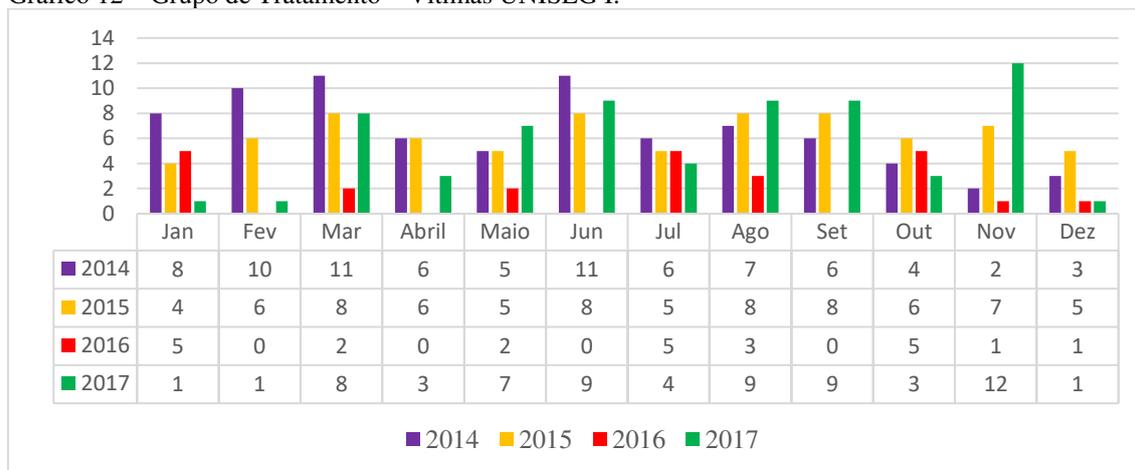


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Em seu total, o Vicente Pinzón não foge da linha dos dois bairros anteriores, apresentando o ano de 2016 como o menos violento e 2014 seguido de 2015 como os mais violentos. De 2016 para 2017, a diferença surge em 121%. A tabela abaixo mostra o desenvolvimento dos CVLI por mês.

## UNISEG I

Gráfico 12 – Grupo de Tratamento – Vítimas UNISEG I.



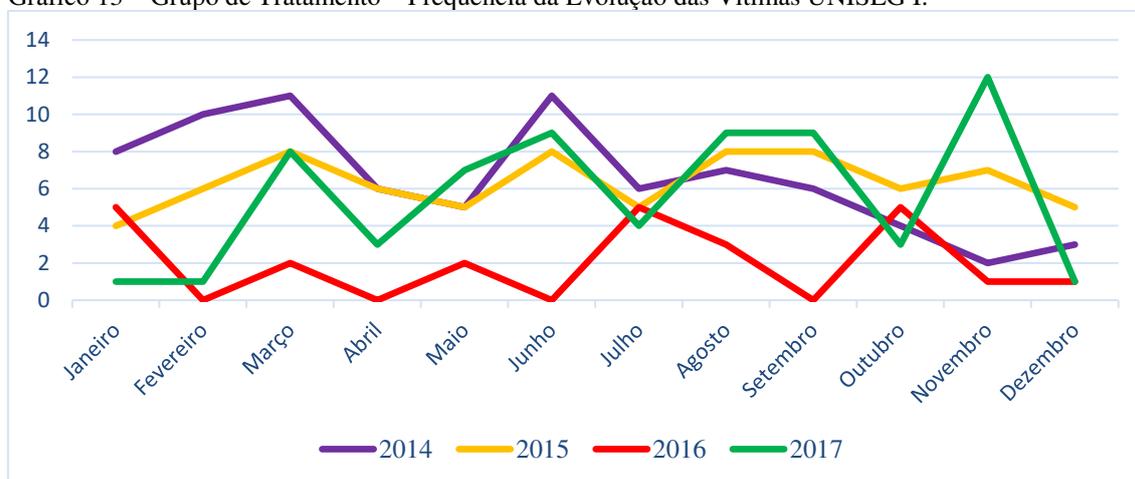
Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón são os bairros que compõe a UNISEG I. O ano de 2014 mostra incidência criminal em todos os meses do ano, sendo o seu primeiro semestre o mais intenso, ficando para os meses de março e junho os altos índices. Em 2015, o

crime também se mostra em alta durante todo o ano. Já 2016 desponta como o ano de menor criminalidade para a UNISEG I.

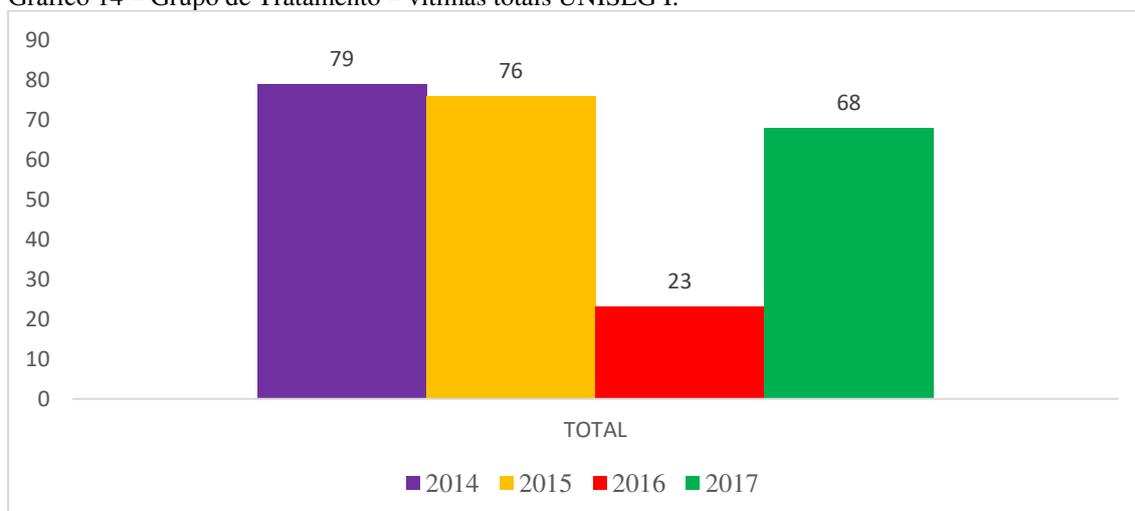
Os meses de fevereiro, abril, junho e setembro não mostram CVLI. Contudo, em 2017, o crime voltou a crescer, sendo novembro o mês de maior incidência de CVLI, num total de 12. O próximo gráfico é justaposto as evoluções dos crimes violentos letais e intencionais, ocorridos durante o intervalo de 2014 a 2017. E como pode ser observado, a curva vermelha se separa das demais e o restante das curvas são semelhantes e se cruzam bem mais, validando uma equivalência que permite a comparabilidade e confiabilidade das informações aqui utilizadas.

Gráfico 13 – Grupo de Tratamento – Frequência da Evolução das Vítimas UNISEG I.



Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Gráfico 14 – Grupo de Tratamento – vítimas totais UNISEG I.



Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

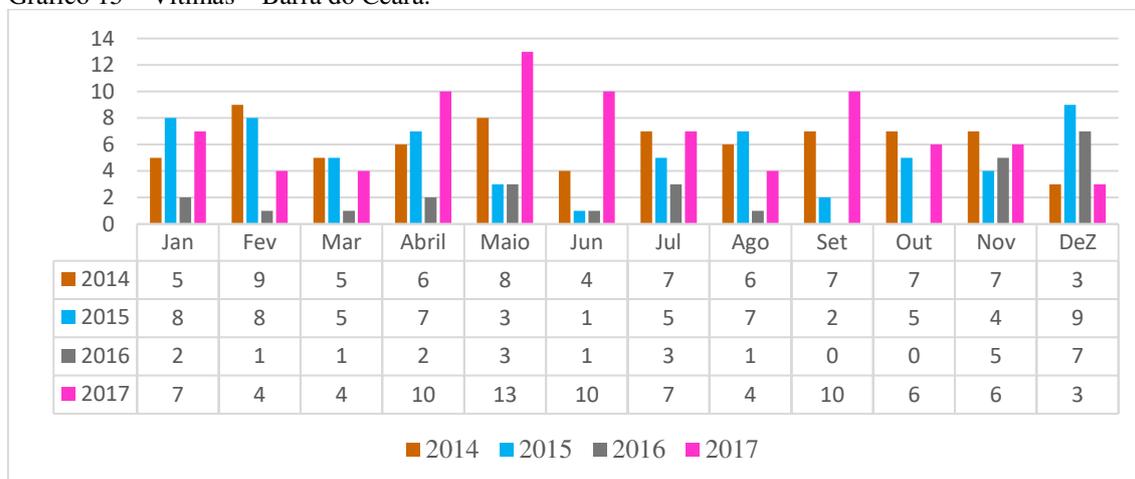
Em sua totalidade, a UNISEG aparece com o ano de 2016 destoando dos demais. Foi o ano com o menor número de CVLI, 2017 fechando o ano com um total de 68 e 2016 com 23, uma diferença de 195%.

Diferente dos anos de 2014 e 2015 em que o primeiro terminou com 79 e o segundo com 76 CVLI, ambos com a quantidade de crimes semelhante. Mostro na tabela abaixo os números por mês para uma melhor visualização da quantidade de crimes da primeira UNISEG.

#### 4.4.5 Número de Vítimas de CVLI no Território do Grupo de Controle

##### BARRA DO CEARÁ

Gráfico 15 – Vítimas – Barra do Ceará.

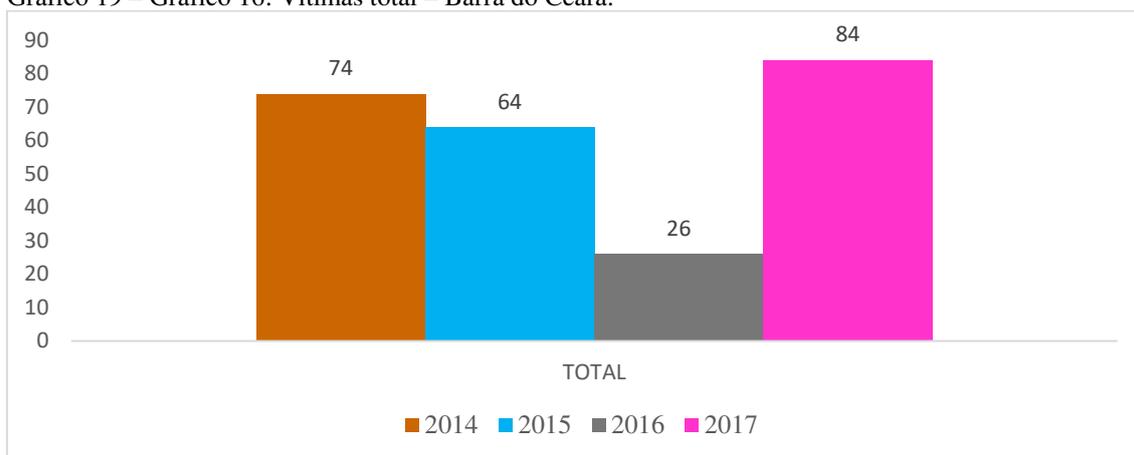


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Na Barra do Ceará, o ano de 2014 se mostra com incidência de CVLI em todos os meses sendo fevereiro o de maior e dezembro o de menor criminalidade. O ano de 2015 também surge com todos os meses constando algum crime.

O mais tempestuoso foi dezembro. O ano de 2016 não fugiu à regra da UNISEG I, sendo o de menor criminalidade. Os meses de setembro e outubro daquele ano, não mostraram ocorrências, dezembro também foi o mês mais agitado criminalmente. Por fim, 2017 foi o ano mais agitado ficando para o mês de maio de maior incidência de CVLI.

Gráfico 19 – Gráfico 16: Vítimas total – Barra do Ceará.

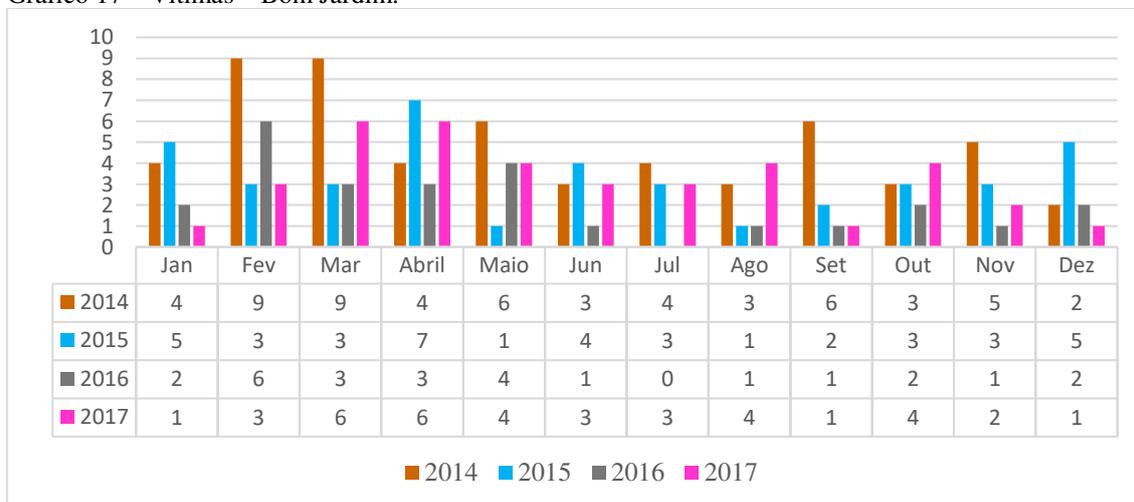


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No total da Barra do Ceará, o ano de 2017 desponta, ficando à frente dos demais em números de CVLI com um total de 84. 2016 terminou com apenas 26. Esses dois anos tem uma diferença de 223%. Já 2014 e 2015 terminaram com uma diferença de 10 crimes, com 74 e 64 CVLI respectivamente.

## BOM JARDIM

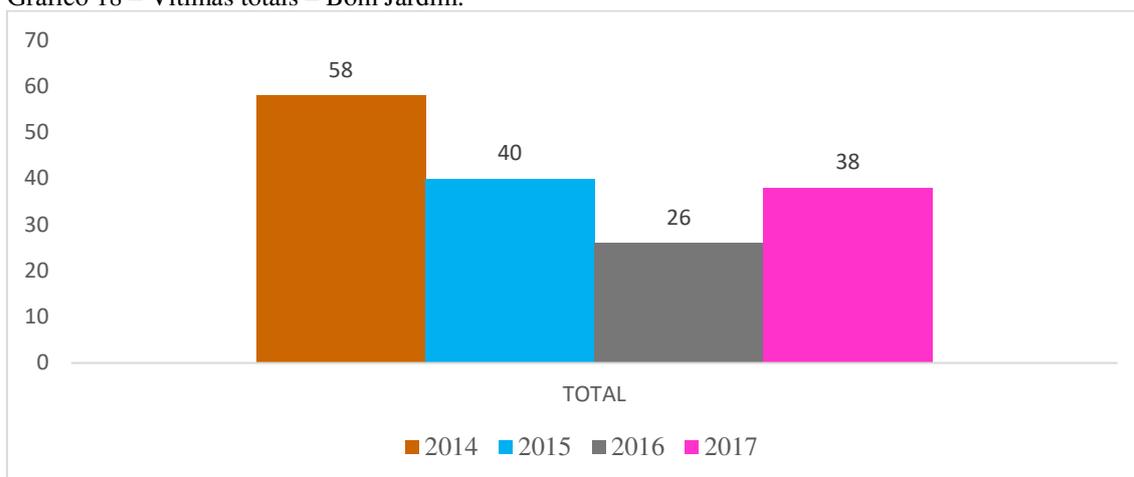
Gráfico 17 – Vítimas – Bom Jardim.



Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No Bom Jardim, o ano de 2014 foi de alta periculosidade, ficando os meses de fevereiro e março os de maiores CVLI. O ano de 2015 teve seu pico no mês de abril no primeiro semestre e em dezembro no segundo semestre. Já o ano de 2016 não mostrou CVLI no mês de julho, sendo o mês de fevereiro o de maior ocorrência. O Ano de 2017 se mostrou mais violento no primeiro semestre, mas também teve ocorrências em todos os meses.

Gráfico 18 – Vítimas totais – Bom Jardim.

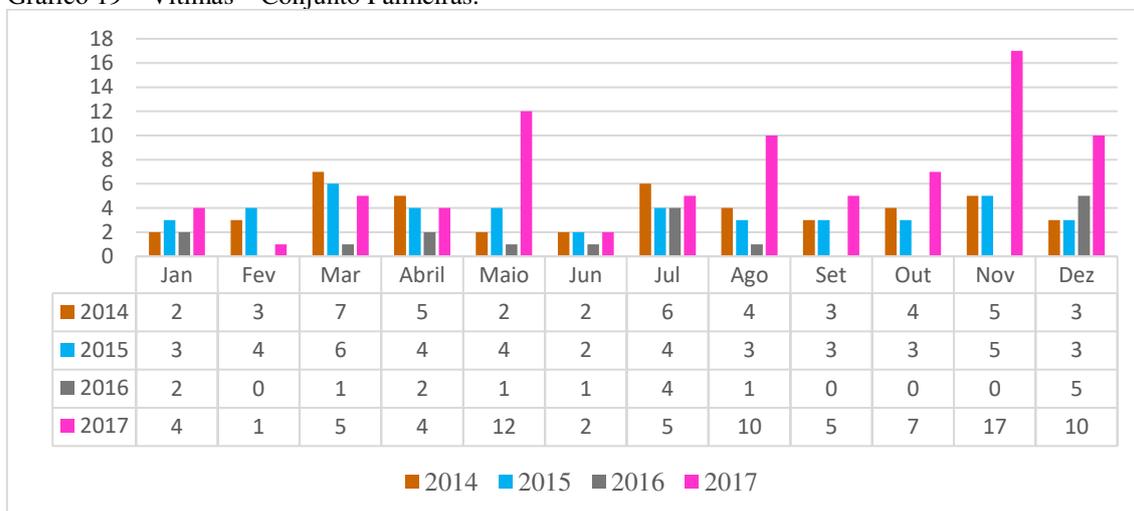


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

O gráfico das vítimas totais no Bom Jardim mostra o ano de 2014 com o maior número de CVLI. O ano de 2017 culminou com 38 crimes e 2016 com 26, uma diferença de 46%.

## CONJUNTO PALMEIRAS

Gráfico 19 – Vítimas – Conjunto Palmeiras.

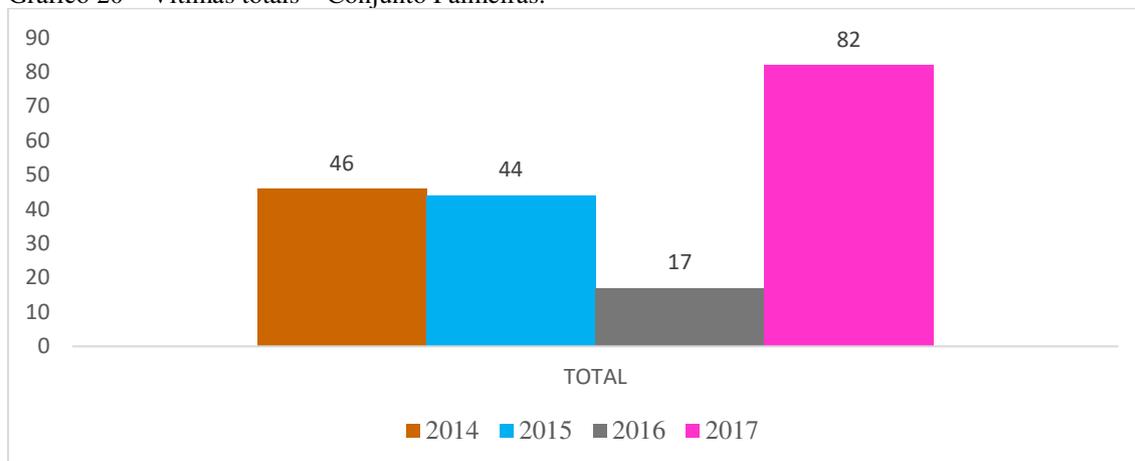


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No Bairro do Conjunto Palmeiras, o ano de 2014 teve seu maio percentual de CVLI no mês de março, já os menores ficaram com os meses de janeiro, maio e junho, todos no primeiro semestre. 2015 também teve o mês de março como o mais violento e junho foi o mês de menor violência. 2016 não computou CVLI nos meses de fevereiro, setembro, outubro e novembro sendo seu segundo semestre menos violento comparado ao primeiro. Contudo, o ano

de 2017 veio mostrando altos índices de criminalidade, ficando para os meses de maio, agosto e dentre eles o de maior CVLI o mês de novembro.

Gráfico 20 – Vítimas totais – Conjunto Palmeiras.

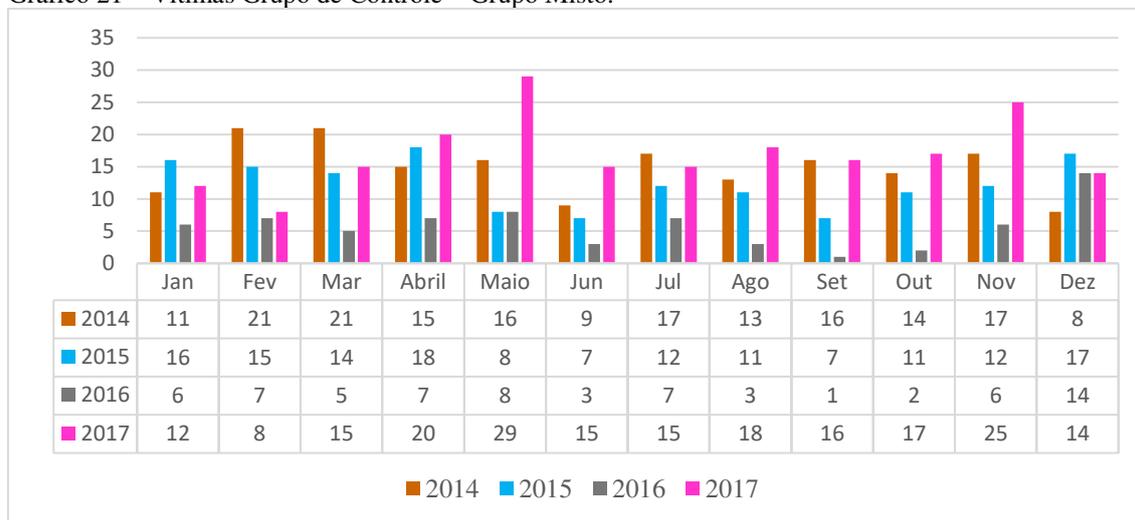


Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No Conjunto Palmeiras, o ano de 2017 despontou como um ano perigoso e violento, terminando com o 82 CVLI em contraponto para 2016 com 17 crimes, uma diferença alta de 382%.

## GRUPO MISTO

Gráfico 21 – Vítimas Grupo de Controle – Grupo Misto.



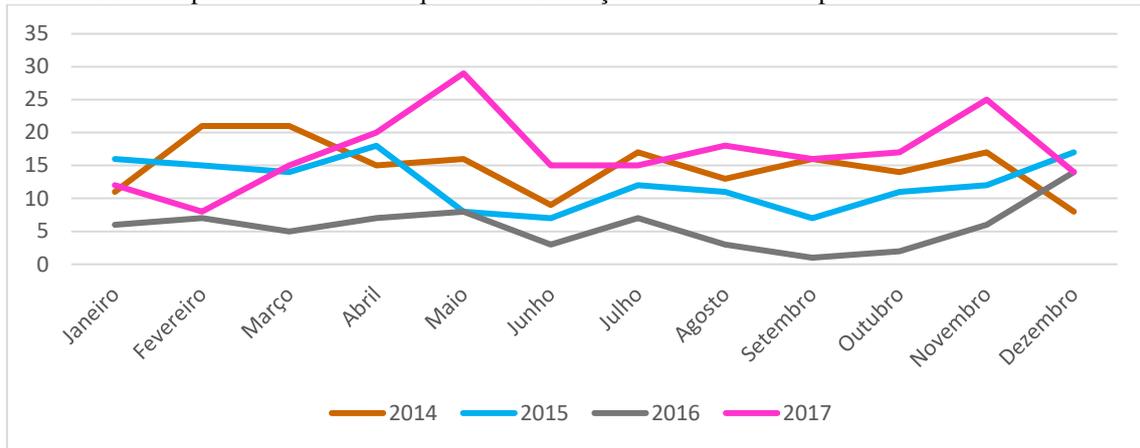
Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Os bairros Barra do Ceará, Bom Jardim e Conjunto Palmeiras formam o Grupo Misto, o grupo de controle necessário para contrastar os dados com o grupo de tratamento da UNISEG I. Tem-se no ano de 2014, do Grupo Misto, os meses de fevereiro e março os de

maiores índices de CVLI, já em 2015, percebo que o mês de maior criminalidade é abril, seguido do mês de novembro.

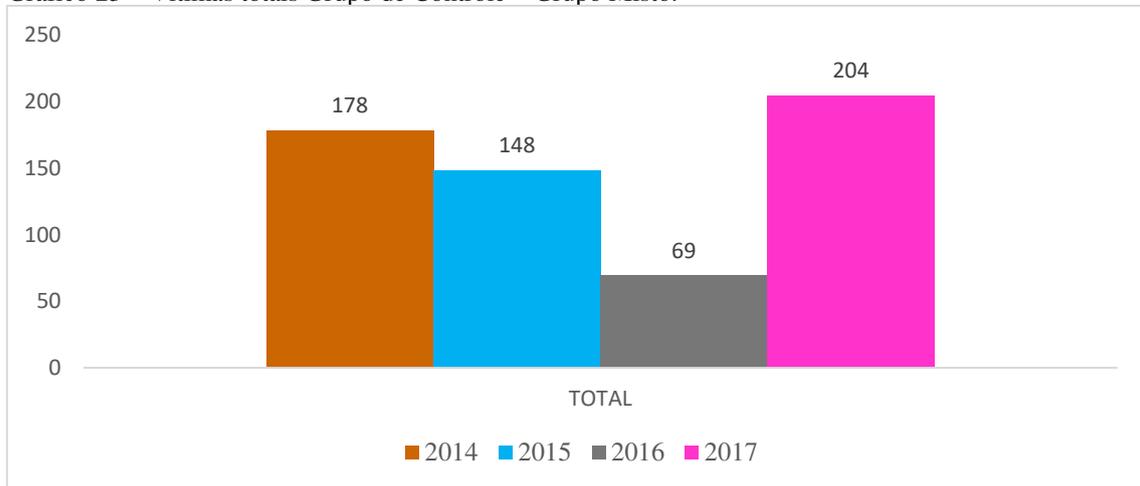
O ano de 2016 surge como o de menor incidência, diferente do ano de 2017 que aponta como o de maior periculosidade, ficando para os meses de maio e novembro com os maiores CVLI. O gráfico abaixo representa a linha temporal, justaposta, mês a mês dos CVLI ocorridos no Grupo Misto entre os anos de 2014 a 2017.

Gráfico 22 – Grupo de Controle – Frequência da Evolução das Vítimas Grupo Misto.



Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

Gráfico 23 – Vítimas totais Grupo de Controle – Grupo Misto.



Fonte: SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No total do Grupo Misto, o ano de 2014 só ficou atrás do ano de 2017, que teve um alto número de CVLI terminando com 178 crimes seguidos. Houve uma pequena redução no ano de 2015, que finalizou com 148 CVLI.

O ano de 2016 terminou com 69 crimes, bem mais baixo que o ano mais violento, de 2017, que finalizou com 204 crimes, uma diferença de 195%. Na tabela abaixo, o quantitativo de vítimas de CVLI por mês referente a cada ano em estudo.

#### 4.5 Análise das Taxas de CVLI por 100 mil habitantes, de 2014 a 2017, nos grupos de Tratamento e Controle de 2014 a 2017

Os dados das duas tabelas mostram o desenvolvimento anual das taxas de crimes violentos letais e intencionais na UNISEG I e no Grupo Misto. Esses números refletirão como se encontra o Ceará Pacífico no grupo de tratamento tendo por base o grupo de controle.

#### GRUPO DE TRATAMENTO

Tabela 9 – Taxa de CVLI por 100 mil habitantes, de 2014 a 2017 no Grupo de Tratamento – UNISEG I.

Bairro	População (Censo de 2010)	2014		2015		2016		2017	
		CVL I	Taxa 100 Mil						
Cais do Porto	22.382	21	93,83	23	102,76	8	35,74	32	142,97
Mucuripe	13.747	9	65,47	13	94,57	1	7,27	5	36,37
Vicente Pinzón	45.518	49	107,65	40	87,88	14	30,76	31	68,10
<b>TOTAL</b>	<b>80.647</b>	<b>79</b>	<b>98,00</b>	<b>76</b>	<b>94,23</b>	<b>23</b>	<b>28,51</b>	<b>68</b>	<b>84,31</b>

Fonte: IBGE/SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

#### GRUPO DE CONTROLE

Tabela 10 – Taxa de CVLI por 100 mil habitantes, de 2014 a 2017, no Grupo de Controle – Grupo Misto.

Bairro	População (Censo de 2010)	2014		2015		2016		2017	
		CVL I	Taxa 100 Mil	CVL I	Taxa 100 Mil	CVL I	Taxa 100 Mil	CVL I	Taxa 100 Mil
Barra do Ceará	72.423	74	102,18	64	88,37	26	35,90	84	115,99
Bom Jardim	37.758	58	153,61	40	105,94	26	68,86	38	100,64
Conjuntos Palmeiras	36.599	46	125,69	44	120,22	17	46,45	82	224,05
<b>TOTAL</b>	<b>146.780</b>	<b>178</b>	<b>121,26</b>	<b>148</b>	<b>100,83</b>	<b>69</b>	<b>47,00</b>	<b>204</b>	<b>139,00</b>

Fonte: IBGE/SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS

O Vicente Pinzón, sede da primeira UNISEG, se mostra o mais violento dentre os bairros que compõem o território em estudo. Ele fica em primeiro lugar em matéria de CVLI, nos anos 2014, 2015 e 2016, já em 2017 fica em segundo lugar logo atrás do bairro Cais do Porto por 1 crime. O Mucuripe é o Bairro menos violento. Além de fazer fronteira com os outros dois bairros da sua UNISEG, ele também faz fronteiras com alguns dos bairros mais abastados da Capital, assim como, é importante considerar que esse Bairro se diferencia dos demais pela expansão imobiliária devido ao avanço da classe média-alta em seu território. A disposição dos crimes violentos em Fortaleza ocorre com características distintas nos bairros abastados e naqueles mais pobres, pois a criminalidade na capital cearense é uma diáspora<sup>119</sup>, uma vez que, os governantes trabalham com o saturamento<sup>120</sup> local. Se mantendo no local até a criminalidade diminuir ou acabar e saindo de lá quando achar que o local já não tem mais problemas.

Tais bairros possuem limites muito tênues com o Mucuripe, dentre os quais o lazer e o trabalho, que por vezes, atraem os moradores do território da UNISEG I como ímã, tornando-se um fator de flexibilização e deslocamento da criminalidade. No grupo de tratamento, o ano de 2016 foi o de menor incidência criminal com 23 crimes violentos. Já 2017 culminou com 68 crimes, um acréscimo de 195%. Por sua vez, o estado do Ceará teve um número recorde de CVLI em 2017. Foram 450 no Estado apenas em dezembro e 5.134 durante todo o ano. O quantitativo de CVLI aumentou 50,7% em relação a 2016, quando se confirmou no Ceará 3.407 CVLI.

Quando comparo o biênio 2016-2017, o maior aumento de CVLI, aconteceu na capital Alencarina, chegando a 96,4% de crescimento em um ano, com um total de 1.007 morte em 2016 superados com 1.978<sup>121</sup> crimes violentos no ano seguinte. O ano de 2014 terminou no território de tratamento com 79 mortes e 2015 com 76, uma redução de 3,8%. Olhando para o ano de 2014 como o ano que não tinha a política pública, e comparando com o ano que houve um pacto entre as facções (2016), tem-se uma redução de 70,9%. Já se comparado 2014, com o ano de 2017, tem-se uma redução de apenas 13,9%, isto é, bem menor que o ano anterior.

Por sua vez, no Grupo Misto o ano de 2014 tiveram 178 CVLI, se comparados com o ano seguinte, que teve 148 mortes, percebo uma redução de 16,8%. Nota-se então, que, na UNISEG I e no Grupo Misto, houve uma diminuição de CVLI nesse período (2014-2015). Ainda no Grupo Misto, ao se comparar 2014 com 2016, obteve-se uma redução de 61,2%. E

---

<sup>119</sup> Aqui se refere a migração do crime;

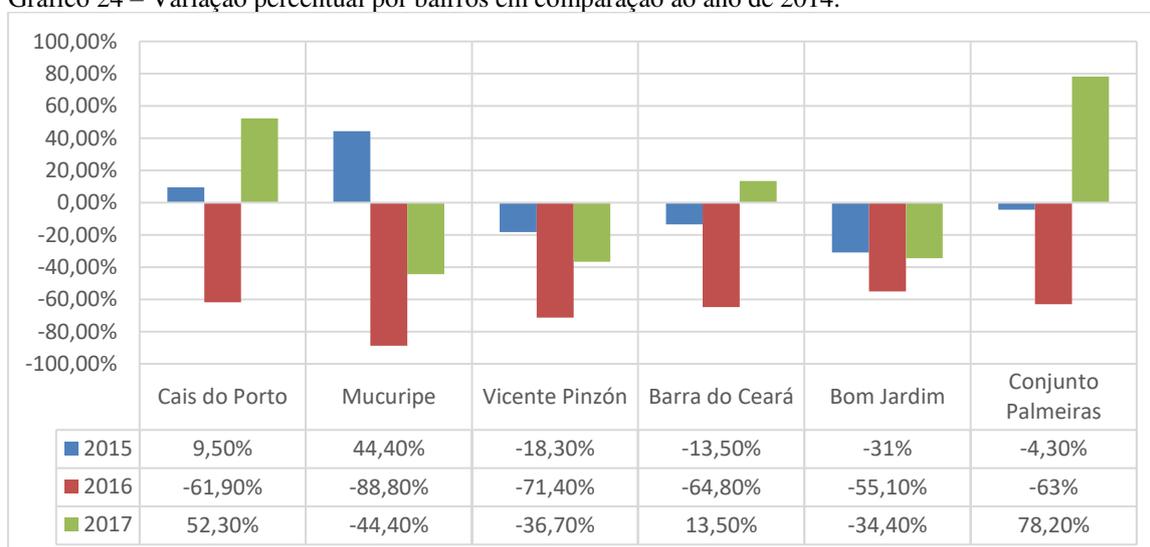
<sup>120</sup> É a operação policial que tem o objetivo de prevenir a ocorrência de atos criminosos, em função de condutas irregulares, a exemplo de porte ilegal de armas de fogo, roubos, furtos, homicídios, etc;

<sup>121</sup> Fonte: Dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará.

comparado com 2017, tem-se um acréscimo de 14,6%, ou seja, divergindo da UNISEG I, em que no mesmo período obteve uma redução das taxas percentuais de CVLI.

A seguir, no gráfico de variação percentual por bairros traz, o ano de 2014 como referência, por ser anterior à política do Ceará Pacífico na Cidade de Fortaleza, servindo como parâmetro para comparação da evolução de crimes violentos letais intencionais dos demais anos estudados. Já o ano de 2015 entra como parâmetro estatístico para os dois anos seguintes, assim, como a implantação da UNISEG I ocorreu em 2016, servirá para se ter uma melhor visualização de antes do recorte da pesquisa 2016 e 2017 do grupo de controle e tratamento, e portanto, verificar o desempenho que o Ceará Pacífico teve no território como política de segurança pública.

Gráfico 24 – Variação percentual por bairros em comparação ao ano de 2014.



Fonte: Elaboração própria, dados repassados do IBGE/SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

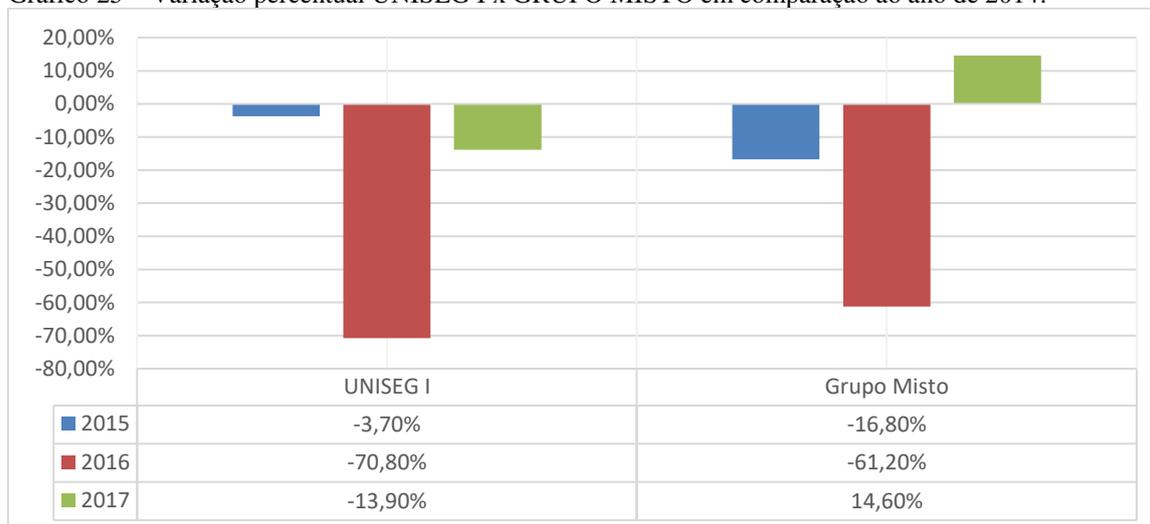
Percebo que no ano de 2016 aconteceu uma redução de CVLI em todos os bairros do grupo de tratamento e do grupo de controle, sendo o Bairro Mucuripe seguido pelo Vicente Pinzón da UNISEG I, os de maiores reduções percentuais, conjuntamente com o Bairro Bom Jardim do Grupo Misto.

O ano de 2017 obteve redução das taxas de CVLI em dois bairros da UNISEG I, Mucuripe e Vicente Pinzón, seguindo-se o Bairro Cais do Porto que por sua vez, teve um aumento de 52,3%. Já no Grupo Misto, aconteceu uma redução apenas no Bom Jardim, de 34,4% no mesmo período. Nos outros dois bairros que compõem o grupo de controle, houve um aumento, sendo a Barra do Ceará com 13,5% e o Conjunto Palmeiras com 78,2% apontado como o bairro de maior incidência de CVLI naquele ano.

O gráfico abaixo mostra a variação percentual da UNISEG I *versus* o Grupo Misto, nota-se que todos os bairros do grupo de tratamento no biênio de 2016 e 2017 obtiveram uma

redução percentual das taxas dos crimes violentos, tendo como parâmetro o ano de 2014, de 70,8% e 13,9% respectivamente. Ainda com o mesmo parâmetro, o grupo de controle teve uma redução de 61,2% em 2016. Porém, 2017 teve aumento nas taxas percentuais de 14,6%, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 25 – Variação percentual UNISEG I x GRUPO MISTO em comparação ao ano de 2014.



Fonte: Elaboração própria, dados repassados do IBGE/SIP/CIOPS/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

No biênio de 2016 e 2017, apresentou-se no grupo de tratamento dois anos de redução, divergindo com o grupo de controle que apenas um ano ocorreu a redução, justamente o de 2016, quando aconteceu o pacto das facções, uma situação atípica.

Relativo as hipóteses levantadas, sinalizo que a primeira hipótese de que exista um aspecto positivo com o modelo de política que está sendo implantada e sua capacidade de mudar os índices da violência no bairro Vicente Pinzón, em que a política de segurança pública estaria reduzindo as taxas de CVLI com a política executada pelo Pacto por um Ceará Pacífico, aponto que, pontualmente a partir de uma perspectiva temporal, o território do Vicente Pinzón conseguiu reduzir as taxas percentuais de crimes violentos com a política que se realizou no território somada aos programas parceiros de outros Órgãos e Secretarias estaduais e municipais, bem como, as polícias Civil e Militar com trabalhos preventivos, investigativos e ostensivos. Ressalto afirmando que, especificamente, o ano de 2016 teve uma significância peculiar para as estatísticas criminais devido ao início do pacto das facções que domina o tráfico de drogas nas regiões periféricas da capital cearense. Isto refletiu-se, no território do Vicente Pinzón, o pacto da criminalidade se mostrou no reflexo da influência que as facções tinham, conforme os números apresentados o que, aliás, mostrou que o significativo crescimento de CVLI em toda Fortaleza de 2016 para 2017 resultou no fim do pacto das facções criminosas.

Mesmo assim, em 2017, as reduções das taxas percentuais de CVLI diminuíram na UNISEG I, uma vez que, houve aumento dos índices de criminalidade violenta em toda a capital cearense, já devido ao fim do pacto das facções criminosas, o que se pode inferir que, os locais que tinham um programa de redução de CVLI, como a UNISEG I, continuaram reduzindo os índices, já noutros bairros da cidade de Fortaleza, que não tinham a Unidade Integrada de Segurança, percebeu-se um aumento.

E como a avaliação desta pesquisa não é apenas objetiva, mas também subjetiva, tomando por base as entrevistas com os operadores da política, das conversas informais com tais operadores. Posso sinalizar que, existe uma dificuldade em se gerenciar uma crise na segurança pública de modo integrado e multissetorizado sob a perspectiva de uma cultura interinstitucional cooperada/integrada no Ceará Pacífico. A Política Pública apesar de conseguir reduzir as taxas de CVLI no território, pôde-se perceber a presença das facções criminosas, que estão ganhando cada vez mais espaço na cidade, com o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, fazendo do crime organizado, uma alternativa aos jovens desempregados e sem expectativas de futuro, tudo isso somado à naturalização da perda de vida e a baixa investigação policial.

Essas mortes vêm da desigualdade de oportunidade para os jovens e da ausência de políticas públicas com uma maior abrangência na juventude. Outro fator para o aumento do CVLI é a resolução de conflitos interpessoais, onde o uso da violência é o que acaba predominando, pois não se criou uma cultura do diálogo, principalmente nos bairros mais carentes, preponderando a cultura da arma e da banalização da vida, resolvendo-se os problemas com a morte do outro, sendo uma preocupação a mais, a circulação de armas, um ingrediente a mais para o cometimento de CVLI no Ceará.

Cabe aqui uma metáfora usada por Rolim (2006) comparando a segurança pública com o livro de Lewis Carroll, onde diz – “Vamos, Alice, corra, corra mais”. Exausta com o esforço, ela se frustra quando percebe que não saiu do lugar. No mundo da Rainha Vermelha é assim mesmo. Corre-se mais e mais, para não sair do lugar. Aliás, é preciso correr muito para ficar no mesmo lugar”. (2006, p. 11). Percebo que o desenho estrutural do programa usado pelos governantes da segurança pública do Ceará para combater a criminalidade é a de ser necessário correr bastante para pelo menos tentar manter as taxas percentuais de crimes violentos, que já são altas, estagnadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental dar destaque ao fato da incapacidade de que a problemática da violência seja determinada somente por intervenções e condutas repressivas. Nesse contexto, o *modus operandi* dos setores neoliberais que gerenciam a política de segurança pública do Ceará pouco tem inovado, realizando ações fora dos pressupostos legais. Avanços na área da segurança pública não é algo que se instaura e acontece, na verdade é uma construção democrática em que os operadores da política devem ser escutados para ver quais pontos podem ser melhorados, pois não se pode lidar com a violência como se ela fosse um dado normal das relações sociais. A violência é algo que divide a sociedade, e se ela divide então acentua as desigualdades sociais.

A violência não preenche todo o significado da vivência no território do Vicente Pinzón, pois lá é um local de solidariedade de cooperação de alegrias e de festas, então uma política de segurança pública não pode olhar para aquele local como um espaço que o que singulariza é a violência. A violência é um traço marcante no território, contudo, o que precisa ser entendido é essa ambiguidade, em que por um lado, existe uma cooperação solidária e de outro as divergências e os conflitos violentos. A política pública precisa entender a violência do mundo do crime local e suas simbologias, para então utilizar-se de métodos qualitativos para combatê-los.

O Ceará registrou<sup>122</sup> 48 mortes em unidades prisionais no ano de 2016. Em 2015 esse número tinha sido de 25 detentos mortos, um aumento de 92 % de um ano para o outro. Somando-se à rebelião no presídio do Ceará em 2016 e os massacres ocorridos no estado do Amazonas, de Roraima e do Rio Grande do Norte que aconteceram apenas no primeiro mês de 2017, tem-se o número de 196 mortes em unidades prisionais ocorridas no País.

Apesar de muitas vezes o controle do tráfico e organizações criminosas virem do interior dos presídios, a construção de novas penitenciárias não resolverá os problemas atuais, como o aumento das taxas de crimes violentos e a falta de vagas no sistema carcerário brasileiro, uma vez que os países que mais têm despesas com prisões não são necessariamente os com menos violência. É importante uma articulação com a equipe de governança para direcionar e investir em melhores condições das unidades prisionais. O Governo precisa repensar uma

---

<sup>122</sup> Dados Estatísticos divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado do Ceará.

política de segurança pública de qualidade que trabalhe articuladamente com uma política criminal para não usar de forma indiscriminada a pena de prisão, lotando e amontoando os detentos nos presídios, e assim, originando novas rebeliões e novos comandos aos faccionados de tempos em tempos.

Esse faccionados agem de forma bastante violenta dentro e fora dos presídios, usam de meios como explosivos, dinamites para atingir grandes construções e possuem uma grande força nas periferias incorporando regras punitivas aos que vão de encontro as suas determinações. Tais punições acontecem por meio de torturas, amputações de membros e morte se alguém da comunidade denunciar condutas criminosas ou se envolver com grupos rivais.

As comunidades cearenses aprenderam adaptar-se ao crime diante da sua vida diária. A mortalidade constante e crescente de CVLI foi o berço de jovens que já nasceram vivenciando esses números no seio familiar. Ultimamente, o que me deixa em alerta é prática dos grupos criminosos em cooptar pessoas, especialmente a juventude. Com atrativos econômicos e de serem respeitados pelos coletivos, são atraídos e acabem por levar a juventude se enveredar no caminho do crime violento.

Apesar disso, a governamentalidade da segurança pública vem se mostrando com boas ideias para combater as facções criminosas, todavia, a capacidade política de implementação de ações mais eficientes ainda é muito limitada, ainda são priorizados os antigos métodos de usar a ostensividade, como a política de colocar mais policiais do BPRAIO nas ruas, indo na contramão do policiamento de aproximação. Vale salientar que em 2017 o governador do Ceará, Camilo Santana, que preside o Comitê de Governança, instância maior do Ceará Pacífico, apresentou à sociedade um modelo de gestão, uma modificação na gerência da luta contra as facções criminosas no Ceará, como ampliar o Batalhão de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRAIO) no Ceará<sup>123</sup>, por meio do qual cidades da Região Metropolitana da Capital e do interior do Ceará passaram a receber unidades fixas do batalhão.

Uma prática inicial para começar a consertar a manipulação da falta de verbas para o setor da segurança pública seria a verificação aprofundada de uma auditoria nos cofres públicos. O monitoramento da política econômica traria grande colaboração para confrontar diretamente com o neoliberalismo e o “imperialismo brasileiro”. Seguramente essas ações

---

<sup>123</sup> Fonte: Portal de Notícias G1/Ceará. Fato acontecido no mês de abril de 2017. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/governo-anuncia-ampliacao-do-bpraio-para-13-cidades-do-ceara.ghtml> >. Acessado em 10 de jul. de 2017.

avançariam pela redução das dívidas indevidamente cobradas da população e acarretariam para a sociedade políticas de segurança públicas de qualidade.

Com um total de 584.361 pessoas encarceradas, em que, cerca de 36% estão à espera de um julgamento; 3.345 pessoas mortas pelas polícias em todo o País; 393 policiais mortos direta ou indiretamente pelo crime organizado, só em 2015<sup>124</sup> os planos do Ministério da Justiça em 2017 eram de ser em suas palavras um “Ministério econômico”. Com o aumento da criminalidade violenta e a desorganização da política brasileira, se torna cada vez mais importante priorizar áreas como a segurança pública, com estudos aprofundados setorializados para dar o melhor direcionamento das verbas para o setor.

Já o que o cearense precisa é de uma política de segurança pública que funcione e que tenha uma ampla coordenação dos projetos e dos seus executores, que tais projetos de governo sejam regidos por um planejamento de médio e longo prazos e que forme um projeto de Estado e seja exemplo para o país e, portanto, não dependa apenas de especulações midiáticas.

Para o setor da segurança pública evoluir para um futuro promissor, é necessária uma dedicação exclusiva e focada no campo da prevenção social ao crime, intersectorializando intervenções em múltiplas esferas, como educação, cultura e saúde, além da segurança, e melhorar a competência policial com uma maior abrangência. Em Fortaleza é extremamente importante trabalhar privilegiando os territórios dos mais elevados indicadores de violência, faixa etária e grupos mais atingidos, como jovens e negros das grandes periferias. Porém, em concordância com Sposati vê-se que “ocorre também uma precarização dos serviços já que dirigidos aos mais pobres e, ao mesmo tempo, a má qualidade e precária cobertura das políticas passa a ser mais um agravante da miserabilidade dos “cidadãos potenciais””. (2002, p. 7).

Não tenciono defender as más condutas desses potenciais cidadãos pela vulnerabilidade em que suas histórias se encontram, ao invés disso, procurei, nesta investigação, fixar os limites de como suas vidas estão sobrepostas aos aspectos do constructo da sociedade. Ao encontro dessa ideia, Rolim (2006, p. 56) entende que – “diante da violência juvenil há a tentação de “explicá-las” a partir de determinados modelos ou paradigmas conceituais. Ocorre que essa é uma época sem modelos, um tempo pós-paradigmático, que envolve uma sociedade angustiada.” Compreender e enfrentar os problemas que atinge a segurança pública da cidade é muito útil para que as ideias revolucionárias passem a estruturar as oportunidades de resistências.

---

<sup>124</sup> 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

Tais resistências perpassam pela formação policial, em que, com uma visão de diálogo, o exercício da cidadania e os direitos humanos se tornam imprescindíveis para a habilidade das condutas policiais no seio da sociedade democrática brasileira. Claro que, obviamente, quando em uma governança que, na sua gestão de segurança pública, não opte por trabalhar com essas dimensões, não as reconhecendo com fundamento no Estado Democrático de Direito, é de se pensar o quão grande será o problema no caso de intervenções na qual seja preciso manter a ordem ou mediar conflitos.

Parto do pressuposto de que há forte apelo social para que uma política de segurança pública, para ser eficiente, deva ser rigorosa no combate à impunidade e estar aberta ao controle social e cumpridor das prerrogativas do Estado democrático de direito, principalmente no trato com a juventude pobre das periferias urbanas. Sob esta perspectiva, resta compreender que estes campos de tensão entre gestores governamentais e agentes de segurança devem ser amenizados com uma política governamental que desenvolva uma a qualificação contínua de educação cidadã do policial, estabelecendo as bases necessárias para o alcance da eficiência e eficácia nas políticas de segurança pública.

A afinidade entre as ideias dos Direitos Humanos e Cidadania e da Segurança Pública é extremamente importante para uma estrutura sólida de uma sociedade de direitos e mais democrática, não se deve ocultar que a anos o clientelismo estabeleceu no Brasil costumes que não beneficiam ações nem a autonomia dos favorecidos pelas políticas públicas em particular da segurança cidadã, os menos favorecidos. Isto é, continua-se o conflito patrimonialista com hábitos assistencialistas sem critérios no ato de reconhecer direitos e da estruturação social de parte considerável da sociedade.

É importante identificar o conceito de regimes populares que vá de encontro com a pobreza, seja na luta por uma consciência social, seja na disputa pela construção de ideias qualificadas em desenvolver uma harmonização cultural, coletiva e social.

O confronto existente entre segurança pública e direitos humanos é uma das circunstâncias fundamentais para a instauração do respeito às normas e aos direitos fundamentais. No entanto, me preocupo com a ideia de que, para aqueles que são encarregados por gerir a segurança pública, ver nos apoiadores dos direitos humanos uma proteção da imagem do criminoso e fazem oposição a qualquer impulso de reprimir as transgressões criminosas. Em contrapartida, esses gestores procuram manifestar que não protegem criminosos, mas o *know-how* da política de segurança, se utilizando da ostensividade que a lei vos guarda, uma vez que, a atribuição das políticas de segurança se relacionaria com o respeito ao próximo detentor de direitos.

Dessa forma, as modificações nas corporações policiais sempre ocorreram estimuladas pelas tensões no campo da segurança pública, trabalhando, especialmente, com as reclamações da comunidade à espera de respostas dos governos, somados aos relatos das instituições internacionais, nacionais e locais preocupadas com as questões de cidadania e dos direitos humanos, em consonância com Bobbio (1992, p. 51) “sem os direitos humanos reconhecidos e protegidos pelo Estado não se pode falar em democracia e nem nas condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos sociais”.

Assim, essa discussão que sempre deverá acontecer nos meios acadêmicos e institucionais deve ser debatida também no interior das comunidades em todas as suas instâncias. Os debates cotidianos sobre segurança pública, sua governança e violência, cada vez mais presentes atualmente entre as conversas do dia a dia, devem sair das paredes residenciais e tomar as ruas com o apoio dos políticos, mas não só aqueles políticos que muitas vezes só aparecem em campanhas com propostas meramente eleitoreiras, mas todos que possam apoiar as políticas públicas de segurança com um olhar voltado para a preservação rigorosa da Cidadania e dos Direitos Humanos.

Contudo, apesar de se ter notado um crescimento dos debates e dos feitos no campo da segurança, com a atuação de diversos personagens, a práxis da governança em segurança pública no Programa Pacto por um Ceará Pacífico tem mostrado, até o presente, algumas carências ou uma má distribuição de prioridades.

Um exemplo é a ampliação do Batalhão de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRAIO) no Ceará, a elite da polícia ostensiva cuja proposta faz parte das orientações políticas do Programa Pacto por um Ceará Pacífico, que pode resultar em longo prazo na perda de qualidade dos agentes de elite. Isto porque essa proposta de ampliação do grupo de elite da polícia, no esforço de encontrar um “modelo inovador” para a formação desses profissionais, com orientações e intervenções ditas fundamentais para dirigir as transformações necessárias na segurança pública cearense, vem sendo restringida por alguns empecilhos como por exemplo, a carência de uma educação enraizada na promoção, garantia e conservação dos direitos humanos, com o intuito claro de classificar o corpo policial como especialista na dicotomia polícia/comunidade.

Faz-se necessário e urgente uma educação que esteja apta a modificar permanentemente o modelo positivista penal para um modelo denso avaliativo e profundo que seja permanente e conceituado pelos pensamentos resultantes das ciências humanas e sociais. A didática da composição das polícias Civil e Militares em direitos humanos não podem

estabelecer limites apenas às alterações curriculares ou à criação de disciplinas como cidadania e direitos humanos no âmbito de formação policial.

Essa educação em cidadania e direitos humanos é uma sugestão de alteração do atual modelo organizacional dos aparelhos policiais e no estilo cultural de fazer a política de segurança pública no ambiente democrático da urbe. No caso do Ceará, as fronteiras e tensões aqui mostradas que muitas vezes são manchetes das páginas policiais, é uma evidencia do que terá de ser superado para que o objetivo proposto do Pacto por um Ceará Pacífico em seu eixo de formação cidadã das polícias seja atingido.

A intervenção do Estado através das políticas de segurança pública deve se dar com qualidade pensando na satisfação do coletivo. É indispensável que se trabalhe e fomente a segurança policial, mas sobretudo, ao mesmo tempo, mecanismos apropriados de proteção da dignidade das pessoas, priorizando crianças e jovens. Dessa forma, o exercício das forças de segurança passa a se organiza como suporte para as garantias fundamentais da sociedade.

É importante direcionar cada vez mais a segurança pública à qualificação de excelência desejada por seus partícipes e, especialmente, pelas comunidades no trato com a juventude pobre das periferias urbanas. Sob esta perspectiva, compreendo que amenizando os campos de tensão entre as potencialidades e limites dos gestores governamentais se estabelecerá as bases necessárias para o alcance dos objetivos propostos pelo Ceará Pacífico

Ressalvo que minhas reflexões se baseiam à época da pesquisa, onde na cidade de Fortaleza só existia no território do Vicente Pinzón a aplicação deste modelo de segurança pública com o lançamento da primeira UNISEG. Desta forma, a minha condição conclusiva é ainda reservada, tendo em vista a disseminação de um modelo que possui uma ampla abrangência no Ceará, em que futuramente poderei fazer uma avaliação mais representativa com o conjunto das UNISEGs no combate à criminalidade violenta. Aqui não é um trabalho conclusivo, existem condicionantes que trazem o crime como sistema, como cultura, uma amplidão de conexões para poder se detectar numa pesquisa empírica dessa natureza, tomando como suporte no combate sistêmico do crime organizado.

Finalizando, demonstro no contexto local que ainda persistem dificuldades na disseminação de comportamentos voltados para o campo da governança em segurança pública, mais especificamente, um plano de educação que seja capaz de oferecer, não apenas respostas concretas, mas igualmente botar em prática princípios e conceitos que atendam aos interesses da sociedade organizada e do Estado Democrático de Direitos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. **Políticas públicas de segurança e justiça penal**. Cadernos Adenauer 9, n. 4, Segurança Pública, Rio de Janeiro: Fundação Adenauer, p. 9-27, jan. 2009.

ADORNO, Sergio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.

ADORNO, Sergio. **A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 10, n. 2, p.299-342, jul./dez. 1995.

ADORNO, Sergio; PERALVA, A. **Dialogues sur la violence en France et au Brésil**. *Cultures et Conflits*, v. 59, p. 5-9, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acessado em 12 maio de 2016.

ANUÁRIO DO CEARÁ 2016-2017. **Índice de desenvolvimento humano por bairro Fortaleza (IDH) – 2010**. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>. Acessado em 01 fev. de 2017.

AQUINO, Perla de. **Príncipes e castelos de areia** - um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 406p.

ARRETCHE, Maria T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1999. p. 29-49.

BALADAIN. Disponível em: <http://www.baladain.com.br/nota/20075/ABIH-CE-entrega-a-Casa-do-Turista-e-da-seguranAsecta-pAordmblica.html>. Acessado em 06 de jul. de 2017.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Crime acarreta custos sociais, públicos e privados na América Latina e Caribe: estudo do BID**. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2017-02-03/quanto-custa-o-crime-e-a-violencia-no-brasil,11714.html>. Acessado em: 03 fev. 2017.

BARREIRA, César (org.). **Questões de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais**. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BARREIRA, César. / AQUINO, Jânia Perla de. / SÁ, Leonardo Damasceno de. (org.). **Violência, Ilegalismos e Lugares Morais**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

BARREIRA, César. (org.). **Violência e Dilemas civilizatórios** – as práticas de punição e extermínio. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

BARREIRA, César. – Batista, Élcio. (org.). **(In) Segurança e Sociedade: treze lições**. Campinas, SP: Pontes Editores. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

BARREIRA, César. **Crueldade: a face inesperada da violência difusa**. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, p. 55-74, 2015.

BARREIRA, César. Jornal O Povo, *online*. **Ceará Pacífico está estagnado**, diz pesquisador. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/07/ceara-pacifico-esta-estagnado-diz-pesquisador.html>. Acessado em 19 de jul. de 2017.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BLOGFR. **Ceará Pacífico em apenas um ano e dois meses**. Disponível em: <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/9-categorias/1658-ceara-pacifico-em- apenas-um-ano-e-dois-meses-do-governo-de-camilo-santana-20-policiais-foram-mortos-no-ceara>. Acessado em: 07 de jul. de 2017.

BLOGFR. **Ronda do Quarteirão chega ao fim**. Disponível em: <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/component/content/article/81-categorias/violencia-urbana/3031-ronda-do-quarteirao-chega-ao-fim-apos-uma-decada-ate-2018-sera-substituido-pelo-raio-em-todo-o-ceara>. Acessado em 07 de jul. de 2017.

BLOGFR. **Sem efetivo nas delegacias**. Disponível em: <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/component/content/article/81-categorias/violencia-urbana/3079-sem-efetivo-nas-delegacias-governo-recua-na-implantacao-das-unidades-de-seguranca-em-fortaleza>. Acessado em: 07 de jul. de 2017.

BLOGFR. **Política de Segurança de Camilo é uma conversa fiada**. Disponível em: <http://blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/9-categorias/1799-ceara-pacifico-capitao-wagner-diz-que-politica-de-seguranca-de-camilo-santana-e-uma-conversa-fiada>. Acessado em: 06 de jul. de 2017.

BLOG DO WILRISMAR. **Número de homicídios diminuindo há 10 meses no estado**. Disponível em: <http://www.blogdowilrismar.com/materia/ceara-pacifico-numero-de-homicidios-esta-diminuindo-ha-10-meses-no-estado>. Acessado em 06 de jul. de 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Génesis y Estructura Del Campo Burocrático. Recherche en Ciencias Sociales, N. 96-97, marzo de 1993, p. 49-62. Disponível em: <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/forte/articulos/genesis.pdf>. Acessado em: 11/04/2018.

BRASIL. Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília. Disponível em [www.mj.gov.br/acs/documentos/pnsp,2000](http://www.mj.gov.br/acs/documentos/pnsp,2000). Acessado em 11 de jul. de 2017.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. **A segurança pública e os direitos humanos no “governo das mudanças”**. O público e o privado, n. 1, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Barcelona, 1997. (mimeo).

CADEMARTORI, Daniela M. L. de; CADEMARTORI, Sergio U. **Mutações da cidadania: da comunidade ao Estado liberal**. Revista Sequência, Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, Florianópolis, v. XXVII, n. 55, p. 65-94, dez. 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Online*. **Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1988 - Publicação Original**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em: 23 de outubro de 2017.

CANO, Ignacio. (2005) “**Avaliação de Programas de Intervenção em Violência, Criminalidade e Segurança Pública**” em Brito, D.C. & Barp, W.J. (org.) Violência e Controle Social. Reflexões sobre Políticas de Segurança Pública. Belém: Edufpa. p. 17-30

CANO, Ignacio. (coord). (2012), “**Os donos do morro**”: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, LAV-Uerj, disponível (on-line) em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>

CARVALHO, Alba Marinho Pinho. **Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI**. In SOUSA, F. J. P. de. Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CARVALHO, Alba Marinho Pinho. **Análise de conjuntura: O que está acontecendo na sociedade brasileira**. Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado Do Ceará – FETAMCE, 2016a. (mimeo).

CARVALHO, Alba Marinho Pinho, GUERRA, Eliana Costa. **Brasil contemporâneo: a equação Estado/Sociedade em distintos momentos históricos da vida brasileira (1980-2014)**. In: SEMINÁRIO DO PROYECTO PAPIIT, Roma, 2014. Anais... Roma, 2014.

CARVALHO, Alba Marinho Pinho. **Crise e golpe de estado: o que está acontecendo com o Brasil?** MAISSUAS. Disponível em: <https://maissuas.org/2016/08/16/crise-e-golpe-de-estado-o-que-esta-acontecendo-com-o-brasil/>. Acessado em: 11 de setembro de 2016b.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUERRA, Eliana Costa. **Brasil no Século XVI na Geopolítica da Crise: para onde apontam as utopias?** Revista de Políticas Públicas, v. 20, p. 267-280, 2017.

CEARÁ NEWS. **Matança em Fortaleza**. Disponível em: <http://cearanews7.com/matanca-em-fortaleza-leva-secretario-reuniao-de-emergencia-com-comandantes/>. Acessado em 04 de jul. de 2017.

CEARÁ PACÍFICO MOVIMENTO PELA VIDA. *Online*. **Ceará Pacífico em Ação** – Matriz de Acompanhamento. Disponível em: [https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/CP\\_Livro3\\_Ceara%CC%81-Paci%CC%81fico-em-Ac%CC%A7a%CC%83o.pdf](https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/CP_Livro3_Ceara%CC%81-Paci%CC%81fico-em-Ac%CC%A7a%CC%83o.pdf). Acessado em 13 de fev. de 2018.

CEARÁ POPMARKETING. **PROGERAR capacita mais de 500 jovens do Vicente Pinzón**. Disponível em: <https://cearapopmarketing.com/2016/06/25/ce-pacifico-progerar-capacita-mais-de-500-jovens-do-vice-pinzon/>. Acessado em 04 de jul. de 2017.

CEARÁ POPMARKETING. **Clima de São João** Disponível em: <https://cearapopmarketing.com/2016/06/26/ce-pacifico-clima-de-sao-joao-marca-a-inauguracao-da-praca-da-conquista-no-vice-pinzon/>. Acessado em 04 de jul. de 2017.

CEARÁ247. **PROERD**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/ceara247/241286/CE-Pac%3%ADfco-Proerd-forma-1224-alunos-de-escolas-do-Vicente-Pinzon.htm>. Acessado em: 05 de jul. de 2017.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada Vida Importa**. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/sobre/>. Acessado em: 13 de dez. 2017.

CIRQUEIRA, Colombo. **Práticas de Lazer/Consumo, Circuitos de Sociabilidades e as Galeras Juvenis LGBT no Centro de Fortaleza**. (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará. 2010.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, *Universidad Central de Venezuela*, pp. 95-110. 2004.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Lei que reserva vagas para egressos é aprovada na Assembleia Legislativa**. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/1995-lei-que-reserva-vagas-para-egressos-e-aprovada-na-assembleia-legislativa>. Acessado em 25 de abril de 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Egressos têm mais três opções de cursos no Vicente Pinzón**. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2160-egressos-tem-mais-tres-opcoes-de-cursos-no-vice-pinzon>. Acessado em 24 de abril de 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Sancionada lei que fortalece e reestrutura Defensoria do Ceará**. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/sancionada-lei-que-fortalece-e-reestrutura-defensoria-do-ceara/>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

DICIONÁRIO INFORMAL. *Online*. **Pilantra**. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/pilantra/>. Acessado em: 15 de dez. de 2016.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriám. **Avaliação de Desempenho em Segurança Pública**. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, v. 5, p. 63-86, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COHN, Amélia. **O jogo de varetas e a desconstrução da cidadania**. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/o-jogo-de-varetas-e-a-desconstrucao-da-cidadania/>. Acessado em 17 de set. de 2016.

COLLARES, Ana Cristina M. **Uma questão de método: desafios da pesquisa quantitativa na Sociologia**. Ideias 4.0 (8) (2013).

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

COSTILLA, Lúcio Oliver. **Estado e Políticas Públicas na América Latina: As transformações que vêm do Sul**. In SOUSA, F. J. P. de. Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo, Cortez, 1994.

FILOCRE, D. 'Aquino. **Classificações de políticas de segurança pública**. Revista Brasileira de Segurança Pública, 2009, v. 3.

FOLHA BELA CRUZ. **Governador Camilo Santana Lança Pacto por um Ceará Pacífico**. Disponível em: <http://www.folhabelacruzense.com.br/2015/08/governador-camilo-santana-lanca-pacto.html>. Acessado em 15 de ago. de 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **10º Anuário de Segurança Pública**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acessado em: 19 de nov. de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Soberania e Disciplina**. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade**. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia e Poder**. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Edmar. **Messejana** - Coleção Pajeú. Fortaleza: (s.n.), p.72. 2013.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

FREITAS, G. J. de. Jornal O Povo, *online*. **Ponto de vista**. Violência, insegurança e proposições: o discurso da espetacularização. Visto em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/10/ponto-de-vista-violencia-inseguranca-e-proposicoes-o-discurso-da-e.html>. Acessado em: 10 de out. de 2017.

FREITAS, G. J. de. Jornal, O Estado. **“Violência transcende atuação da segurança pública”**. Visto em: <http://www.oestadoce.com.br/geral/violencia-transcende-atuacao-da-seguranca-publica>. Acessado em: 12 de nov. de 2016.

FREITAS, G. J. **Organizações policiais em revista**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil**: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

GABINETE DO GOVERNADOR. *Online*. **Ceará Pacífico**: Governo lança edital para a 1ª Seleção Pública – Juventude de Paz. Disponível em: <https://www.gabgov.ce.gov.br/2017/09/20/26289/>. Acessado em 21 de out. de 2017.

GABINETE DO GOVERNADOR. *Online*. **Ceará Pacífico**: Feira NAPAZ movimentava o Vicente Pinzón. Disponível em: <https://www.gabvce.ce.gov.br/2017/09/23/ceara-pacifico-feira-napaz-movimentava-o-vicente-pinzon/>. Acessado em 21 de out. de 2017.

GAMBOA, Santiago. **A síndrome de Ulisses**. 1. ed. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC Editora. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Bloqueio telefônico em áreas do sistema prisional**. Disponível em: <http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/15927-al-aprova-projeto-de-lei-que-determina-bloqueio-telefonico-em-areas-do-sistema-prisional>. Acessado em 26 de abril de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Selo social reconhece instituições**. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/16355-cepacifico-selo-social-reconhece-instituicoes-que-contribuem-com-sistema-penitenciario-e-socioeducativo>. Acessado em 25 de abril de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Práticas restaurativas e mediação de conflito**. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/14583-ceara-pacifico-praticas-restaurativas-e-mediacao-de-conflitos-sao-temas-de-curso-para-gestores>. Acessado em 05 de jul. de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Concurso da Polícia Militar**. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/17273-governo-lanca-edital-de-concurso-para-4200-vagas-da-policia-militar>. Acessado em: 04 de jul. de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Governador apresenta diagnóstico do Ceará Pacífico em Ação e reforça compromisso com Segurança**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/01/governador-apresenta-diagnostico-do-ceara-pacifico-em-acao-e-reforca-compromisso-com-seguranca/>. Acessado em 5 de dez. de 2017.  
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: LTC 1989.

GURGEL, W. B. **Triangulação de métodos**: introdução às concepções, fundamentos e técnicas da avaliação. In: SILVA, M. O. S. (Coord.). Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras; São Luís, MA: GAEP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza), 2008. p. 43-88.

HABERMAS, J. **Cidadania e identidade nacional**. In: \_\_\_\_\_. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flavio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Vol. 2, p. 299-305.

HALL, Stuart. Da Diáspora: **Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOBBS, T. **Leviatã** (JP Monteiro, trad.) São Paulo: Nova Cultural (original publicado em 1651). 1988.

HOBBS, Thomas. **De cive**. Madrid: Alianza, 2000.

HOLANDA, Antônio Nilson Craveiro. **Avaliação de Programas** (conceitos básicos sobre avaliação “ex post”). Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acessado em: 19 de nov. de 2016.

INSTITUTO TERRE DES HOMMES. **Sistema socio educativo**. Disponível em: <http://tdhbrasil.org/noticias/433-ceara-ganha-superintendencia-do-sistema-socioeducativo>. Acessado em: 05 de jul. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (IBGE). **Pesquisa Pnad Contínua**. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/). Acessado em: 31 de jan. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em: 02 de out. de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. **Macroeconômico**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acessado em: 04 de jan. de 2017.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Levantamento do Sou da Paz identifica que indústria de armas financiou 21 parlamentares eleitos**. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/noticia/levantamento-do-sou-da-paz-identifica-que-industria-de-armas-financiou-21-parlamentares/48>. Acessado em 24 de nov. de 2016.

KAHN, Túlio. **Cidades Blindadas – ensaios de criminologia**. Conjuntura Criminal, São Paulo, 2001.

JANNUZZI, P de M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Editora Aliena, 2001.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: \_\_\_\_\_ (org.), *As representações sociais*. Editora da Uerj, Rio de Janeiro, 2001.

JORNAL, Diário do Nordeste. *Online*. **Vice-governadora revela os desafios do Ceará Pacífico**. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/vice-governadora-revela-os-desafios-do-ceara-pacifico-1.1484011>. Acessado em 06 de jul. de 2017.

JORNAL, Diário do Nordeste. *Online*. **Recursos Estaduais não são suficientes para o Ceará Pacífico**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/blog-politica/recursos-estaduais-nao-sao-suficientes-para-o-ceara-pacifico/>. Acessado em: 06 de jul. de 2017.

JORNAL, Diário do Nordeste. *Online*. **Governador assina a nomeação de novos Policiais Cíveis**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/ceara/governador-assina-nomeacao-de-novos-policiais-civis-durante-reuniao-do-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em 04 jul. de 2017.

JORNAL, Diário do Nordeste. *Online*. **Ceará Pacífico**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/tag/ceara-pacifico/>. Acessado em 02 de jul. de 2017.

JORNAL, Nexo. *Online*. **10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil**. Visto em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>. Acessado em 02 de maio. de 2018.

JORNAL, O Povo. *Online*. **“Um verdadeiro horror no nosso bairro”**, diz morador sobre chacina. Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/13/noticiafortaleza,3533312/um-verdadeiro-horror-no-nosso-bairro-diz-morador-sobre-chacina.shtml>. Acessado em 10 de maio 2016.

JORNAL, O Povo. *Online. Online.* **Você concorda com a frase "bandido bom é bandido morto"?** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/11/voce-concorda-com-a-frase-bandido-bom-e-bandido-morto.html>. Acessado em 10 de jul. de 2017.

JORNAL, O Povo. *Online. Online.* **Segurança não deve ser debatida a partir do pânico, diz sociólogo.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/seguranca-nao-deve-ser-debatida-a-partir-do-panico-diz-sociologo.html>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

JORNAL, O Povo. *Online. Online.* **Dívida deve chegar a 78,7% do PIB em 2019.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/economia/2016/07/divida-deve-chegar-a-78-7-do-pib-em-2019.html>. Acessado em: 6 de dez de 2016.

JORNAL, O Povo. *Online. Online.* **Polícia Civil deflagra greve e apenas duas delegacias devem funcionar no Estado.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/policia-civil-deflagra-greve-e-duas-delegacias-devem-funcionar-no-esta.html>. Acessado em: 27 de out. de 2016.

JORNAL, O Povo. *Online. Online.* **Ceará tem o menor efetivo proporcional de policiais civis.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/08/27/noticiasjornalcotidiano,3494957/ceara-tem-o-menor-efetivo-proporcional-de-policiais-civis.shtml>. Acessado em: 06 de jan. 2017.

JORNAL, O Povo. *Online.* **Projetos de lei que instituem gratificações extra.** Disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/04/20/noticiafortaleza,3606056/al-aprova-projetos-de-lei-que-instituem-gratificacoes-extra-a-policia.html>. Acessado em 24 de abril de 2017.

JORNAL, O Povo. *Online.* **O desafio do projeto Ceará Pacífico.** Disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/02/23/noticiasjornalopiniao,3396690/o-desafio-do-projeto-ceara-pacifico.shtml>. Acessado em: 06 de jul. de 2017.

JORNAL, O Povo. *Online.* **Ceará Pacífico em xeque.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/06/o-ceara-pacifico-em-xeque.html>. Acessado em 06 de jul. de 2017.

JORNAL, O Povo. *Online.* **Crimes violentos aumentam durante o primeiro semestre.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/07/crimes-violentos-aumentam-31-9-no-ceara-durante-primeiro-semester-de.html>. Acessado em: 07 de jul. de 2017.

JORNAL, Tribuna do Ceará. *Online.* **Mais de 30 policiais serão indiciados por suspeita de envolvimento na maior chacina do Ceará.** Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/mais-de-30-policiais-serao-indiciados-por-suspeita-de-envolvimento-na-maior-chacina-do-ceara/>. Acessado em 10 de maio 2016.

JORNAL, Tribuna do Ceará. *Online. Online*. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/nenhuma-das-vitimas-de-chacina-da-messejana-teria-antecedentes-criminais-graves/>. Acessado em 10 maio de 2016.

JORNAL, Tribuna do Ceará. *Online. Online*. “**BO virou Boletim de Otário**”. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/bo-virou-boletim-de-otario-desabafa-vice-presidente-do-sindicato-dos-policiais-civis/>. Acessado em: 09 de jul. de 2017.

JORNAL, Tribuna do Ceará. *Online. Jornal. Online*. **Em áudio que vazou delegado-geral chama policiais grevistas de “pilantras”**. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/seguranca-publica/em-audio-que-vazou-delegado-geral-da-policia-chama-policiais-grevistas-de-pilantras/>. Acessado em: 02 de nov. de 2016.

JUSTIFICANDO, blog, Carta Capital. *Online*. **Plano Nacional de Segurança Pública anunciado por Moraes é amplamente criticado**. Disponível em: <http://justificando.cartaCapital.com.br/2017/01/06/plano-nacional-de-seguranca-publica-anunciado-por-moraes-e-amplamente-criticado/>. Acessado em: 6 jan. 2017.

LEGISWEB. **Lei Nº 15940 DE 29/12/2015**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=314826>. Acessado em 20 de jun. de 2017.

LEGISWEB. **Lei Nº 15854 DE 24/09/2015**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=303984>. Acessado em 25 de abril de 2017.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte escrita, 2012.

LIMA, Renato S. **Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Renato S. **Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Alameda Editorial, 308p, 2011.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. **Por que é tão difícil implementar uma política de segurança?** Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, p. 46-54, 2002.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 83.

MAGNANI, José Guilherme Cantor **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS / Edusc, vol. 17, nº 49, pp. 11-29, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext). Acessado em 02 mar. 2016.

MAPA DA VIOLÊNCIA. **Homicídios por armas de fogo no Brasil**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/index.php>. Acessado em 24 de nov. de 2016.

MELO, Marcus André B. C. de. **Ingovernabilidade**: Desagregando o Argumento, *in* L. Valladares (org.), *Governabilidade e Pobreza*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1995.

MELO, Dorian Luis Borges de; CANO, Ignácio. **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2012. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. **MPCE apresenta proposta para combater crimes de homicídios**. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2015/10/13/ceara-pacifico-mpce-apresenta-proposta-para-combater-crimes-de-homicidio-e-acelerar-julgamentos-em-fortaleza/>. Acessado em: 04 de jul. de 2017.

MOTA BRASIL, Glauécia. / ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. / FREITAS, Geovani Jacó de. (Org.). **Dilemas da “nova” formação policial**: experiências e práticas de policiamento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

NBN Brasil. **Representantes do Conselho Comunitário**. Disponível em: <http://nbnbrasil.com.br/2016/08/07/governo-do-ceara-e-representantes-dos-conselhos-comunitarios-fortalecem-acoes-do-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em 07 de jul. de 2017.

NORMAS BRASIL. **Decreto nº 31787 DE 21/09/2015**. Disponível em: [http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-31787-2015-ce\\_303727.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-31787-2015-ce_303727.html). Acessado em 24 de abril de 2017.

OAB Ceará. Disponível em: <http://oabce.org.br/2015/08/oab-ce-participa-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em 07 de jul. de 2017.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, **como parte do Programa da Redução da Violência Letal**. Disponível em: [http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2015/01/IHA\\_2012.pdf](http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2015/01/IHA_2012.pdf). Acessado em 10 maio de 2016.

O'DONNELL, G. **Teoria democrática e política comparada**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 577-654, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O Trabalho do antropólogo*. Brasília: UnB, 1998.

PAULANI, Leda Maria. **A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial**: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília-DF, n. 10, IPEA, abril/junho de 2012, 89-112.

PARTIDO DOS TRABALHADORES CEARÁ. **Proposta de Governo**. Disponível em: [http://ptceara.org.br/images/conteudo/file/1\\_PlanodeGovernoCE2014.pdf](http://ptceara.org.br/images/conteudo/file/1_PlanodeGovernoCE2014.pdf). Acessado em: 24 de abril de 2017.

PINHEIRO, Antônio dos Santos. **Polícia comunitária e cidadã**: Entre velhas e novas práticas policiais. Tese (doutorado), PPGS, UFC. 2008.

PODER JUDICIÁRIO. **Presidente do TJCE assina convênio.** Disponível em: <http://www.tjce.jus.br/noticias/presidente-do-tjce-assina-convenio-para-ressocializar-apeenados-na-primeira-reuniao-do-ceara-pacifico/>. Acessado em 26 de abril de 2017.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1/CEARÁ. **Governo anuncia ampliação do BPRAIO para 13 cidades do Ceará.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/governo-anuncia-ampliacao-do-bpraiio-para-13-cidades-do-ceara.ghtml>. Acessado em 10 de jul. de 2017.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1/CEARÁ. **Sobe para 113 o número de mortes no ES durante a ausência dos PMs.** Disponível em: <http://g1.globo.com/espirtosanto/noticia/2017/02/sobe-para-113-o-n-de-mortes-no-es-durante-ausencia-dos-pms.html>. Acessado em 9 de fev. de 2017.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1/CEARÁ. **Governo do CE autoriza atendimento de travestis em delegacias da mulher.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/governo-do-ce-autoriza-atendimento-de-travestis-em-delegacias-da-mulher.html>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1/CEARÁ. **11 linhas de atuação do Pacto por um Ceará Pacífico.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/governo-do-ceara-lanca-o-pacto-por-um-ceara-pacifico.html>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1/CEARÁ. **Raio X do sistema prisional no Brasil** – Secretaria da Justiça do Ceará – SEJUS. Disponível em <http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/raio-x-do-sistema-prisional/>. Acessado em: 06 de jan. de 2017.

QUADROS, Caroline Souza de. **A constituição de espaços para as classes abastadas.** (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, maio, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31732/000782405.pdf?sequence=1>. Acessado em 07 abr. 2016.

RAMOS, Marília. **Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e Programas sociais.** Planejamento e Políticas públicas, n. 32, p. 95-114, 2009.

RAPPA, O. *Hey Joe*. **Rappa Mundi.** Rio de Janeiro, Warner Music, 1996. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/o-rappa/hey-joe.html>. Acessado em: 2 de julho de 2018.

REIS, Fábio Wanderley. **Governabilidade, Instituições e Partidos.** *Novos Estudos Cebrap*, nº 41, março. 1995.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008, p. 7-15.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais:** perspectivas, limites e desafios. CAOS–Revista eletrônica de ciências sociais 16 (2011): 55-73.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Análise de conteúdo e trajetória institucional na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios.** *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 16. João Pessoa: UFPB, 2011. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/caos>. Acesso em abril de 2016. Acesso em: 20 set. 2016.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** *AVAL*. n. 1. Fortaleza: UFC, 2008. Disponível em <http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>. Acesso em junho de 2015.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas.** In. PRADO, Edna Cristina; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.). **Avaliação de Políticas Públicas: entre educação e gestão escolar.** Maceió: EDFAL, 2011.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI.** Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundo e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz.** 2010. 284 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós- Constituinte.** In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafio e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS). Disponível em: [http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=2142&titulo=Rep\\_ortagens&action=detail](http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=2142&titulo=Rep_ortagens&action=detail). Acessado em 09 de maio 2016.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS). **Territórios da Paz.** Disponível em: [http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=1216&titulo=Rep\\_ortagens&action=detail](http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=1216&titulo=Rep_ortagens&action=detail). Acessado em 10 de jul. de 2017.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Homicídios na Adolescência.** Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/indice-de-homicidios-na-adolescencia-ihaview>. Acessado em 10 maio de 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA – SEJUC. **PEA - Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz)** - Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sejuc/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=89234&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Unidades+Prisionais>. Acessado em: 16 de jan. de 2017.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ. **Audiências de Custódia.** Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de>

noticias/1993-audiencias-de-custodia-34-acusados-sao-acompanhados-pela-central-de-alternativas-penais. Acessado em: 25 de abril de 2017.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ. **Recursos para reforma e aparelhamento de equipamentos do sistema penitenciário ligados à infância.** Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2001-primeira-dama-anuncia-recursos-para-reforma-e-aparelhamento-de-equipamentos-do-sistema-penitenciario-ligados-a-infancia>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ. **Governo do Estado lança ações de inserção de egressos.** Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2020-ceara-pacifico-governo-do-estado-lanca-acoes-de-insercao-de-egressos-do-sistema-penitenciario-no-mercado-de-trabalho>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ. **Egressos recebem carrinhos de lanche na Regional VI.** Disponível em <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/2044-egressos-recebem-carrinhos-de-lanche-na-regional-vi>. Acessado em: 24 de abril de 2015.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. **Edital dos agentes de leitura.** Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/latest-news/44913-pacto-por-um-ceara-pacifico-secult-lanca-edital-dos-agentes-de-leitura-e-mapeamento-cultural-no-vicepinzon>. Acessado em: 02 de jul. de 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ações na comunidade do Vicente Pinzón.** Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/200-noticias-2016/10253-ce-pacifico-pacto-apresenta-acoes-a-comunidade-do-vicepinzon>. Acessado em 05 de jul. de 2017.

SEGUNDA OPINIÃO. **Furos no Pacto por um Ceará Pacífico.** Disponível em: <http://segundaopinioao.jor.br/ely-aguiar-aponta-furos-no-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acessado em: 04 de jul. de 2017.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ - **El Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A.C.** Disponível em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/1356-caracas-venezuela-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo-del-2015>. Acessado em 09 maio de 2016.

SELO SOCIAL. **Legislação e regulamentação.** Disponível em: <http://selosocial.itajai.sc.gov.br/view/lei/>. Acessado em 25 de abril de 2017.

SISTEMA FIEC. **Parceria com o Pacto por um Ceará Pacífico.** Disponível em: <http://www1.sfiec.org.br/fiec-noticias/88870/sesice-torna-se-parceiro-do-pacto-por-um-ceara-pacifico>. Acessado em: 04 de jul. de 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e Programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa.** Maria Ozanira

da Silva e Silva (org). Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Et al. **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos.** São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUSA, Fernando José Pires de. **Percalços da América Latina: de Bretton Woods à atual crise financeira global.** \_\_\_\_\_ . Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: UFC, 2010.

SPOSATI, Aldaísa. **Perspectivas de la Política Social em América Latina.** Fórum Social Mundial de Porto Alegre, Seminário INDES – Instituto Interamericano para o Desarrollo Social do Banco Interamericano de Desarrollo. Washington D.C. 2002

STURZA, Janaína Machado; MACIEL, Renata. **Democracia, Cidadania E Direitos Humanos: A Conjuntura Atual do Estado Democrático de Direitos.** Argumenta Journal Law, n. 23, 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Segurança pública e violência no Brasil.** Políticas públicas de segurança e justiça penal. Cadernos Adenauer 9, n. 4, Segurança Pública, Rio de Janeiro: Fundação Adenauer, p. 83-95, jan. 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. José Vicente. **Novos processos sociais globais e violência.** São Paulo em Perspectiva, 13(3), 3-17, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Tavares dos Santos, José Vicente. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”.** São Paulo em Perspectiva, 18(1), 3-12, (2004).

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2011.

TERRE DES HOMMES. **Inauguração da célula de mediação social.** Disponível em: <http://tdhbrasil.org/noticias/477-terre-des-hommes-participa-da-inauguracao-da-celula-de-mediacao-social-e-cultura-de-paz-nas-escolas-estaduais>. Acessado em: 05 de jul. de 2017.

TESOURO NACIONAL. **Ministério da Fazenda.** Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acessado em: 6 de dez de 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América: leis e costumes.** Tradução, Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Disponível em: <http://uece.br/uece/index.php/noticias/92659-2015-09-18-12-36-02>. Acessado em: 02 de jul. de 2017.

UOL, notícias. **Online. 78% do plano de segurança de Temer requeita ideias de PT e PSDB, diz estudo.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/14/plano-de-seguranca-de-temer-requeita-propostas-de-pt-e-psdb-diz-estudo.htm>. Acessado em: 16 jan. de 2017.

WACQUANT, Loic J. D. **Corpo e alma: Notas Etnográficas de um lutador de boxe**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

WEBER, Marianne. **Weber: uma biografia**. Niterói: Casa Jorge, 2003.

WEBER, Max. 1982. **Ensaaios de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar

WEBER, Max. 1999. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB. 2 v

WHYTE, William Foot. **Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. 4. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WIEVIORKA, M. (1997) **O novo paradigma da violência**. Tempo Social, São Paulo, 9(1): 5-41, maio.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, Alba & LEAL, Cristina. **Violência extra e intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.16, n. 45, p. 145-164, 2001.





## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**CURSO MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**PESQUISA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GOVERNANÇA EM SEGURANÇA PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO NO BAIRRO VICENTE PINZÓN**

As informações contidas nesta folha, fornecidas por Cristovam Colombo Cirqueira Ferreira Filho têm por objetivo firmar acordo escrito com o(a) participante para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que ela(e) será submetida(o). Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

**1º - Natureza da pesquisa:** Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o impacto do Programa Pacto por um Ceará Pacífico sobre as taxas dos Crimes Violentos Letais e Intencionais entre os anos de 2016 e 2017 a partir de um estudo de caso no bairro Vicente Pinzón sob a perspectiva das estratégias de governança e a conduta de agentes de policiamento.

**2º - Participantes da pesquisa:** 15 Gestores da política de segurança pública do estado do Ceará.

**3º - Envolvimento na pesquisa:** Caso você concorde em participar desta pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem apresentar justificativas e sem qualquer prejuízo para você;
- b) Sua identidade será mantida em sigilo;
- c) Caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.
- d) Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do coordenador do projeto e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

**4º - Sobre as entrevistas e questionários:** Utilizaremos recursos como entrevistas semiestruturadas com os Gestores da política de segurança pública do estado do Ceará com registro em áudio no seu ambiente de trabalho. A entrevista possui 11 perguntas tem duração de 20 minutos;

**5º - Riscos e desconforto:** Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF, bem como, da Resolução 510/16, que trata das normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvem utilização de dados diretamente obtidos com os participantes. Contudo, se o participante se sentir desconfortável pelo tempo demandado para responder o questionário ou se o mesmo ocasionar constrangimento de

qualquer natureza, o participante pode parar ou se recusar a responder o questionário a qualquer momento.

**6º - Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da(o) voluntária(o) serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, assegurando assim sua privacidade.

**7º - Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes que deve acrescentar elementos importantes à literatura e ao desenvolvimento e melhorias nas políticas de segurança pública do estado do Ceará. O pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

**8º - Pagamento:** Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.

**9º - Liberdade de recusar ou retirar o consentimento:** Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalidades.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

#### **DECLARAÇÃO DA(O) PARTICIPANTE:**

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O pesquisador Cristovam Colombo Cirqueira Ferreira Filho certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____	___/___/___	_____
Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura
_____	___/___/___	_____
Nome do pesquisador da pesquisa	Data	Assinatura

---

**Pesquisador Principal: Cristovam Colombo Cirqueira Ferreira Filho**  
**Instituição: Universidade Federal do Ceará**  
**Endereço: Centro de Ciências Agrárias, bloco 860, Campus do Pici**  
**Telefones para contato: (85) 987110201**

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).  
 O Comitê de Ética é uma Instituição coparticipante no sistema da Plataforma Brasil - Att. CEP/UFC/PROPESQ3366-8346/440 sendo uma instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

## APÊNDICE C – QUESTÕES PARA O ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DO CEARÁ PACÍFICO.



**Universidade Federal Do Ceará**  
**Centro de Ciências Agrárias**  
**Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas**  
**Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas**

**NOME:**  
**ÓRGÃO DE ATUAÇÃO:**  
**CARGO/FUNÇÃO:**  
**TEMPO NO TRABALHO:**

### **I - Governança em Segurança Pública:**

1. Estamos chegando ao final da gestão do Governo do Estado e ainda não há um plano de segurança concreto e efetivo para o Ceará. Quais as principais estratégias de Governo para a obtenção de impactos positivos no Pacto por um Ceará Pacífico em Fortaleza?
2. Sobre a temática – “*Cultura de Paz*”, quais os principais resultados da 1º UNISEG no bairro Vicente Pinzón até agora?
3. As redes sociais estão sendo bem exploradas pela segurança pública no Ceará. Hoje temos um número de *whatsapp*, página pessoal do Secretário de Segurança e recentemente foi lançado o aplicativo 190 para celular, quais melhorias práticas eles trouxeram à população e aos agentes de segurança? Comente-os.

### **II - Segurança Pública e Policiamento:**

4. Quanto ao trabalho integrado das polícias Judiciária e Ostensiva, como funciona a rotina das ações dentro do Pacto por um Ceará Pacífico? Seria: mais RAIO e menos investigação (polícia civil)?
5. Em junho de 2016 o MPE denunciou 45 policiais por chacina na grande Messejana, em agosto de 2017, policiais militares foram presos suspeitos de extorsão para liberar traficantes em Fortaleza, 123 mortes decorrentes de intervenção policial até setembro de 2017, qual a sua opinião sobre a atual formação de policiais, a desmilitarização e como você vê essas denúncias?
6. Você acha que a política “justiça ou cemitério” vem mesmo sendo efetiva na diminuição da violência no Estado, visto que o número de homicídios cresceu se comparado a 2016?

### **III - Segurança Pública Perspectivas**

7. Sobre a atuação do Pacto por um Ceará Pacífico, em relação ao combate da presença do crime organizado na Capital, quais são as soluções a curto, médio e longo prazo para resolver essa situação? Como vencer essa guerra?
8. Que outras fontes de informação (além da polícia) poderiam ser consideradas para Avaliar o Pacto por um Ceará Pacífico?

**APÊNDICE D – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O LEVANTAMENTO DAS  
AÇÕES DAS SECRETARIAS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA POLÍTICA  
CEARÁ PACÍFICO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
CURSO MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Secretaria/Instituição: \_\_\_\_\_  
Ao Sr.(a) \_\_\_\_\_

**Excelentíssimo. Sr.(a)** \_\_\_\_\_

O Pacto por um Ceará Pacífico objetiva prevenir a violência, reduzir a criminalidade, resgatar a sensação de segurança e contribuir para a construção da cultura de paz.

O Pacto está sendo executado por Programas sociais, iniciativas, projetos e atividades integradas, nas áreas de Segurança Pública e Defesa Social, Justiça e Cidadania, Esporte, Juventude, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, etc., definidos em Planos de Trabalho.

Dessa forma, ao cumprimentá-lo cordialmente, solicitamos, através deste, a relação de ações sociais desenvolvidas pela Secretaria/Instituição nos seguintes moldes:

**1** – Quais as ações desenvolvidas por sua Secretaria/Instituição no âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico no território Vicente Pinzón? (Distinguir as ações em andamento e em planejamento);

**2** – Sobre os Programas e ações desenvolvidas existem documentos que descrevem esses Programas/ações? Este documento deve ter:

- a) Nome do Programa;
- b) Instituição e órgãos envolvidos;
- c) Objetivos;
- d) Público alvo;
- e) Área de atuação;
- f) Duração prevista (médio e longo prazo);
- g) Orçamento previsto

**3** – Em que aspecto a sua política (social) vai efetivamente impactar? Tendo em vista a redução da violência.

Limitado ao exposto, fique com nossos votos de estima e consideração.

Aguardo retorno,

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Colombo Cirqueira  
Mestrando do curso de avaliação de Políticas Públicas  
Universidade Federal do Ceará

Contato: Colombo Cirqueira  
Pesquisador da Universidade Federal do Ceará  
Laboratório de Estudos da Violência – LEV/UFC  
Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência – COVIO/UECE

## APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: CRITÉRIOS DA ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GOVERNANÇA EM SEGURANÇA PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO NO BAIRRO VICENTE PINZÓN

**Pesquisador:** CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 69198217.3.0000.5054

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.375.550

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**CEP:** 60.430-275

**Telefone:** (85)3366-8344

**E-mail:** comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.375.550

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplica.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_871114.pdf	07/11/2017 16:08:18		Aceito
Outros	entrevista.pdf	07/11/2017 16:07:22	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento.pdf	07/11/2017 16:06:41	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_Investigador.pdf	02/06/2017 10:24:01	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Outros	VICEGOV.pdf	29/05/2017 14:29:46	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Outros	SSPDS.pdf	29/05/2017 14:29:27	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Outros	Comite.pdf	29/05/2017 14:23:42	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Outros	concordancia.pdf	29/05/2017 14:21:19	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Outros	dados.pdf	29/05/2017 14:20:32	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Pesquisadores.pdf	29/05/2017 14:10:19	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.375.550

Declaração de Pesquisadores	Pesquisadores.pdf	29/05/2017 14:10:19	FERREIRA FILHO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	29/05/2017 14:00:24	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	29/05/2017 13:58:41	CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 10 de Novembro de 2017

**Assinado por:**

**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3366-8344

**CEP:** 60.430-275

**E-mail:** comepe@ufc.br